

Fábia Maria Raposo

**Estudo Demográfico de uma
Paróquia do Planalto Mirandês
Palaçoulo (1656 - 1910)**



neps

Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

Guimarães

Fábia Maria Raposo

**Estudo Demográfico de uma Paróquia do
Planalto Mirandês**

Palaçoulo (1656-1910)

NEPS - Universidade do Minho

Guimarães

2000

À Sara, ao Domingos
e
aos meus Pais

FICHA TÉCNICA:

Título: Estudo Demográfico de uma Paróquia do Planalto Mirandês
Palaçoulo (1656 - 1910)

Autor: Fábila Maria Raposo

Colecção: Monografias 9

Edição: NEPS: Núcleo de Estudos de População e Sociedade
Instituto de Ciências Sociais
Universidade do Minho - Guimarães/2000

Impressão: 1000 ex.

Capa: Pauliteiros / Óleo de Vítor Ferreira

Fotografia: Domingos Raposo

Depósito Legal: 167550/01

ISBN: 972-98695-2-9

Composição, Impressão e Acabamento: Tipalto - Palaçoulo

Direitos reservados: F.M.R./N.E.P.S. - U.M.

Campus de Azurém/4800-058 Guimarães

Edição integrada no projecto: *Informatização Normalizada de Arquivos
Reconstituição de Paróquias e História das Populações*
(PRAXIS XXI 2/2.1/CHS/685/95)

APRESENTAÇÃO

Reconstituir uma paróquia através do cruzamento de registos de baptizados, casamentos e óbitos em duração plurissecular implica um lentíssimo trabalho de rigor e uma preparação técnica adequada, hoje dificilmente exigíveis a nível de uma dissertação de mestrado. Embora se possa contar com o fascínio de fontes que nos aproximam do que há de mais elementar e mais real, a vida e a morte, com as suas grandezas e as suas misérias, finalizar em tempo *académico* essa enorme *paciência* e extrair dela resultados científicos é um desafio de correspondência difícil. Fábria Maria Raposo correspondeu a esse desafio.

A *reconstituição da paróquia* de Palaçoulo no Planalto Mirandês ao longo de duzentos e cinquenta anos constitui em si um importante e perceptível património local cujas consequências a nível mais geral estão ainda por definir. A identificação em cadeia de cada residente pelas suas relações familiares e o acompanhamento do seu percurso de residência dentro da paróquia ou na zona já estudada é um trabalho sistemático que pode basear múltiplas abordagens científicas e abre ao gosto actual pela genealogia.

O *estudo demográfico* que, na sequência, foi desenvolvido com sensibilidade e competência científica traz um importante enriquecimento à Demografia Histórica Portuguesa (que apresenta ainda demasiados pontos

obscuros, particularmente em zonas de interior), abrindo vertentes para o conhecimento do social.

Que o *Estudo Demográfico de uma Paróquia do Planalto Mirandês, Palaçoulo (1656-1910)*, que agora vem enriquecer Monografias NEPS seja para Fábria Maria Raposo *um ponto de partida para investigações posteriores* é um voto que também formulamos.

Dezembro de 2000

Maria Norberta Amorim

AGRADECIMENTOS

A presente edição reproduz a dissertação de mestrado em História das Populações, apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho em Julho de 2000. O trabalho inicial vem a público com ligeiras correcções sem, no entanto, alterar a estrutura inicial do mesmo. Para a sua concretização contamos com a ajuda e colaboração de algumas pessoas que não podemos deixar de referir e, ao mesmo tempo, agradecer ainda que desta forma singela.

À Professora Doutora Norberta Amorim, pela disponibilidade, orientação, conselhos e ensinamentos indispensáveis à realização deste estudo.

Ao senhor Conservador e Funcionários da Conservatória do Registo Civil de Miranda do Douro e ao senhor Doutor António Rodrigues Mourinho, Director do Museu da Terra de Miranda, pela atenção dispensada durante o período de consulta de algumas fontes essenciais.

Aos funcionários do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho em Guimarães, D. Isabel e Sr. Daniel, por toda a colaboração prestada.

Ao colega Aníbal Gonçalves, pelo apoio no campo informático.

Ao Domingos, pela companhia nas muitas viagens que fizemos, ajuda, conselhos e encorajamento para levar por diante este projecto. À Sara pelas ausências e faltas de atenção com que foi penalizada durante todo este tempo. Foram eles sempre os mais directos responsáveis por este desafio ter chegado ao fim.

Finalmente, o meu profundo reconhecimento uma vez mais à Directora do N.E.P.S., Prof.^a Doutora Noberta Amorim, ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Douro e ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Palaçoulo pelo empenho e apoio na publicação desta obra.

A todos, o meu bem haja.

INTRODUÇÃO

O desejo de uma maior actualização científica após vários anos de docência e o interesse que sempre tivemos pela investigação histórica foram factores que, de um modo muito particular, estiveram na base deste trabalho.

Gostaríamos de ter dedicado este estudo à nossa paróquia de origem, Vilar Seco do concelho de Vimioso. Todavia, a lastimável preservação das fontes documentais no Distrito de Bragança não nos permitiu a concretização desse objectivo. Depois de muito procurarmos e após várias tentativas, pois não existem arquivos organizados, localizámos os registos paroquiais, sem lacunas assinaláveis e em razoável estado de conservação para um período de 254 anos, relativos à paróquia de Palaçoulo, vizinha da nossa. Situada no coração do Planalto Mirandês¹ é, para nós, sobejamente motivador dar a conhecer informação vital disponível que permita compreender neste contexto sócio-económico e cultural a evolução dos comportamentos demográficos, ainda pouco conhecidos quando descemos ao nível da paróquia.

Acreditamos, como Jacques Dupâquier, que por esta via «uma nova história social poderá estar ao alcance dos investigadores»². O conhecimento da evolução demográfica permite um melhor entendimento dos fenómenos económicos e sociais que afectam a área. Como bem afirma Pierre Chaunu

1) Constituído territorialmente pelos concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro e Vimioso.

2) Jacques Dupâquier, «Demografia Histórica e História Social», in Maria Luíza Marellio (org.), *População e Sociedade*, Petrópolis, Vozes, 1984, p.46.

«toda a história que não recorre à demografia, priva-se do melhor instrumento de análise»³. Foi a ideia de termos um sólido ponto de partida que nos conduziu à realização deste trabalho de microanálise demográfica, em longa duração, na paróquia rural de Palaçoulo, no nordeste transmontano.

Seguimos a metodologia de reconstituição de paróquias, teorizada e desenvolvida por Maria Norberta Amorim há cerca de três décadas. Usando palavras da autora: «Reconstituir paróquias significa, primeiro, organizar os dados dos registos de nascimentos, casamentos e óbitos em fichas de famílias e, depois, cruzar informações de forma a acompanhar, em encadeamento genealógico, a história de vida de cada residente»⁴. A «base de dados», assim constituída, permite a análise dos comportamentos demográficos e fica aberta ao cruzamento com outras fontes, numa perspectiva da história social que não nos foi possível contemplar dada a morosidade do processo e o tempo de que dispusemos para este trabalho académico. Entretanto, está a servir de suporte ao estudo sócio-linguístico da mesma localidade, a cargo do investigador Domingos Raposo e, no futuro, poderá prestar apoio a outros trabalhos.

Destinámos um primeiro capítulo à contextualização da paróquia no âmbito histórico e geográfico. No segundo capítulo, procurámos fazer a crítica das fontes sobre as quais assenta o nosso estudo. Dedicámos um capítulo ao estudo de cada variável demográfica, conforme a ordem indicada nos livros da especialidade: nupcialidade, fecundidade, mobilidade e mortalidade. Calculámos os indicadores habituais para o conhecimento da cada uma das variáveis e procurámos correlacioná-las na medida do possível. Terminámos

3) Pierre Chaunu, *Histoire: Science social, la durée, l'époque moderne*, Paris, Sedes, 1974, p.291.

4) Maria Norberta Amorim, *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*, Univ. Minho, Braga, 1991, pp.3-4.

com um capítulo dedicado ao movimento geral dos baptismos, casamentos e óbitos. Não pudemos relacioná-los da forma mais adequada por não dispormos de registos de mortalidade infantil para a maior parte do período em observação.

No tratamento da mobilidade, variável influente nas sociedades do antigo regime⁵, cingimo-nos a uma abordagem através das «entradas» por ocasião do casamento, à residência dos defuntos por ocasião dos óbitos e às «saídas» através das «notícias ao óbito». O estudo da mortalidade ficou comprometido e foi até difícil de realizar, dada a já referida falta de registo de mortalidade infantil anterior a 1860. Procurámos estudar a mortalidade adulta e depois analisar a mortalidade infanto-juvenil, para o período de 1860-1910, de acordo com os dados disponíveis.

Assim, o nosso estudo consistiu, basicamente, na análise dos comportamentos demográficos da nupcialidade e da fecundidade, bem como dos fenómenos da mobilidade e mortalidade. Comparámos, também, os indicadores de cada variável com outros referentes a paróquias da área geográfica⁶ e contexto sócio-económico e cultural semelhantes.

5) Maria N. Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, p.171.

6) Paróquias reconstituídas por Maria Norberta Amorim, Poiares, Cardanha e Rebordãos (Distrito de Bragança) e Guimarães. Fizemos ainda comparações com a paróquia de Calvão, no Distrito de Vila Real, reconstituída por José Alberto Paulo Faustino.

CAPÍTULO I

A Paróquia e o Espaço

1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

A paróquia de S. Miguel de Palaçoulo, concelho e comarca de Miranda do Douro, fica situada no coração do Planalto Mirandês, no nordeste da província de Trás-os-Montes.

Em 13 de Maio de 1758 o reitor Manuel Navarro escrevia: «Está situado em hum alto (...), nam tem povo nem quinta subalterna (...). Tem termo seo que confina com Pradog. am, Teyxeira, Uva, Fonte Ladrão, Ágoas Vivas e Fonte daldeya (...). Não tem feira nem correyo. Dista de Lisboa oytenta legoas e de Miranda duas»⁷.

Localiza-se na vertente sul de uma encosta, na margem esquerda de uma pequena ribeira afluente do rio Angueira, em terreno um pouco frio mas bastante saudável.⁸

A freguesia não foi ainda objecto de qualquer monografia. Existem no entanto alguns documentos de carácter corográfico e outros escritos que lhe fazem referências, nos quais nos baseamos para fazer um breve enquadramento histórico e uma sumária caracterização económica e social da sua população.

Buscar as suas raízes implica recuar a épocas remotas. O nome Palaciolo/Palaciola, que veio a dar Palaçoulo, aparece nas inquirições de D. Afonso III e na carta de doação dos reguengos de Atenor e Palaçoulo⁹ de

7) *Memórias Paroquiais*, Torre do Tombo, Lisboa, p.195.

8) Américo Costa, *Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular*, Vol.III, p. 1009.

9) José Leite de Vasconcelos, *Estudos de Philologia Mirandesa*, Vol. II, Imp. Nacional, Lisboa, 1901, p.231.

D. Afonso Henriques ao rico-homem D. Pedro Mendes (Julho de 1172). No reinado de D. Sancho II, Palaçoulo foi adquirido aos herdeiros de Pedro Mendes pelo Mosteiro de Morerueta, monges de Cister¹⁰ (importantes no povoamento desta região). O mosteiro localiza-se a trinta quilómetros a norte de Zamora e era o dono do maior número de povoações na Terra de Miranda¹¹.



Figura 1
Capela da Senhora do Carrasco

Segundo a tradição terá havido um hospício destes monges na paróquia junto à capela da Senhora do Carrasco¹², santa de muita devoção. Refere o Abade de Baçal¹³ que terá sido a primeira capela que houve na comenda e aí assistia à missa toda a população dos lugares anexos da reitoria de Palaçoulo.

10) Artur Carlos Alves, Cadernos históricos mirandeses, *A Terra de Miranda Nas Inquirições de D. Afonso III*, edição da Câmara Municipal de Miranda do Douro, 1974, pp.38 e 61-62.

11) Idem, pp.38-39.

12) Memórias Paroquiais, ob. cit., p.196.

13) Francisco Manuel Alves, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Tomo IV, terceira edição, p.447.

A influência leonesa nesta região foi grande mesmo depois da constituição da nacionalidade¹⁴. No século XV o intercâmbio comercial ainda era intenso e as relações sociais bastante íntimas.¹⁵

O mosteiro acabou por ser extinto e anexados os bens à diocese de Miranda, por altura da sua criação¹⁶. Esta nova diocese, abrangia 338 freguesias, num total de 72.752 habitantes correspondendo a 28.860 fogos¹⁷. São os tempos áureos da Terra de Miranda. Teve poder, riqueza e glória, o que havia de perder dois séculos depois, aquando da transferência da sede da Diocese para Bragança.

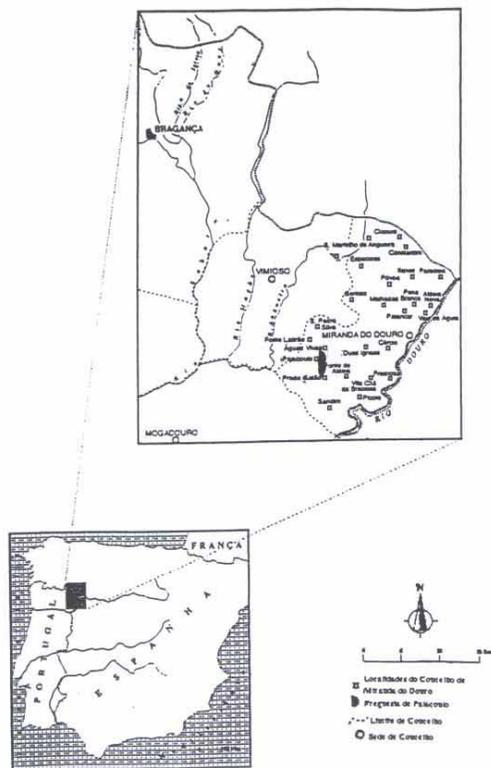
14) Vergílio Taborde, *Alto Trás-os-Montes*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1932, p.25.

15) Idem, pp.25-26.

16) Diocese criada por Bula do Papa Paulo III, em 22 de Maio de 1545.

17) António José Teixeira, *Em Volta de Uma Espada*, edição da Câmara Municipal de Miranda do Douro, 1980, p.26

Mapa 1
Localização da Freguesia de Palaçoulo



Fonte: Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa, 1999.

A localização geográfica, o relevo bastante acidentado, o relativo isolamento físico, administrativo e político, a juntar à aspereza do solo e do clima, tornaram esta região diferente de todas as outras e fizeram com que os seus habitantes desenvolvessem características muito próprias, robustez física, espírito rasgado e místico que vagueia pelo idealismo¹⁸. As mulheres são igualmente fortes e ajudam os maridos na cultura das terras¹⁹.

«O meio físico é o suporte vital do homem, das suas formas de ocupação, dos processos de exploração dos recursos naturais, das actividades que desenvolve e das relações económicas e sociais que estabelece»²⁰.



Figura 2
Fraga da Moura / Terreno acidentado

18) Francisco Manuel Alves, *Miscelânea*, p.14.

19) José Maria Amado Mendes, *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII. segundo um manuscrito de 1796*, INIC, Coimbra, 1981, p.158.

20) Sec. de Estado da Habitação e Urbanismo, *Plano da Área Territorial de Miranda do Douro e Vimioso*, 1982, p.2.

Com a chegada do liberalismo e a reforma administrativa de Mouzinho da Silveira a paróquia viu o território aumentado conforme a referência que podemos ler na acta da sessão da Câmara de 08-03-1860: «...a reorganização administrativa das paróquias em 1836...»²¹. Foi a única referência precisa que encontramos sobre este assunto, porque não tivemos acesso às actas daquela época. A paróquia de Palaçoulo passou a integrar as duas freguesias vizinhas, Prado Gatão e Águas Vivas. A primeira foi, durante muito tempo, freguesia autónoma, chegando mesmo a gozar de uma certa importância pois D. Manuel concedeu-lhe foral em 1 de Julho de 1510. Já em 1757 tinha apenas 61 habitantes²². Foi diminuindo e em 1836 passou a anexa de Palaçoulo. O mesmo sucedeu à freguesia de Águas Vivas, um Vilar Novo, local de águas límpidas e cristalinas²³.

2. ALGUNS DADOS SOBRE A ECONOMIA DA PARÓQUIA

A base económica da paróquia é a terra. A subsistência provém da criação de gado e do cultivo de cereais. Os dados materiais referidos em testamento legados aos herdeiros, evidenciam, claramente, tratar-se de uma sociedade rural com uma economia agro-pecuária de subsistência. Poderíamos agrupar os bens em três categorias:

As terras de culturas (vinhas, lameiros, árvores de fruta) e os animais (apenas mencionados ovelhas e carneiros); as casas e o seu reduzido mobiliário

21) Actas das sessões da Câmara Municipal de Miranda do Douro, 02-05-1859 a 17-02-1861, livro nº.24.

22) Américo Costa, *Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular*, Vol.III, 1943, p. 1010.

23) *Idem*, p.1009.

(arcas, camas, mesas, cadeiras, pipas e utensílios de cozinha, louças de barro, objectos de ferro, cobre e estanho) e por último as roupas (de cama, mesa, vestuário de uso diário e domingueiro, saias, calças e calções em pardo, mantilhas, baetas, branquetas russas). Aparecem outros objectos mais ricos no caso dos párocos, como botas com fivelas de prata, bastão de prata, livros eclesiásticos, relógios de metal e prata com caixa de tartaruga e um quarto de quilo em ouro.

De um modo geral, nos testamentos figuram os bens possuídos que testemunham uma vida simples na terra, sem exigências e confortos.

Na acta da sessão da Câmara de 29-10-1856, aparece registado: «...em virtude de ser o gado vacum e muar o que mais importância tem no concelho se cria uma feira franca anual todas as primeiras segundas-feiras da quaresma (...) porque sendo este concelho onde mais abundam os cereais, gado lanífero e vacum da melhor raça mirandesa, que exporta para outras províncias do reino...»²⁴.

Também no livro de registo de árvores da paróquia podemos ler, em 26-02-1813²⁵, a seguinte nota: «...que durante os dois anos anteriores se descuidou o cultivo das árvores. Cada morador deste lugar de Palaçoulo deve plantar cada ano ao menos seis árvores, como já a Câmara em sessão de 14-04-1790 assentou por conhecimento unânime dos povos da Terra de Miranda que neste lugar de Palaçoulo se dão bem castanheiros, amoreiras, árvores de fruta (macieiras, figueiras, ameixeiras e pereiras), mando que as plantem, também oliveiras para a parte de baixo deste lugar sob pena de seis mil reis aos que faltarem (...) e este livro será apresentado nas futuras correições, para ver se cumprem o que ficou determinado».

24) Actas das sessões da Câmara Municipal de Miranda do Douro (...), livro nº. 23.

25) Livro de árvores da paróquia de Palaçoulo, p. 12.



Figura 3
Aspecto do Planalto nas proximidades da Paróquia

Junto às casas ficavam os quintais, as hortas e as cortinhas. Ao longe estendiam-se as searas e os lameiros, nas partes mais altas os castanheiros, restando o descampado e as terras incultas. Ao longo da segunda metade do século XIX e princípios do século XX, o aumento da população e a fome de mais terra «de que tanto sofria a gente dos campos»²⁶ levaram a diminuir as áreas incultas. Os baldios, que aqui eram os bens comunais, foram vendidos e arrendados para satisfazer as necessidades da paróquia. Na sessão da Câmara de 05-08-1860 pode ver-se que «...Manuel de Pera Macias arrematou um bocado de terreno baldio, chamado o prado, junto dum lameiro do mesmo (...) foi arrematado junto do pregoeiro da Câmara Municipal, pelo valor de quarenta e três mil e vinte reis...»²⁷.

26) Vergílio Taborde, *Alto Trás-os-Montes*(...), ob. cit., p.157.

27) Actas das sessões da Câmara Municipal de Miranda do Douro (...), livro nº. 24.

Também na sessão de 30-04-1886 «...foi presente um requerimento da Junta da Paróquia de Palaçoulo, pedindo licença para arrendar alguns terrenos a fim de fazer face às despesas da Igreja...».

Razões históricas e geográficas, segundo Vergílio Taborde, contrariam nesta região a formação da grande propriedade, predominando a pequena propriedade. Aqui os bens passam de pais para filhos, aumentando o número de pequenos lavradores e diminuindo a superfície das parcelas que ficam cada vez menores. Ao longo de todo o período de observação só catorze indivíduos foram referenciados pelos párocos como sendo proprietários. Desses, quatro vieram de fora, seis eram naturais de Palaçoulo e os outros quatro eram naturais da povoação de Prado Gatão, anexa da paróquia.

Se tivermos em conta que os valores da décima pagos pelos lavradores e proprietários no ano de 1850²⁸ variavam entre vinte reis e vinte e seis mil reis, significa que uns eram abastados, outros remediados e alguns necessitados. Na sessão extraordinária da Câmara, em 05-07-1851, encontra-se a lista dos vinte maiores proprietários do concelho. Aparecia em número um - José Martins, da povoação de Prado Gatão, paróquia de Palaçoulo, que pagava vinte seis mil reis de décima. Em décimo quarto lugar constava Agostinho de Pera, também desta paróquia, com mil duzentos e vinte reis de décima.

O isolamento exerceu uma influência retardadora sobre a economia. Esse sentimento foi expresso pelo presidente da Câmara, na sessão de 15-07-1857, nos seguintes termos: «...o concelho de Miranda do Douro é, sem dúvida, a facção do país que pela sua disposição topográfica especial, abandonada por muitos anos... atrasada na marcha do progresso material, isolada dos centros

28) Livro de registo de décimas do concelho de Miranda do Douro, freguesia de Palaçoulo - ano de 1850.

mais comerciais da província pela falta de boas vias de comunicação, limitando-se aos produtos próprios que ainda são granjeados em quantidade apenas suficiente para satisfazer as necessidades do concelho...»²⁹.

O nome da província significa, ainda hoje, «distância e inacessibilidade». ³⁰A expressão «para cá do Marão», marca uma fronteira, uma diferença, confirmada pelas características do seu território.

Aqui, as estações do ano marcam um tempo de árduas e precisas tarefas. Começam no Outono com as vindimas e as sementeiras dos cereais. Pouco depois chega o frio e, com ele, a festa da matança do porco, época em que se abastece a despensa familiar para todo o ano. A Primavera é o tempo de espera até ao Verão, época das ceifas e debulhas debaixo de um sol abrasador.



Figura 4
Na eira / Limpa do trigo

29) Actas das sessões da Câmara Municipal de Miranda do Douro (...), livro nº. 23.

30) José Mattoso, Suzanne Daveau, Duarte Belo, *Portugal o sabor da terra, Trás-os-Montes*, Círculo de Leitores, 1997, p. 5.

Quando o calendário agrícola marca a hora de grandes labores são os vizinhos que se auxiliam, utilizando a torna-geira desde tempos imemoriais. Os métodos agrícolas primitivos persistiam até há muito pouco tempo. A lavoura em meados do século XX ainda se fazia com o arado tradicional de madeira. O sistema de cultura é e continua bienal com um ano de pousio.

Da leitura das actas das sessões da Câmara Municipal, ao longo de cinquenta anos, fica claro que se trata de um concelho essencialmente agrícola. Sessões houve em que se reunia apenas para tabelar o preço dos produtos da terra. Também a criação de gado mereceu muitas referências e destaques nas posturas municipais, como esta em 15-11-1860: «...sendo o comércio de gado vacum um dos principais ramos da indústria deste concelho, entende a Câmara que é de grande conveniência dar-lhe o maior desenvolvimento possível protegendo o referido comércio e animais assim os criadores tanto do referido gado vacum como muar e cavalar, pois nesta altura costuma ser exportado gado lanígero em quantidade para o reino vizinho...»³¹.

A relevância da produção pecuária exprime-a o agricultor de maneira bem pitoresca:

«Não há casa boa
Sem gado e c'roa (padre)³².

Nas terras húmidas cultivava-se o linho que juntamente com a lã forneciam a matéria-prima para o fabrico do vestuário. Não podemos dizer que tenha havido aqui produção industrial. Isolada no planalto, por caminhos quase intransitáveis, uma vez que não havia mais que tristes caminhos rurais

31) Actas das sessões da Câmara Municipal de Miranda do Douro, livro nº. 26.

32) Vergílio Taborda, *Alto Trás-os-Montes* (...), ob. cit., p.132.

dos tempos primitivos³³, ainda hoje a localidade é dotada apenas de uma estrada municipal. A este respeito podemos ler numa acta da Câmara Municipal de 1868, o seguinte: «...O presidente e vereadores analisam um officio vindo do governador civil com data de 07-04-1868, sobre a necessidade de dar início à construção de alguns troços de estradas municipais...»³⁴.

Assim, dadas as circunstâncias, todas as casas de família eram pequenas manufacturas. Quando os trabalhos agrícolas o permitiam e nos longos serões passados à lareira, local de encontro entre familiares e amigos, as mulheres fiavam a lã e o linho para confeccionar algumas peças de vestuário.

As aldeias tinham poucos habitantes, pois o pão não chegava para muitos. Funcionava, de quando em quando, a solidariedade contra a avareza da terra e a dureza do clima, visto que tinham de sobreviver com os seus próprios recursos. Esta área sustentou durante séculos uma porção considerável de agricultores, mas poucos deles terão enriquecido. Em termos gerais este panorama parece não se ter alterado muito³⁵. Os camponeses precisavam, muitas vezes, de sair da paróquia para comprar e vender o que necessitavam, por isso não faltavam às feiras mais próximas (Sendim e Miranda do Douro), onde levavam o gado para vender e, simultaneamente, comprarem ferraduras, enxadas, foices, ... ou panos e calçado para os dias de festa. Só em 1930 Américo Costa³⁶ faz referência a uma feira na paróquia, no dia 27 de cada mês, feira que ainda hoje permanece.

A paróquia na segunda metade do século XX passou por várias transformações e mostrou-se decidida a quebrar o «modus vivendi» do meio

33) José Mattoso, Suzanne Daveau, Duarte Belo, *Portugal o sabor (...)*, ob. cit., p. 12.

34) Actas das sessões da Câmara Municipal de Miranda do Douro, livro nº. 26.

35) José Mattoso, Suzanne Daveau, Duarte Belo, *Portugal o sabor (...)*, ob. cit., p.12.

rural. Venceu de certo modo o isolamento, chegou a energia eléctrica, o correio, o telefone, a televisão e, sobretudo, foi posta em evidência a capacidade e o dinamismo dos seus paroquianos. Sendo uma pequena comunidade rural no passado, conseguiu, nas últimas décadas, reduzir o peso da agricultura e introduzir algumas indústrias e serviços com bastante sucesso, nomeadamente fábricas de cutelaria, tanoaria, enchidos regionais, empresas de construção civil, tipografia e serviços básicos essenciais.

A industrialização melhorou o nível económico, social e cultural. Não há desemprego na localidade e a emigração é muito reduzida. Diz o industrial Domingos Martins não temer o progresso: «nós fazemo-lo».

3. ALGUNS DADOS SOBRE A SOCIEDADE DA PARÓQUIA

Na língua, na religião, no trabalho, nas danças, nos usos e nos costumes desta gente encontramos marcas da cultura dos povos que por aqui passaram. Por isso este povo sabe de saberes esquecidos. Vivendo intimamente ligado à terra, não admira que as profissões registadas sejam, na sua maioria, lavradores e jornaleiros. Alguns jornaleiros e lavradores acumulavam com o officio de carpinteiro, ou barbeiro, tecedor, ferreiro e outros mais indispensáveis à auto-suficiência das famílias e, também, da paróquia. Como refere António R. Mourinho³⁷, «o habitante do nordeste, homem e mulher, era ao mesmo tempo

36) Américo Costa, *Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular*, Vol. VIII, 1943, p. 1009.

37) António Rodrigues Mourinho, *Arquitectura Religiosa da Diocese de Miranda do Douro - Bragança*, Edição do autor e da Câmara Municipal de Miranda do Douro, Sendim, 1995, p. 19.

lavrador e artesão e havia muitos casos em que o ofício era o auxílio para a manutenção económica do agregado familiar, principalmente em tempo de pouco trabalho agrícola...».

A necessidade levava a aprender outras artes, como bem refere este laço dos pauliteiros:

«Quiero daprender un oufício
Que mantenga sou senhor:
Daprender a ferreirico,
Carpinteiro, ou cardador!»³⁸



Figura 5
Capa de Honras

Também o homem mirandês cria a sua forma de vestir. Servindo-se dos recursos locais da lã e do linho confecciona peças genuínas. As camisas e roupas interiores são feitas de linho. O restante vestuário é de burel (lã fiada, tecida e pisoada), do qual destacamos a capa de honras, de raiz leonesa, conventual, medieval.

A arte manifesta-se também nas fechaduras, com os pica-portas³⁹, nos trasfogueiros dos ferreiros, nos armários e jugos dos carpinteiros, nas colchas

38) António Maria Mourinho, *Cancioneiro Tradicional Mirandês*, Edição do autor, Escola Tipográfica, Bragança, I volume, 1984, p. 499.

das tecedeiras, bem como na cozinha com a posta mirandesa, o fumeiro, verdadeiro «manjar ensacado»⁴⁰, etc.

As casas da paróquia agrupam-se num núcleo compacto, o povoamento aglomerado rural. As casas são feitas com materiais que a natureza oferece: pedra, granito e xisto, barro e madeira.

Têm paredes largas, poucas portas e janelas, estendem-se em profundidade. Abrigavam o homem, os animais e os produtos da terra. Grandes portadas dão acesso ao curral onde guardam o carro de bois e demais alfaías agrícolas. A cozinha, com a lareira e os escanos, constitui a divisão mais importante da casa. Nela se reúne a família à volta da lareira, se tomam as refeições e recebem os amigos e vizinhos sobretudo nos longos serões de Inverno.



Figura 6
Casa rural / Porta de curral

39) Espelhos das fechaduras trabalhados pelos ferreiros.

40) Miguel Torga, *Portugal*, Coimbra, 1950, p.33.

Hoje já nem todas as casas mantêm a sua forma primitiva. Uma grande parte foi transformada alterando a fisionomia de outros tempos.



Figura 7
Centro de Artesanato / Construção recente

Muitos foram os paroquianos eleitos ou designados para desempenhar cargos e funções na Câmara Municipal e na paróquia: vereadores, juízes de paz, louvadores de terrenos, regedores, guardas rurais, inspectores das árvores, etc. Contabilizámos as nomeações registadas nas actas das sessões (1856-1888) e concluímos, sem margem para dúvida, que terá sido o paroquiano Manuel António Antão o que mais designações teve e mais funções desempenhou. Em 1860 aparecia com Francisco de Pera Macias entre os quarenta maiores proprietários do concelho e ficou a fazer parte da comissão recenseadora para esse ano. Desempenhava na paróquia o cargo de juiz de paz. Entre 1870 e 1872 foi vereador fiscal da Câmara Municipal. No ano seguinte constava da lista para a eleição da comissão recenseadora juntamente com José de Pera Macias, Padre António Falcão e Frutuoso Antão, todos desta paróquia, a fim

de elegerem os deputados municipais deste concelho. Nos anos seguintes preside às eleições do juiz da paz, é membro da junta da paróquia e continua por vários anos a constar das listas dos maiores do concelho e a desempenhar as mais diversas funções.

Contudo, não temos dúvidas que é o proprietário José Martins o mais abastado na paróquia e o que gozou de maior prestígio económico e social. O prestígio económico comprovámo-lo na acta de reunião da Câmara, em 05-07-1851⁴¹, onde foi registado ser o maior proprietário do concelho com base no valor da décima pagando vinte seis mil reis.

O social deduzimo-lo através dos testemunhos orais que ouvimos na freguesia. A demonstrá-lo permanece ainda bem cuidada a sua «casa grande» como, ainda hoje, é identificada entre os habitantes da localidade⁴².



Figura 8
«Casa Grande» / Prado Gatão

41) Actas das sessões da Câmara Municipal de Miranda do Douro, livro nº. 23.

42) Os seus descendentes ausentaram-se da paróquia por ocuparem cargos públicos. Apenas a sua neta Fábila, no estado de solteira, viveu na casa do avô até à sua morte há três anos atrás.

Os cuidados de saúde são ainda no século XIX praticamente inexistentes. Havia um cirurgião na sede do concelho pago pela Câmara Municipal. Na acta da sessão de 8-08-1859 lemos: «...Mais acordaram que sendo pública e notória a relaxação do cirurgião do partido desta Câmara, Francisco Inácio Rebelo de Faria, e uniforme a queixa geral dos habitantes, o qual cirurgião tem continuamente abandonado o cumprimento das suas obrigações (...). A Câmara como representante e procurador dos interesses do concelho, não pode honestamente consentir num empregado relaxado e numa despesa infrutífera (...) seja já demitido o actual cirurgião do partido com as formalidades prescritas no art. 127, parágrafo 6º. do Código Administrativo...»⁴³. Este registo dá-nos uma amostra do estado da saúde no concelho. De acordo com os testemunhos orais era frequente recorrer ao barbeiro para tratar os males. Actualmente continuam as carências na área da saúde, onde apenas funciona um posto médico algumas horas por semana.

Este povo cria momentos de descanso e convívio para renovar forças e energias. Conta histórias, faz recriações teatrais, «quelóquios» tão sui generis, de histórias bíblicas, de vidas de Santos, de reis, etc., onde, regra geral, aparece a figura do tonto com o fim de satirizar e divertir. Revitaliza os seus usos e costumes que divulga através dos seus grupos de pauliteiros⁴⁴ e danças mistas.

43) Actas das sessões da Câmara Municipal de Miranda do Douro, livro n.º 24.

44) António Maria Mourinho, estudioso e divulgador desta dança, aponta-a como sucessora das danças indo-europeias de espadas (que existiam em toda a Europa Ocidental desde a Escócia à Península Ibérica e desde a Alemanha à Jugoslávia), tendo as espadas sido substituídas por paus para facilitar a dança, opinião que também testemunha o Prof. Rolf W. Brednich. Refere, ainda, que teria sido no início uma dança guerreira com funções também de fertilidade, patente em alguns números como «As rosas» ou «A bicha» (festa das colheitas), em que os bailadores exorcizam ou abençoam com os pés dançando, bem nitidamente, os frutos do campo que lhes dão de esmola: pão, vinho e carne do fumeiro. A Igreja Católica tolerou-a nas suas festas, certamente imposta pela sua rusticidade milenária. (Grupo Folclórico Mirandês de Duas Igrejas-Pauliteiros de Miranda. Prémio Europeu de Arte Popular, 1981, Duas Igrejas, 1983, pp.8-9). É esta dança que os Pauliteiros de Palaçoulo mantêm com orgulho e dançam em festas e acontecimentos importantes, dentro e fora do seu habitat, testemunhando a tradição e os valores culturais.

Celebra festas e romarias. Noutros tempos percorria muitos quilómetros a pé para ir rezar e cumprir promessas nas ermidas... Ainda hoje as feiras e romarias atraem a gente da aldeia. Mas, ao mesmo tempo que dá importância à vida e à festa, valoriza também a morte, tocando e encomendando as almas na quaresma, com o objectivo de apelar ao sufrágio pelas almas dos entes já falecidos.



Figura 9
Igreja Matriz de S. Miguel

«...No meio da povoação fica a igreja de S. Miguel, construída no século XVIII. Tem seis altares e no altar-mor S. Miguel, o patrono»⁴⁵. A mesma fonte refere mais três capelas: a da Sr.ª. da Conceição, particular, a de S. Sebastião à entrada do povo e ao fundo a da Sr.ª. da Assunção ou do Carrasco (já anteriormente referida). Tinham as irmandades da Senhora do Carrasco, das

45) Memórias Paroquiais, ob. cit., p.195.

Almas, de Santo António e de S. Miguel. Crente e devoto, na religião, como no trabalho e no lazer, este povo ainda permanece como uma relíquia do passado. Há quarenta anos, António Maria Mourinho fazia este retrato dos mirandeses:

«...Somos filhos do campo, companheiros inseparáveis do sol e das estrelas, guardas perenes da ovelha e da vaca inocente. Cabouqueiros das escarpas, entre os fragedos e carrascais do Douro e as planuras de Leão; pastores solitários e alegres do planalto árido e frio, cantando loas ou romances medievais ou tocando flautas bíblicas ou gaitas de fole atrás do rebanho; comemos pão que nossos braços semearam e bebemos vinho que nosso suor fez brotar da terra, puríssimo e fino; vestimos nosso burel e nosso linho. Adoramos a Deus. Somos cristãos. Olhamos para o céu e admiramos o campo. Quando nasce a estrela da manhã, já nos encontra a pé»⁴⁶.

4. ALGUNS DADOS SOBRE A CULTURA DA PARÓQUIA

«Trás-os-Montes é, pois, simultaneamente, a terra da natureza intacta, das grandes violências, da energia acumulada e do tempo longo. Aqui o saber resulta da lenta acumulação de experiências transmitidas de geração em geração»⁴⁷.

A escola chega tarde e apenas para alguns, pois a maioria continua até ao fim do nosso período de observação a não saber assinar o seu nome nos registos paroquiais.

46) António Maria Mourinho, *Nuõssa Alma i Nuõssa Tierra*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1961, p. 6.

47) José Mattoso, Suzanne Daveau, Duarte Belo, *Portugal o sabor da terra*, Círculo de leitores, 1997, p.5.

Em 1758 o reitor da paróquia, Manuel Navarro, escreveu não constar que deste povo houvesse algum homem com armas nem com letras⁴⁸.

Segundo os dados fornecidos por Columbano Ribeiro de Castro, em 1796 na cabeça da comarca de Miranda e seu termo havia apenas dois professores, «um de gramática latina e outro das primeiras letras, ao passo que em 1772 tinham sido criados lugares para seis (...) dois de ler, escrever e contar, um de Gramática Latina, um de Língua Grega, um de Retórica e um de Filosofia»⁴⁹. Nas restantes localidades da comarca existia, ainda, um professor das primeiras letras em Algosó, Azinhoso, Bemposta e Vinhais e de Gramática Latina na primeira e na última povoações indicadas, o que demonstra um número muito reduzido de escolas e professores para toda a comarca.

Sobre a alfabetização na paróquia dispomos apenas de um registo do recenseamento para o concelho de Miranda do Douro, datado de 6 de Junho de 1846. Neste ano, num total de trinta e nove eleitores na paróquia treze sabem assinar, cinco sabem ler, escrever e contar, o que significa que os restantes nem sequer fazem o nome.

Posteriormente foi nos assentos de casamento que obtivemos as informações sobre a alfabetização dos nubentes. Embora só a partir de 1880 comecem a aparecer os registos de casamento assinados, isso não aconteceu com regularidade, o que nos leva a considerar apenas as duas últimas décadas em observação. Anotámos o número de noivos que assinam o respectivo registo de casamento e dos que não o fazem, a grande maioria, conforme informação do pároco «por não saber fazer o seu nome». Agrupámos os dados e construímos o quadro «alfabetização dos nubentes».

48) *Memórias Paroquiais*, ob. cit., p.196.

49) José Maria Amado Mendes, *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII (...)*, ob. cit., pp. 135-136.

Quadro 1
Alfabetização dos nubentes
(1890-1900)

Homens			Mulheres			Totais
S.inf.	Assi.	N.ass.	S.inf.	Assi.	N.ass.	H. /M.
15	4	30	15	1	33	98
1901-1910						
12	5	42	12	2	45	118

Como se depreende da leitura dos dados só uma minoria dos nubentes sabe fazer o seu nome, ficando a dúvida se sabem ler também. A percentagem de homens alfabetizados é nos dois períodos bastante superior à das mulheres. O maior número pertence, sem dúvida, aos que não sabem assinar. Da análise dos dados concluímos que a percentagem de alfabetizados é no primeiro 5,1% e 5,9% no segundo período.

A escola primária foi criada em Palaçoulo em 15 de Março de 1882, conjuntamente com a das paróquias de Ifanes, Constantim e S. Martinho também neste concelho⁵⁰. Refere a mesma fonte que o Senhor Presidente da Câmara considerou-as da maior importância para o desenvolvimento da instrução, o que de outra forma não podia obter-se em tais povoações. Defende ainda a mesma entidade que as escolas de Palaçoulo e S. Martinho devem ser mistas. Pensamos, no entanto, que a escola não entrou logo em funcionamento. Lêmos as cópias de todos os ofícios até 1888, localizámos a nomeação de professores para as outras escolas e nenhuma referência apareceu sobre Palaçoulo. É assim compreensível a falta de instrução na paróquia. Trata-se

50) Copiador dos ofícios expedidos pela Câmara Municipal para as diferentes instituições, p.6.

de uma zona rural, onde a população luta pela sobrevivência e sem motivação para ir à escola.

A Câmara Municipal mostra o seu desagrado pela irregularidade com que as crianças deste concelho vão à escola, sobretudo as do sexo feminino⁵¹. As férias são marcadas durante o mês de Agosto por ser esta a época de maior serviço agrícola e na qual os lavradores mais carecem do serviço que seus filhos lhe possam prestar⁵².

5. ALGUNS DADOS SOBRE A EVOLUÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO EM PALAÇOULO

Ao pretendermos fazer uma análise da evolução da população da paróquia sentimos dificuldades dada a falta de fontes disponíveis para o Antigo Regime. A primeira fonte por nós conhecida com referência à sua população são as Memórias Paroquiais na resposta do Reitor Manuel E. Navarro, em 13 de Maio de 1758, ao inquérito ordenado no tempo de Sebastião José de Carvalho e Melo: «freguesia do Archango S. Miguel, consta de noventa vizinhos e pessoas duzentas sincoenta e tantas...»⁵³.

Três décadas depois, em 1796, Columbano Pinto R. de Castro⁵⁴ regista para Palaçoulo 84 fogos e 277 almas, repartindo-se por 145 homens e 132 mulheres. De notar uma diminuição do número de fogos em relação aos que

51) Idem, p.30.

52) Idem, p.30.

53) Memórias Paroquiais, p.195.

54) José M^o. Amado Mendes, *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII (...)*, ob.cit., p.58.

Ihe são atribuídos em 1758 e um ligeiro aumento do número de pessoas. Segundo José M. Amado Mendes a população de Trás-os-Montes crescia mas de forma bastante moderada, pois nessa época apresentava a densidade populacional de vinte cinco habitantes por quilómetro quadrado enquanto a média do país andava à volta de trinta e três.

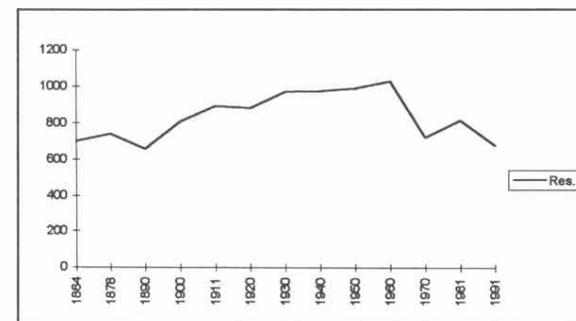
Mais tarde, em 1836, foram integrados na paróquia os lugares de Águas Vivas e Prado Gatão. Sabemos que estes lugares em 1796 tinham, respectivamente, 27 fogos-107 almas e 48 fogos-172 almas. A partir de 1864 as contagens periódicas da população feitas pelo estado indicam que a população da paróquia evoluiu a um ritmo lento e com algumas oscilações. Todavia, referindo-se a esta província, acrescenta José Amado Mendes que, apesar do rigor do clima, é na comarca de Miranda onde a mortalidade dos menores de dez anos é mais baixa, indicando a percentagem de 22,5 % de mortalidade para as crianças nascidas entre 1768-1792.

Considerando os valores dos censos portugueses, desde o ano de 1864 até 1991, construímos o quadro e respectivo gráfico que apresentam a evolução da população residente em Palaçoulo e anexas.

Quadro 2
Evolução intercensos da população residente em Palaçoulo

Ano	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Res.	700	740	659	810	894	885	975	978	993	1034	725	819	680

Gráfico 1
Evolução da população na paróquia



Observando a evolução da população residente na paróquia verificamos que o seu crescimento se processa a um ritmo bastante moderado. Regista-se crescimento até 1878 e uma diminuição de 11% de residentes logo em 1890. Este abatimento parece ter resultado do incremento da mortalidade epidémica (varíola e difteria). A população aumenta nos recenseamentos de 1900 e 1911 mostrando uma quebra de apenas 2,1% de residentes na década de 1920, talvez por efeito da gripe pneumónica. Mas, o crescimento retoma a sua marcha na década de 1930 e seguintes, atingindo o máximo de residentes (1034) em 1960.

Por efeitos da emigração, em 1970 a população apresenta a maior quebra destes 127 anos. «Até 1963 o país receptor da quase totalidade dos emigrantes do concelho de Miranda do Douro foi o Brasil, passando a França a ocupar o primeiro lugar entre 1964 a 1969».⁵⁵ Porém, contrariando a tendência das

55) Direcção Geral do Planeamento Urbanístico, Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, *Plano da Área Territorial dos Concelhos (...)*, ob. cit., p. 61.

restantes aldeias do concelho, a emigração em Palaçoulo nas décadas seguintes foi mais suave.

Na paróquia o processo de industrialização teve início com a chegada da luz eléctrica em 1966, altura em que os artesãos, como refere Domingos Martins (hoje proprietário com mais dois irmãos de uma fábrica de cutelarias), perceberam que a indústria seria a solução para poderem continuar a viver aqui sem ter de emigrar.

Implantaram algumas indústrias, nomeadamente, as cutelarias e tanoarias que depressa se tornaram conhecidas em todo o país pela sua qualidade. Em 1981 o número de residentes cresce 11,5%, para o que terá contribuído o retorno de África. Por sua vez, o recenseamento de 1991 apresenta menos 2,9% de residentes que o de 1864. Todavia, foram os emigrantes que regressaram no início da década de noventa que deram um novo impulso à industrialização da freguesia. Surgem na indústria alimentar os aviários e uma salsicharia com grande sucesso na produção de enchidos regionais. Seguem-se as empresas de construção civil, oficinas de reparações de automóveis, serralharias, padarias, tipografia, etc. que ocupam a mão-de-obra disponível na aldeia e arredores.

Constatamos que os residentes na paróquia tendem a regressar. Para este quadro parece contribuir a redução da taxa de natalidade fruto de planeamento familiar e a mobilidade provocada por migrações internas que motivam uma perda populacional da aldeia a favor das cidades, onde a população cada vez mais escolarizada tem acesso a outras formas de vida.

CAPÍTULO II

Fontes Demográficas e Metodologia

1. FONTES DEMOGRÁFICAS

Os assentos paroquiais são reconhecidos como fontes históricas, não só pelos estudos demográficos que nos possibilitam mas porque retratam a vida de uma paróquia e nos fornecem elementos sobremaneira valiosos para compreender a estrutura das sociedades do passado. Repetindo Maria Norberta Amorim, «em demografia histórica os registos paroquiais são a fonte mais segura, a mais contínua e a mais completa para o período pré-estatístico».⁵⁶

As fontes documentais básicas para a nossa investigação foram os registos paroquiais de baptismo, casamento e óbito da paróquia de Palaçoulo desde 1656 a 1910.

Os primeiros assentos da paróquia encontram-se num livro misto (1596-1656). Dada a difícil leitura, o mau estado de conservação e a lacuna de catorze anos nos baptismos (1642-1656), decidimo-nos por iniciar a nossa investigação no segundo livro misto.

Foram, descontinuamente, utilizadas outras fontes em cruzamento com as primeiras: testamentos, livros de décimas, actas de sessões da Câmara Municipal e registos de passaportes.

56) Maria Norberta Amorim, *Evolução demográfica de três paróquias do sul do Pico, 1680-1980*, Universidade do Minho, 1992, p.13. Retirado de Michel Fleury e Louis Henry, *Nouveau manuel de dépouillement et d' exploitation d' état civil ancien*, I.N.D., Paris, 1976, pp.11-12.

2. ANÁLISE E CRÍTICA DAS FONTES

2.1. Registos paroquiais

A determinação espaço-temporal deste estudo demográfico foi condicionada pelas fontes que se utilizaram. Chegar à consulta das mesmas não foi tarefa fácil, porquanto as fontes se encontram dispersas e parcialmente ignoradas. No Arquivo do Paço Episcopal, em Bragança, encontram-se os registos mais antigos do bispado. Agrupados, em maços, estão os livros referentes a cada paróquia, embora sem catalogação. O acesso a eles depende da vontade e autorização dos eclesiásticos. No Arquivo da Conservatória do Registo Civil de Miranda do Douro encontram-se a maioria dos registos paroquiais deste concelho a partir de meados do século XVIII. Aqui, só com autorização do Director Geral de Registos e Notariado foi possível consultar os respeitantes à paróquia em estudo a partir de 1728.

Pensamos, no entanto, que muitos dos registos que faltam se terão perdido para sempre. As obras de restauro nas igrejas e as «limpezas» nas sacristias terão sido, em boa parte, responsáveis. Cremos que esta nossa investigação pelas populações mais isoladas terá, pelo menos, contribuído para acautelar as que ainda restam.

A crítica das fontes é uma necessidade que se impõe, pois sabemos que toda e qualquer fonte é eivada de intencionalidade, de acordo com os interesses da instituição produtora: religiosos, militares, administrativos ou outros. A igreja católica ao elaborar os registos paroquiais tinha, principalmente, motivações de carácter religioso e, em particular, o controlo da regularidade na administração dos sacramentos. Sendo a população necessariamente católica

temos de concluir que os registos paroquiais constituem uma base de dados demográficos insubstituíveis para o estudo das características evolutivas das populações no Antigo Regime.

Não há acordo entre os autores sobre os registos mais antigos. Em França, os de baptismo remontam ao início do século XIV. Em Portugal mesmo antes do Concílio de Trento (1564) se foi, lentamente, introduzindo o uso dos registos paroquiais ou, pelo menos, a sua regulamentação nas constituições diocesanas.

Foi no Arquivo do Paço Episcopal, em Bragança, que localizámos os dois primeiros livros mistos que trabalhámos. Com capa de pergaminho, em regular estado de conservação e limites temporais entre 1656-1728. O primeiro, com limites temporais entre 1656-1692, tem nota de abertura e encerramento. O segundo de 1693-1728, tem termo de abertura rubricado pelo visitador do bispado de Miranda, João de Barros P. do Lago e não apresenta lacunas assinaláveis.

O primeiro registo de baptismo é de 8 de Abril de 1656, o de casamento é de 20 de Janeiro de 1656 e o primeiro de óbito é de 15 de Dezembro de 1655.

Para o período de 1728 a 1910, efectuámos os levantamentos na Conservatória do Registo Civil em Miranda do Douro, encontrando-se as fontes, de um modo geral, em bom estado de conservação. Os livros são específicos de assentos de baptismos, casamentos e óbitos.

Apesar de alguns párocos terem caligrafias menos legíveis e cuidadas do que outros (ao todo presidiram, durante o período estudado, aos destinos da paróquia vinte e seis párocos), não houve casos irresolúveis na decifração dos assuntos. A caligrafia mais perfeita de todas é, sem dúvida, a do padre Ângelo A. de Carvalho entre 1706 e 1709. A natureza diferencial dos redactores

reflecte-se ainda no rigor e nas informações complementares respeitantes a cada um dos actos vitais: lugar de residência, profissão, idade, naturalidade, posse de bens, herdeiros e outras situações que rodearam a morte. Contudo, os elementos necessários à concretização do estudo demográfico estiveram sempre presentes.

Quase sempre os visitantes acharam os registos em conformidade com o preceituado pelas constituições do bispado ou com os decretos governamentais sobre o registo paroquial, escrevendo «Visto em visitação», data e assinatura.

Todavia, na visitação de 28-02-1748 pode ler-se uma repreensão no sentido do pároco colocar ao cimo de cada página o ano a que respeitavam os assentos, em algarismos, sob pena de uma multa de 200 reis por cada infracção. A indiciar algum sub-registo, em 27-10-1852 no livro de registo de casamentos podemos ler uma nota do juiz comissário da missão, cónego Luís António Falcão, do bispado de Bragança: «...mandou vir à sua presença todos os livros de registos e achou que muitos assentos se não tinham lançado nos livros competentes. Para evitar grandes males para o futuro e ficar remediado tão grande desleixo causado pelo reverendo André Pires, reitor desta freguesia, mandou vir à sua presença todos os moradores deste lugar e por averiguações tiradas mui escrupulosamente achou que os assentos que faltavam por lançar eram os seguintes...». Seguem-se vinte três registos de casamento e assinaram algumas testemunhas que estiveram presentes.

Todos os livros de registo paroquial de Palaçoulo que chegaram até nós, exceptuando o mais antigo, se encontram num estado de conservação que nos permite considerá-los uma fonte segura para o estudo que pretendemos desenvolver.

Admitindo algum sub-registo ou que um ou outro nascimento tenha ocorrido por razões várias fora da paróquia, ele foi «recuperado» por cruzamento dos dados. Ao encontrar o casamento e/ou o óbito de um filho de uma família considerada estável sem esse registo de nascimento, ele foi anotado embora sem data de nascimento.

Apesar de nem sempre termos notado uma transmissão linear do apelido na família, não tivemos grandes dificuldades na identificação. De um modo geral tomavam o apelido do pai ou da mãe, daí que tivéssemos sempre em conta os dois. A identificação em toda a observação foi satisfatória.

Concluindo, apenas nos casamentos encontrámos duas lacunas mais significativas nos registos de Palaçoulo. A primeira, um período de três anos sem nenhum registo, 1785-1788. Também, em 27-10-1852, encontrámos a nota já transcrita, que deixa transparecer sub-registo nos assentos de casamento. Nos de baptismo e óbito houve sistematicamente registos não tendo por isso sido detectadas lacunas significativas.

2.1.1. Registos de baptismo - Os registos de baptismo começam por ter um formulário simples, indicam o nome da criança, filiação, data de nascimento e de baptismo que distam oito dias, e o nome dos padrinhos. Nos actos de baptismo a data de nascimento era de interesse secundário, na medida em que era a «cerimónia do baptismo mais do que a determinação do nascimento da criança que constituía o motivo directo do registo». ⁵⁷ É, pois, compreensível o sub-registo da mortalidade infantil verificada até meados do século XIX. A partir de 15 de Agosto de 1725 passaram a incluir os nomes dos avós paternos

57) João Arriscado Nunes, «Do Cultural no processo de produção das fontes para a demografia histórica e História da família», Faculdade de Letras do Porto, 1987, p.125.

e maternos, suas naturalidades e, ainda, o estado civil dos padrinhos. Após 1850 incluem o lugar de residência e profissão dos pais, bem como a hora do nascimento. A partir desta data é a legislação do estado liberal que determina os elementos a incluir nos registos.

Poucos são os padrinhos que assinam os registos. Assinam de cruz, o nome era em regra escrito pelo padre, a primeira parte do nome à esquerda e o resto à direita, ficando a cruz no meio, por vezes envolvida num círculo ou num losango com rabiscos mais ou menos artísticos.

2.1.2. Registos de casamento - Os registos de casamento até 14 de Dezembro de 1671 apenas indicam o nome, apelido dos nubentes, a naturalidade e o nome de algumas testemunhas. Só assinava o pároco. Após 1672, não só passam a referir o nome dos pais dos nubentes como a naturalidade e, ainda, se à data são falecidos. Referem também, em alguns casos, o dia da semana em que se realizou o casamento, se assistiram muitas ou poucas pessoas e passam a assinar algumas testemunhas. A partir de 1860, aparece a idade e a profissão dos nubentes, a hora do casamento e o nome dos avós paternos e maternos. De salientar que a terminação do apelido é feita de acordo com o sexo: Terrona, Pardala, Currala, Ruana, Preta...

2.1.3. Registos de óbito - Os registos de óbito começam por ser extremamente simples, apenas o nome, a data do óbito e os nomes dos herdeiros e terceiros. No início do séc. XVIII acrescentam o local da sepultura, o estado civil, nome do cônjuge quando casado ou viúvo, idade, se fez testamento ou repartição de bens, sacramentos ministrados e o motivo da morte. Após 1850 referem a hora do falecimento, idade, filiação, em alguns casos os avós paternos

e maternos e a situação económica, sobretudo quando são pobres e muito pobres.

Localizámos em 11-02-1790 o primeiro registo de mortalidade infantil. Posteriormente, verificámos sub-registo pois aparece apenas um ou outro caso registado. Só a partir de 1860 o registo passa a ser sistemático.

2.2. Outras fontes

No Arquivo Distrital, em Bragança, consultámos os registos de passaportes existentes apenas para o período de 1850-1910, as únicas fontes que conseguimos disponibilizar para o estudo da mobilidade externa. As restantes fontes consultadas pertencem ao Arquivo da Câmara Municipal de Miranda do Douro, depositadas no Museu da Terra de Miranda ainda em razoável estado de conservação mas sem inventariação: actas da Câmara Municipal entre 1850-1900, livros de décima de Miranda e seu termo e os respeitantes à paróquia de Palaçoulo para o período 1816-1827, recenseamento dos eleitores do concelho por paróquia desde 1848 a 1849, livro das árvores de Palaçoulo e Prado Gatão, respectivamente entre 1805-1807 e 1805-1839 e, ainda, alguns testamentos para o período 1787-1840 relativos a paroquianos pertencentes a famílias reconstituídas na paróquia.

3. METODOLOGIA

Não é fácil nesta região de Trás-os-Montes fazer trabalhos na área da demografia, dada a dispersão de fontes e a inexistência de um arquivo organizado onde possamos consultar as mesmas. Mas, com insistência e

perseverança, conseguimos localizá-las para a paróquia de Palaçoulo, a fim de construir a «base de dados» em que assenta este estudo demográfico.

Seguimos a metodologia de reconstituição de paróquias de Maria Norberta Amorim⁵⁸. Organizámos toda a informação em fichas de família que se abriram a partir dos registos de baptismo. Seguiu-se a informatização das mesmas de modo a termos um ficheiro de famílias e um ficheiro de indivíduos. O último inclui não só os indivíduos pertencentes às famílias legítimas, ilegítimas e expostos mas também todos os outros que não sendo oriundos da paróquia lá faleceram.

Deparámos com um quadro diversificado, famílias estáveis e famílias não estáveis na paróquia, indivíduos cujo percurso de vida é possível acompanhar desde o nascer ao morrer e indivíduos que só podemos acompanhar em um ou outro acto vital. Em virtude da diversidade de situações obtidas e de acordo com a metodologia adoptada classificámos as famílias em sete tipos e convencionámos datas de «início» e «fim» de observação nos termos expostos pela autora do método de reconstituição de paróquias⁵⁹. Procedimento considerado indispensável para o tratamento da fecundidade e abordagem da mobilidade.

Para o tratamento das diferentes variáveis demográficas, nupcialidade, fecundidade, mortalidade e mobilidade, recorreremos ao cálculo de indicadores usuais em estudos desta natureza. Esta metodologia permite-nos ampliar o campo de observação. Usando os ficheiros de indivíduos podemos cruzar informações provenientes de fontes diversas, na mira da História económica, social e cultural, que a partir da base de dados se podem desenvolver em trabalhos posteriores.

58) Maria Norberta Amorim, *Uma metodologia de reconstituição de paróquias*, Universidade do Minho, Braga, 1991, pp.12-32.

59) *Idem*, pp.28-29.

CAPÍTULO III

A Nupcialidade

1. A NUPCIALIDADE

O casamento é por natureza um acto social. «Mobiliza a comunidade. Anima-a»⁶⁰. É ainda, por princípio, o mais voluntário dos fenómenos demográficos do Antigo Regime, apesar de não serem excepção os casamentos contrariados ou orientados⁶¹.

A importância da nupcialidade advém do facto do processo reprodutivo ter lugar dentro de um quadro legal e socialmente instituído que é o casamento⁶². Este, enquanto sacramento de instituição divina, só era tolerado quando voltado para a procriação⁶³. S. Tomás de Aquino defendia a submissão da actividade humana à moral, o casamento é sagrado o celibato condenável. O casamento significa o início de um novo ciclo reprodutivo. A nupcialidade só indirectamente através da natalidade intervinha na dinâmica populacional.

Foram os trabalhos de Hajnal, em meados da década de sessenta, que vieram valorizar a nupcialidade como fenómeno regulador das populações. Este demógrafo evidenciou ainda a especificidade do comportamento matrimonial da Europa ocidental, caracterizado por elevada idade média da mulher ao casamento e por um forte celibato definitivo. Era na idade tardia da

60) Belarmino Afonso, *O Casamento – Um rito de passagem, Seus vestígios na região transmontana (Bragança)*. Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto 1988, p.168.

61) Idem, p.168.

62) José Arriscado Nunes, *Um Balanço Crítico da Investigação Recente*, Coimbra, p.13.

63) François Lebrun, «Atitudes Diante do Amor e do Casamento em Sociedades Tradicionais», in *População e Sociedade*, organizado por Maria Luiza Marcilio, Petrópolis (Brasil), p.181.

mulher ao casar que estava a chave do sistema demográfico antigo⁶⁴. Ao casar tarde a mulher vê a sua vida reprodutiva diminuída, construindo uma verdadeira arma contraceptiva no dizer de Pierre Chaunu⁶⁵. Posteriormente, Robert Rowland para o período entre 1750/1850, num trabalho comparativo entre três países da Europa – Inglaterra, França e Suécia, mostrou que o equilíbrio das suas populações foi regulado por variáveis diferentes. Chama, assim, a atenção para a especificidade de cada população e acrescenta ser na variável demográfica da nupcialidade onde mais se fazem sentir os efeitos do contexto económico e social.

Não iremos aqui fazer um estudo exaustivo dos registos de casamento, mas tentaremos uma análise demográfica que nos permita saber quando se casava na paróquia, a intensidade e a frequência do primeiro casamento, do celibato, da viuvez e do recasamento. A constatação de uma diversidade regional justifica, só por si, uma análise da especificidade de cada população.

2. SAZONALIDADE DOS CASAMENTOS

Numa primeira abordagem à nupcialidade quisemos saber como se distribuíam os casamentos ao longo do ano; saber se foram respeitadas as prescrições religiosas do tempo da quaresma e do advento; quais os meses eleitos pelos noivos desta comunidade rural para celebrarem as suas bodas, e se terão mantido as mesmas preferências ao longo de todo o período estudado.

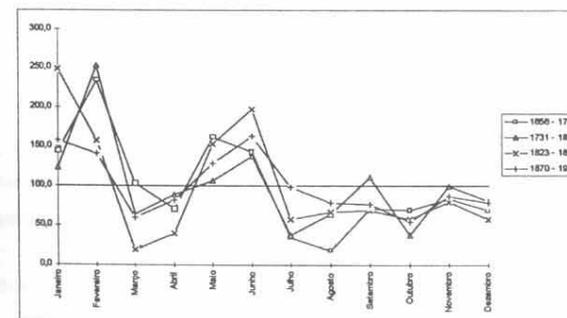
64) Idem, ob. cit., p.180.
65) Idem, ob. cit., p. 180.

Começámos por analisar o movimento contínuo dos casamentos por décadas e entendemos delimitar três períodos, que consideramos no quadro. Posteriormente, a fim de comparar com outras paróquias construímos o gráfico para melhor visualização.

Quadro 3
Sazonalidade dos casamentos

Períodos	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT
1656 1749	35	43	22	15	31	28	9	9	16	16	15	15	254
1750 1849	22	42	9	16	24	29	5	7	18	5	20	14	211
1850 1910	49	36	13	17	35	44	25	22	20	15	22	20	318
1656 1910	106	121	44	48	90	101	39	38	54	36	57	49	783

Gráfico 2
Movimento sazonal dos casamentos



No primeiro período (1656–1749) ocorreram 254 casamentos, tendo-se verificado o ponto mais elevado no mês de Fevereiro, logo seguido dos meses de Janeiro e Maio. Os valores mais baixos ocorreram nos meses de Julho e Agosto uma vez que nem todos os meses eram bons para casar. O provérbio quem casa em Agosto, casa na flor do rosto, significava pouca duração de vida. Nos meses de Março e Abril os valores desceram para metade dos verificados em Fevereiro (o mês de Março era o mês dos preguiçosos – “bodas em Março, sinal de madraço”). Supomos que esta diminuição se ficou também a dever às imposições religiosas, «tempo proibido» para os noivos receberem as bênçãos nupciais, pois recuperam logo nos meses seguintes (Maio e Junho). Seguem-se os dois meses de última escolha e os valores sobem logo em Setembro quase para o dobro, valores que se mantêm mais ou menos constantes até ao final do ano. O advento não parece ter merecido grande significado nesta paróquia. O mesmo foi verificado por Norberta Amorim noutras paróquias transmontanas⁶⁶.

No segundo período (1750-1849) o mês eleito continua a ser o de Fevereiro, seguido dos de Junho e Maio. De salientar uma quebra acentuada no mês de Março relativamente ao período anterior, ocorrendo os valores mais baixos em Julho e Outubro. Poderemos pensar que houve uma maior observância do tempo da quaresma. De notar uma descida brusca no mês de Outubro. Os meses de menor procura continuam a ser Julho e Agosto, assumindo ainda valores inferiores aos anteriormente registados. Constatamos, assim, que os valores mais reduzidos ocorrem nos meses das grandes fainas

66) Norberta Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico 1680-1980*, Instituto de C. Sociais, Universidade do Minho, Braga, p.82.

agrícolas, ceifas e debulhas em Julho e Agosto, sementeiras e vindimas em Outubro.

No terceiro período (1850-1910) passa a ser Janeiro o mês de primeira escolha, seguido dos meses de Junho e Fevereiro. Nos meses de Março e Abril continuam a verificar-se os valores mais baixos na proporção de um para três em relação a Janeiro, atingindo, pela primeira vez, em Março o ponto mais baixo da curva.

Na paróquia de Palaçoulo, como nas de Poiares, Cardanha e Rebordãos, estudadas por Norberta Amorim, a maioria dos enlaces tem lugar na primeira metade do ano, reduzindo bastante na segunda parte, embora a evolução mostre um esbater desta tendência⁶⁷.

Em síntese, verificamos que:

- O mês de Fevereiro é o mais procurado para a realização das bodas até meados de oitocentos, evoluindo posteriormente para Janeiro;
- São os meses de Julho, Agosto e Outubro os que registam menor número de enlaces;
- O maior número de casamentos tem lugar de Janeiro a Junho, diminuindo consideravelmente na segunda parte do ano.

De notar no último período a tendência para uma distribuição mais uniforme dos casamentos ao longo de todo o ano.

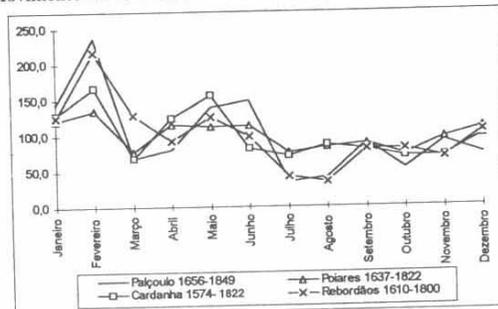
A fim de comparar os valores globais, tendo em conta o reduzido número de efectivos nas paróquias atrás mencionadas, construímos o quadro e gráfico que seguem:

67) Maria Norberta Amorim, «S. Pedro de Poiares e a Sua População de 1561 a 1830», *Brigantia* n.º.3, vol.II, 1983/84, p.535.

Quadro 4
Sazonalidade dos casamentos em quatro paróquias transmontanas

Paróquias	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT
Palaçoulo 1656/1849	57	85	27	31	55	57	14	16	34	21	35	29	465
Poiares 1637/1822	97	98	62	89	89	88	61	66	68	58	74	87	937
Cardanha 1574/1822	63	74	33	59	76	39	35	42	38	34	33	48	574
Rebordãos 1610/1800	53	83	54	38	53	40	18	15	33	34	28	44	493

Gráfico 3
Movimento sazonal dos casamentos. Comparação entre paróquias



De acordo com os dados, nas quatro paróquias a maioria dos casamentos tem lugar na primeira parte do ano, Inverno e Primavera, reduzindo no Verão e no Outono. Partilhamos da opinião de Norberta Amorim no sentido de que

esta diminuição estará relacionada com os trabalhos agrícolas das colheitas e das sementeiras. Esta redução é ainda mais nítida em Palaçoulo e Rebordãos onde os meses preferidos são Fevereiro e Janeiro e os de menor escolha Julho e Agosto. A maior semelhança entre estas duas paróquias é compreensível dadas as afinidades geográficas, económicas e climáticas. As paróquias de Cardanha e Poiares localizam-se mais ao sul do distrito, com um clima menos rigoroso e uma economia mais voltada para a produção de amêndoa, vinho e azeite; menos cerealífera e pecuária, actividades dominantes em Rebordãos e Palaçoulo. É visível nestas paróquias, embora de forma mais notória na Cardanha e em Poiares, o respeito pelo «interdito» da quaresma. Mais tarde, registamos em Palaçoulo uma diminuição de casamentos nos meses de Março e Abril sobretudo a partir de meados do século XVIII. Este comportamento pode significar um aumento de respeitabilidade pelas interdições aconselhadas pela igreja na quaresma. A mudança de comportamento na paróquia de Palaçoulo poderá eventualmente estar relacionada com a transferência da diocese de Miranda do Douro para Bragança, pois ocorreu na mesma época. Sabemos que nem todas as dioceses faziam as mesmas exigências em matéria de prescrições religiosas. Verificamos, ainda, que a realização dos casamentos nas paróquias rurais de Trás-os-Montes no Antigo Regime não era apenas condicionada pelas prescrições religiosas mas, também, pelas árduas tarefas agrícolas, base da sua subsistência. Mesmo tendo em conta a laicização dos costumes, somos levados a inferir que a Páscoa foi e continua a ser o período de maior contenção e respeito pelas normas da igreja. É provável que a limitação das festas na quaresma possa influenciar a marcação das bodas que pretendem ser dias de festa e união para toda a comunidade.

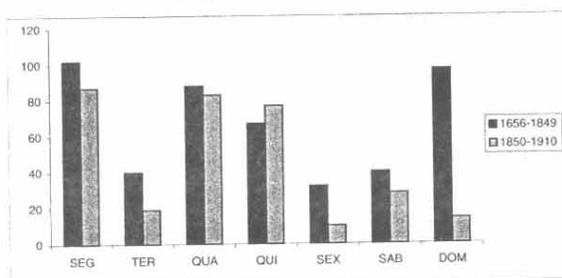
2.1. Distribuição semanal dos casamentos

Após analisarmos a distribuição dos casamentos pelos meses do ano, quisemos saber quais os dias da semana preferidos pelos noivos desta comunidade para a realização das suas bodas.

Quadro 5
Distribuição semanal dos casamentos

1656-1849								
D. SEMANA	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM	TOTAL
Nº Abs.	102	40	88	67	32	40	97	466
%	21,9	8,6	18,9	14,4	6,9	8,6	20,8	100,0
1850-1910								
Nº Abs.	87	19	83	77	10	28	14	318
%	27,4	6,0	26,1	24,2	3,1	8,8	4,4	100

Gráfico 4
Distribuição semanal dos casamentos



Da análise dos dados inferimos que, entre 1656-1910, 24% do total dos casamentos teve lugar à Segunda-feira, dia da semana preferido pelos nubentes para a celebração das suas bodas. Durante o mesmo período apenas 5,3% dos casamentos teve lugar à Sexta-feira, dia da semana nefasto que lembra a morte de Cristo e também pouco dado a festas em virtude de ser tradição jejuar e não se comer carne.

Até meados do século XIX, os dias da semana mais escolhidos são, depois da Segunda-feira, o Domingo, a Quarta e a Quinta-feira com 20,8%, 18,9% e 14,4% respectivamente. A partir da segunda metade daquele século, verifica-se uma diminuição acentuada do número de enlaces ao Domingo, reduzindo a percentagem para 4,4%.

A Sexta-feira foi em toda a observação o dia da semana menos desejado pelos noivos para casar, seguido da Terça-feira e do Sábado, embora no segundo período o Domingo registre menor percentagem que a Terça-feira. É, por conseguinte, a Segunda-feira o dia da semana que concentra maior número de matrimónios. Pensamos por isso que sendo o Domingo o dia de descanso o aproveitavam para os preparativos da boda que tinha lugar no dia seguinte.

François Lebrun⁶⁸ num estudo elaborado em França no século XVIII para Rouen, registou o mesmo comportamento que observámos em Palaçoulo a partir de meados do século XIX. O Domingo era o dia que reunia menor número de casamentos. A situação é atribuída ao facto dos párocos estarem ocupados com a celebração das missas dominicais e também para que o dia do Senhor não fosse profanado com divertimentos.

68) François Lebrun, *A vida conjugal no Antigo Regime*, Lisboa, Ed. Rolim, 1983, pp. 445-480.

3. IDADE MÉDIA AO PRIMEIRO CASAMENTO

Para o estudo da nupcialidade interessa medir não só a intensidade mas também a sua precocidade e duração através da idade em que ocorre o primeiro casamento. Embora reconhecendo a importância de outras variáveis demográficas (mortalidade e mobilidade), como reguladoras do crescimento da população, não podemos deixar de ter em conta a idade média ao primeiro casamento, sobretudo depois dos estudos de John Hajnal sobre o sistema demográfico da Europa Ocidental⁶⁹.

Sendo a idade média ao primeiro casamento um indicador privilegiado para o estudo da nupcialidade, começámos por fazer o seu cálculo por décadas para ambos os sexos, primeiro numa observação transversal e depois numa análise longitudinal, a fim de melhor visualizar as alterações deste comportamento. Tivemos em conta a idade convencionada para o celibato definitivo, não considerámos os primeiros cinquenta anos na observação transversal e desprezámos o último meio século na observação longitudinal.

Numa primeira análise à idade média ao primeiro casamento por décadas para ambos os sexos consideramos três períodos de acordo com o quadro «*idade média ao primeiro casamento*», conforme o comportamento deste indicador ao longo do séculos XVIII e XIX.

69) John Hajnal, «European Marriage Patterns in Perspectives», in D. V. Glass e D. C. (eds), *Population in History*, Londres, 1965, pp.101-143.

Quadro 6
Idade média ao primeiro casamento (observação transversal)

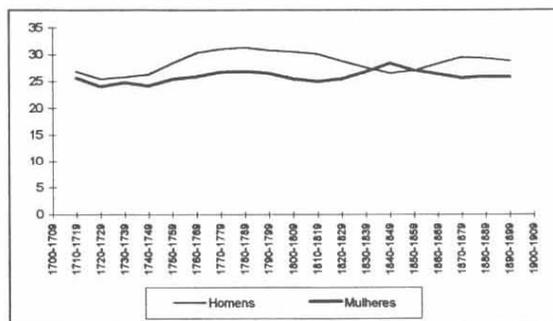
PERÍODOS	MULHERES		HOMENS	
	Observ.	Id. Média	Observ.	Id. Média
1710-1749	114	25,0	39	26,3
1750-1819	110	26,0	58	30,5
1820-1900	210	26,4	158	28,3

Verificamos que o volume de observações do sexo feminino é bastante superior ao do sexo masculino. Da leitura dos dados inferimos que a idade média ao primeiro casamento das noivas foi sempre inferior à dos noivos, apesar de registar o aumento de um ano do primeiro para o segundo período e de quatro décimas do segundo para o terceiro. Concluimos, pois, que a idade média das nubentes em Palaçoulo foi aumentando ao longo do período em observação. O sexo masculino mostra um comportamento diferente, sofre uma elevação de quatro anos na segunda metade de setecentos e nas duas primeiras décadas de oitocentos, período em que os homens tiveram maiores dificuldades em aceder ao casamento. De salientar neste período uma crise de mortalidade nos anos de 1764 e 1767 e, ainda, em 1804/05, esta uma das crises de mortalidade mais graves sentidas na paróquia. A partir de 1820 a idade média dos homens ao primeiro casamento desce, fixando-se no valor global de 28,3 anos, oscilando a média por década entre o valor mínimo de 25,7 anos e o máximo de 29,9 anos.

Na representação gráfica por décadas, gráfico «*Idade média ao primeiro casamento/análise transversal – 1700 a 1909*», médias móveis de três décadas, distinguimos a primeira metade do século XVIII com as idades

médias mais baixas de toda a observação para os dois sexos. Na segunda metade deste século e início do XIX as idades médias sobem de modo mais visível para os homens atingindo o valor máximo de 32,9 anos, acompanhando a do sexo feminino sem no entanto ultrapassar os 27,3 anos⁷⁰. A partir de 1820 registamos uma tendência inversa. Enquanto a idade média masculina desce até aos 26,5 anos, a idade média feminina sobe e atinge o seu valor mais elevado entre 1850-1859 com 28,4 anos. Por fim, enquanto a idade média ao primeiro casamento das mulheres se fixa nos 26,4 anos a dos homens sobe para estabilizar nos 28,3 anos nas últimas décadas em observação.

Gráfico 5
Idade média ao primeiro casamento
Análise transversal de 1700 a 1909
(Médias móveis de 3 décadas)



70) A este aumento da idade média ao primeiro casamento não deve ter sido alheia a guerra dos sete anos em 1760, pois o conflito atingiu toda esta zona fronteiriça por um longo período. Também as invasões francesas afectaram esta área na primeira década do século XIX.

Registamos uma idade média global de acesso ao primeiro casamento para toda a observação de 28,1 anos para os noivos e de 25,2 para as noivas. A existência de um casamento tardio leva-nos a questionar sobre os factores que limitaram a formação de novas células familiares provocando consequências a nível reprodutivo. Cremos que para além dos problemas conjunturais que afectaram esta área, como as guerras já mencionadas e as crises de mortalidade, outros terão produzido o seu efeito. Tratando-se de uma comunidade rural, em absoluta dependência da terra, não excluimos o peso da herança e da propriedade na determinação da idade média ao primeiro casamento, como refere François Lebrun: « não se pode casar senão quando a união for economicamente possível »⁷¹. É preciso esperar para herdar dos pais a terra necessária à exploração agrícola ou, de outro modo, arranjar um pecúlio para fugir à miséria. Pensamos que a falta de terra para cultivar é uma das prováveis razões para esta idade média tardia ao casamento, pois ainda no século XIX são frequentes os pedidos à Câmara Municipal para arrendar ou comprar terrenos baldios, como pode ler-se nas actas daquela instituição⁷². Entendemos, no entanto, tratar-se de uma realidade diferente da que O' Neill apresenta para Fontelas⁷³, neste distrito, relativa ao período de 1870-1978.

Se atentarmos na relação de masculinidade ao nascimento verificamos que até meados do século XIX o número de nascimentos masculinos é superior aos femininos, restabelecendo-se algum equilíbrio no resto do período

71) François Lebrun, «Atitudes diante do Amor e do Casamento», *Sociedades Tradicionais*, p.171.

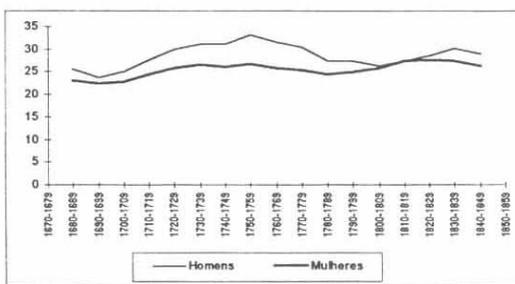
72) Em reunião da Câmara Municipal de 07-04-1868 nomeavam os louvadores Manuel Inácio e Amaro Fernandes Cordeiro para louvar os terrenos baldios a vender-se em Palaçoulo, Águas Vivas e Prado Gatão.

73) Em Fontelas fazem o possível por evitar ou protelar os casamentos de grande parte dos seus membros. «O matrimónio é sistematicamente subordinado à força predominante do património». Nas famílias de proprietários apenas casa o filho melhor posicionado, os restantes ficam celibatários acabando por contribuir para a grande percentagem de ilegitimidade que se regista nesta localidade no período referido por Brian Juan O' Neill, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1984, p.289.

observado. Olhando, ainda, a relação de masculinidade ao óbito concluímos por uma maior penalização dos elementos femininos durante o século XVIII, um equilíbrio na primeira metade de oitocentos e uma mortalidade maior do sexo masculino no resto da observação.

Na representação longitudinal do fenómeno, «*gráfico 6*», confirmamos a tendência manifestada: uma certa regularidade para as idades médias femininas e maior oscilação para as idades médias masculinas que mostram o seu valor mais baixo na última década do século XVII com 24,3 anos e o mais alto na década de sessenta do século XVIII atingindo 35,8 anos, década em que houve uma mortalidade superior ao normal como atrás referimos. A idade média ao primeiro casamento das mulheres de Palaçoulo é inferior à dos homens, com excepção para a segunda década de oitocentos. Terminamos a observação com a idade média masculina a atingir os 30 anos e a feminina os 26,2 anos.

Gráfico 6
Idade média ao primeiro casamento
Análise longitudinal de 1670-1859
(Médias móveis de 3 décadas)



Comparando a idade média ao primeiro casamento em Palaçoulo com a registada noutras paróquias transmontanas⁷⁴ obtemos o seguinte quadro:

Quadro 7
Idade média - Comparação entre paróquias

PARÓQUIAS	PERÍODOS	Homens - Id. Média	Mulheres - Id. Média
Palaçoulo	Séc. XVIII	28,1	25,2
Rebordãos	"	28,6	26,5
Cardanha	"	29,1	28,3
Poiares	"	28,5	25,3

Verificamos que a idade média ao primeiro casamento em Palaçoulo se enquadra nos valores registados para outras paróquias do distrito.

A idade média ao primeiro casamento para os homens oscilou entre 28,1/29,1 anos de idade e para as mulheres entre os 25,2 /28,3 anos de idade. As idades registadas em Palaçoulo são praticamente coincidentes com as da paróquia de Poiares. De notar a superioridade das idades verificadas em Rebordãos e na Cardanha. As mulheres da Cardanha casam em média três anos mais tarde que as da paróquia em estudo e os homens um ano.

Estas oscilações na idade média das noivas ao casamento implica consequências na fecundidade e, necessariamente, na evolução demográfica das populações.

Constatamos que em Trás-os-Montes casavam bastante tarde. Estamos em crer que, para além dos problemas pontuais de conjuntura atrás mencionados, também as condições económicas e sociais estão na origem da idade média tardia ao primeiro casamento.

74) Maria Norberta Amorim, «S. Pedro de Poiares» (...), ob. cit., p.545.

3.1. Grupos sociais e idade média ao primeiro casamento

No passado, tal como nos nossos dias, a situação económica e profissional justifica comportamentos demográficos relativos à idade média ao primeiro casamento. Dispondo apenas de informações dos registos paroquiais, procuramos conhecer o comportamento dos nubentes no que respeita à idade média ao primeiro casamento em função da profissão dos pais.

Os párocos só começaram a mencionar com regularidade as profissões dos intervenientes nos actos vitais a partir de meados do séc. XIX. Até essa data apenas eram mencionadas profissões ligadas aos ofícios e referido um ou outro lavrador. Nos séculos em estudo os registos eram bastante omissos sobre dados relativos à posse de bens, limitando-se a pequenas referências como o «não pagamento do funeral por falta de meios» e a referir o «local do enterramento».

Se em relação a alguns residentes temos informações complementares para algumas décadas da primeira metade do séc. XIX como, por exemplo, o valor da décima que pagavam, isso acontece com um número bastante reduzido. Com os dados obtidos construímos o seguinte quadro.

Quadro 8
Grupos sociais e a idade média ao primeiro casamento

PROFISSÃO	1800-1864				1865-1910			
	Observ.	Id. H.	Observ.	Id. M.	Observ.	Id. H.	Observ.	Id. M.
Proprietários	-	-	-	-	9	29,7	9	27,6
Lavradores	23	27,1	23	27,1	82	29,1	101	25,8
Jornaleiros	7	25,6	3	21,2	35	28	34	22,6

Para o primeiro período, embora com um reduzido número de observações, é de salientar o atraso ao primeiro casamento dos lavradores relativamente aos jornaleiros, quase 2 anos para os homens e 5,9 para as mulheres.

Os valores são muito expressivos pese embora o reduzido número de observações.

No segundo período observamos a idade bastante elevada ao primeiro casamento para os filhos dos proprietários em ambos os sexos. Para os lavradores sobe dois anos, em relação ao primeiro período, ficando muito próxima da idade dos proprietários. Já a das noivas desce, casando quase 2 anos mais cedo que as filhas dos proprietários. Por sua vez os jornaleiros casam um ano mais cedo que os lavradores. São as mulheres dos jornaleiros as que mais cedo chegam ao casamento. As idades mais elevadas ao primeiro casamento são as dos filhos dos proprietários. Os dados observados colocam uma vez mais em evidência os factores de ordem económica e social, ou seja, o peso da herança como factor justificativo para a idade ao primeiro casamento. Os jornaleiros casavam significativamente mais cedo, sobretudo no primeiro período, que os lavradores e estes, por sua vez, mais cedo que os proprietários.

A idade média tardia dos jornaleiros relativamente às suas noivas pode ser motivada pela necessidade de juntar algum pecúlio económico para que lhe servisse no futuro. Alguns deles também eram sapateiros, alfaiates, etc., necessitando por isso de aprender primeiro uma profissão. Para além dos factores culturais pesaria uma maior responsabilidade masculina na parte económica dos agregados domésticos. A prática de transmissão de bens é, em geral, o sistema de repartição igualitária entre todos os filhos, embora usassem dos meios ao alcance para manter a propriedade unida: casamentos por conveniência entre parentes, saídas para «fora» de alguns herdeiros adquirindo os que ficavam a sua parte da herança, etc. Seriam algumas das estratégias possíveis para manter o nível económico e social de certas famílias. Também a idade tardia ao casamento contribuía para a redução do número de herdeiros.

4. IDADE COMBINADA DOS NUBENTES

A repartição por grupos de idades ao primeiro casamento ilustra as mudanças de comportamento por sexo em cada um dos três períodos considerados.

Quadro 9
Idade combinada dos nubentes

HOMENS									
1656 - 1749									
Mulheres	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	+50	TOTAL
15-19	3,1	15,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	18,7
20-24	6,3	21,8	15,6	0,0	6,2	0,0	0,0	0,0	49,9
25-29	0,0	9,3	3,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,4
30-34	0,0	3,2	0,0	9,3	0,0	0,0	0,0	0,0	12,4
35-39	0,0	0,0	3,2	3,2	0,0	0,0	0,0	0,0	6,2
Total	9,4	49,9	22,0	12,5	6,2	0,0	0,0	0,0	100
1750 - 1849									
15-19	0,0	0,0	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7
20-24	0,0	8,6	17,2	8,6	2,0	1,8	1,7	0,0	40,0
25-29	0,0	6,9	5,2	5,2	6,8	5,2	1,7	0,0	31,0
30-34	1,7	1,7	3,4	5,1	3,4	5,1	0,0	0,0	20,4
35-39	0,0	0,0	1,8	1,7	1,7	0,0	1,7	0,0	6,9
Total	1,7	17,2	29,3	20,7	13,7	12,1	5,1	0,0	100
1850 - 1910									
15-19	0,0	3,0	2,0	1,0	0,0	1,1	0,0	0,0	7,1
20-24	2,1	15,4	10,0	9,3	3,1	0,0	1,1	2,5	43,5
25-29	0,0	4,1	7,2	8,2	1,1	2,1	0,0	0,0	22,7
30-34	0,0	1,1	5,1	6,1	4,1	2,1	0,0	0,0	18,4
35-39	0,0	2,1	2,0	2,0	1,1	0,0	0,0	0,0	8,3
Total	2,1	25,6	26,3	26,6	9,4	6,4	1,1	2,5	100

Agrupámos no quadro os dados relativos às idades combinadas dos nubentes para todos os enlaces com data conhecida, por grupos de idades.

Observando o mesmo, no que respeita ao período 1656-1749, constatamos que as uniões mais frequentes aconteceram entre jovens com idades compreendidas entre 20–24 anos para ambos os sexos. Seguiram-se os enlaces entre rapazes desse grupo etário com raparigas de 15–19 anos, na percentagem de 15,6%. A mesma percentagem, 15,6%, de moças dos 20–24 anos casaram com homens do grupo etário seguinte, 25-29 anos. Por conseguinte, neste período, as uniões mais frequentes ocorreram entre homens do segundo e terceiro grupos de idades com noivas do primeiro e segundo grupos etários.

No segundo período encontramos uma maior dispersão na combinação das idades ao primeiro casamento. Todavia, a maioria dos casamentos teve lugar entre moças dos 20–24 com rapazes dos 25–29 anos. Casam ainda as mulheres do segundo grupo etário com cônjuges da mesma idade e do grupo etário 30–34 anos em igual percentagem, 8,6%. Neste período os casamentos tiveram lugar até idades mais avançadas. No período anterior nenhum enlace aconteceu depois dos 39 anos para ambos os sexos. No segundo período houve casamentos masculinos até aos 45-49 anos embora em percentagens reduzidas.

No terceiro período, 1850–1910, a maior percentagem de uniões volta a ter lugar entre homens e mulheres dos 20–24 anos. De salientar um aumento de enlaces nos grupos etários seguintes. Os homens distribuem-se em percentagens muito próximas pelo segundo, terceiro e quarto grupos etários. Pela primeira vez, ao longo da observação, 2,5% dos homens casam com mais de 50 anos de idade.

Constatamos que a combinação mais frequente em toda a observação foi entre homens e mulheres dos 20–24 anos com a percentagem de 45,8 %, verificando-se a partir de meados do séc. XVIII uma mudança de comportamento nas raparigas que passam a não se precipitar tão cedo para o casamento. A percentagem de raparigas a casar entre os 15-19 anos é nos três períodos, respectivamente, de 18,7 %, 1,7 % e 7,1 %. Os homens, por sua vez, também chegam ao casamento mais tarde. No segundo período evoluem para os 25–29 anos e, por fim, repartem-se de igual modo pelos 20–24 , 25–29 e 30–34 anos.

É no final do século XVII e princípio do XVIII quando casam mais jovens em Palaçoulo. Houve na segunda metade do século XVIII uma conjuntura pouco favorável no concelho que terá feito adiar as bodas para idades mais avançadas.

Concluimos, assim, haver uma tendência para aumentar a idade média ao primeiro casamento.

5. ESTADO CIVIL ANTERIOR DOS CÔNJUGES

No estudo deste indicador temos de ter em conta que ao longo da observação nem sempre foi possível identificar claramente os nubentes, quer através da filiação, quer do estado civil anterior, complicando-se no caso dos noivos que vieram de fora casar na paróquia. Com os dados recolhidos elaborámos o quadro seguinte:

Quadro 10
Estado civil anterior dos contraentes

	Solteiros		Viúvos		Solteiras		Viúvas	
	N. abs.	%	N. abs.	%	N. abs.	%	N. abs.	%
1690-1749	84	65,1	45	34,8	95	87,2	14	12,8
1750-1823	92	80	23	20	91	82,7	19	17,3
1824-1910	230	87,7	32	12,3	237	89,5	22	8,5
Totais	406	80,2	100	19,8	423	88,5	55	11,5

Da leitura do quadro ficamos a conhecer o estado civil de quem casa ao longo de dois séculos e meio na paróquia e ainda a sua evolução nos três períodos considerados. Constatamos, de imediato, que a proporção de mulheres solteiras foi em toda a observação superior a 82 %, enquanto as percentagens dos homens se situam entre os 65 % e os 87,7 %. Estes valores significam que a maioria dos contraentes acediam ao casamento no estado de solteiros não sendo, contudo, de desprezar a percentagem dos que acedem no estado de viúvos.

Atentando no número dos que recasam, verificamos que no primeiro período os homens o fazem quase três vezes mais que as mulheres; no segundo a percentagem dos dois sexos quase se equilibra com ligeira superioridade para os homens. Este período, 1750-1823, corresponde a uma fase difícil para toda a população mirandesa⁷⁵. Daí talvez a luta pela sobrevivência pesasse mais que os factores culturais. A percentagem de viúvas a recasar aumentou.

⁷⁵ A população neste período sofreu as consequências da guerra dos sete anos e das invasões francesas.

Provavelmente a situação económica em que se encontravam era favorável, o que terá facilitado um novo enlace, pois, não conhecemos o grupo social nem a situação económica destas contraentes.

Todavia, ultrapassada a fase mais perturbadora correspondente ao segundo período, volta a registar-se maior percentagem de recasamento masculino. Esta superioridade pode significar uma maior necessidade do homem em fazer face aos cuidados da casa e dos filhos ainda crianças.

Nesta comunidade agrícola, totalmente dependente da terra, a vida era toda ela organizada em função do casal, as tarefas eram repartidas também com a mulher que não só cuidava da casa e dos filhos como ajudava nos trabalhos agrícolas e pastoreava o gado. Era provável que a mulher tivesse mais facilidade em garantir a sua independência quando detentora de possibilidades económicas, para além dos preconceitos sociais que recaíam mais sobre ela.

Comparando os valores globais, para os mesmos períodos, com outras paróquias transmontanas estudadas por Noberta Amorim⁷⁶ verificamos que a percentagem de recasamento masculino e feminino em Palaçoulo é bastante próximo do registado na paróquia de Poiares. Nas paróquias da Cardanha e Rebordãos a percentagem de recasamento masculino é superior ao que ocorreu na paróquia em estudo e o feminino inferior. É na Cardanha que se regista a maior percentagem de recasamento masculino e a menor de recasamento feminino.

76) Maria Noberta Amorim, «S. Pedro de Poiares» (...), ob. cit., p. 542.

Quadro 11
Distribuição dos contraentes segundo o estado civil anterior
Comparação entre paróquias (em percentagem)

Paróquias e Períodos	Homens		Mulheres	
	Solteiros	Viúvos	Solteiras	Viúvas
Palaçoulo 1690-1823	80,2	19,8	88,5	11,5
Poiares 1691-1823	81,2	18,7	87,9	12,0
Cardanha séc. XVIII	70,6	29,4	92,0	8,0
Rebordãos séc. XVIII	79,8	20,2	90,1	9,9

Constatamos que em todas as paróquias predominam os nubentes no estado de solteiros, assim como recasaram nas quatro localidades mais homens que mulheres. Com exceção da paróquia da Cardanha onde o recasamento masculino apresenta o valor mais elevado e o feminino o mais baixo, nas restantes paróquias os valores aproximam-se evidenciando comportamentos semelhantes na mesma época.

6. ESTADO CIVIL COMBINADO DOS CONTRAENTES

Para uma melhor compreensão do fenómeno do recasamento fomos saber com quem casavam os viúvos, já que o faziam em maior número que as viúvas e saber até que ponto o recasamento envolvia viúvos e viúvas ou se estes preferiam ao contraírem as segundas núpcias um par no estado civil de solteiro. Para obtermos estas e outras respostas construímos o quadro que se segue.

Quadro 12
Estado civil combinado dos nubentes

Períodos	Est. Civil	Solteiros		Viúvos		Totais	
		N. Abs.	%	N. Abs.	%	N. Abs.	%
1690-1749	Solteiras	81	62,8	34	26,3	115	89,1
	Viúvas	3	2,3	11	8,6	14	10,9
TOTAIS		84	65,1	45	34,9	129	100
1750-1823	Solteiras	89	70	19	15	108	85
	Viúvas	11	8,7	8	6,3	19	15
TOTAIS		100	78,7	27	21,3	127	100
1824-1910	Solteiras	217	84,1	20	7,9	237	91,9
	Viúvas	13	5,1	8	3	21	8,1
TOTAIS		230	89,2	28	10,8	258	100

Os valores do quadro confirmam a tendência anterior. O maior volume de casamentos tem lugar entre solteiros com a percentagem global de 84 %, valor superior ao encontrado por Norberta Amorim para as três paróquias transmontanas, 74 %, ⁷⁷ vai mesmo além do valor apresentado para a paróquia rural do Alto Tâmega, Calvão, com 83 % ⁷⁸. De referir que a percentagem de casamentos entre solteiros evoluiu significativamente, passando de 62,8 % no primeiro período para 70 % no segundo e 84,1 % no terceiro.

77) Idem, p.543.

78) José Alfredo Paulo Faustino, *Calvão-Uma Paróquia Rural do Alto Tâmega (1670-1870)*, NEPS-Instituto de Ciências Sociais- U. M., p.106.

A observação do estado civil combinado mostra que a segunda combinação mais frequente ocorreu entre viúvos e solteiras com a percentagem global de 14,2 %. Todavia, os valores foram diminuindo ao longo da observação apresentando 26,3 % no primeiro período, 15 % no segundo e 7,9 % no terceiro. Comparando aquele valor com os encontrados para Poiães, 14 %, Cardanha, 18 % e Rebordãos, 17 % ⁷⁹, verificamos mais uma vez a quase coincidência das percentagens de Palaçoulo e Poiães e a superioridade dos valores da Cardanha e Rebordãos.

A combinação mulheres viúvas e homens solteiros evoluiu, respectivamente, de 2,3 % para 8,7 % e 5,1 %, com a percentagem global de 5,2 %, valor coincidente com o encontrado por Norberta Amorim para Poiães.

Por último, a combinação viúvos a casar com viúvas regista uma percentagem igual à combinação anterior, 5,2 %, apesar da tendência ser para diminuir ao longo da observação, apresentando respectivamente a percentagem de 8,6 %, 6,3 % e 3 %. Podemos, assim, dizer que o processo reprodutivo em Palaçoulo recai, fundamentalmente, sobre nubentes que casam no estado de solteiros merecendo ainda alguma atenção os enlaces entre homens viúvos e mulheres solteiras, ocupando os restantes matrimónios um papel secundário. Em síntese, o comportamento da paróquia é bastante similar ao definido na generalidade por Norberta Amorim para as três paróquias transmontanas, Guimarães e ainda Sul do Pico ⁸⁰, embora se verifiquem percentagens diferentes de acordo com as especificidades de cada meio.

79) Maria Norberta Amorim, «S. Pedro de Poiães» (...), ob.cit., p.543.

80) Maria N. Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (...)*, ob. cit., p.100.

7. IDADE MÉDIA DOS VIÚVOS A UM NOVO CASAMENTO

Quadro 13
Idade média dos viúvos a um novo casamento (em anos)

PERÍODOS	HOMENS	MULHERES
1656-1749	44,2	42,1
1750-1849	39,4	32,4
1850-1910	36,6	37,6

O quadro mostra que os viúvos, entre 1656-1849, recasaram até uma idade mais avançada que as viúvas, tendência que se inverte ligeiramente no último período.

Comparando as idades obtidas para o primeiro período em observação com a situação da zona rural de Guimarães no Antigo Regime e o Sul do Pico no século XVIII, verificamos que a situação não é muito diferente, respectivamente 42,2 anos na primeira, 43 no Sul do Pico e 44,2 anos em Palaçoulo. Às viúvas correspondem, paralelamente, os valores 33,3 anos, 37,9 e 42,1. De notar que em Palaçoulo as viúvas tiveram oportunidade de recasar até uma idade mais avançada que nas outras duas paróquias mencionadas. Todavia, a tendência é para diminuir a idade média a um novo casamento, situação apenas contrariada no último período para o sexo feminino. Situação que poderá ter resultado da necessidade de dar resposta a dificuldades provocadas por uma elevação da mortalidade adulta que se registou na paróquia na última década do século XIX. A diferença em relação às outras paróquias pode ser motivada por hábitos culturais e uma economia diferenciada, dado o seu afastamento geográfico. Todavia, neste distrito, viúvo ou viúva que casasse contra o sentir da

comunidade estava sujeito à «chocalhada». Noiva velha ou viúva casava logo pela manhã em segredo ou à noite.⁸¹

7.1. Intervalo entre a viuvez e o ulterior casamento

Em virtude do escasso número de observações apresentamos os números absolutos e não as percentagens. Observando este comportamento ao longo de todo o período em estudo verificamos algumas diferenças entre os sexos, apesar do cuidado que exige uma amostra com um volume de dados tão pobre como esta.

Quadro 14
Intervalo entre a viuvez e o ulterior casamento

DURAÇÃO	1656-1823		1824-1910	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Menos de 3 meses	-	-	-	-
Menos de 6 meses	1	-	2	-
Menos de 1 ano	1	-	1	-
Menos de 2 anos	-	2	1	-
Menos de 3 anos	-	-	0	-
Menos de 4 anos	2	1	2	1
Menos de 5 anos	-	1	0	-
5 ou mais anos	1	1	0	-
Total observações	5	5	6	1

81) Belarmino Afonso, *O Casamento – Um rito de passagem (...)*, ob. cit., p. 170.

Ao analisar o quadro constatamos que não há nenhum recasamento antes de terem decorrido pelo menos três meses para o sexo masculino sobre a morte da esposa e mais de um ano para as viúvas depois da morte do marido. São os homens que recasam com maior brevidade. No primeiro período dois (40 %) recasam em menos de um ano de viuvez e no segundo três (49 %).

Relativamente às mulheres só duas voltam a casar no primeiro período em menos de dois anos de viuvez. As restantes que recasam neste período e no seguinte fazem-no em menos de quatro anos.

Se compararmos os valores obtidos para o sexo masculino no primeiro período com igual período em S. Pedro de Poiães, temos uma situação muito próxima. Também naquela paróquia 42 % dos viúvos voltou a casar antes de decorrido um ano. No Sul do Pico e em Guimarães, no Antigo Regime, esta percentagem foi de 50 %⁸².

Para o sexo feminino encontramos uma situação diferente. Em Poiães 32 %, Guimarães 29 % e Sul do Pico 21 % recasam antes de decorrido um ano sobre a viuvez enquanto em Palaçoulo nenhuma o faz nesse espaço de tempo. Concluímos que as viúvas em Palaçoulo demoram mais tempo a recasar que nas paróquias mencionadas.

Talvez a situação dos viúvos motivasse um recasamento mais rápido face à necessidade de ajuda para cuidar dos filhos e da casa, situação que para as viúvas não era tão premente aliada à hipótese de um maior constrangimento social. Pensamos que, numa paróquia pequena e fechada como esta, contaria mais a opinião pública do que propriamente os problemas económicos, caso existissem. É de salientar uma tendência para se alargar o período da viuvez,

82) Maria Norberta Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (...)*, ob. cit., p.103.

o que parece verificar-se também, segundo a opinião de Maria Norberta Amorim⁸³, nas paróquias atrás referidas.

8. CELIBATO DEFINITIVO

Com o estudo do celibato definitivo procuramos quantificar todos os indivíduos que morreram solteiros e que na data da morte contavam 50 ou mais anos de idade. Para esta análise precisamos de seguir a trajectória de vida dos indivíduos desde o nascimento até à morte, conhecendo a sua idade e o seu estado civil. Não é fácil obter estes elementos para um número razoável de indivíduos em função das limitações com que deparamos como a falta de registo da idade ao óbito e a falta de registo da mortalidade infantil.

Depois de alguns ensaios, conjugando o número de observações e as possíveis alterações comportamentais, construímos o quadro fazendo uma análise transversal do fenómeno em dois períodos devido ao reduzido número de observações.

Quadro 15
Celibato definitivo por sexos (observação transversal)

PERÍODOS	HOMENS			MULHERES		
	Totais	Solteiros	%	Totais	Solteiras	%
1656-1849	45	3	6,7	68	5	7,4
1850-1910	44	4	9,1	40	3	7,5
TOTAIS	89	7	7,9	108	8	7,4

83) Idem, ob. cit., p.104.

Os resultados do quadro apontam para um acesso generalizado ao casamento tanto de homens como de mulheres. Com um número tão reduzido (7 homens e 8 mulheres) torna-se quase inútil fazer a análise das oscilações deste comportamento. Os dados evidenciam que o celibato definitivo foi, praticamente, igual para os dois sexos: 7,9 % para o sexo masculino e 7,4 % para o feminino. No contexto geral houve facilidade no acesso ao matrimónio.

Comparando os valores registados na paróquia com os encontrados por Norberta Amorim para as paróquias transmontanas e zona rural de Guimarães⁸⁴ verificamos uma maior aproximação aos valores destas últimas na mesma época: para o sexo masculino, no primeiro período, 7 % e no séc XIX, 5 %. Para as mulheres é ligeiramente superior em Guimarães, 11%. Em Poiães, o celibato definitivo para os homens oscilou entre 10 a 13 % e entre as mulheres de 14 a 16 % para as gerações nascidas de 1650 a 1760⁸⁵, mostrando-se bastante superior ao registado em Palaçoulo entre 1656-1849.

Na Cardanha e Rebordãos para o séc. XVII são atribuídas, respectivamente, as percentagens de 11% e 13 % para os homens e 13 % e 11 %⁸⁶ para as mulheres.

Por vezes não é a relação de masculinidade que dificulta o acesso ao casamento. Não basta haver pares disponíveis, é preciso que sejam também economicamente compatíveis como afirma Livi-Bacci (1993:194) «o casamento é um fenómeno selectivo mas não casual: o encontro e a eleição dos cônjuges acontece segundo forças e preferências nem sempre conscientes mas nunca casuais».

84) Maria Norberta Amorim, *Guimarães de 1580-1819: Estudo Demográfico*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigações Científicas, pp. 357-358.

85) Idem, ob. cit., p. 357.

86) Idem, ob. cit., p. 358.

9. A NATURALIDADE DOS NUBENTES

Agrupados os dados relativos à naturalidade dos noivos, construímos o quadro «origem dos nubentes» tendo em conta os períodos anteriormente considerados, o sexo e a proveniência dos noivos.

Aquando do levantamento dos registos de casamento verificámos uma grande diversidade na naturalidade dos elementos masculinos, privilegiando as localidades da área do Planalto Mirandês. Facto que agora confirmamos ao agrupar os dados relativos à origem dos contraentes.

Quadro 16
Origem dos nubentes (em percentagens)

Origem dos nubentes	PERÍODOS					
	1656-1749		1750-1849		1850-1910	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Da paróquia	45,2	91,7	54,9	81,5	58,8	83
De «fora»	54,8	8,3	45,1	18,5	41,2	17
TOTAIS	100	100	100	100	100	100

Da leitura do quadro verifica-se a existência de um mercado matrimonial aberto ao exterior, sobretudo para os elementos masculinos em finais do século XVII e primeira metade do século XVIII.

Observando globalmente verificamos que os nubentes foram em maioria originários da paróquia, com excepção dos noivos no primeiro período. Houve uma grande percentagem de noivos que vieram das paróquias contíguas casar a Palaçoulo. A percentagem de noivas naturais da paróquia excede largamente a dos noivos.

Todavia, uma análise por períodos permite-nos compreender melhor a evolução deste comportamento. Durante o primeiro período entram na paróquia 54,8 % dos cônjuges masculinos, mostrando um desequilíbrio entre os sexos pois apenas entram 8,3% de mulheres. Porém a relação de masculinidade ao nascimento era favorável aos rapazes. Contudo, regista-se uma evolução no comportamento do mercado matrimonial no sentido de uma menor abertura à entrada de elementos exteriores à paróquia. Essa mudança já visível no segundo período acentua-se no terceiro.

Para a segunda parte do século XVIII e primeira do XIX encontramos uma menor abertura da paróquia aos noivos vindos de fora, diminuindo em cerca de 10 % relativamente ao período anterior. Por sua vez as noivas entraram mais 10 % que anteriormente. No último período acentua-se a tendência do anterior aumentando a percentagem dos elementos da paróquia.

Ao longo da observação nota-se uma tendência dos nubentes para casarem na terra das esposas, costume também existente nas paróquias de Poiães, Cardanha e Rebordãos.⁸⁷ Este costume não era obrigação e, por isso, nem sempre acontecia mas explica o facto de a percentagem de noivas naturais da paróquia ser sempre mais elevada que a dos noivos. Encontramos uma certa endogamia geográfica quanto à naturalidade dos nubentes.

Atentando nos quadros sobre a proveniência dos noivos de «fora da paróquia» concluímos que os homens são originários de 56 paróquias diferentes. Todavia, 43 % provêm das paróquias vizinhas, deslocando-se em média num raio de quinze a vinte quilómetros. Quem, como nós, é originário deste meio sabe como a atracção faz manter os contactos entre estas aldeias mais próximas nas festas, nas feiras, nas romarias e nos encontros domingueiros, onde a

87) Maria Norberta Amorim, «S. Pedro de Poiães» (...), ob. cit., p. 99.

«convivência faz despertar o sentimento»⁸⁸. De terras com características afins, geográfica e culturalmente, dos concelhos de Mogadouro e Vimioso vêm também a casar com mulheres de Palaçoulo, respectivamente, 16 % e 21,5 % dos noivos. O casamento está muito dependente do espaço geográfico que marca a convivência. Apenas 5,6 % dos noivos chegam de outras terras do distrito e 2,8 % das vizinhas terras de Leão e Castela com quem no passado tiveram muitos contactos. Foi, pois, nas paróquias vizinhas de Fonte de Aldeia, Atenor e Duas Igrejas que as moças de Palaçoulo mais noivos encontraram.

No contexto social desta região existiam costumes que ninguém podia infringir e mal a mocidade desconfiava que um rapaz de fora cortejava uma moça da aldeia era obrigado a «pagar o vinho», expressão utilizada nas aldeias raianas proveniente de Espanha e que em Vinhais dizem de «pagar o piso»⁸⁹. Era tido como uma ofensa os rapazes deixarem sair uma rapariga da aldeia para ir casar fora. Ainda hoje se refere o provérbio: «Quem fora da terra vai casar, ou vai enganado ou quer enganar».

Atendendo aos locais de origem das noivas verificamos que são provenientes das mesmas paróquias que registámos para os noivos. A maior percentagem (55%) vem das freguesias do seu concelho, ultrapassando neste caso os noivos em 12%. Algumas também eram provenientes dos concelhos limítrofes, 4,3 % de terras mais distantes e 8,6 % das aldeias vizinhas de Leão e Castela. À semelhança do que aconteceu com os noivos, também o maior número (8%) das noivas vindas de «fora» eram naturais da freguesia de Fonte de Aldeia. Pensamos que a romaria da Senhora da Trindade, com o santuário entre as duas paróquias, terá exercido aqui um efeito de aproximação entre a gente das duas localidades, assim como as relações que se estabelecem no campo quer durante as fainas agrícolas, quer durante a pastorícia.

88) Belarmino Afonso, *O Casamento (...)*, ob. cit., p. 168.

89) Belarmino Afonso, *O Casamento (...)*, ob. cit., p.170.

Quadro 17
Naturalidade dos noivos de «fora»

DISTRITO	CONCELHOS	FREGUESIAS	PERÍODOS			TOTAIS	
			1656-1749	1750-1849	1850-1910		
BRAGANÇA							
			1656-1749	1750-1849	1850-1910		
		Miranda	Águas Vivas a)	2	4	90	6
			Palaçoulo	47	55	28	-
			Prado Gatão a)	8	2	32	10
			Atenor	1	1	6	8
			Duas Igrejas	1	3	4	8
			F. de Aldeia	5	3	3	11
			F. Ladrão	5	2	2	9
			Picote	2	-	6	8
			S. P. da Silva	3	4	2	9
			Sendim	-	3	4	7
			Outras (11)	8	5	6	19
		Mogadouro	Saldanha	1	2	2	5
			Urrós	1	4	1	6
			Outras (6)	6	5	6	17
		Vimioso	Argoselo	1	1	1	3
			Algozo	-	5	2	7
			Vale de Frades	2	2	2	6
			V. C. da Ribeira	1	-	-	1
			Vilar Seco	2	-	3	5
			Outras (8)	1	8	7	16
			Várias	7	1	2	10
		Outras localidades					
		Leão e Castela					
		Totais de «Fora»		57	56	63	176

a) Os lugares de Águas Vivas e Prado Gatão só a partir de 1836 foram anexados à paróquia de Palaçoulo

Quadro 18
Naturalidade das noivas de «fora»

DISTRITO	CONCELHOS	FREGUESIAS	PERÍODOS			TOTAIS	
			1656-1749	1750-1849	1850-1910		
BRAGANÇA							
			1656-1749	1750-1849	1850-1910		
		Miranda	Águas Vivas a)	1	3	33	4
			Palaçoulo	107	93	102	-
			Prado Gatão a)	1	1	34	2
			Angueira	-	2	2	4
			Atenor	1	-	1	2
			Duas Igrejas	1	1	2	4
			F. de Aldeia	1	2	2	5
			F. Ladrão	-	-	2	2
			Sendim	-	1	1	2
			Outras (7)	-	2	10	12
			Mogadouro	Castanheira	1	1	-
		Saldanha		-	-	2	2
		Outras (5)		1	2	6	9
		Vimioso	Algozo	-	1	1	2
			Caçarelhos	-	3	1	4
			Outras (4)	1	2	1	4
			Várias	1	1	1	3
		Outras localidades					
		Leão e Castela					
		Totais de «Fora»		10	25	33	68

a) Os lugares de Águas Vivas e Prado Gatão só a partir de 1836 foram anexados à paróquia de Palaçoulo

CAPÍTULO IV

A
Fecundidade

1. A FECUNDIDADE

A fecundidade é uma variável demográfica fundamental para a compreensão do processo evolutivo de uma população. A existência de diferentes níveis de fecundidade nas populações humanas é o resultado da confluência de um diversificado número de factores sociais, económicos, políticos, culturais e biológicos que interagem entre si.

Não sabemos até que ponto a fecundidade é influenciável por factores exógenos ao ser humano como o clima e a alimentação e factores endógenos como o mais precoce ou tardio surgimento da menarca e da menopausa⁹⁰. Factores sobre os quais o homem dificilmente poderia intervir nos séculos XVII, XVIII e XIX a que este estudo se reporta. No entanto, a fecundidade dita «natural» também é receptiva às marcas económicas e sociais como, por exemplo, a idade ao casar⁹¹. A preponderância crescente do sector terciário na economia e as alterações culturais que provocou a urbanização ao longo do século XX têm um papel determinante na diminuição da fecundidade portuguesa. No entanto, a actividade económica e o isolamento geográfico parecem ter tido um papel decisivo nos distritos do interior marcados, até há poucas décadas, por altas taxas de natalidade e mortalidade.

«No concelho de Miranda do Douro destaca-se o período de 1955-1964, durante o qual o número de nascimentos aumentou até um máximo em

90) J. Manuel Nazareth, *Princípios e Métodos de análise em demografia portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p.184.

91) Alain Bideau, «Os Mecanismos Auto-reguladores das Populações Tradicionais», in Maria Luiza Marcílio (org.) *População e Sociedade*, Petrópolis, Vozes, p.579.

1959, voltando a decrescer até valores próximos dos verificados no início deste período, mantendo-se, a partir daí a tendência decrescente do número de nascimentos».⁹²

Segundo Dupâquier,⁹³ a importância da fecundidade terá levado os pais da demografia histórica a criar o método de reconstituição de famílias. Assim, uma vez reconstituídas as famílias da paróquia, vamos procurar conhecer o ritmo dos nascimentos e calcular os vários indicadores da fecundidade, de forma a que nos ajudem a compreender melhor o comportamento reprodutivo dos casais na sociedade rural de Palaçoulo.

2. SAZONALIDADE DOS NASCIMENTOS

Na repartição dos nascimentos pelos meses do ano considerámos todos os nascimentos, legítimos e ilegítimos, resultando o quadro «*movimento sazonal dos nascimentos*», para cuja concretização seguimos a metodologia proposta por Louis Henry⁹⁴.

Definimos apenas dois períodos, pois o volume de nascimentos mantém-se mais ou menos constante até meados do século XIX, altura em que são anexados mais dois lugares à paróquia (Águas Vivas e Prado Gatão) contribuindo para um aumento significativo do volume de nascimentos.

92) Direcção Geral do Planeamento Urbanístico, *Plano da área territorial de Miranda do Douro e Vimioso*, Outubro de 1982, p.44.

93) Jacques Dupâquier, «Los orígenes de la demografía histórica: su situación en Francia», in Vicente Pérez Moreda e David Sven Reher (eds) *Madrid Ediciones el Arquero*, 1988, p.38.

94) J. Manuel Nazareth, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Lisboa, Gradiva, pp. 68-69.

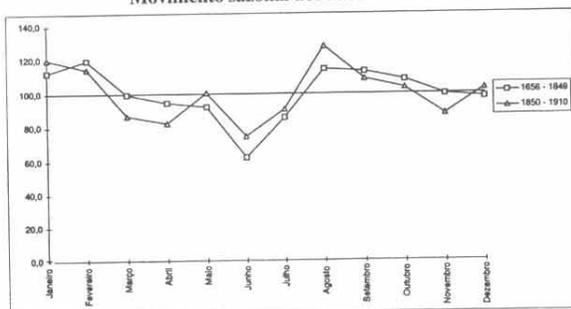
Quadro 19
Sazonalidade dos nascimentos

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT
1656 1849	179	173	157	145	145	95	136	182	173	172	152	154	1863
1850 1910	214	195	167	144	175	123	178	212	191	179	163	187	2098
TOTAL	393	368	324	289	320	218	284	394	364	351	315	341	3961

De acordo com os dados do quadro e a representação gráfica verificamos que o número de nascimentos oscila ao longo do ano, avolumando-se no primeiro período mais nos meses de Agosto e Janeiro correspondendo às concepções de Novembro e Abril. Seguem-se os meses de Setembro e Fevereiro que correspondem às concepções de Dezembro e Maio. Os meses que registam o menor volume de nascimentos localizam-se na Primavera e começo do Verão e é Junho o que apresenta um número mais baixo. De notar que os nascimentos de Junho correspondem às concepções de Setembro/ Outubro, tempo de sementeiras e colheitas que provocam um cansaço pouco favorável ao convívio mais íntimo dos casais, o que se reflecte nos nascimentos do fim da Primavera.

De referir que neste período a maioria dos casamentos tem lugar na primeira metade do ano o que, por si, pode promover um aumento das concepções.

Gráfico 7
Movimento sazonal dos nascimentos



O comportamento reprodutivo da paróquia parece ter experimentado algumas alterações no segundo período. Neste período registamos um atenuar da tendência para os nascimentos se verificarem maioritariamente no primeiro semestre do ano, distribuindo-se com mais regularidade ao longo de todos os meses. Porém, de acordo com o gráfico, o movimento sazonal nos dois períodos é sensivelmente concordante. Os meses de maior volume de nascimentos no primeiro período são Agosto e Janeiro, invertendo-se a ordem no segundo temos Janeiro e Agosto correspondendo às concepções de Abril e Novembro. É provável que o clima mais moderado destas estações do ano seja mais favorável à procriação. O fulgor da Primavera e as noites longas de Novembro e Dezembro poderão influenciar o comportamento dos casais nesse sentido. É notória a coincidência no mês de Junho do menor volume de nascimentos para ambos os períodos. Concluímos deste modo que os meses de Setembro e Outubro são pouco favoráveis às concepções e os de Junho e Julho aos nascimentos, correspondendo na paróquia aos períodos de maiores fainas

agrícolas. Teremos a mãe natureza a controlar o ciclo reprodutivo desta gente, ou serão atitudes mais ou menos conscientes que conduzem a estes resultados.

Quadro 20
Sazonalidade das concepções

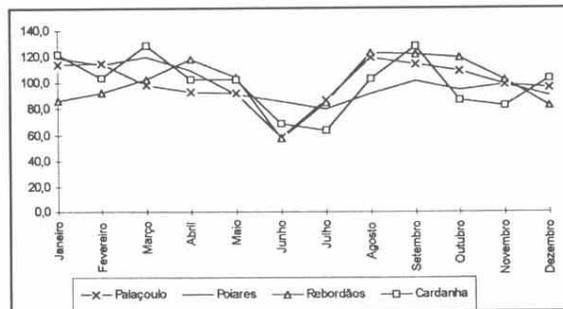
Períodos	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1656 1849	172	152	154	179	173	157	145	145	95	136	182	173
1850 1910	179	163	187	214	195	167	144	175	123	148	212	191
TOTAL	351	315	341	393	368	324	289	322	218	284	394	364

Tentando agora uma comparação com os resultados encontrados por Norberta Amorim para as paróquias de Poiares, Cardanha e Rebordãos no século XVIII, verificamos uma coincidência nas quatro paróquias nos meses de menor número de nascimentos, Junho e Julho. Já nos meses de maior volume inferimos apenas uma aproximação nos meses de Janeiro, Agosto e Setembro.

Quadro 21
Repartição dos nascimentos segundo os meses.
Comparação entre Palaçoulo, Poiares, Rebordãos e Cardanha (Antigo Regime)

Paróquias	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Palaçoulo	159	145	137	126	128	79	121	167	154	152	134	134
Poiares	287	251	289	256	221	202	194	224	238	229	232	218
Rebordãos	80	78	95	106	97	52	79	114	110	111	92	77
Cardanha	89	69	94	73	75	49	47	76	91	64	59	76

Gráfico 8
Repartição dos nascimentos segundo os meses - Comparação entre Paróquias



Em síntese, podemos dizer que:

- O comportamento reprodutivo dos casais de Palaçoulo se enquadra no comportamento geral conhecido para as outras paróquias da província;
- Nos dois períodos apresentados os meses de Junho e Julho correspondem aos valores mais baixos em nascimentos fazendo dos meses de Setembro e Outubro os meses menos propícios à concepção;
- Por sua vez são os meses de Abril e Maio, Novembro e Dezembro os mais favoráveis à vida procriativa;
- As oscilações sazonais dos nascimentos prendem-se, sobretudo, com a variação do ciclo das colheitas em cada paróquia e as prescrições religiosas.

3. DISTRIBUIÇÃO DOS NASCIMENTOS PELAS HORAS DO DIA

A partir de 1860 os registos paroquiais passaram a ser precisos e a fornecer um conjunto de informações que até esta data não transmitiam, nomeadamente, a hora do nascimento das crianças.

Considerando dois períodos, conforme o «quadro 22» e em função dos quantitativos, organizámos a informação no sentido de sabermos a que horas nascia um maior número de crianças; se durante o dia ou durante a noite e, ainda, se o comportamento seria igual para os dois sexos.

Nos primeiros trinta anos podemos ver que o maior número de nascimentos masculinos e femininos ocorre entre as 16 e as 20 horas, com maior incidência às 17 e 18 horas. Entre as 6/10 horas da manhã e 11/15 horas da tarde os nascimentos repartem-se quase equitativamente. Nestas três décadas, 1860-1889, entre as 21 e as 5 horas da manhã nascem apenas 26,8 % do total de crianças com incidência na primeira e última hora do dia. Todavia, o menor número de nascimentos masculinos ocorre às 13 horas.

No segundo período regista-se o maior número de nascimentos às 6 horas da manhã, seguido das 20 horas da noite. O menor número de nascimentos continua a ocorrer entre as 21 horas da noite e as 5 horas da manhã apesar de neste intervalo se registar um aumento em relação ao período anterior, nomeadamente, de nascimentos femininos. Neste período as horas do dia que registaram menor número de nascimentos masculinos e femininos foram as 12 e as 13 horas.

Averiguamos, claramente, que o maior número de crianças em Palaçoulo nasce durante o dia ao contrário da ideia vinculada no século XX que é durante a noite. Constatamos ainda que, no geral, o maior número de nascimentos acontece ao fim da tarde entre as 17 e as 20 horas e o menor número ocorre à primeira hora do dia.

Quadro 22
Distribuição dos nascimentos pelas horas do dia

HORAS	PERÍODOS						TOTAIS
	1860-1889			1890-1924			
	Mas.	Fem.	Total	Mas.	Fem.	Total	
1	6	2	8	7	6	13	21
2	12	12	24	14	11	25	49
3	5	10	15	7	5	12	27
4	11	13	24	13	8	21	45
5	10	11	21	6	12	18	39
6	11	13	24	28	29	57	81
7	12	19	31	23	10	33	64
8	14	26	40	14	12	26	66
9	10	8	18	10	11	21	39
10	12	10	22	18	12	30	52
11	12	15	27	11	6	17	44
12	15	12	27	4	6	10	37
13	3	10	13	5	6	11	24
14	18	15	33	16	19	35	68
15	15	19	34	11	17	28	62
16	11	16	27	7	14	21	48
17	23	30	53	12	23	35	88
18	26	24	50	15	22	37	87
19	21	16	37	13	16	29	66
20	15	14	29	32	20	52	81
21	10	11	21	7	8	15	36
22	9	9	18	16	15	31	49
23	15	15	30	24	12	36	66
24	6	4	10	6	14	20	30
Totais	302	334	636	319	314	633	1269

Gráfico 9
Distribuição dos nascimentos pelas horas do dia (1860-1889)

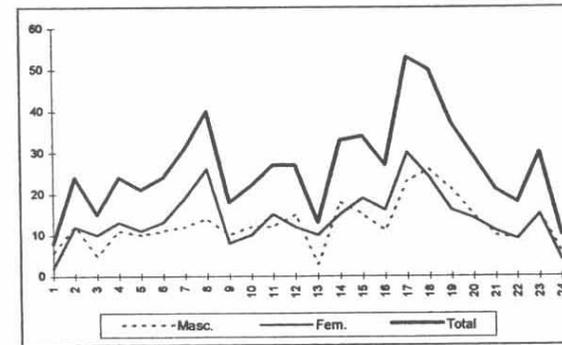
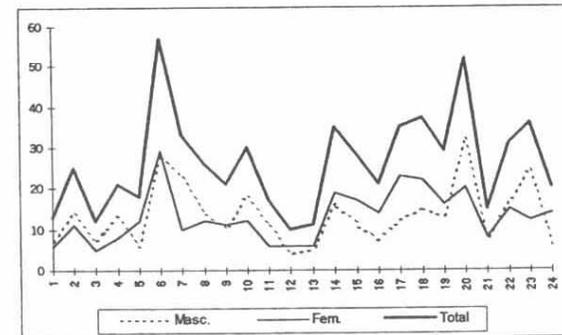


Gráfico 10
Distribuição dos nascimentos pelas horas do dia (1890-1924)



3.1. Repartição dos nascimentos segundo os sexos

A desigualdade numérica à nascença pode trazer consequências demográficas nas condições de acesso ao casamento, ilegitimidade, celibato, etc.

Considerando o índice de masculinidade a relação entre o número de rapazes que nascem por cada 100 raparigas, encontrámos as relações de masculinidade à nascença das crianças legítimas e ilegítimas em Palaçoulo.

Quadro 23
Repartição dos nascimentos segundo os sexos

PERÍODOS	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Rel. Masculinidade
1656-1749	479	476	100,6
1750-1849	475	414	114,7
1850-1910	765	729	104,9
TOTAL	1719	1619	106,7

Para o primeiro período o número de nascimentos masculinos e femininos é sensivelmente igual, porém, no segundo passam a nascer 115 homens por cada 100 mulheres. Esta relação virá a alterar-se, pois a relação de masculinidade ao óbito mostra-nos um valor bastante desfavorável para os homens.

No terceiro período temos a relação perfeita 105. No global da observação a relação coloca-se em 106,7, uma relação tida como normal e satisfatória.

4. TAXAS DE FECUNDIDADE

Na determinação da taxa de fecundidade legítima das mulheres de Palaçoulo considerámos apenas famílias tipo 1, ou seja, todas as famílias das quais conhecemos as datas de casamento, nascimento da mãe e o fim de união do casal.

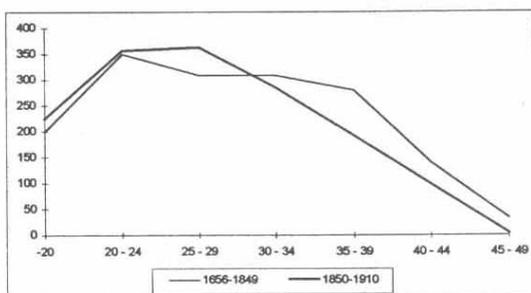
Depois de algumas tentativas de periodização, no sentido de perspectivar possíveis alterações comportamentais do ritmo de reprodução dos casais da paróquia, acabámos por considerar apenas dois períodos por não haver diferenças significativas em períodos menores e tivemos ainda em conta uma distribuição equilibrada do volume de observações. Como principais indicadores utilizámos as taxas de fecundidade legítima por grupos de idades, descendência teórica e idade média da mãe ao nascimento do último filho.

Da observação do quadro «taxas de fecundidade legítima por grupos de idade» constatamos que a taxa de fecundidade mais elevada até meados de oitocentos se verificou no grupo etário dos 20–24 anos passando, na segunda metade do século XIX, para o grupo etário dos 25–29 anos, provavelmente, por ter subido a idade média da mulher ao casamento neste período como verificámos no capítulo da nupcialidade. A nível geral é notório que o grupo etário de maior fertilidade das mulheres da paróquia é dos 20–24 anos, seguido dos 25–29 anos. De notar que a capacidade reprodutiva da mulher vai diminuindo à medida que a idade avança. Registamos para o segundo período um ligeiro aumento da taxa de fecundidade no primeiro grupo etário e uma redução a partir dos trinta anos.

Quadro 24
Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade e descendência teórica

Períodos	Obs.	Grupos de Idades							D. teóric. a (20-49)
		-20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
1656-1849	136	201	351	309	309	279	140	33	7,1
1850-1910	158	226	356	363	285	192	98	4	6,4
1656-1910	332	208	353	334	298	236	119	18	6,7

Gráfico 11
Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades



A representação gráfica mostra para o primeiro período uma curva curiosa, em forma de «chapéu». ⁹⁵ Apresenta uma fecundidade crescente até aos 24 anos, diminui no grupo etário seguinte, estabiliza entre os 30-34 anos para entrar em declínio até atingir valores próximos do zero entre os 45-49 anos.

⁹⁵ José Alfredo P. Faustino, *Calvão (...)*, ob. cit., p.119.

Na segunda metade do século XIX verifica-se uma taxa de fecundidade crescente até aos 29 anos, logo seguida de um declínio acentuado da mesma taxa, mostrando algum controlo voluntário ou não dos nascimentos depois dos trinta anos de idade. Para além das diferenças já assinaladas entre os 25-34 anos o comportamento reprodutivo é bastante próximo nos dois períodos. Registamos o período mais fértil das mulheres da paróquia entre os 20-29 anos. Nos grupos etários seguintes diminui, sobretudo no segundo período, ocorrendo depois dos 40 anos taxas de fecundidade muito baixas. A tendência manifestada pelas taxas de fecundidade no primeiro período é para ocorrerem valores mais baixos nos grupos etários mais jovens e prolongarem-se até idades mais avançadas, enquanto no segundo elevam-se os valores nos primeiros grupos etários e declinam após os trinta anos. Esta tendência confirma-se nos valores da idade média da mãe ao nascimento do último filho que passa de 40,6 anos para 36,2 anos na segunda metade de oitocentos, quadro «*Idade média da mãe ao nascimento do último filho*». Diminui ainda a descendência teórica de 7,1 para 6,4 filhos no segundo período.

É natural que uma alimentação mais rica, graças à introdução da batata e do feijão (culturas que nesta região tiveram uma boa adaptação), tenha contribuído para uma capacidade reprodutiva mais precoce.

Quadro 25
Idade média da mãe ao nascimento do último filho

Períodos	Número de observações	Idade média da mãe
1656-1849	96	40,69
1850-1910	102	36,26

Constatamos para o primeiro período que as mulheres casam mais jovens e têm o seu último filho em média 4,4 anos mais tarde que no segundo período onde a idade média da mulher ao primeiro casamento sobe ligeiramente e têm o último filho bastante mais cedo. Na segunda metade do século XIX as mulheres de Palaçoulo deixam em idades cada vez mais jovens de ter filhos, o que nos mostra uma mudança de comportamento. De forma consciente ou não houve uma limitação dos nascimentos a partir dos trinta anos da mulher.

Quadro 26
Comparação da idade média da mãe ao nascimento do último filho

Paróquias	N.º de Obs.	Id. média
Palaçoulo (1656-1849)	96	40,6
Poiares (1650-1823)	188	40,3
Cardanha (sec. XVIII)	-	39,5
Rebordãos (sec. XVII)	-	37,6

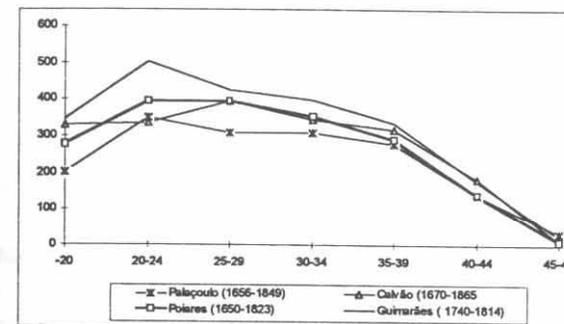
Se compararmos a idade média da mãe ao nascimento do último filho, por nós calculada para Palaçoulo, com a de outras paróquias transmontanas⁹⁶ notamos que é ligeiramente superior às encontradas para Poiares e Cardanha acentuando-se a diferença em relação a Rebordãos.

Quadro 27
Comparação da taxa de fecundidade legítima em diferentes paróquias

Paróquias	Grupos de Idades							DT20-49
	-20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
Palaçoulo (1656-1849)	201	351	309	309	279	140	33	7,1
Calvão (1670-1865)	330	335	395	345	317	185	12	7,95
Poiares (1650-1823)	279	394	396	352	292	139	13	7,93
Guimarães (1740-	348	502	426	397	335	179	24	9,32

96) Maria N. Amorim, «S. Pedro de Poiares» (...), ob. cit., p.575.

Gráfico 12
Taxas de fecundidade legítima em diferentes paróquias



Se compararmos as taxas de fecundidade legítima de Palaçoulo, conforme o quadro e o gráfico, com as paróquias transmontanas de Poiares e Calvão e, ainda, as paróquias minhotas de Guimarães (zona rural), registamos algumas diferenças nos seus comportamentos reprodutivos. Destaca-se pela sua inferioridade a taxa de fecundidade das mulheres de Palaçoulo em relação às das paróquias de Poiares e Calvão, demarcando-se nitidamente das paróquias rurais de Guimarães. Das taxas observadas em Palaçoulo, verificamos que é o valor da taxa do segundo grupo etário (20-24 anos) o que mais se aproxima do valor registado para o mesmo grupo etário em Poiares superiorizando-se mesmo em relação ao de Calvão.

Entendemos que as diferenças encontradas não se devem a um controlo voluntário da natalidade mas sim a um complexo sistema de comportamentos, factores fisiológicos, sociológicos e culturais que se conjugam para favorecerem uma fecundidade mais baixa. Será que a localização geográfica desta paróquia

com as características daí resultantes (rigoriedade do clima, economia agrícola de subsistência, uma participação activa da mulher nos trabalhos do campo) não terão motivado uma fecundidade mais débil nesta paróquia que nas outras estudadas em Trás-os-Montes um tanto ou quanto afastadas geograficamente desta? Estas, por sua vez, já apresentam uma taxa de fecundidade inferior às de Guimarães, paróquias minhotas do litoral.

Será a interioridade com todas as consequências que dela derivam, físicas, económicas e culturais, que influencia a fecundidade? Seria de grande interesse conhecer as taxas de mortalidade infantil, que não temos, dada a sua possível influência nos intervalos intergenésicos.

5. INFLUÊNCIA DA IDADE AO CASAMENTO NAS TAXAS DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA

Calculámos as taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao primeiro casamento somente para os primeiros quatro grupos de idade em virtude do reduzido número de observações nos restantes.

Observando o quadro constatamos que a maior taxa de fecundidade no primeiro período se verifica no grupo etário dos 20-24 anos e no grupo etário dos 25-29 anos no segundo. Com excepção do grupo etário que regista a taxa de fecundidade mais elevada entre 1656-1799, os outros grupos de idades apresentam os valores mais elevados nos 5 anos a seguir à idade em que casam. O mesmo acontece no segundo período com as mulheres que casam antes dos 20 anos e entre os 20-24 anos.

Verifica-se um abrandamento das taxas de fecundidade à medida que a idade da mulher avança. Se compararmos as taxas de fecundidade dos dois períodos vemos que no primeiro a diminuição é mais moderada desde o grupo de idades em que se casa até aos 49 anos; no segundo dá-se uma baixa acentuada a partir dos 35 anos de idade. São as mulheres que casam antes dos 20 anos que registam menores índices de fecundidade. No primeiro período foram as que casaram depois dos 30 anos as que mantiveram taxas de fecundidade mais elevadas até aos 49 anos. No segundo período foram as mulheres que contraíram matrimónio entre os 20-29 anos que mantiveram uma fecundidade mais elevada ao longo de todo o seu ciclo reprodutivo. Tudo parece indicar ser nestas idades que o organismo feminino está em condições mais favoráveis à procriação.

Quadro 28
Taxas de fecundidade legítima e idade ao casamento
(1656-1799)

G. Id.Casa	N.º Obs.	Grupos de idades						
		-20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
-20	15	123	307	253	267	213	133	013
20-24	23	-	449	261	322	252	122	000
25-29	17	-	-	320	341	329	129	038
30-34	8	-	-	-	217	350	225	075
1800-1910								
-20	11	174	282	236	164	091	036	000
20-24	48	-	338	388	283	146	108	009
25-29	33	-	-	427	315	206	085	012
30-34	22	-	-	-	319	309	145	000

Gráfico 13
Taxa de fecundidade legítima e idade ao casamento
(1656-1799)

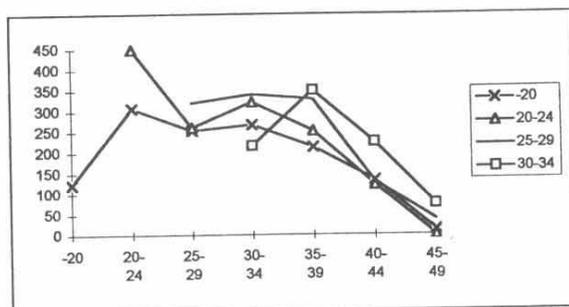
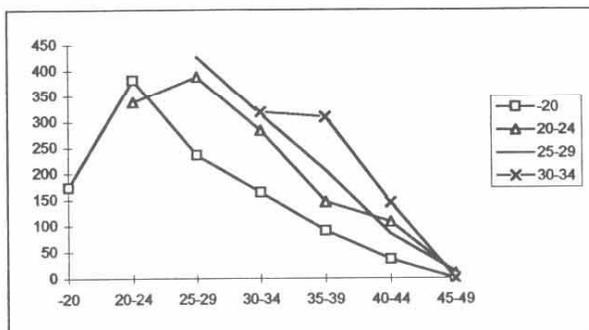


Gráfico 14
Taxa de fecundidade legítima e idade ao casamento
(1800-1910)



Quadro 29
Idade média da mãe ao nascimento do último filho segundo a idade ao casamento

Idade ao casamento	Número de observações		Id. média da mãe	
	1656-1799	1800-1910	1656-1799	1800-1910
-20	15	11	38,8	31,2
20-24	23	48	38,1	35,8
25-29	17	33	40,9	37,2
30-34	8	22	42,7	39,6

Da análise da idade média da mãe ao nascimento do último filho vemos que, em geral, quanto mais jovens casam mais cedo deixam de ter filhos. A idade ao casamento parece determinar a idade média ao nascimento do último filho, todavia, nem sempre assim acontece. Pois, entre 1656-1799 as mulheres que casam antes dos vinte anos apresentam uma idade média ao nascimento do último filho ligeiramente superior às que casam no grupo de idades seguinte. Norberta Amorim considerou, aquando do estudo de Poiães e Guimarães, que a idade média ao nascimento do último filho não parecia depender «de forma significativa» da idade ao casamento⁹⁷.

De notar para o primeiro período idades médias mais elevadas ao nascimento do último filho que no século XIX e primeira década do século XX. As diferenças registadas para o primeiro período entre as mulheres que casaram antes dos 20 anos e as que casaram entre os 30-34 é de 3,6 anos, enquanto no segundo a diferença entre as mesmas idades é de 8,4 anos, bastante mais significativa como seria de esperar. Não consideramos a idade média verificada no grupo de idades dos 35-39 anos devido ao valor relativo do número

97) Maria Norberta Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (...)*, ob. cit., p.134.

de observações. Admitimos que o casamento mais precoce da mulher afecte a sua fecundidade devido ao cansaço proveniente de uma vida conjugal fecunda.

Concluimos que no século XIX a idade média das mulheres ao nascimento do último filho casadas até aos 34 anos se verifica três anos mais cedo que nos séculos anteriores. O número médio de filhos por família reduz e de forma significativa nas mulheres que casaram entre os 20-24. O abrandamento do ritmo reprodutivo da mulher também pode depender de estratégias conscientes ou não, usadas para o efeito, como o aleitamento prolongado e a redução das relações sexuais.

6. ESPAÇAMENTO DOS NASCIMENTOS

Pensamos que na paróquia, na época em estudo, os nascimentos se sucediam a um ritmo natural, ou seja, sem recorrer a práticas contraceptivas, embora nas últimas décadas em observação se verifiquem ténues indícios de controlo de nascimentos.

Consideramos todas as famílias fecundas para as quais conhecemos a data de nascimento da mulher, de casamento e fim de união. Continuamos a considerar os períodos anteriormente determinados a fim de detectar eventuais mudanças no comportamento deste indicador, os espaçamentos em meses entre o casamento e o nascimento do primeiro filho. Teremos em conta, por agora, apenas os intervalos iguais ou superiores a oito meses ficando para uma fase posterior as concepções pré-nupciais.

Quadro 30
Intervalos protogenésicos por períodos (1656-1849 e 1850-1910)

Int. meses	Grupos de Idades										TOTAL	
	-20		20-24		25-29		30-34		35 +		1.º P	2.º P
8	-	1	4	3	5	5	-	3	-	-	9	12
9	3	1	6	9	2	4	1	4	-	-	12	18
10	-	-	7	3	8	4	4	1	1	2	20	10
11	-	-	12	2	2	1	3	4	3	1	20	8
12	1	1	4	4	2	1	2	2	-	1	9	9
13	-	-	2	4	3	3	2	1	-	-	7	8
14	-	-	4	-	1	-	1	1	-	2	6	1
15	-	2	1	3	3	3	-	-	-	-	5	8
16	-	1	2	3	3	-	2	1	-	-	8	5
17	-	-	1	-	1	-	-	-	-	1	2	1
18	-	-	1	2	1	-	1	-	-	1	3	3
19	-	1	1	2	1	-	-	-	1	1	3	4
20	-	-	3	1	1	2	-	1	-	1	3	5
21	1	-	1	1	-	3	1	-	-	1	3	5
22	-	-	1	2	2	-	2	2	-	1	5	5
23	3	-	1	-	-	-	-	-	-	-	4	-
24	-	-	1	1	-	1	1	-	-	-	2	2
25	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
26	1	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1	2
27	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
28	-	1	-	2	1	1	-	-	-	-	1	4
29	-	1	3	-	-	-	-	-	1	-	4	1
30	1	-	-	-	2	-	-	-	-	-	3	-
31	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1
32	1	-	3	2	1	1	-	-	-	-	5	3
33	1	-	-	-	2	-	1	-	-	-	4	-
34	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-
35	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
36+	9	3	14	9	7	4	4	-	1	2	67	16
TOTAL	21	14	44	56	48	34	29	22	7	14	208	134

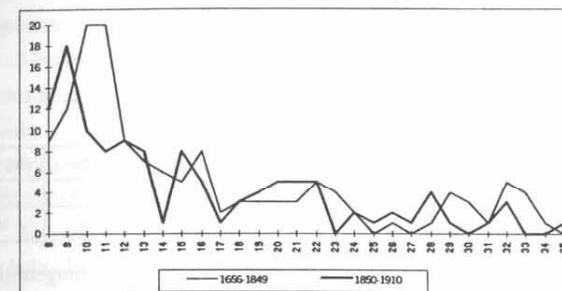
De uma análise aos dados registados verificamos que a maioria dos nascimentos ocorre em média, nos dois períodos, entre o oitavo e o décimo terceiro mês após o casamento.

No primeiro período o maior número de nascimentos acontece ao décimo e décimo primeiro mês após o casamento. No segundo o maior número nasce ao fim do oitavo e nono mês após o enlace. Regista-se um volume razoável de nascimentos até ao décimo sexto mês de casamento a partir do qual reduzem consideravelmente.

Observando os dados, em função da idade da mulher ao casamento, verificamos que as mulheres que casam com menos de 20 anos são as que mais retardam o nascimento do primeiro filho, a maioria só depois do vigésimo mês de casamento é mãe. Já as mulheres que casam no grupo etário dos 20-24 anos antecipam o nascimento do primogénito para o nono ou décimo primeiro mês de matrimónio. A maioria das noivas de 25-29 anos de idade tiveram o seu primeiro filho entre o oitavo e o décimo mês de casamento. É o grupo etário que apresenta mais nascimentos ao oitavo mês. As noivas que casam depois dos trinta anos esperam, em geral, pelo décimo e décimo primeiro mês para «dar à luz». Mais uma vez se coloca em evidência a capacidade reprodutiva das mulheres entre os 20-30 anos como que a provar uma melhor condição física nestas idades para a reprodução.

No segundo período reduz o número de meses entre o casamento e o nascimento do primogénito em praticamente todos os grupos etários. Para uma melhor visualização representamos os dados graficamente.

Gráfico 15
Intervalos protogenésicos
(em números absolutos)



Da leitura do gráfico «Intervalos protogenésicos», em todas as idades, verificamos um avolumar dos nascimentos entre o oitavo e o décimo terceiro mês de matrimónio no primeiro período e uma antecipação para o oitavo e décimo mês no segundo. Faremos outra abordagem deste comportamento através do quadro «Intervalo protogenésico médio, igual ou superior a 8 meses».

Da análise do número médio de meses entre as bodas e o aparecimento do primogénito nos diferentes grupos de idades da mulher ao casamento, concluímos que as raparigas que casaram antes dos vinte foram as que demoraram mais tempo em procriar nos dois períodos observados, embora no segundo tenha havido uma redução de quase nove meses. Os valores são, respectivamente, de 33,9 e 25,1 meses. Confirma-se para o segundo período uma redução em média 4,5 meses em todos os outros grupos de idades.

Para o primeiro período encontramos intervalos protogenésicos médios mais longos, o que poderá significar uma maior dificuldade procriativa dado

que, na época, ainda não recorriam a práticas contraceptivas para controlo da natalidade. No segundo período, por certo, as mulheres tiveram condições que lhes permitiram ser mais cedo mães.

Quadro 31
Intervalo protogenésico médio, igual ou superior a 8 meses
(Famílias tipo 1 a 4)

Períodos	-20	20-24	25-29	30+	N. Obs.	Int. P. M.
1656-1849	33,9	22,3	19,2	20,0	180	22,7
1850-1910	25,1	18,0	14,3	14,9	134	16,7

Podemos, pois, notar uma diminuição do intervalo protogenésico na segunda metade do século XIX. Os intervalos protogenésicos descem de 22,7 meses no primeiro período para 16,7 no segundo, menos meio ano, o que é bastante significativo. Se, por um lado, registamos para este período um aumento da idade média da mulher ao primeiro casamento, por outro vemos agora diminuir o tempo de espera em relação ao nascimento do primeiro filho.

A fim de acompanhar melhor a evolução deste comportamento encontramos o intervalo protogenésico médio para todas as mulheres com data de casamento conhecida e em espaços temporais mais reduzidos.

Quadro 32
Intervalo protogenésico (todas as mulheres com data de casamento conhecida)

Períodos	Observações	Intervalos
1656-1740	120	29,9
1741-1823	96	23,0
1824-1870	63	16,3
1871-1910	127	15,8
1656-1910	406	21,2

De salientar uma descida gradual dos intervalos protogenésicos ao longo de toda a observação. O valor do intervalo global é de 21,2 meses, bastante influenciado pelo valor do primeiro período.

Comparando os intervalos com Rebordãos, Cardanha⁹⁸ e Calvão⁹⁹ para a mesma época, podemos concluir que as mulheres de Palaçoulo esperavam, em média, mais quatro meses pela chegada do seu primeiro filho do que as das três primeiras paróquias, também em Trás-os-Montes, verificando-se uma quase coincidência com o valor de Calvão.

É possível que esteja no espaçamento dos nascimentos a explicação para a baixa fecundidade da paróquia em estudo, pois sabemos que o intervalo protogenésico é sempre mais reduzido que os intergenésicos por não estar sujeito a «tempos mortos».

6.1. Intervalos intergenésicos médios

É normal que os intervalos intergenésicos sejam superiores ao protogenésico. Aspectos como a amenorreia pós-parto pode ter uma duração variável de dois meses na ausência de aleitamento e dez ou mais em caso de amamentação¹⁰⁰. Mesmo em populações como a de Palaçoulo, onde na época em estudo não havia um controlo deliberado da fecundidade, poderia haver, como refere Livi-Bacci,¹⁰¹ factores fisiológicos, de ordem social, cultural e económica que motivassem intervalos intergenésicos mais alargados.

98) Maria Norberta Amorim, «S. Pedro de Poiães» (...), ob. cit., p.569.

99) José Alfredo P. Faustino, *Calvão* (...), ob. cit., p.133.

100) Maria N. Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico* (...), ob. cit., pp.140-141.

101) Livi-Bacci, M., (coordenador), «Modelos regionais de la transición demográfica en España y Portugal», Actas do II Congresso da ADEH, Alicante, 1991.

Para Dupâquier é nestes intervalos que se encontra a «chave» da dita «fecundidade natural» sendo, por isso, de todo o interesse aprofundar o seu estudo¹⁰².

Tendo em conta a reprodutividade das mulheres da paróquia encontrámos o primeiro intervalo intergenésico médio por idades.

Quadro 33
Primeiro intervalo intergenésico médio (em meses)

Períodos	N.º Obs.	Grupos de idade				Todas as Idades
		-20	20-24	25-29	30+	
1656-1849	231	30,9	33,3	31,7	31,3	31,5
1850-1910	185	31,7	27,5	24,7	27,1	27,1

Comparando o intervalo médio entre o casamento e o nascimento do primogénito com o intervalo médio entre o primeiro nascimento e o segundo, no conjunto das famílias observadas verificamos que, entre 1656-1849, o primeiro intergenésico ultrapassa em 8,8 meses o protogenésico, enquanto no período de 1850-1910 a diferença no mesmo sentido entre os dois sobe para 10,4 meses.

Todavia, no primeiro período, o intervalo intergenésico médio é, no geral, 4,4 meses superior ao verificado entre 1850-1910 para todas as idades. O primeiro intergenésico médio, entre 1656-1849, foi bastante próximo em todas as idades destacando-se, pela positiva, o intervalo das mulheres casadas entre os 20-24 anos com 33,3 meses. Não podemos, no entanto, deixar de salientar o facto do primeiro intervalo intergenésico, para as mulheres casadas

102) Jacques Dupâquier, *Por la Démographie Historique*, ob. cit., pp.166-168.

antes dos vinte anos, ser inferior em três meses ao protogenésico para a mesma idade. Já em relação às restantes idades o primeiro intergenésico aumenta em média 11,6 meses, quase um ano. No segundo período verificamos um aumento considerável do primeiro intervalo intergenésico em relação ao protogenésico em todas as idades, em média mais dez meses. O primeiro intergenésico, entre 1656 a 1849, é de 31,5 meses, superior em quatro meses ao encontrado em Poiães e Calvão¹⁰³ para a mesma época, desce na segunda metade do século XIX para 27 meses equiparando-se, assim, ao verificado nestas paróquias transmontanas no início do mesmo século.

Quadro 34
Primeiro intervalo intergenésico médio
(Comparação entre paróquias - A. Regime) (em meses)

Paróquias	Grupos de idades				Todas as Idades
	-20	20-24	25-29	30+	
Palaçoulo	30,9	33,3	31,7	31,3	31,5
Poiães	27,3	26,8	27,8	29,8	27,5
Calvão	34,9	25,9	23,7	31,8	27,5

De salientar a superioridade dos valores dos intervalos intergenésicos médios em Palaçoulo em relação às paróquias de Poiães e Calvão.

Numa época em que pensamos não interferirem práticas contraceptivas quais serão os factores fisiológicos e os hábitos sociais e culturais que explicam esta diferença nos intervalos intergenésicos médios?

A fim de termos uma visão de conjunto do fenómeno fizemos o cálculo do intergenésico médio para os primeiros oito intervalos, dado que a partir daquele se verifica uma redução do número de famílias observadas.

103) José Alfredo P. Faustino, *Calvão (...)*, ob. cit., p.135.

Quadro 35
Intervalos intergenésicos médios

Intervalos	Períodos			
	1656-1849		1850-1910	
	N.º Obs.	Meses	N.º Obs.	Meses
2	199	33,1	159	30,7
3	159	34,7	121	32,4
4	115	34,6	79	30,7
5	83	33,6	57	32,7
6	59	33,1	40	29,2
7	37	30,3	25	27,8
8	22	31,0	15	36,6
Total	674	32,9	496	31,4

Atentando no quadro «*intervalos intergenésicos médios*» conclui-se, como já era de prever, por uma dilatação destes em relação aos protogenésicos para os mesmos períodos. Observamos a média geral e temos 32,9 meses para o primeiro e 31,4 para o segundo período. Reforçamos mais uma vez a ideia de que no século XIX teria havido melhores condições de procriação que no anterior. Verificamos algumas oscilações no número de meses correspondente a cada intervalo. Nas primeiras sequências de intervalos vemos um aumento dos mesmos, depois uma certa permanência e, por último, uma diminuição do seu valor. É provável ainda que em alguns casos a idade mais elevada da mulher ao casamento proporcione uma maior facilidade de procriação.

Fazendo uma análise mais cuidada por períodos, entre 1656-1849 observamos o maior espaçamento no terceiro e quarto intervalos e uma redução nos seguintes. No segundo período registam-se intervalos intergenésicos mais

baixos, em média um mês e meio. No entanto, as oscilações são idênticas às verificadas no primeiro, elevando-se bastante o intervalo do oitavo espaço intergenésico.

Se compararmos o número de meses dos intervalos intergenésicos do primeiro período com os registados em Poiães (dois anos e meio), concluímos por uma maior duração dos de Palaçoulo.

A diminuição dos espaçamentos entre os nascimentos contribuiu para um aumento dos nascimentos e, conseqüentemente, da população da paróquia.

Consideramos que a segunda metade do século XIX foi um período de maior serenidade para a gente de Palaçoulo e, por certo, mais favorável à procriação. Também, neste período, ocorrem melhorias na alimentação e na higiene sobretudo por começarem a aparecer as roupas interiores de algodão¹⁰⁴ e outros tecidos mais fáceis de lavar e de adquirir que as de linho, reflectindo-se, certamente, nos mecanismos fisiológicos influenciando os ritmos de reprodução dos casais.

6.2. Número de filhos por união

Considerámos todas as famílias fecundas com início e fim de observação conhecidos, marcados pela data de casamento e data de óbito do primeiro cônjuge falecido.

O número de filhos por família é um bom indicador de fecundidade. Da análise do quadro verificamos que o número de famílias observadas foi de 349, sendo 71 infecundas. O número máximo de filhos conhecidos por família foi de doze para o primeiro período e dez para o segundo.

104) Luísa Marques – João Maravilhas, *Têxteis – Tecelagem, Tapeçaria e Confecção*, Porto Editora, 2ª Ed., 1991.

Quadro 36
Distribuição das famílias completas segundo o número de filhos

N.º de filhos	Períodos			
	1656-1849		1850-1910	
	N.º Obs.	Percentagem	N.º Obs.	Percentagem
0	45	24,5	26	15,7
1	8	4,4	20	12,2
2	14	7,6	14	8,5
3	19	10,4	20	12,2
4	22	11,9	27	16,4
5	22	11,9	15	9,1
6	14	7,6	13	7,8
7	11	6,0	14	8,5
8	13	7,1	6	3,6
9	8	4,3	7	4,2
10	5	2,7	3	1,8
11	1	0,5	-	-
12	2	1,1	-	-
TOTAIS	184	100	165	100

Analisando os dados concluímos por uma evolução do comportamento desta variável ao longo dos dois períodos. No segundo período reduz o número de famílias infecundas quase para metade e aumenta a percentagem das famílias com um filho, de 4,4 % no primeiro período para 12,2 % no segundo, o que nos permite vislumbrar indícios de um controlo voluntário da natalidade.

De notar ainda para o segundo período o aumento das percentagens na distribuição das frequências até ao quarto filho e uma diminuição nos seguintes, não havendo famílias com mais de dez filhos entre 1850-1910.

Excluindo as famílias infecundas, 29,5% das famílias no primeiro período geraram um a três filhos, 31,6 % 4 e 5 filhos, 27,3 % seis a oito filhos, sendo a percentagem de famílias com o número de filhos superior a oito apenas de 11,5 %. No segundo período 38,8 % das famílias «deram à luz» entre um a três filhos, passando para 30,2 % a percentagem de famílias com quatro e cinco filhos, reduzem para 23,7 % as famílias com seis, sete e oito filhos e apenas 2,1% de famílias tiveram nove e dez descendentes. Verificamos

no segundo período uma redução do número de famílias com mais de oito filhos, não ultrapassando nenhuma os dez.

Para as famílias observadas o número médio de filhos foi de 3,8 e 3,6, respectivamente, para o primeiro e segundo períodos.

Quadro 37
Distribuição das famílias segundo o número de filhos

Famílias	1656-1849	1850-1910	Toda a observação
Média de filhos por família	3,8	3,6	3,7
M. de filhos por f. fecunda	5,1	4,3	4,7

Se atendermos apenas às famílias fecundas a média de filhos por família é de 5,1 e 4,3, respectivamente, para o primeiro e segundo períodos em observação, o que demonstra o peso das famílias infecundas em Palaçoulo.

Se compararmos o número médio de filhos por família fecunda para o Antigo Regime, temos: Palaçoulo com 4,7, número praticamente coincidente com o encontrado por Norberta Amorim para Poiães¹⁰⁵ e José Faustino para Calvão,¹⁰⁶ cinco filhos.

Quadro 38
Comparação entre o número médio de filhos por famílias completas segundo a idade ao casamento da mulher (Antigo Regime)

Paróquias	Grupos de idade					Todas as Idades
	-20	20-24	25-29	30-34	35-39	
Poiães	8,0	7,0	5,0	2,9	1,6	5,0
Calvão	4,7	5,6	5,8	3,3	1,4	5,0
Palaçoulo	7,0	6,5	5,3	3,6	4,2	4,7

105) Maria Norberta Amorim, «S. Pedro de Poiães» (...), ob. cit., p.187.

106) José Alfredo P. Faustino, *Calvão* (...), ob. cit., p.142.

6.3. Número de filhos por família completa

A fim de melhor visualizar o efeito da idade ao casamento no número de filhos das famílias nos diversos grupos etários, construímos o quadro: «Distribuição das famílias completas segundo o número de filhos».

Da análise ao número médio de filhos por família e período verificamos que, no primeiro, o número médio de filhos é superior em todas as idades ao registado no segundo. A diferença, em média, do primeiro para o segundo período é de 1,2 filhos por família, salientando-se, essencialmente, as diferenças entre o número médio de filhos dos grupos de idades menos de 20 e 35-39 anos.

Verificamos, ainda, que as mulheres casadas antes dos vinte anos apresentam uma descendência superior às casadas posteriormente, com uma média de 7 filhos entre 1656-1849 e 5,6 filhos no segundo espaço de observação.

Concluimos que quanto mais tarde a mulher casa menor é o número médio de filhos, o que nos permite pensar numa descendência natural e dependente do número de anos de convivência do casal. Contudo, a média de filhos é mais elevada no primeiro que no segundo período, o que conjugado com outros indícios nos permite perguntar se não terá havido um insipiente controlo reprodutivo.

Encontramos uma fecundidade diferenciada, na ausência do «birth control», conforme a idade da mulher ao enlace foi mais ou menos tardia.

Comparados os vários grupos etários, facilmente nos apercebemos que são as mulheres casadas entre os 20-24 anos as que apresentam uma prole mais numerosa. Mas, enquanto no primeiro período houve famílias com onze e doze filhos no segundo as mais extensas têm dez. As famílias em que as mulheres casam entre 30-39 anos apresentam uma dimensão mais reduzida e são poucas as que vão além do quarto filho. Em alguns casos não haveria tempo para mais concepções, ficando a dúvida, sobretudo no último período, se não terá havido alguma estratégia que tenha conduzido a este resultado.

Quadro 39
Distribuição das famílias completas segundo o n.º de filhos por grupos de idades 1656-1849

Filhos	Grupos de idades				
	-20	20-24	25-29	30-34	35-39
1	-	1	-	-	1
2	-	1	1	3	3
3	1	2	7	5	-
4	1	5	4	3	-
5	1	1	6	1	1
6	2	6	2	-	1
7	2	2	3	1	1
8	1	9	2	-	-
9	1	2	1	-	1
10	1	2	2	-	-
11	-	1	-	-	-
12	1	1	-	-	-
TOTAIS	11	33	28	13	8
MÉDIA	7	6,5	5,3	3,6	4,2

1850-1910

Filhos	Grupos de idades				
	-20	20-24	25-29	30-34	35-39
1	-	4	2	3	8
2	1	2	3	5	1
3	2	2	5	3	3
4	1	7	3	5	3
5	1	4	2	1	-
6	-	4	3	1	-
7	3	6	2	-	-
8	-	2	-	1	-
9	2	1	2	-	-
10	-	3	-	-	-
TOTAIS	10	35	22	19	15
MÉDIA	5,6	5,2	4,3	3,2	2

6.4. A profissão do pai e o número médio de filhos

Com a finalidade de conhecer mais um indicador para a caracterização do ambiente sócio-cultural e número de filhos por família na paróquia, lançámos mão das profissões dos pais constantes do manuscrito de Columbano Ribeiro de Castro para Palaçoulo em 1796 e também dos registos de baptismo a partir de meados do século XIX de uma forma sistemática.

A lista das profissões mostra as principais ocupações dos homens. Constatamos que a maioria são lavradores e jornaleiros para além de um pequeno número de proprietários e pastores, o que mostra que a actividade dominante é a agricultura. As outras profissões, em número bastante reduzido, são as necessárias para garantir a manutenção e equipamento da paróquia¹⁰⁷.

Às mulheres, sobretudo a partir de 1850, é-lhes atribuída a profissão do marido, lavradora, jornaleira e proprietária, já que com excepção das proprietárias elas trabalhavam ao lado do marido no campo. Contudo, aparecem também como domésticas e/ou gerentes domésticas. Encontrámos três costureiras, curiosamente as mulheres dos guardas fiscais, moradoras na localidade; uma taberneira, natural de Sendim, paróquia vizinha e os negociantes Júlia Jerónimo e seu marido Abílio da Trindade Oliveira naturais de Carção. Registámos um casal de cardadores e, provavelmente, outros terá havido a trabalhar na fábrica de lanifícios de Algozo que possuía quarenta operários e ficava localizada a poucos quilómetros de Palaçoulo. De igual modo, os chapeleiros também deviam pertencer à fábrica de chapéus de Penas Róias, paróquia próxima da nossa, pertencente ao concelho de Mogadouro¹⁰⁸.

107) Louis Henry, *Técnicas de Análise (...)*, ob. cit., pp.36-38.

108) Fernando de Sousa, «A Indústria em Trás-os-Montes (1780-1813)», Vila Real, Cadernos Culturais, n.º.11, 1977, pp.9-28.

Identificadas as profissões e as respectivas famílias, calculámos o número médio de filhos e com os dados construímos o quadro.

Quadro 40
As profissões dos pais e o número médio de filhos

Profissão do pai	1796 a)	1850-1910	N.º M. de filhos
Proprietário	-	14	2,3
Lavrador	32	288	4,3
Jornaleiro	18	104	3,9
Pastor	6	2	3,5
Carpinteiro	6	6	5,8
Chapeleiro	-	2	-
Ferreiro	2	10	4,5
Moleiro	-	1	1
Pedreiro	-	2	4
Sapateiro	4	9	6,5
Tecedor	7	32	5
Comerciante	-	2	3,5
Vendedor Ambulante	-	2	-
Escrivão dos Testamentos	-	3	4
Escrivão da Câmara Municipal	-	1	1
Guarda Fiscal	-	4	1

a) Dados retirados do manuscrito de Columbano de Castro.

Da observação dos dados verificamos que as famílias com profissões ligadas à terra e os artífices têm entre três a quatro filhos, os que trabalham no comércio e serviços, embora em número reduzido para tirar conclusões, apresentam apenas um a dois filhos.

As artes, sobretudo no caso das mulheres, são essencialmente assumidas por elementos não naturais da paróquia, bem como as profissões ligadas aos serviços. É, pois, no seio de homens e mulheres que tratam a terra e pastoreiam o gado, em geral analfabetos, que nascem, crescem e morrem a maioria das crianças de Palaçoulo ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX.

6.5. Duração das uniões

Um factor que poderá influenciar o número de filhos por família é a duração das uniões. Para o seu estudo considerámos todos os casais com início e fim conhecidos, famílias tipo 1 e 2, independentemente da idade da mulher ao casamento, de ser a primeira ou posterior união para qualquer dos cônjuges¹⁰⁹ para os dois períodos que temos vindo a observar.

Quadro 41
Duração das uniões

Intervalos	Períodos			
	1656-1849		1850-1910	
	N.º Obs.	%	N.º Obs.	%
0-4	68	14,6	41	11,0
5-9	49	10,5	37	10
10-14	54	11,6	27	7,2
15-19	49	10,6	28	7,5
20-24	45	9,7	32	8,6
25-29	36	8,2	32	8,6
30+	162	34,8	175	47,1
Totais	465	100	372	100
Média em anos	24,5	-	26,7	-

109) Maria N. Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (...)* ob. cit., pp.148-149.

Da leitura dos dados constatamos que a duração média das uniões foi de 24,5 e 26,7 anos, respectivamente, no primeiro e segundo períodos, sendo a duração global de 25,6 anos.

Constatamos que, entre 1656-1849, 34,8 % das famílias têm uma duração superior a trinta anos, enquanto no segundo período atingem essa duração 47,1 % dos casais. Observando a distribuição das percentagens pelo espaço de cinco anos, para os dois períodos, concluímos por uma maior fragilidade das uniões entre 1656 e 1849.

Verificamos que 47,3 % das uniões no primeiro período e 26,7 % no segundo tiveram uma duração inferior a vinte anos não permitindo uma convivência conjugal durante todo o período fértil da mulher e podendo contribuir para reduzir o número médio de filhos por casal. Também o casamento tardio, para além de limitar a duração das uniões, agrava os níveis de infecundidade¹¹⁰.

Se compararmos a duração média das uniões encontradas por Norberta Amorim para Poiares, 27,3 anos e José Faustino para Calvão, 23,3 anos,¹¹¹ com a duração média das uniões na mesma época em Palaçoulo, 24,5 anos, notamos ligeiras diferenças. A maior duração regista-se em Poiares, aproximando-se entre si as médias de Palaçoulo e Calvão com valores inferiores. Que factores terão motivado uma convivência conjugal menos duradoira aos casais de Calvão e Palaçoulo: a alimentação, a higiene, o clima mais rigoroso, ou foram mais afectados pelas guerras e epidemias? Procuraremos fazer uma análise mais cuidada do fenómeno quando tratarmos a mortalidade.

110) Maria N. Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (...)*, ob. cit., p.150.

111) José Alfredo P. Faustino, *Calvão (...)*, ob. cit., p.138.

7. CONCEPÇÕES PRÉ-NUPCIAIS

Sempre que o nascimento de uma criança ocorria depois do casamento dos pais era registada como filho legítimo, embora a concepção, por vezes, tivesse lugar antes do casamento. Designamos por concepções pré-nupciais as dos nascidos antes de decorridos oito meses sobre a data do casamento.

O conhecimento das concepções pré-nupciais permite-nos, de algum modo, avaliar o comportamento e a convivência íntima entre os noivos, bem como verificar a sua evolução ao longo de toda a observação.

Quadro 42
Intervalos protogenésicos inferiores a 8 meses
(segundo a idade da mulher ao casamento)

Grupos de Idades	Períodos					
	1656-1849			1850-1910		
	N.º Obs.	%	I. M. Meses	N.º Obs.	%	I.M.Meses
-20	2	8,6	7	2	16,0	3,5
20-24	6	7,8	4,3	13	25,0	4
25-29	4	8,6	5,2	9	30,0	4
30-34	1	4	3	5	17,8	5,2
35-39+	3	30	4	4	12,2	3
Totais	16	8,8	4,7	33	67,4	3,9

De acordo com os dados do quadro o número de concepções pré-nupciais quase duplica na segunda metade do século XIX. Observando as percentagens de concepções por grupos de idades verificamos que elas são mais elevadas nas mulheres que casam depois dos 35 anos, seguidas do grupo

etário 25-29 anos, respectivamente no primeiro e segundo períodos. Enquanto no primeiro a percentagem mais baixa de concepções pré-nupciais ocorre nas mulheres que casaram entre os 30-34 anos, no segundo a menor percentagem pertence às mulheres casadas antes dos vinte. De um modo geral o número médio de meses dos intervalos diminui do primeiro para o segundo período.

Estas mudanças podem ter a ver com o abrandamento dos costumes e uma maior tolerância da sociedade de Palaçoulo a este relacionamento entre os jovens. Tal como a situação se apresenta quer-nos parecer que pode ter relação com o acesso tardio ao casamento, pois as maiores percentagens ocorrem entre as mulheres que casam depois dos 35 anos. Já na segunda metade do século XIX, podemos entender o aumento de concepções como um reflexo de uma maior preocupação da família perante a gravidez das filhas solteiras e daí procurar que chegassem ao casamento a fim de regularizar a situação perante a sociedade, pois de outro modo seriam mães solteiras.

Também temos de admitir alguma demora no licenciamento dos processos de casamento, sobretudo no caso dos noivos serem primos¹¹².

Se considerarmos ainda as concepções pré-nupciais iguais ou inferiores a três meses verificamos que apenas 5,7 % dos nascimentos ocorrem neste espaço de tempo. Provavelmente os noivos encobriam a gravidez, enquanto possível, da família e da sociedade e só depois se decidiam pelo casamento a fim de evitar o estigma de um nascimento ilegítimo. Verificamos no entanto que o número de nascimentos até aos três meses duplicou no segundo período.

¹¹² Maria Norberta Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (...)*, ob. cit., p.159.

Quadro 43
Intervalos protogenésicos inferiores ou iguais a três meses

Períodos	N.º de observações	% a)
1656-1849	6	3,3
1850-1910	12	8,9
Totais	18	5,7

a) Percentagem em relação ao total de nascimentos ocorridos até aos 8 meses de casamento

8. FILIAÇÃO NATURAL

Os valores da filiação ilegítima em Palaçoulo são pouco expressivos durante os dois primeiros séculos de observação. Na paróquia, tal como refere François Lebrun, «foi no casamento que as crianças foram concebidas e nasceram»¹¹³.

Os ilegítimos registados são, na quase totalidade, filhos de mães solteiras. Somente registámos um filho ilegítimo de uma mulher no estado de casada e outro de uma mulher no estado de viúva. Os párocos registaram sempre o nome da mãe mas só em 33,7 % dos casos nos dão a conhecer o nome do pai. Em 66,3 % dos registos de ilegítimos o pároco informa «não se sabe quem é o pai».

Algumas das crianças registadas como ilegítimas foram mais tarde legitimadas por posterior casamento dos pais. Apenas 19,1 % de mães ilegítimas casam após o nascimento de um, dois e até três filhos ilegítimos, dependendo dos casos. O quadro apresenta os dados apurados nos levantamentos dos registos de baptismos, total de nascimentos legítimos e ilegítimos. A escassez dos números não nos permite tirar conclusões de todo sustentáveis.

113) François Lebrun, *A vida conjugal no Antigo Regime*. Lisboa, Ed. Rolim, 1983, p.80.

Quadro 44
Evolução da ilegitimidade

Períodos	Tot. Baptizados	Tot. Ilegitimidade	% Ilegitimidade
1656-1699	413	11	2,7
1700-1749	548	2	0,4
1750-1799	447	10	2,3
1800-1849	439	11	2,5
1850-1899	1124	105	9,3
1900-1910	370	50	13,5
Totais	3341	189	5,7

Estudos feitos sobre a ilegitimidade em comunidades rurais de Trás-os-Montes¹¹⁴ revelam comportamentos diferentes face à mesma, conforme o contexto económico, social e cultural em que a paróquia se insere.

De uma análise mais cuidada aos dados do quadro «*evolução da ilegitimidade*», inferimos uma percentagem muito baixa de ilegítimos até meados do século XIX, e encontramos o valor mais baixo na primeira metade do século XVIII, apenas 0,4% de filhos ilegítimos. Comparando a percentagem de ilegitimidade de Palaçoulo na segunda metade do século XVII-2,7% com a de Poiães - 4,3 % e Cardanha - 4,6 %, a de Palaçoulo fica-se quase pela metade, porém é superior à registada em Rebordãos - 1,8 %¹¹⁵. É entre 1850-1899 que se regista um aumento considerável do fenómeno, 9,3 %, em relação ao total dos nascimentos. Mas a percentagem mais elevada ocorre na primeira década do século XX, 13,5%.

114) Brian Juan O'Neill, *Proprietários, Lavradores e Jornalheiros (...)*, ob. cit. «A realidade sócio-económica e cultural de Fontelas é diferente da de Palaçoulo. Naquela o matrimónio é condicionado pelo património, daí os celibatários estarem na base da grande percentagem de ilegitimidade na paróquia. Aqui o fenómeno é bem aceite e tolerado mesmo no século XX ao contrário do que se verifica em Palaçoulo onde o fenómeno está muito circunscrito às jornalheiras e não é muito bem aceite socialmente, sendo apelidados de «zorros», palavra com forte sentido pejorativo.

Concordamos com Laslet quando defende que o fenómeno da ilegitimidade aparece em muitos casos como decorrente de situações de pobreza, ligada ao grupo social das jornaleiras, situações que confirmamos de um modo geral em Palaçoulo. Embora só a partir de meados do século XIX sejam sistematicamente mencionadas nos registos as profissões dos progenitores verificamos que 70,4 % das mães solteiras eram jornaleiras, 21,6% lavradoras, 6,8% criadas de servir, costureiras e tecedeiras, não nos sendo possível conhecer a profissão em 1,2% dos casos.

Revedo a fecundidade ilegítima na paróquia temos:

De 1656 a 1849 uma proporção de concepções ilegítimas muito baixa, quer em valores absolutos, quer em valores percentuais.

Na segunda metade do século XIX ocorre um aumento considerável em valores absolutos, ainda que moderado em termos percentuais.

Na última década temos um aumento significativo em valor absoluto e percentual.

O que terá motivado esta mudança tão significativa no comportamento dos paroquianos de Palaçoulo? Reflexos da revolução liberal, um abrandamento dos costumes e ainda uma suavização dos valores religiosos¹¹⁵, como refere José Faustino. A explicação para esta explosão de ilegitimidade é problemática e difícil não sendo de excluir nenhum factor na determinação desta mudança. A relação de masculinidade ao nascimento em 1850 era de 128,6, desceu nas décadas seguintes mas eleva-se de novo na primeira década do século XX para 109,3. Também não cremos que a emigração tenha influenciado o fenómeno. Colocamos ainda a hipótese de alguns dos ilegítimos nascidos até

115) Maria Norberta Amorim, «S. Pedro de Poiares» (...), ob. cit., p.386.

116) José Alfredo P. Faustino, *Calvão* (...), ob. cit., p.152.

1869 terem sido expostos na casa da roda existente em Miranda do Douro, sede do concelho. Contudo, na acta da sessão da Câmara Municipal, efectuada em 26-10-1871, encontramos expresso o descontentamento deste organismo pela decisão tomada pela «Junta Geral» no sentido de extinguir a roda nesta cidade para criar um círculo em Vimioso: «...esta Câmara acha aquelas deliberações da Junta Geral, com o devido respeito, que foram inconsideradas porque longe de remediar os inconvenientes que hoje se dão com as rodas, foram talvez acrescentados. Tanto mais que no distrito não há um asilo que possa dar auxílio às infelizes vítimas abandonadas, que na roda são recolhidas...».

Admitimos, assim, que alguns dos ilegítimos até à extinção da roda tenham sido encaminhados para lá, dada a sua proximidade geográfica. A extinção deste organismo terá dificultado o abandono e daí ter de assumir o resultado dos «amores proibidos» originando o aumento dos ilegítimos.

8.1. Os enjeitados

Na filiação ilegítima integrámos quatro crianças filhas de pais incógnitos que supomos enjeitadas.

Dada a fraca expressividade do abandono conhecido de crianças, estes foram acontecimentos excepcionais na vida desta pequena comunidade. Em 14-05-1749 aparece um registo com a seguinte nota: «enjeitados apareceram às portas da igreja, dois, este - António Bernardino e João. Ambos com escritos da mesma letra e dizendo que já estavam baptizados, mas, foram de novo baptizados. João logo morreu e António Bernardino, foi entregue a Manuel Martins seu padrinho para o criar».

Também em 18-02-1868 foi baptizada uma criança de nome Petra que disse aos padrinhos «não saber onde e quando nasceu, pouco mais ou menos, sabe que sua mãe é espanhola e seu pai incógnito», não constando nada mais do registo. Ainda em Maio de 1871 foi exposta por Páscoa Domingues, Ana dos Reis e entregue a seus padrinhos - José Rosete e Ana Rosete.

Verificamos que, nos três casos descritos, as crianças «voltaram» a ser baptizadas, mesmo quando era dito já o terem sido como aconteceu na primeira referência. Foram os padrinhos que as receberam para as criar. Os assentos, com excepção para Ana Reis, nada referem sobre perguntas como: Quem os abandonou? Porquê? De onde eram provenientes? Eram filhos ilegítimos?

Em princípio tudo nos leva a crer não serem originários da paróquia devendo, por isso, ter nascido em paróquias vizinhas. Mas os movimentos da paróquia para o exterior podiam ser compensatórios.

Admitimos que tenha havido situações de expostos na paróquia. Porém, não conseguimos localizar os livros de registos de expostos da casa da roda de Miranda do Douro.

9. NATURALIDADE DAS MÃES DOS FILHOS ILEGÍTIMOS

Procurámos saber o número de mulheres da paróquia que tiveram filhos naturais e, ainda, as que vieram de «fora da paróquia» para aqui ter ou, simplesmente, baptizar os seus filhos ilegítimos. Considerámos dois períodos de acordo com o comportamento manifestado por este indicador e constatámos

que a partir da segunda metade do século XIX se regista uma mudança no comportamento da população desta paróquia relativamente ao fenómeno da ilegitimidade.

Quadro 45
Naturalidade das mães dos filhos ilegítimos

Períodos	N.º Obs.	da Paróquia	de Fora	% de Fora
1656-1849	23	11	12	52,2
1850-1910	100	91	9	9
Totais	123	102	21	17,1

De acordo com os dados 52,2 % das mães no primeiro período e 9 % no segundo são de «fora» da paróquia. Em valores absolutos, respectivamente, 12 e 9 casos. É entre 1656-1849 que se regista um menor número de observações e também menos mães naturais de Palaçoulo.

A partir de 1850 o fenómeno acentua-se¹¹⁷, aumentam as mães naturais da paróquia, somente nove vieram de fora e de localidades já conhecidas do período anterior.

Houve, sem dúvida, uma evolução deste comportamento. Que factores o terão motivado? Todos são de admitir, económicos, sociais e religiosos, na conjuntura particularmente difícil de oitocentos.

Reparando no quadro “Naturalidade das mães solteiras de fora” notamos que, neste caso, as mães provinham das paróquias vizinhas, com excepção para a de St^a. Maria de Cerves, Rio frio, Vinhais, as das proximidades de Zamora e as de naturalidade indeterminada.

¹¹⁷) Para este aumento contribuiu, ainda, a integração na paróquia de duas anexas: Prado Gatão e Águas Vivas de onde eram naturais respectivamente 24 e 14 mães.

Quadro 46
Naturalidade das mães solteiras de "fora"

Locais	Períodos		Totais
	1656-1849	1850-1910	
Concelho de Miranda do Douro			
Atenor	2	-	2
Duas Igrejas	1	1	2
Fonte de Aldeia	1	1	2
Miranda do Douro	1	-	1
Picote	-	2	2
Concelho de Mogadouro			
Bemposta	-	-	1
Gregos	1	-	1
Sanhoane	1	-	1
Tó	1	1	1
Travanca	1	-	2
Urrós	1	-	1
Concelho de Vimioso			
Algozo	1	-	1
Angueira	1	1	2
Caçarelhos	1	1	2
Vilar Seco	1	-	1
Indeterminadas	9	11	20
St.ª Maria de Cerves	1	1	2
Rio Frio	1	-	1
Vinhais	1	-	1
Espanha	1	3	4
Totais	27	23	50

10. IDADE DAS MÃES SOLTEIRAS AO NASCIMENTO DO PRIMEIRO FILHO ILEGÍTIMO

Para o estudo deste indicador continuámos a usar dois períodos em função do volume de dados encontrados, apesar da sua abrangência no tempo.

Quadro 47
A mãe solteira e a idade ao nascimento do primeiro filho
Repartição por grupos de idades

Períodos	Grupos de Idades						Totais
	-20	20-24	25-29	30-34	35-39	40+	
1656-1849	2	9	3	1	3	3	21
1850-1910	9	27	19	9	3	5	72
Totais	11	36	22	10	6	8	93

Para calcular a idade da mãe ao nascimento do primeiro filho necessitamos da sua data de nascimento, o que só conseguimos para 93 das 178 mães com filhos ilegítimos. Estes resultados podem carecer de algum rigor porque em relação às mães que não são naturais da paróquia não temos a certeza de se tratar do primogénito. Nesse caso, a idade da mãe ao nascimento do primeiro filho seria mais baixa.

De acordo com os dados do quadro as idades mais frequentes das mães dos filhos ilegítimos encontram-se entre os 20-24 anos de idade com 36 casos, seguidas do grupo etário seguinte. Todavia, a idade média das mães ao nascimento do primeiro filho eleva-se dado o número de casos ocorridos antes dos 20 anos ser bastante inferior aos que se verificaram depois dos trinta anos.

Quadro 48
Idade média das mães ao nascimento do primeiro filho ilegítimo

Períodos	Id. mãe nasc. 1.º filho nat.	Id. mãe nasc. 1.º filho leg.	Id. méd. mãe ileg. 1.º cas.
1656-1748	26,5	25,9	32,3
1750-1849	26,1	27,9	28,0
1850-1910	26,7	26,9	27,2
Totais	26,6	26,9	27,5

Tomando em consideração os dados do quadro anterior relativos à idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho ilegítimo por períodos, verificamos que ela permanece quase constante ao longo da observação com o valor global de 26,6 anos. Se compararmos estes valores com os da idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho legítimo verificamos que no global são próximos. De registar para o primeiro período o atraso de meio ano na idade da mãe ao nascimento do filho ilegítimo em relação ao legítimo, mostrando no período seguinte a antecipação de um ano e oito meses e terminando com uma idade praticamente coincidente. No global é, em média, aos 26,6 anos de idade que as mulheres da paróquia têm o primeiro filho ilegítimo, antecipando-se também três meses à idade das mães dos legítimos.

Tendo agora em conta a idade média das mães dos filhos ilegítimos à primonupcialidade vemos que foi no primeiro período quando casaram mais tarde, 32,3 anos. Todavia, para a mesma época, o nascimento do primeiro filho ilegítimo acontecia aos 26,5 anos, o que significa que as mães dos filhos ilegítimos esperavam em média seis anos para casar quando tal acontecia. No segundo período o tempo de espera destas mães para casar reduz em média para dois anos e no terceiro para cinco meses, praticamente o tempo necessário para tratar do processo de casamento.

10.1. Mães com dois e mais filhos ilegítimos

Nesta observação considerámos uma periodização por séculos para melhor verificar a evolução deste comportamento nos mesmos. Mais uma vez confirmamos a escassez de dados para os séculos XVII e XVIII, apesar de termos considerado todas as mulheres que na paróquia registaram os seus filhos.

Quadro 49
Mães solteiras e número de filhos

N.º de filhos	Períodos			Total
	1656-1799	1800-1899	1900-1910	
1	8	75	45	128
2	2	13	13	28
3	3	12	2	17
4+	-	5	-	5
Total	13	105	60	178

Das 178 mães solteiras que registámos em Palaçoulo apenas 50 tiveram mais que um filho ilegítimo. Esta situação teria necessariamente que ver com um posterior casamento ou não. Como já referimos, a maioria das mães dos filhos ilegítimos pertencia ao grupo social mais desfavorecido economicamente na paróquia, as jornaleiras. Daí talvez a necessidade de continuarem a depender de um homem para se sustentarem elas próprias e os filhos que entretanto iam aumentando, terminando em alguns casos mais tarde em casamento.

10.2. Ulterior casamento das mães solteiras

Considerando a procriação feminina e a sua relação com a nupcialidade procedemos a uma observação sobre o posterior casamento das mães solteiras, a fim de obtermos este indicador.

As mães de filhos ilegítimos que casaram estavam todas no estado de solteiras. Registámos apenas uma mãe no estado de viúva e não voltou a casar.

Quadro 50
Mães solteiras e posterior casamento

Períodos	1656-1849	1850-1910	Totais
Total de mães	44	124	168
Casaram	6	33	39
% de Casamentos	13,6	26,6	23,2

De acordo com os dados casam 23,2 % das mães solteiras que tiveram filhos ilegítimos. Verificamos também que dez escaparam da nossa observação. Admitimos que poderão ter casado noutra paróquia ou registaram os filhos nesta localidade e saíram posteriormente. É no segundo período que ocorre um maior número de casamentos, pese embora o aumento de mães solteiras.

No primeiro período três mães casam entre dois meses a um ano após o nascimento do filho ilegítimo. As outras três casam, respectivamente, passados três, cinco e treze anos. No segundo período 50 % casa entre dois a quatro anos, aumentando o período de espera entre o nascimento do filho ilegítimo e o casamento. Apenas 17,8 % casa entre dois meses e um ano,

aguardando as restantes um número de anos superior. Cremos que algumas o fizeram com o pai dos filhos, particularmente as que casaram dois meses a um ano após o parto ilegítimo. Outras terão casado com novos parceiros pois, entretanto, algumas crianças faleceram deixando as mães livres para contraírem casamento. Face aos dados, embora escassos, parece-nos ter havido a partir de meados de oitocentos uma mudança de atitude em relação à ilegitimidade na paróquia.

Quadro 51
Intervalo entre o nascimento do primeiro filho e ulterior casamento

Períodos	1656-1849	1850-1910
2 meses a 1 ano	3	5
2 a 4 anos	1	14
5 a 7 anos	1	6
8 a 9 anos	-	2
10 anos +	1	1

10.3. Maternidade ilegítima e reprodução do comportamento

No que respeita às mães dos filhos ilegítimos verificámos que apenas 3,9 % eram também filhas de mães solteiras, tendo 81,5% nascido no seio do matrimónio. Sobre as restantes 14,6 % as fontes não nos transmitem informações.

Numa sociedade de costumes rígidos e profundamente cristãos ter um filho natural «cobria» a mãe e toda a família de «vergonha», penalizando-a socialmente. Assim, a ilegitimidade passa algumas vezes de avós para netas, que dificilmente casam na paróquia. Para conhecer a dimensão do fenómeno

em Palaçoulo, tendo em conta a periodização anteriormente estabelecida, registámos para o primeiro período (1656-1849) que 4,4% das mães dos ilegítimos também são filhas naturais. No segundo período (1850-1910), a percentagem é de 3,7%, valor inferior ao do primeiro período. Não obstante, o fenómeno seria melhor caracterizado se conhecéssemos os ascendentes de todas as mães solteiras que deram «à luz» os seus filhos na paróquia.

Temos como exemplo Sebastiana Martins, jornaleira, moradora em Palaçoulo e da qual não conhecemos a naturalidade nem ascendência. É mãe solteira de Ana Escolástica Martins, também jornaleira, que deu «à luz», em 31-05-1870, a Micaela sua primeira filha ilegítima e quatro anos depois, em 24-05-1874, o Aníbal.

A família continua a residir em Palaçoulo e em 10-02-1890 aparece o registo de óbito da primeira filha natural de Micaela que morreu com oito dias de vida. No ano seguinte, em 24-11-1891, regista o filho António Manuel. Quatro anos depois, em 12-08-1895, regista a Maria José que veio a falecer em 05-09-1896. Um ano depois, em 01-03-1897, nasce a quarta filha ilegítima, Clemência, que acabará por falecer três anos depois em 31-03-1900. Apesar dos nascimentos se sucederem a um ritmo natural em nenhum dos casos foi registado o nome do pai.

O irmão de Micaela, Aníbal, casou em 10-02-1902 com Joaquina da Conceição Bernardo, filha legítima e natural da paróquia. Em 02 de Setembro desse mesmo ano morre Micaela de 32 anos de idade, no estado de solteira, deixando o seu filho António Manuel de 11 anos de idade, do qual não tivemos mais notícias.

Esta família parece não ter sido única a reproduzir este comportamento na paróquia. Outros casos poderíamos mencionar: o da jornaleira Paula

Rodrigues, moradora em Prado Gatão, filha ilegítima de Maria Rodrigues que, em 05-02-1892, teve mais um filho ilegítimo; o das irmãs Maria Joaquina Guerra e Maria Rosa Guerra filhas naturais de Isabel Guerra que também foram mães solteiras.

Não conhecemos a situação económica destas famílias mas sabemos que têm a profissão de jornaleiras. Entendemos que o fenómeno não é exclusivo de nenhum grupo social, todavia em Palaçoulo aparece muito circunscrito às jornaleiras.

Concluímos que embora o fenómeno não tivesse grandes dimensões na sociedade de Palaçoulo, pois entre os casos conhecidos apenas a Isabel Guerra é natural da paróquia, as restantes vieram de «fora» mas foi nesta localidade que acabaram por prolongar a ilegitimidade por várias gerações.

CAPÍTULO V

A

Mobilidade

1. UMA APROXIMAÇÃO AO PROBLEMA

Não podemos abordar a mobilidade das gentes da paróquia com a mesma segurança com que analisámos as outras variáveis demográficas. A dificuldade em tratar o problema da mobilidade em Palaçoulo advém da inexistência de fontes específicas, como róis de confessados, registos de mortalidade infantil e registos de passaportes para todo o período em observação.

Localizámos registos de passaportes externos a partir de 1850. Contudo, encontrámos apenas um registo referente a um natural da paróquia em 09-01-1909, José Maria Geraldês, que embarcara em Leixões com destino a Buenos Aires. Tinha 32 anos, era casado, analfabeto e à data já não residia em Palaçoulo. Os pais só temporariamente viveram na paróquia, onde baptizaram este filho.

Pensamos tratar-se de uma paróquia sem tradição na emigração, pois, referentes às aldeias vizinhas aparecem alguns registos de passaportes de homens e famílias que saíam sobretudo com destino para o Brasil.

Todavia, certos da importância desta variável para a compreensão da estrutura e evolução da população, faremos uma abordagem indirecta com os recursos de que dispomos. Começamos por analisar as «entradas» de efectivos por ocasião do casamento para ambos os sexos, tendo em conta a naturalidade e posterior permanência na paróquia. Analisaremos depois a mobilidade através do registo de óbitos.

2. NATURALIDADE DOS CÔNJUGES RESIDENTES

Com base na data de casamento arrolámos todos os efectivos que celebram as bodas na paróquia, quer sejam naturais ou venham de fora. A fim de verificar eventuais mudanças de comportamento considerámos dois períodos.

Quadro 52
Naturalidade dos cônjuges residentes
(1656-1849)

		Homens		
		Paróquia	"Fora"	Total
Mulheres	Paróquia	95	196	291
	"Fora"	48	14	62
	Total	143	210	353

Da leitura do quadro, "*Naturalidade dos cônjuges residentes*", verificamos que 353 casais celebram na paróquia o seu enlace matrimonial. Todavia, os nubentes nem todos são naturais da paróquia. Apenas 95 casais se formam com pares nascidos em Palaçoulo, o que representa 26,9 % da totalidade. A maioria dos agregados são mistos, com predominância para as mulheres naturais da paróquia e homens de «fora», totalizando 196 casais, o equivalente a 55,5%. Confirmamos uma abertura da paróquia ao exterior, principalmente para os elementos masculinos, pois as «entradas» femininas são bastante inferiores. Quarenta e oito casamentos têm a nubente feminina do exterior e o marido natural da paróquia. Somente 14 famílias se constituem com noivos forasteiros, o equivalente a 4% do total.

Fixando-nos, agora, no período 1850-1910, constatamos que a paróquia se fecha à entrada de elementos «estrangeiros», aumentando as bodas entre os

naturais. Admitimos a hipótese de que para este comportamento tenha contribuído o aumento de efectivos populacionais na paróquia. A população de Palaçoulo evidencia, pela primeira vez, um crescimento assinalável, mesmo sem considerarmos a integração das duas povoações que lhe são anexadas.

Quadro 53
Naturalidade dos cônjuges residentes
(1850-1910)

		Homens		
		Paróquia	"Fora"	Total
Mulheres	Paróquia	130	83	213
	"Fora"	64	5	69
	Total	194	88	282

De acordo com os dados, 130 enlaces matrimoniais dos 282 casamentos efectuados têm contraentes naturais da freguesia, o que corresponde a 46,1 % do total e a um aumento de 19,6 % em relação ao período anterior.

Os agregados domésticos mistos, com o elemento masculino de «fora» e a mulher natural, que no período anterior ocupam o primeiro lugar, com 55,5%, baixam para pouco mais de metade, 29,4 %. Todavia, verificamos um aumento de 9,1% de lares formados entre homens naturais e mulheres forasteiras, o equivalente a 22,7 %. Apenas cinco famílias, correspondentes a 1,8 % das uniões, se efectuam entre nubentes estranhos à paróquia.

Registamos, pois, um maior equilíbrio entre os sexos, aumentando a percentagem de homens naturais a casar na freguesia de 40,5 % para 68,8 % no segundo período, enquanto os elementos femininos naturais da paróquia

reduzem de 82,5 % para 75,5 %. Contudo, nem todos os casais que iniciam o ciclo vital na paróquia optam por viver de forma estável nela conforme vamos verificar.

3. FAMÍLIAS ESTÁVEIS E FAMÍLIAS MÓVEIS NA PARÓQUIA

Se observarmos os dados do quadro, «*Famílias estáveis e famílias móveis na paróquia*», verificamos que 67,9 % do total permanece na paróquia até ao fim da união. As restantes 32,1% acabaram por se ausentar, pois não conhecemos o fim da união.

Considerámos famílias estáveis aquelas de quem conhecemos a data de casamento e a do óbito do primeiro cônjuge falecido: Famílias tipo 1 e tipo 2¹¹⁸. Para as famílias móveis conhecemos a data da sua formação, ou seja, da boda mas desconhecemos a do desfecho da união: Famílias tipo 3 (apenas as que baptizaram filhos na paróquia) e tipo 4.

Quadro 54
Famílias estáveis e famílias móveis na paróquia

Famílias	Períodos		Total
	1700-1849	1850-1880	
Estáveis	254	221	475
Instáveis	157	68	225
Total	411	289	700

118) Maria N. Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (...)*, ob. cit., pp.34-35.

Verificamos que o número de famílias móveis na paróquia reduz bastante entre 1850 e 1880, passando a sua percentagem para menos de metade. Como já anteriormente referimos no capítulo da nupcialidade há o costume de casar na paróquia da noiva para logo em seguida ir viver na freguesia do cônjuge masculino. Para o estudo da mobilidade temos apenas em conta as famílias que por algum tempo residem na paróquia e baptizam filhos. No segundo período constata-se uma redução do número de famílias móveis. Todavia, a percentagem de famílias móveis em Palaçoulo (primeiro período) é superior à mobilidade registada em Poiares¹¹⁹, que apresenta 14,6 % para o período de 1681-1820.

Admitimos a hipótese de alguns casais iniciarem a sua vida na paróquia e mais tarde se ausentarem para a terra natal do outro elemento do casal, o que se torna compreensível visto que a maioria dos cônjuges que vêm casar na paróquia provêm das freguesias limítrofes, repartindo-se pelos três concelhos do Planalto Mirandês (Mogadouro, Miranda e Vimioso), conforme os quadros «origem dos noivos» e «origem das noivas» inseridos no capítulo da nupcialidade. No entanto, aparecem nubentes com raízes em terras mais distantes, como St.º Estêvão de Briteiros – Guimarães, Vila Nova de Cerveira – Braga e outras localidades deste distrito. Os noivos provenientes das localidades citadas têm a profissão de pedreiros e vêm para Palaçoulo por altura da construção da igreja de S. Miguel (século XVIII), o Santo Padroeiro da paróquia, onde casam e se fixam. Já os provenientes das vizinhas aldeias espanholas são mais instáveis, acabando por viver lá e cá temporariamente.

Considerando o significativo aumento de indivíduos na paróquia entre

119) Maria Norberta Amorim, «S. Pedro de Poiares» (...), ob. cit., p.312.

1850-1910 e o grande aumento de ilegítimos no mesmo período fomos observar a naturalidade das mães dos mesmos. Algumas mulheres antes de «darem à luz» dirigem-se para Palaçoulo, onde nascem os seus filhos, saindo posteriormente da povoação.

Pelo exposto, facilmente podemos inferir que estas mães, embora sendo da área, pois não se aventuram a grandes distâncias, contribuem para a mobilidade da paróquia.

4. MOBILIDADE DOS INDIVÍDUOS ATRAVÉS DOS REGISTOS DE ÓBITOS

Com base nos registos de óbitos procurámos observar a mobilidade individual e o estado civil dos efectivos não naturais de Palaçoulo que lá são sepultados. Tendo em conta os períodos já considerados agrupámos os registos de todos os efectivos naturais e de «fora» que falecem na paróquia e construímos o quadro «Registo de efectivos ao óbito em Palaçoulo».

Quadro 55
Registo de efectivos ao óbito em Palaçoulo
(1656-1849)

Estado Civil	Naturais	de "Fora"	Total	% de "Fora"
Solteiro	70	12	82	14,6
Casado	108	26	134	19,4
Viúvo	98	20	118	16,9
Totais	275	58	334	17,4

De acordo com os valores do quadro, neste período, 17,4 % dos indivíduos que falecem na paróquia não são dela naturais.

Atentos ao estado civil concluímos que falecem 24,6 % no estado de solteiros, 40,1 % no de casados e 35,3 % no de viúvos, correspondendo aos de «fora» respectivamente a percentagem de 14,6 %, 19,4 % e 16,9 %. Embora a percentagem de solteiros de «fora» que falecem na paróquia seja a menor, leva-nos a questionar sobre os motivos que os terão atraído para Palaçoulo. Sabemos, no entanto, tratar-se de mendigos como é o caso de João (não se sabe o sobrenome) sepultado em 26-08-1757 e soldados que ali falecem vítimas da guerra como por exemplo António, soldado espanhol com 19 anos, que «veio doente para este povo onde foi sepultado por caridade» em 26-12-1812. Também Manuel Luís, soldado infante, ali falece em 20-03-1740 e Jerónimo Pires em 27-02-1752. Dois rapazes novos naturais de Carção, Manuel Luís e seu irmão Francisco Luís que morrem acidentalmente afogados na ribeira quando se deslocam em 23-01-1804. Os párocos, como o padre António Curral, sepultado em 07-07-1815 e as suas criadas que acabavam por falecer na paróquia no estado de solteiras. É o caso de Maria Fernanda, natural de Martim-Bragança. Sabemos ainda que foi sepultado frei Simão da Anunciação, frade Trino Descalço do Convento de Miranda do Douro, em 10-10-1783. Os casados e viúvos representam a maior percentagem e terão entrado pela via do casamento.

A fim de verificar eventuais mudanças de comportamento, reunimos os dados referentes ao segundo período.

Quadro 56
Registo de efectivos ao óbito em Palaçoulo
(1850-1910)

Estado Civil	Naturais	de "Fora"	Total	% de "Fora"
Solteiro	81	45	126	35,7
Casado	53	35	88	39,8
Viúvo	56	33	89	37,1
Totais	190	113	303	37,2

Observando o quadro concluímos que a maior percentagem de registos de óbitos vai para os indivíduos solteiros e naturais com 19,4 %. Constatamos uma alteração em relação ao período anterior onde a percentagem dos registos de óbitos dos solteiros naturais era menor. De notar que neste período excluímos os óbitos até aos sete anos em virtude de não dispormos deles no período anterior na paróquia. As percentagens dos solteiros, casados e viúvos de «fora» que falecem em Palaçoulo aumentam significativamente em relação ao período anterior.

4.1. Distribuição das entradas por sexo e estado civil

Vimos que a maioria dos não naturais com o registo de óbito na paróquia aparecem no estado de casados logo seguidos dos viúvos. Procuramos agora saber como se distribuem por sexos e segundo o estado civil em cada período.

Quadro 57
Entradas de efectivos ao óbito em Palaçoulo segundo o sexo e o estado civil (1656-1849)

Sexo	Estado Civil			Totais	
	Solteiros	Casados	Viúvos	N.º Abs.	%
Masculino	4	21	16	41	70,7
Feminino	8	5	4	17	29,3
Totais	12	26	20	58	100,0

Da leitura do quadro verificamos que 70,7 % dos efectivos não naturais com registo de óbito na paróquia pertencem ao sexo masculino e 29,3 % ao sexo feminino. São de facto os homens que entram em maioria na paróquia

neste período e como já referimos com base no casamento. O «mercado matrimonial» é favorável à entrada dos homens na paróquia em virtude da superioridade numérica dos elementos femininos, nomeadamente até ao início do séc. XIX. Já as mulheres não naturais, residentes ao óbito na paróquia, são maioritariamente solteiras. De salientar, ainda, o escasso número de mulheres casadas e viúvas que entram na paróquia. Para o período entre 1850 –1910, vemos reforçado o número de indivíduos no estado de solteiros, bem como uma maior entrada de elementos femininos na paróquia graças ao equilíbrio restabelecido entre os sexos na freguesia e ao significativo aumento de população verificado a partir de meados do século XIX. Neste período falecem 106 indivíduos residentes em Palaçoulo e não naturais, 64 homens e 42 mulheres, praticamente o dobro dos que ocorreram no anterior. Para este número contribuem os guardas fiscais e suas famílias que aqui se fixam para exercer a sua profissão, um casal de comerciantes provenientes de Carção e um casal de proprietários naturais de Chacim – Macedo de Cavaleiros.

Quadro 58
Entradas de efectivos ao óbito em Palaçoulo segundo o sexo e o estado civil (1850-1910)

Sexo	Estado Civil			Totais	
	Solteiros	Casados	Viúvos	N.º Abs.	%
Masculino	23	21	20	64	60,4
Feminino	22	14	13	42	39,6
Totais	45	35	33	106	100,0

5. A SAÍDA DE EFECTIVOS NATURAIS DE PALAÇOULO E SEU DESTINO

Através das «anotações» cuidadosamente registadas pelos párocos e funcionários do registo civil¹²⁰ ao lado do registo de baptismo ou casamento, conforme o último registo feito na paróquia, temos conhecimento de alguns naturais que saem e desenrolam o seu ciclo de vida noutras terras sobretudo a partir da segunda metade do séc. XIX.

Tendo em conta os períodos já definidos agrupámos os dados e verificámos uma mudança no rumo seguido pelos naturais de Palaçoulo do primeiro para o segundo período. Entre 1656-1849 a maior parte dos naturais sai pelo casamento e fixa-se nas aldeias limítrofes tendo os mais arrojados chegado a Salamanca e Andaluzia, onde falecem, respectivamente, Manuel Agostinho Fernandes, solteiro de vinte anos de idade e António Esteves, de trinta e um anos e ao que sabemos também solteiro. No segundo período, embora continue a verificar-se a movimentação interparóquias, surgem registos de óbitos de naturais noutras regiões do país e em países como França, Brasil e Argentina. Considerámos as localidades onde falecem os naturais da paróquia e construímos o quadro «Localidades onde falecem os naturais de Palaçoulo».

120) O período de observação começa em 1656 e termina em 1910, tendo prolongado o registo de óbitos até 1950.

Quadro 59
Localidades onde falecem os naturais de Palaçoulo (por períodos)

Locais	1656-1849	1850-1910	Totais
Concelho de Miranda do Douro			
Constantim	1	1	2
Duas Igrejas	2	1	3
Fonte de Aldeia	2	2	4
Genísio	1	1	2
Malhadas	2	-	2
Miranda do Douro	1	-	1
Ifanes	-	1	1
Picote	1	1	2
S. Martinho	1	-	1
Sendim	-	1	1
Vila Chã	2	2	4
Concelho de Mogadouro			
Azinhoso	1	-	1
Saldanha	-	1	1
Concelho de Vimioso			
Algozo	1	1	2
Angueira	2	-	2
Mora	2	-	2
Vilar Seco	-	1	1
Santulhão	2	-	2
Outros concelhos do país			
Bragança	-	2	2
Coimbra	-	1	1
Lisboa	-	1	1
Proença Nova	-	1	1
Outros países			
Argentina	-	1	1
Brasil	-	1	1
Espanha	3	1	4
França	-	1	1
Totais	24	22	46

Fixando-nos no quadro das localidades onde falecem os naturais da paróquia durante os períodos considerados, concluímos que até meados do século XIX os habitantes de Palaçoulo se limitam praticamente ao movimento entre as paróquias vizinhas, dado que o seu termo confina com os concelhos de Mogadouro e Vimioso. As localidades espanholas também são aldeias próximas da fronteira. Esta movimentação é essencialmente motivada pelo casamento. No segundo período reduz a movimentação interparóquias e arrojam-se a sair para terras mais distantes, Bragança, Coimbra, Proença Nova, Lisboa, e ainda para outros países como Argentina, Brasil, Espanha e França.

5.1. A saída de efectivos naturais de Palaçoulo segundo o sexo e o estado civil

Conhecidos os destinos daqueles que, por uma ou outra razão, um dia deixaram a terra que os viu nascer para irem viver noutro lugar (motivados por factores que desconhecemos mas admitimos terem sido, essencialmente, razões sócio-económicas que os encaminharam para tais destinos), arrolámos os dados em função do estado civil e dos espaços temporais que temos vindo a considerar. Entre 1656-1849 registamos uma mobilidade geral de 12,4 % sobre o total de falecimentos dos naturais da paróquia. As percentagens relativas aos três estados são muito próximas, todavia em números absolutos a inferioridade vai para os solteiros, o que nos parece normal face às características já apresentadas pela mobilidade da paróquia neste período.

Quadro 60
Naturais de Palaçoulo e local de óbito
(1656-1849)

Estado Civil	Paróquia	de "Fora"	Total
Solteiros	70	10	80
Casados	108	16	124
Viúvos	98	13	111
Totais	276	39	315

No segundo espaço temporal, 1850-1910, a percentagem global de mobilidade é de 7,6%, mais baixa que no período anterior com 12,4%. De acordo com os dados do quadro são agora os solteiros os que mais peregrinam, o que nos parece normal pois não têm compromissos familiares, estando mais livres para se ausentarem da paróquia. Se no período anterior a mobilidade dos naturais se limita praticamente à movimentação entre paróquias, nesta segunda metade do século XIX aventuraram-se para terras mais longínquas.

Quadro 61
Naturais de Palaçoulo e local de óbito
(1850-1910)

Estado Civil	Paróquia	de "Fora"	Total
Solteiros	194	12	206
Casados	53	9	62
Viúvos	56	4	60
Totais	303	25	328

Confrontados os resultados dos «entrados» na paróquia segundo os efectivos ao óbito com os naturais que têm óbito «fora», o número dos primeiros é maior. Embora com valores absolutos próximos os solteiros, casados e viúvos,

a maioria dos que entram vai para os casados e a dos que saem para os solteiros, o que é compreensível dadas as características da mobilidade da paróquia. No global o número dos que saem diminui do primeiro para o segundo período, enquanto o número dos que entram aumenta.

Admitimos uma fraca mobilidade das gentes da paróquia, porém não excluímos totalmente o sub-registo nas anotações dos naturais falecidos no exterior.

Também uma análise do quadro «Repartição dos óbitos segundo o sexo» por períodos, nos poderá ajudar a compreender melhor a mobilidade dos efectivos da paróquia.

Quadro 62
Repartição dos óbitos segundo o sexo

Períodos	S. Masculino	S. Feminino	Ind. Mas.
1700-1749	43	67	64,2
1750-1799	89	125	71,2
1800-1849	71	73	97,3
1850-1899	272	268	101,5
1900-1910	124	102	121,6
1700-1910	599	635	94,3

Ao observarmos este quadro, notamos uma superioridade do número de óbitos femininos durante todo o século XVIII, um quase equilíbrio entre os óbitos dos dois sexos no século XIX e uma elevação dos óbitos masculinos em relação aos femininos na primeira década do século XX.

O desequilíbrio entre os sexos no século XVIII poderá indiciar uma maior mobilidade masculina nessa época bem como uma mortalidade infantil

mais elevada para o sexo masculino nos primeiros anos de vida¹²¹ diminuindo quando adultos já que a relação de masculinidade ao nascimento é favorável ao sexo masculino. Por sua vez, o equilíbrio entre homens e mulheres no século XIX motiva uma redução da mobilidade na paróquia.

Vamos, agora, ter em conta o quadro «Naturais saídos da paróquia segundo o sexo e o estado civil ao óbito».

Quadro 63
Naturais saídos da paróquia segundo o sexo e o estado civil ao óbito
(1656-1910)

Sexo	Estado Civil			Totais	
	Solteiros	Casados	Viúvos	N.º Abs.	%
Masculino	11	7	3	21	32,8
Feminino	11	18	14	43	67,2
Totais	22	25	17	64	100,0

De acordo com os dados são as mulheres as que mais saem da paróquia, 43 casos num total de 64, o que corresponde a 67,2 %. Todavia, são as mulheres casadas e viúvas que dão a superioridade ao sexo feminino já que o número de solteiros é igual para os dois sexos. Estes dados reflectem um «mercado matrimonial» favorável aos homens, tendo as mulheres necessidade de procurarem noivo «fora» da sua paróquia. Enquanto umas casam na paróquia e se ausentam depois para a terra do marido, outras saem viúvas para se juntarem a algum filho que viva fora ou, quiçá, para casar de novo uma vez que as viúvas da paróquia recasam com facilidade.

¹²¹ O número de óbitos masculinos e femininos apresentados no quadro só inclui os infantis a partir de 1860 por não dispormos de registos para períodos anteriores.

CAPÍTULO VI

A
Mortalidade

1. A MORTALIDADE

A mortalidade é tida por Livi Bacci e Lebrun, entre outros, como a variável de maior importância para a compreensão da demografia do Antigo Regime. Porém, com o decorrer dos anos são valorizadas por outros autores as condições sócio-económicas, atribuindo à nupcialidade um papel preponderante. Entre estes fazem escola Hajnal,¹²² Pérez Moreda¹²³ e Dupâquier.¹²⁴ Mais recentemente Alfred Perrenoud e Emmanuel Le Roy Lauderie apresentam factores de natureza biológica e climática como influenciadores dos comportamentos demográficos e reguladores da população do Antigo Regime¹²⁵.

Para além da importância que se lhe possa atribuir, a mortalidade é, sem dúvida, uma variável a considerar no estudo demográfico da paróquia. Contudo, para uma análise completa da mesma seria necessário ter ao nosso alcance o registo sistemático de óbitos de menores, o que só se verifica para as últimas décadas em observação originando uma lacuna no conhecimento desta e outras variáveis demográficas.

Da observação do movimento anual dos óbitos apercebemo-nos de alterações bruscas do seu volume. Sabemos que a mortalidade varia consoante

122) John Hajnal, «European Marriage Patterns in Perspective», in *Population in History*, Londres, 1965.

123) Vicente Pérez Moreda, *Las Crisis de Mortalidad en la Espana Interior (...)*, ob. cit., p.330.

124) Jacques Dupâquier, *La Population Rurale du Bassin Parisien à l'époque de Louis XIV*, Paris, 1979.

125) Francisco M. T. Ferreira, *Antiga Freguesia do Eixo e Oliveirinha (1666-1900)*, Estudo Demográfico-Tese de Mestrado policopiada, p.210.

as épocas e as regiões apresentando ritmos e tendências de evolução diferentes. Na análise da mortalidade como fenómeno demográfico interessa-nos essencialmente conhecer esses ritmos e tendências ao longo dos séculos em observação. Faremos o estudo da mortalidade adulta para os séculos XVIII - XIX e o da mortalidade infantil para o período entre 1860-1910. Abordaremos, ainda, a mortalidade excepcional, a geral e a esperança de vida para algumas gerações.

2. SAZONALIDADE DOS ÓBITOS

Ao distribuímos os óbitos dos que faleceram na paróquia pelos meses do ano fizemos a diferenciação entre os que faleceram antes e depois dos sete anos de idade. Adoptámos este comportamento por limitações das fontes e ainda porque a mortalidade se apresenta diferenciada.

Começaremos por apresentar a sazonalidade ao óbito por se tratar de uma variável com relevância para o conhecimento das causas de morte, já que as fontes só as referem para os últimos anos em observação. Atendendo ao espaço temporal e ao volume de óbitos apresentamos o movimento sazonal em dois períodos para os menores e maiores de sete anos.

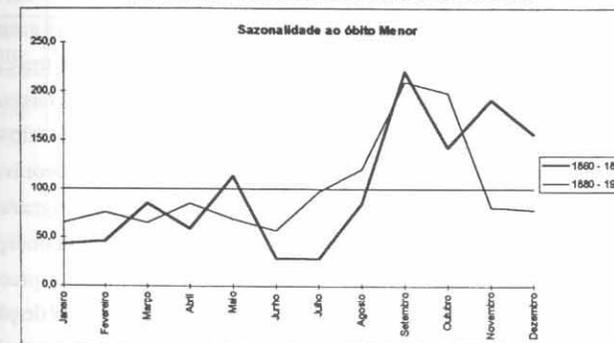
2.1. Sazonalidade ao óbito dos menores de sete anos

Da leitura do quadro e observação do gráfico constatamos que é de Agosto a Dezembro que as crianças morrem em maior número, sendo Setembro o mês mais crítico.

Quadro 64
Sazonalidade ao óbito dos menores de sete anos
(1860-1910)

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT
1860 1879	3	3	6	4	8	2	2	6	15	10	13	11	83
1880 1910	14	15	14	18	15	12	21	26	44	43	17	17	256

Gráfico 16
Movimento dos óbitos dos menores de sete anos



Os dados mostram que os menores índices de mortalidade na paróquia ocorrem de Janeiro a Julho. Como refere *Ciro Cardoso*¹²⁶ «temos uma mortalidade diferencial em função das estações do ano». Tudo indica que os calores do estio e do princípio de outono não são favoráveis à vida dos mais

¹²⁶ *Ciro F. S. Cardoso, Los Métodos de la Historia, Barcelona, Ed. Crítica, 1981, p.113.*

pequenos em Palaçoulo. As doenças do tubo digestivo associadas às perturbações gastrointestinais, com origem nas alterações do leite materno provocadas pelo calor e maior diversificação de frutas nesta época quente do ano, poderão ter contribuído para estes resultados. Na paróquia havia alguma variedade de árvores de frutos, conforme pudemos ver no «Livro das Árvores» da paróquia que refere a relação das árvores em 1805¹²⁷: macieiras, pereiras, figueiras, castanheiros, ameixoeiras, etc. O facto das mulheres na paróquia colaborarem nas tarefas agrícolas (que têm nesta altura do ano o seu auge) e estas lhes subtraírem tempo para darem atenção e prestarem os cuidados necessários aos filhos mais pequenos¹²⁸, levava a que os entregassem aos cuidados dos avós por vezes já idosos. Também o rigor do clima com grandes amplitudes térmicas, atingindo no Inverno vários graus negativos e um calor abrasador no Verão, «ampliado por uma série de factores intermédios tais como a habitação, o aquecimento, a maneira de proteger o recém-nascido»,¹²⁹ justificam o segundo semestre do ano como o período mais desfavorável à sobrevivência dos menores de sete anos. Estes factores são ainda agravados pelas carências alimentares, a falta de assistência médica e as fracas condições higiénico-sanitárias¹³⁰. Testemunhos orais referem uma introdução precoce da alimentação da família na alimentação da criança, como as «sopas de pão», quer por falta de conhecimento, quer porque as mães saíam para trabalhar durante o dia.

127) Livro das árvores da paróquia, rubricado por José de Sousa em 07-10-1805. Serve este livro para o inspector das árvores da freguesia de Palaçoulo fazer nele os assentos e declarações determinadas nas instruções impressas.

128) Ciro F. S. Cardoso, *Los Métodos de la História* (...), ob. cit., p.114.

129) Maria N. Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico* (...), ob. cit., p.211.

130) José Amado Mendes, *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII* (...), ob. cit., INIC, Coimbra, 1981, p.184.

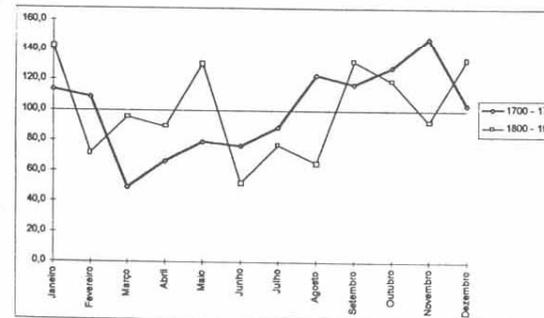
2.2. Sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos

Para o estudo da sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos considerámos dois períodos. Excluimos os anos de observação feita no século XVII pelo diminuto número de óbitos registados.

Quadro 65
Sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT
1700 1799	23	20	10	13	16	15	18	25	23	26	29	21	239
1800 1910	48	22	23	29	44	17	26	22	43	40	30	45	398
TOTAL	71	42	42	42	60	32	44	47	66	66	59	66	637

Gráfico 17
Movimento dos óbitos dos maiores de sete anos



Atentando no gráfico verificamos que a maioria dos óbitos dos maiores de sete anos acontece na segunda metade do ano tal como registámos na sazonalidade dos menores de sete anos. No primeiro período os meses de maior volume de óbitos são Novembro e Outubro registando em conjunto 23% da totalidade dos óbitos do século XVIII. Diminui a mortalidade de Janeiro a Agosto. De notar algumas mudanças no século XIX e primeira década do Século XX. No segundo período os meses de maior mortalidade são Janeiro e Dezembro reunindo 23,4% da totalidade dos óbitos do período. Salienta-se na Primavera o volume de óbitos registados no mês de Maio comparativamente aos restantes meses desta estação.

Inferimos que a estação mais mortífera no século XVIII foi o Outono. No século XIX e princípio do XX o Inverno ultrapassa o Outono e passa a ocupar o primeiro lugar. Nas paróquias transmontanas de Poiães, Cardanha e Rebordãos¹³¹, nos séculos XVII e XVIII, o mês mais penoso foi o de Setembro, enquanto em Palaçoulo foi Novembro seguido pelos meses de Outubro e Setembro. Já os meses de menor mortalidade naquelas três paróquias foram, respectivamente, Maio, Junho e Julho, sendo o de Palaçoulo coincidente com o da Cardanha-Junho. Como refere Norberta Amorim é de Agosto a Janeiro que se desenvolve a metade do ano mais difícil no campo da mortalidade¹³², registando-se um paralelismo no comportamento sazonal destas quatro paróquias do nordeste transmontano.

Constatamos, ainda, que o menor número de óbitos se regista no final da Primavera e no início do Verão, época do ano com temperaturas mais moderadas, demonstrando uma ligação entre os ritmos da vida e da natureza.

131) Maria N. Amorim, «S. Pedro de Poiães» (...), ob.cit., p. 203.

132) Idem, p.202.

Livi-Bacci, entre outros autores, estabeleceram uma ligação entre a estação do ano e a causa da morte se bem que nem sempre se verifique na realidade. No Inverno eram os catarrhos e as bronquites que faziam os seus efeitos, no verão persistiam as doenças estivais designadas por febres, frequentes nas pessoas que trabalhavam debaixo do sol escaldante e bebiam águas pouco próprias. Segundo Rui Cascão na época surgem à frente as «doenças gerais», as quais englobam todas as moléstias, febres de toda a espécie (a tifóide) e as doenças eruptivas: varíola, sarampo e escarlatina, passando pela tuberculose até ao cancro e ao reumatismo. Em 1880-1890, as «doenças gerais» representavam 44,2 % em relação ao total de todos os óbitos com causa declarada. Seguiam-se as doenças do aparelho respiratório (16,6%), as do aparelho digestivo (9,9%), as próprias dos recém-nascidos (6,9%), as do aparelho circulatório (5,8%) e as do sistema nervoso (5,6%).¹³³

O calendário da morte em Palaçoulo mostra a ligação da gente rural no antigo regime à natureza, comumente expressa no dito popular: «é ao rebentar e cair da folha que maior número de mortes acontece».

3. MORTALIDADE EXCEPCIONAL

O ritmo normal da mortalidade na paróquia é surpreendido por flutuações mais ou menos acentuadas do volume de óbitos, designadas por crises de mortalidade. O estudo das crises de mortalidade justifica-se pelo

133) Rui Cascão, «Demografia e Sociedade». História De Portugal, Direção de José Mattoso, Círculo de Leitores, Quinto Volume, p.431.

facto de lhes ser atribuído não só um papel regulador (Livi-Bacci e A. Bideau), como destruidor (Hajnal, Dupâquier e Pierre Chaunu) do crescimento demográfico. Mas, quando temos uma crise de mortalidade? O conceito não é pacífico e tem suscitado alguma polémica. Para Livi-Bacci basta haver uma «elevação inesperada e anormal de óbitos, devido, em geral, a uma causa exógena ou endógena à população.»¹³⁴ É assim essencial avaliar a normalidade para considerar a crise. Entre as várias metodologias para avaliar a normalidade e a crise referimos a de Livi-Bacci, Dupâquier e a de Hollinsworth. Neste trabalho seguimos o método de Livi-Bacci. Calculamos as médias móveis de grupos de 11 anos aos quais se retiram os dois valores mais altos e os dois mais baixos, considerando como anos de sobremortalidade os que tiverem um número de mortes superior em 50% ao valor da respectiva média móvel. Avaliamos como crises graves aquelas em que quadruplica o número de óbitos de um ano normal. Acresce, ainda, que uma crise não se define somente em função da sua intensidade mas também da capacidade de reacção da população afectada e para determinar a natureza da crise não será de desprezar a sua incidência na estrutura etária, o que nem sempre é possível determinar¹³⁵.

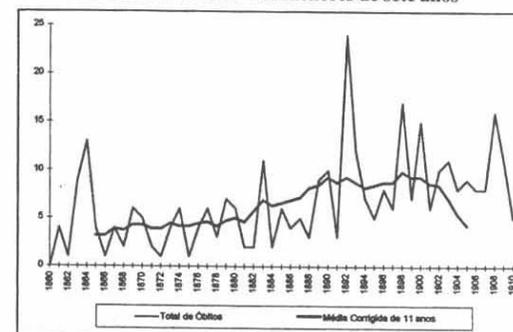
Tal como na sazonalidade dos óbitos, fizemos a diferenciação da mortalidade dos menores e maiores de sete anos.

134) Massimo Livi-Bacci, «Crises de Mortalidade: Definição, Métodos de cálculo, Análise das consequências», in M. Luíza Marçflio, *População e Sociedade (...)*, ob. cit., p.73.

135) Massimo Livi-Bacci, «Crises de Mortalidade(...)», in Luíza Marçflio, *População e Sociedade (...)*, ob.cit., pp. 86-92.

3.1. Mortalidade de crise dos menores de sete anos.

Gráfico 18
Mortalidade de crise dos menores de sete anos



O sub-registo da mortalidade infantil até meados de oitocentos apenas nos permitiu observar o comportamento deste parâmetro num período de cinquenta anos. Não é fácil distinguir em termos quantitativos a «mortalidade normal» da «mortalidade de crise», tanto mais que na paróquia o número anual de óbitos é bastante irregular. Atentando no gráfico e no volume de óbitos verificamos a existência de picos de mortalidade bastante acima da média. Na década de sessenta com a média anual de 3,3 óbitos vemos os óbitos triplicarem em 1864. De notar a coincidência com uma crise de mortalidade de adultos. Segundo Rui Cascão¹³⁶ nos anos de 1863/64, o tifo e a febre tifóide atacavam em diferentes povoações, com especial virulência no norte e centro do país.

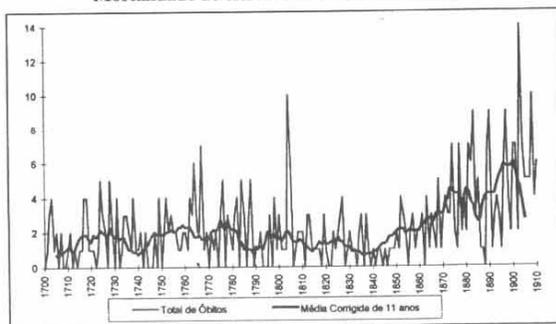
Durante a década de setenta não registamos aumentos significativos do número de óbitos. A crise mais intensa sofrida pelas crianças de Palaçoulo

136) Rui Cascão, «Demografia e Sociedade» (...), ob. cit., pp. 430-439.

foi a de 1892. Nesta década a média anual de óbitos sobe para 7,9, a mais alta de toda a observação. Desde Outubro de 1891 até Março de 1892 os óbitos ocorrem em média dois por mês, aumentam para seis em Abril, dão tréguas nos dois meses seguintes, apresentam um número normal em Julho, sobem de novo para seis óbitos em Agosto e Setembro e caem para metade no mês seguinte. Ao longo da década de noventa a mortalidade aumentou destacando-se os anos de 1897/98 e os anos de 1902 e 1908 na primeira década do século XX. Entre as causas da morte podem estar as moléstias infecto-contagiosas, febres como a varíola, pois segundo uma notícia da época houve um surto de varíola¹³⁷ na área. Não são de excluir também a falta de subsistências, o rigor do clima e a fraca protecção e assistência dadas à criança.

3.2. Mortalidade de crise dos maiores de sete anos

Gráfico 19
Mortalidade de crise dos maiores de sete anos



137) In *Jornal «O Mirandês»*, ano IV, n.º. 76, p. 1.

Na detecção da sobremortalidade dos maiores de sete anos usámos uma metodologia paralela à dos menores de sete anos mas em períodos mais alargados tendo em conta os 210 anos observados. Não considerámos os anos do século XVII face ao escasso número de óbitos registados naquele período. Atendendo ao volume de óbitos delimitámos cinco períodos. O primeiro, de 1700 a 1749, com a média anual de quatro óbitos de maiores de sete anos; o segundo, entre 1750 e 1799, em que a média de óbitos aumenta para cinco; o terceiro, de 1800 a 1849, em que a média anual desce para três e meio; o quarto, entre 1850-1879, com a média anual de seis óbitos e meio e, por fim, de 1880 a 1910, em que a média sobe para 18 óbitos¹³⁸.

Nos 210 anos observados os óbitos duplicaram nos anos de 1703, 1767 e 1874, triplicaram em 1764 e 1863/64 e quadriplicaram em 1804/1805. Embora os registos de óbitos não refiram as causas de morte a partir do mês de Abril de 1703 o número de óbitos aumenta culminando em Maio com quatro funerais. Não se registam mortes entre Junho e Setembro e elevam-se de novo em Dezembro. Norberta Amorim no seu estudo da população em S. Pedro de Poiães¹³⁹ refere que «bruscamente, a partir de Dezembro de 1704 surge a crise mais grave de todo o período estudado». Também José Faustino na paróquia de Calvão registou sobremortalidade no ano de 1705¹⁴⁰, em sua opinião consequência da guerra de sucessão de Espanha. Estes dados levam-nos a admitir uma crise geral de mortalidade nas localidades de fronteira com Espanha ao norte do país. É possível que a movimentação das tropas espanholas junto à fronteira, devido ao conflito da guerra de sucessão em Espanha¹⁴¹, se

138) O aumento da média de óbitos a partir de 1850 deve-se não só ao crescimento populacional verificado mas ainda à anexação dos lugares de Águas Vivas e Prado Gatão à paróquia de Palaçoulo.

139) M. Norberta Amorim, «S. Pedro de Poiães» (...), ob.cit., p.195.

140) José A. P. Faustino, *Calvão* (...), ob. cit., pp.205-206.

141) António José Teixeira, *Em Volta De Uma Espada* (...), ob. cit., pp.91-120.

tenha verificado mais cedo na área limítrofe do Planalto Mirandês e só nos anos seguintes com o envolvimento directo das nossas tropas se tenha generalizado a toda a região norte de Trás-os-Montes. Sendo a guerra um meio privilegiado de propagação de doenças pode ter sido responsável pela propagação de uma epidemia, sem contudo excluirmos outras razões como a penúria das subsistências.

Registámos na época em Palaçoulo uma sobremortalidade primoinvernal de adultos, o que segundo José M. Pérez Garcia¹⁴² se relaciona com a escassez das subsistências, pois é nesta altura do ano que os celeiros ficam vazios. A escassez de alimentos origina uma alimentação deficiente deixando a população mais vulnerável à contracção de doenças.

Seguiu-se um período de relativa estabilização dos óbitos até meados de setecentos, altura em que começa progressivamente a aumentar a média anual dos mesmos. No ano de 1764 os óbitos triplicam em relação à média do período. A partir de Novembro de 1763 os óbitos registam um aumento que continua em 1764 ao longo de todo o ano, verificando-se apenas um abrandamento na Primavera. Mais uma vez este concelho foi cercado e invadido por tropas castelhanas. Na «guerra dos sete anos» um exército de 30 mil homens tomou e devastou toda a área junto da fronteira e cidade de Miranda do Douro¹⁴³. E, como um mal nunca vem só, Miranda do Douro jamais voltou a ser o que era. Com o castelo em ruínas e a cidade destruída, o bispo transferiu-se para Bragança e Miranda perdeu toda a sua prosperidade de capital espiritual, social e económica. A guerra e a movimentação das tropas pelo concelho originaram

142) José M. Pérez Garcia, *Um modelo de Sociedade Rural do A. R. en la Galicia Costera* – Universidade de Santiago de Compostela, pp. 140-144.

143) António José Teixeira, *Em Volta De Uma Espada (...)*, ob. cit., pp.114-115.

toda uma destruição deixando a população mais vulnerável aos elementos epidemiológicos, tão frequentes em época de conflitos e movimentação de tropas, motivando uma sobremortalidade de maiores de sete anos. Curiosamente a maioria dos óbitos pertencem ao sexo feminino o que nos leva a pensar que a sua origem não está no envolvimento directo na guerra mas sim nas suas consequências.

Por norma os párocos não informavam sobre as causas da morte. No entanto, desde Outubro de 1802, excepcionalmente, encontramos os registos com a informação de que «morreu de moléstia grave e inflamação na garganta, não podia engolir». Por certo para justificar a falta de administração do sacramento da comunhão. A mesma observação continua nos registos de óbito do ano de 1803. Foi a crise de mortalidade mais intensa registada na paróquia, os óbitos mais que quadruplicaram. De acordo com o documento n.º 26 existente nos códices do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro e transcrito por António Rodrigues Mourinho¹⁴⁴, os anos de 1802 e 1803 foram de esterilidade pela grande seca que assolou o Planalto. Os lavradores requerem as preces, novena e procissão ao Cristo da Misericórdia. As más colheitas destes anos deixam a população mal alimentada mais vulnerável a contrair doenças e surge a peste. António Rodrigues Mourinho na interpretação deste e outros documentos do género refere: «...esta gente tremeu e gemeu em tempo de chuvas e secas. O mau tempo trazia o espectro da fome para as pessoas e animais. Nestas ocasiões nada se podia fazer senão recorrer ao céu, onde os santos travam as tempestades ou mandam a água fertilizante».

144) António Rodrigues Mourinho, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», vol. XXVII, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, 1987, pp.202-225.

Entretanto, a média anual de óbitos retrocede até meados de oitocentos. A partir desta data o número de efectivos na paróquia aumenta e os óbitos acompanham essa evolução. Todavia, em 1863/64 os óbitos voltam a triplicar em relação à média encontrada para o período indicando uma mortalidade para além do normal. Segundo Rui Cascão,¹⁴⁵ na época o tifo e as febres tifóides atacavam várias povoações sobretudo no norte do país e foram registadas como pestes. Na opinião de Fernando de Sousa foi uma crise de «escassez de pão», alcançando o trigo na Península o preço mais elevado de todo o século. O pão era o alimento principal nas aldeias. Em Bragança em 1801 o seu preço ultrapassou os 1750 reis. Devido às más condições climatéricas houve uma série de más colheitas. Em Trás-os-Montes os pobres passavam dias sem pão, comiam os gomos das vides e os pés das couves galegas do ano anterior. A fome em 1803 estendeu-se a todo o reino acompanhada de epidemias.

Por fim, na última década do século XIX e nos primeiros anos do século XX os óbitos aumentam bastante sem no entanto duplicarem, verificando-se no ano de 1892 a maior crise de mortalidade de menores de sete anos e no de 1898 outra de menor intensidade. Em Julho de 1897, o jornal «O Mirandez»¹⁴⁶, dava conta de um surto de varíola, noticiando também um temporal que danificou muitas searas, causando prejuízos incalculáveis e provocando uma calamidade por todo o distrito. Assim, no ano de 1899, o bispo da diocese Bragança-Miranda, D. José da Silva Ferrão, consagra uma carta pastoral à peste bubónica com indicação dos conceitos higiénicos concernentes àquela terrível epidemia. Também em 21 de Março de 1890 no jornal «O Nordeste»,

145) Rui Cascão, «Demografia e Sociedade» (...) ob. cit., p.435.

146) In Jornal «O Mirandez», ano IV, nº. 76, p.1-2.

D. José Mariz traça um quadro horrível dos estragos produzidos pela tuberculose e de novo o bispo faz um convite pastoral de caridade para combate e tratamento da tuberculose¹⁴⁷.

Por tudo isto vemos que não é fácil uma leitura conclusiva da mortalidade na paróquia sem recorrermos a outras fontes que não sejam os registos paroquiais e essas nem sempre estão acessíveis.

4. MORTALIDADE INFANTIL

Para a observação da mortalidade no primeiro ano de vida consideramos todos os filhos legítimos, ilegítimos e ainda os expostos, por estes serem apenas quatro e terem sido entregues aos padrinhos, residentes na paróquia, para os criarem.

Embora a mortalidade infantil esteja dependente de causas exógenas e endógenas sabemos que os cuidados maternos dispensados no primeiro ano de vida são de grande importância para a sua sobrevivência. Palaçoulo é, na época em estudo, uma paróquia de interior com reduzido desenvolvimento económico e higiénico-sanitário, onde a generalidade das mães são analfabetas e cuidam simultaneamente dos filhos, das tarefas domésticas e das fainas agrícolas.

Para avaliarmos a mortalidade dos menores de um ano consideramos dois períodos de acordo com o quadro «Mortalidade de menores de um ano».

147) Francisco Manuel Alves, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* (...), ob. cit., Tomo II, p.236.

Quadro 66
Mortalidade de menores de 1 ano (por mil crianças)

Períodos	Tot. Nasc.	Grupos de Idades					Q. Mort.
		Masc.	Q.M.	Fem.	Q.M.	S.Reunidos	
1850-1879	604	55	91	53	88	108	178
1880-1910	902	144	159	132	146	216	239
1850-1910	1506	179	118	145	96	324	215

Da leitura dos dados inferimos uma ligeira superioridade de óbitos do sexo masculino. De realçar um aumento do quociente de mortalidade infantil no segundo período em relação ao primeiro. Constatamos que estas décadas (1880-1910) foram difíceis para a população de Palaçoulo verificando-se um aumento da mortalidade para todas as idades, sobretudo dos menores com destaque para o ano de 1900. Comparando os valores de Palaçoulo com os registados em Barcelinhos, Sul do Pico e Alvito S. Pedro entre 1860-1910, verificamos que a mortalidade penaliza mais as crianças de Palaçoulo que as daquelas paróquias. Que factores explicarão comportamentos tão diferenciados? Só comparando as causas de mortalidade infantil nas várias paróquias poderíamos obter resposta a esta questão.

Quadro 67¹⁴⁸
Quociente de mortalidade dos menores de 1 ano (comparação entre paróquias)

Paróquias	Períodos					
	1860-1879			1880-1910		
	Masculinos	Femininos	Q.M.	Masculinos	Femininos	Q.M.
Palaçoulo	55	53	178	144	132	239
Barcelinhos	-	-	-	152	147	150
Sul do Pico	-	-	-	170	118	144
Alvito S. P.	116	172	143	79	74	78

148) Inês Martins de Faria, *Santo André de Barcelinhos - O difícil equilíbrio de uma população 1606-1910*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Guimarães, 1998, p.145.

De acordo com Norberta Amorim «é de admitir que diferentes sociedades protegiam a criança de formas diferentes nos primeiros tempos de vida»¹⁴⁹. Assim, a protecção dada à criança em Palaçoulo parece revestir-se de menor eficácia que nas outras paróquias, visto apresentarem quocientes de mortalidade bastante inferiores.

De uma análise mais cuidada à mortalidade dos menores de um ano, inferimos que em Barcelinhos¹⁵⁰ a morte foi pouco gravosa e a alimentação ao seio materno protegia-os das doenças. Também no sul do Pico¹⁵¹ a protecção dada à criança parece ter resultado eficaz. O mesmo não podemos dizer para Palaçoulo em finais do século XIX, pois apresenta taxas de mortalidade muito elevadas¹⁵².

É nossa suposição que o isolamento a que a paróquia está sujeita, a falta de conhecimentos no seio familiar sobre a criança, bem como todas as consequências da ruralidade no que respeita à situação nutricional, higiene e carinho se conjugaram e contribuíram para a expressividade do resultado.

São de salientar pelo número de óbitos os anos de 1889/90 e, ainda, os primeiros anos do século XX, 1900 a 1903, com uma média de onze óbitos por ano. Estes últimos anos foram também difíceis para os menores e maiores de sete anos mas não vislumbramos em Palaçoulo uma redução da mortalidade de menores de um ano até 1910.

Se tivermos em consideração os quocientes de mortalidade infantil apresentados por Michel W. Flinn¹⁵³ para alguns países europeus, encontramos

149) M. Norberta Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (...)*, ob. cit., p.219.

150) Inês Martins de Faria, *Santo André (...)*, ob. cit., pp. 144-145.

151) Maria Norberta Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias (...)*, ob. cit., p. 219.

152) Rui Cascão, ob. cit., p. 430.

153) Michel W. Flinn, *El Sistema Demográfico Europeo (...)* ob. cit., pp.182-188

uma diversidade de comportamentos para este indicador. Apesar da época observada em Palaçoulo ser mais recente que a da Europa os dados enquadram-se nos valores europeus ultrapassando os 200 óbitos por mil nascidos.

Quadro 68
Mortalidade infantil em alguns países da Europa
(1780-1820)

Países	Quocientes
Alemanha	236
Espanha	220
França	195
Inglaterra	122

5. MORTALIDADE GERAL

Faremos uma abordagem geral da mortalidade adulta a partir dos registos paroquiais optando por uma perspectiva longitudinal para um grupo de gerações nascidas entre 1720 e 1820, indivíduos casados ou que venham a casar com 25 ou mais anos de idade¹⁵⁴. Parece ser este o grupo que dá maior credibilidade ao estudo pois a constituição de família fixa os indivíduos. Não consideramos os solteiros a fim de evitar o efeito perturbador da mobilidade e ainda por oferecer maior dificuldade de identificação ao óbito.

¹⁵⁴ Maria Norberta Amorim, «Reconstituição de paróquias e análise demográfica. Estudo Comparativo de gerações nascidas em duas paróquias periféricas de Portugal entre 1680-1850», in Actas do III Congresso da ADEH, Edições Afrontamento, Vol.1, 1995, p.55.

A determinação do período observado tem a ver com o início e fim do estudo e ainda com o objectivo de acompanharmos o ciclo de vida dos indivíduos pelo menos 90 anos, uma vez que o número de sobreviventes depois dessa idade é reduzido. Talvez as condições resultantes da conjugação de factores económicos, sociais, geográficos e do isolamento de contágios possam ter influenciado em idades adultas uma maior ou menor sobrevivência. Verificamos que o maior número dos que saíram de observação o fizeram entre os 20-24 e 25-29 anos.

Assim, tendo em conta os efectivos iniciais em cada grupo de idade à data do óbito e considerando os que emigraram e os falecidos, pudemos calcular os quocientes de mortalidade e esperança de vida para os dois sexos dos indivíduos casados a partir dos 25 anos.

Quadro 69
Mortalidade geral de indivíduos casados (gerações nascidas de 1720-1820)
Tábua de mortalidade por grupos de idades

Grupos Idade	Efectivos Iniciais		Falecidos		Sobreviventes		Quociente de mortalidade por 1000			EX		
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Total
25-29	74	139	0	4	987,7	1000	995,78	0	31,01	41,76	33,85	36,66
30-34	70	115	2	5	987,1	968,99	975,96	28,99	45,25	36,75	29,85	32,36
35-39	66	101	1	5	958,49	925,15	937,90	15,748	50,25	32,78	26,15	28,57
40-44	60	93	2	10	943,39	878,66	903,38	34,78	109,89	28,26	22,40	24,56
45-49	53	79	4	7	910,58	782,10	830,38	78,43	90,32	24,19	19,86	21,50
50-54	45	69	3	6	839,16	711,46	759,30	70,59	89,55	21,03	16,59	18,28
55-59	37	59	4	14	779,92	674,75	696,89	109,59	237,29	17,44	12,97	14,69
60-64	32	45	4	15	694,45	494,04	565,54	125	337,08	14,28	11,23	12,53
65-69	28	29	6	7	607,65	327,51	425,08	218,18	241,38	10,96	10,67	10,84
70-74	21	22	7	8	475,07	248,46	327,27	341,46	363,64	8,33	8,27	8,33
75-79	13	14	7	8	312,85	158,11	211,76	538,46	592,59	6,35	6,57	6,51
80-84	6	5	3	0	144,39	64,41	91,90	500	0	5,83	7,5	6,75
85-89	3	4	2	3	72,2	64,41	65,64	666,67	750	4,17	2,5	3,45
90-94	1	1	1	1	24,07	16,10	18,75	1000	2000	2,5	-2,5	0,833

As limitações dos dados¹⁵⁵ motivaram a construção de uma tábua de mortalidade «abreviada» por grupos de idade evidenciando a experiência das gerações nascidas entre 1720-1820 por mil nascimentos.

Verificamos que as gerações masculinas apresentam um nível mais elevado de sobrevivência do que as do sexo feminino. Constatamos que o nível de sobrevivência feminino entra em declínio logo a seguir aos 25 anos, mantendo-se o masculino até aos 30 anos, altura em que entra gradualmente em diminuição até atingir o valor zero próximo dos 90 anos de idade. De notar a maior longevidade dos homens casados em relação às mulheres acentuando-se mais essa diferença sobretudo nas idades intermédias. Com efeito, até algum tempo atrás a vida da mulher desta região não era fácil como podemos verificar através do testemunho de Josefina Lopes:¹⁵⁶ «...vista à luz do drama da condição das mulheres do tempo de minha mãe...com uma vida carregada de trabalho duro, gravidezes não planeadas, abortos, partos e mortes de filhos». Estas difíceis condições de vida reflectem-se na perspectiva de sobrevivência da mulher penalizando-a perante a morte.

Deste modo, podemos admitir que o homem beneficiou de melhores condições de vida dentro do casamento, obtendo uma maior longevidade.

Comparando este comportamento em Palaçoulo com o registado nas paróquias de Poiares e Calvão,¹⁵⁷ também em Trás-os-Montes, verificamos a mesma tendência de sobrevivência das mulheres casadas em Calvão e um desvio em Poiares onde a sobrevivência das mulheres é, em média, superior à dos homens.

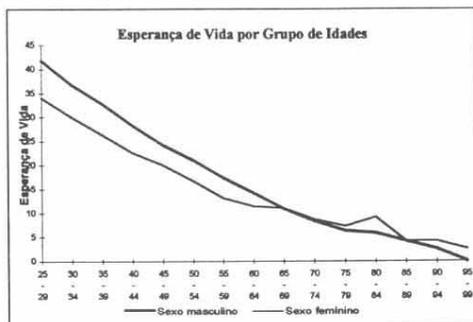
155) A ausência de registo de mortalidade infantil até meados de oitocentos.

156) Josefina Lopes, artigo «Os Anjos» in Revista Santulhana, n.º 6, Propriedade A.M.S., 1999, pp.19-20.

157) José Alfredo P. Faustino, *Calvão (...)*, ob. cit., p.217.

Procedendo agora à representação gráfica «*Esperança de vida dos indivíduos casados maiores de 25 anos de idade*», para uma melhor visualização dos números apresentados na tábua de mortalidade, constatamos que a esperança de vida para as gerações nascidas entre 1720 e 1820, à idade de 25-29 anos, era de 41,75 anos para os homens e de 33,86 para as mulheres. A diferença de esperança de vida é bastante significativa sendo clara a superioridade dos homens em relação às mulheres.

Gráfico 20
Esperança de vida
Indivíduos casados maiores de 25 anos por grupos de idade e sexo



O sexo feminino apresenta uma esperança de vida inferior à do sexo oposto até cerca dos 65 anos, passando a coincidir a partir desta idade até aos 74 anos e superiorizando-se até cerca dos 95 anos. Todavia, a esperança de vida nestas idades mais avançadas tem um valor relativo face ao escasso número de efectivos.

Constatamos que a diferença na esperança de vida entre o sexo masculino e feminino atinge o valor máximo de 7,8 anos entre os 25-29 anos.

Nas idades seguintes esta diferença vai reduzindo e igualam-se aos 65 anos. Se durante o período fértil da mulher as mortes provocadas pelo parto justificam de algum modo esta diferença, então não deveria persistir após os 40-45 anos. Somos levados a pensar que a multiplicidade de tarefas desempenhadas pela mulher na época tenha motivado um envelhecimento e desgaste arrastando-a mais cedo para a morte.

Na tentativa de melhor visualizar e comparar a tendência manifestada por este indicador para os sexos reunidos, construímos o quadro «*Esperança de vida comparada – indivíduos casados de três paróquias*»¹⁵⁸.

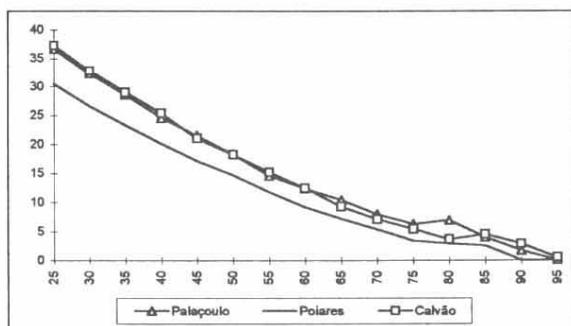
Quadro 70
Esperança de vida comparada
Indivíduos casados de três paróquias
Sexos reunidos

Idades	Paróquias		
	Palaçoulo	Poiares	Calvão
25	36,64	30,49	37,26
30	32,34	26,55	32,80
35	28,57	23,29	28,99
40	24,56	20,11	25,38
45	21,49	17,10	21,04
50	18,24	14,63	18,21
55	14,61	11,79	15,19
60	12,37	9,13	12,46
65	10,41	7,22	9,29
70	7,96	5,34	7,09
75	6,23	3,40	5,42
80	6,98	2,95	3,63

158) José Alfredo P. Faustino, *Calvão (...)*, ob. cit., p.218. Os dados da Paróquia de Palaçoulo são relativos às gerações nascidas entre 1720-1820, Poiares entre 1700-1789 e Calvão entre 1680 e 1780.

Da leitura do quadro e gráfico «*Esperança de vida dos casados maiores de 25 anos*» que viveram no século XVIII e início do seguinte notamos que a trajetória de vida dos paroquianos casados de Palaçoulo e Calvão evoluiu de forma muito semelhante, coincidindo mesmo os valores em algumas idades. É em Calvão onde a esperança de vida é mais prometedora. Em Poiares os valores situam-se aquém dos registados em Palaçoulo sendo o desnível máximo de 6 anos nas primeiras idades e o mínimo de 2,6 anos aos 70 anos.

Gráfico 21
Esperança de vida comparada
Indivíduos casados de três paróquias
Sexos reunidos



Temos, pois, uma esperança de vida para os paroquianos casados à idade de 25 anos para ambos os sexos de 36,6 anos em Palaçoulo, 37,3 em Calvão, 30,4 em Poiares e 43,2 anos no Sul do Pico. Mesmo considerando a de Poiares uma situação de exceção, a esperança de vida das paróquias de Trás-os-Montes é, em média, 6 anos inferior à do Sul do Pico. Procuramos, no entanto, conhecer o comportamento deste indicador nas paróquias reconstituídas no continente e verificamos que a esperança de vida das gerações casadas aos 25 anos em Palaçoulo se enquadra nos parâmetros normais para a época no país.

6. AS DOENÇAS E A MORTE

Em duzentos e quarenta anos de observação os párocos só excepcionalmente indicaram a causa da morte e provavelmente para justificar a falta dos últimos sacramentos. Temos, como exemplo, os seguintes casos: *morreu afogado na ribeira, caiu de um negrilho e ficou moribundo, morreu em seguida, caiu um raio e matou-o, tinha uma infecção na garganta e não podia engolir, morreu de moléstia grave, morreu de acidente.*

Todavia, na primeira década do século XX começa a constar dos registos de óbito a doença que causou a morte. Registámos os seus nomes que apresentamos em síntese.

CAUSAS DOS ÓBITOS DOS MENORES	- Debilidade congénita (muito frequente)	- Febre gástrica
	- Miocardite	- Febre catarral
	- Pneumonia	- Febre lenta
	- Enterite	- Desenteria
	- Gastroenterite	- Bexigas
	- Gripe	- Moléstia
CAUSAS DOS ÓBITOS DOS MAIORES	- Senilidade (muito frequente)	- Síncope cardíaca
	- Febre tifóide	- Carcinoma de peito
	- Congestão pulmonar	- Ascite
	- Congestão cerebral	- Nefrite
	- Reumatismo gotoso	- Alcoolismo
	- Broncopneumonia	- Lesão cardíaca
	- Cardiopatia	- Epilepsia
	- Úlcera	- Apendicite
	- Bronquite asmática	- Peritonite
	- Endocardite	- Cancro de intestino
	- Tuberculose	- Moléstia

6.1. A Morte e a sua hora

A partir de meados do século XIX os registos passam a ser bastante mais completos e os párocos registam inclusive a hora a que ocorre o falecimento dos paroquianos. Entre 1860 e 1924 anotámos este registo em

1609 indivíduos, havendo um ou outro caso em que não aparece a indicação da hora por desconhecimento ou esquecimento do pároco.

Considerámos dois períodos de acordo com os quantitativos e a mudança de século como mostra o quadro.

Quadro 71
A morte e as horas do dia

Horas	Grupos de Idades						Totais
	1860-1899			1900-1924			
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	
1	3	1	4	4	3	7	11
2	20	14	34	14	3	17	51
3	17	12	29	7	9	16	45
4	8	5	13	7	8	15	30
5	2	5	7	8	11	19	26
6	7	6	13	13	10	23	36
7	13	9	22	10	10	20	42
8	18	20	38	10	14	24	62
9	12	8	20	9	9	18	38
10	9	10	19	15	16	31	50
11	9	8	17	12	9	21	38
12	3	4	7	13	17	30	37
13	3	2	5	11	8	19	24
14	22	16	38	22	16	38	76
15	18	19	37	19	16	35	72
16	11	15	26	23	13	36	62
17	31	30	61	9	10	19	80
18	25	34	59	21	13	34	93
19	27	25	52	14	6	20	72
20	28	19	47	10	12	22	69
21	16	10	26	9	9	18	44
22	14	12	26	16	9	25	51
23	30	20	50	14	20	34	84
24	3	3	6	2	1	3	9
Totais	349	307	656	297	252	549	1205

Gráfico 22
Morte e horas do dia
(1860-1899)

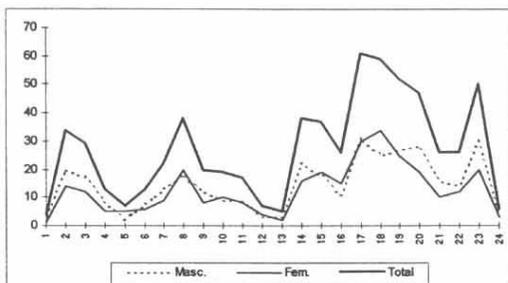
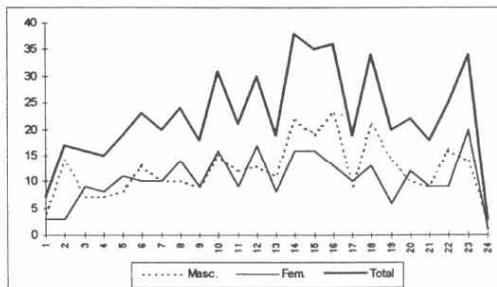


Gráfico 23
Morte e horas do dia
(1900-1924)



No primeiro período constatamos que a maioria dos óbitos masculinos e femininos se registam entre as 17 e as 20 horas do dia, curiosamente às mesmas horas a que se verificou o maior número de nascimentos. Será que a natureza é tão complexa que a hora do nascimento determina a hora da morte?

Embora com uma distribuição irregular pelas restantes, é notória a inferioridade dos óbitos na primeira e última hora do dia.

No segundo período o maior número de óbitos masculinos e femininos verifica-se, sobretudo, entre as 14 e as 16 horas e o menor à primeira e última hora do dia.

Concluimos que a hora de maior número de óbitos no global corresponde à de maior número de nascimentos. Verifica-se uma distribuição muito próxima dos nascimentos e óbitos pelas mesmas horas do dia.

6.2. A mortalidade segundo o sexo

Quadro 72
Óbitos segundo o sexo

Períodos	Masculinos	Femininos	R.M.
1700-1709	50	43	116,3
1710-1719	60	56	107,1
1720-1729	65	60	108,3
1730-1739	61	44	138,6
1740-1749	52	56	92,9
1750-1759	50	46	108,7
1760-1769	49	52	94,2
1770-1779	43	44	97,7
1780-1789	32	27	118,5
1790-1799	53	50	106,0
1800-1809	50	46	108,7
1810-1819	46	36	127,8
1820-1829	61	34	179,4
1830-1839	48	37	129,7
1840-1849	40	42	95,2
1850-1859	72	56	128,6
1860-1869	103	118	87,3
1870-1879	119	123	96,7
1880-1889	129	109	118,3
1890-1899	145	149	97,3
1900-1909	177	162	109,3

Perante este quadro interrogamo-nos sobre os factores que originaram este efeito selectivo da morte sobre o sexo. Pois, se o sexo masculino era mais penalizado pela morte nos primeiros anos de vida, a mulher era fatalmente mais atingida na hora do parto sem contudo se fazer um equilíbrio entre os sexos. Pensamos que a elevada percentagem de homens de «fora» que até meados do século XIX vieram casar com noivas naturais da paróquia poderão ter contribuído para este resultado. Aquando do estudo da nupcialidade verificámos uma abertura da paróquia à entrada de nubentes masculinos que vai reduzindo à medida que nos aproximamos do fim da observação.

Comparando o índice de masculinidade ao óbito em Palaçoulo com o encontrado em Calvão¹⁵⁹ até meados do século XIX, na globalidade respectivamente 110,3 e 79,7, facilmente verificamos que no geral eles são diferentes.

7. OS PAROQUIANOS E AS SUAS CRENÇAS RELIGIOSAS PERANTE A MORTE

Através das informações obtidas essencialmente nos registos de óbitos apercebemo-nos das preocupações dos paroquianos em prepararem uma «boa morte». O conceito de «boa morte» implica estar em conformidade com as normas religiosas e sociais ditadas pela igreja na época¹⁶⁰. O pároco era a figura central da paróquia, o seu papel de orientador e protector não era posto

159) José Alfredo Paulo Faustino, *Calvão (...)*, ob. cit., p.250.

160) Rui G. Feijó, Hermínio Martins, João de Pina Cabral, *A Morte no Portugal Contemporâneo*, Editorial Quercus, 1985, p.90.

em causa. Deste modo transmitia aos seus paroquianos as normas a seguir para encarar com optimismo a eternidade e entrar no reino de Deus. A igreja controlava de certo modo a vida dos seus paroquianos. Quando ficavam doentes, receando que o fim da sua vida podia estar próximo, tratavam de registar as suas últimas vontades fazendo o testamento enquanto se encontravam em «seu perfeito juízo e sentidos naturais». Por vezes, já só havia tempo para fazer testamento nuncupativo, como foi o caso de Mariana de Pera, solteira, em 10-11-1788, que rogou ao pároco, Domingos Pires Vicente, para escrever as suas vontades reduzidas a pública forma após o seu falecimento.

Era, ainda, obrigação da igreja ministrar os sacramentos necessários aos seus paroquianos antes da morte, Penitência, Eucaristia e Extrema-Unção para os adultos, Penitência e Extrema-Unção para os menores e apenas o último para os que estivessem privados do juízo.¹⁶¹ Caso os familiares não chamassem o pároco a tempo de administrar os sacramentos incorriam numa pena de multa como sucedeu a Simão Gonçalves casado com Josefa Geraldês, falecida em 16-10-1728 sem ter recebido os sacramentos por descuido do marido em avisar o pároco. Foi condenado a pagar quinhentos reis.

Para ficar sepultados quase todos pedem um lugar disponível na igreja, concretizando alguns esse lugar («...de frente do altar de Sr^a. Cruz, na capela da Sr^a. da Conceição, por baixo do cruzeiro...»). Os sacerdotes, em geral, eram enterrados na capela-mor. A partir de 1836 foi prática sepultar os mortos no cemitério.

Apenas os sacerdotes fazem referência ao hábito que pretendem levar para a sepultura. O reitor António Gonçalves pedia a «*corrua e alva mais*

161) Maria Norberta Amorim, «S. Pedro de Poiares» (...), ob. cit., p.21.

velha da igreja». O sacerdote Manuel Afonso Navarro refere que pretende a «mortalha do costume».

O funeral e o seu acompanhamento marcam a diferenciação social do defunto. O pedido mais usual registado nos testamentos é um ofício de corpo presente de três lições, pago conforme o uso e costume da igreja. Seguiam-se outras disposições a ter em conta no funeral. Tomámos como exemplo o testamento de José Rodrigues Cameirão e o de sua mulher, Isabel Pera (feitos em conjunto). Incluíam nas suas vontades distribuir de caridade 12 alqueires de pão cozido por quem estivesse presente no enterro. Aos quatro homens que levassem o corpo para a sepultura e aos dois que abrissem a cova, 200 reis. Para o efeito, Isabel Pera pediu para ser transportada pelos seus quatro afilhados (Domingos Peres...) e se algum faltar receba quem ocupar o seu lugar. A quem tocar os sinos nesse dia, 100 reis. Devem os seus herdeiros e o sacerdote repartir pelos mais necessitados do lugar, no verão a seguir ao funeral, 20 alqueires de pão em grão.¹⁶² Deste modo manifestam as suas possibilidades económicas permitindo-nos identificar o estrato social a que o testador pertence.

De registar uma evolução dos legados pios do século XVII para o XVIII. Estes legados reflectem a religiosidade da comunidade e dos indivíduos que pretendem a salvação e purificação da sua alma. Foi com essa vontade que Bárbara Esteves, casada com Pedro Preto, ditou em 21-03-1770 o seu testamento e referiu nas disposições pias «...que no dia do seu enterro se lhe faça um ofício de nove lições com o seu corpo presente pela esmola do costume e se façam os usos da igreja que são vinte e duas missas, três ofícios nocturnos e oferta anual a pão, vinho e cera na forma do costume»¹⁶³. Segue-se o número

162) Testamento aberto de José Rodrigues Cameirão e sua mulher Isabel Pera, testamenteiro Francisco Rodrigues em 14-11-1820.

163) Testamento individual de Bárbara Esteves, lote de testamentos individuais de Palaçoulo, Arquivo da Câmara Municipal no Museu Terra de Miranda.

de missas, 132, destinadas não só a sufragar a sua alma mas também a dos seus familiares. Neste caso, a testadora distribui pelos sacerdotes o número de missas a celebrar sendo as ditas no altar privilegiado da Sé de Miranda pagas a 100 reis e as restantes a 80. Pedia ainda que o seu terceiro lhe mandasse dizer os ofícios das suas irmandades. Aos herdeiros restava respeitar e dar cumprimento ao determinado no testamento. Para tal, Manuel Martins¹⁶⁴ deixa por testamenteiro Bartolomeu Martins a quem dá todos os poderes para vender os seus bens e fazer dinheiro para cumprir o testamento. Depois de cumprido o testamento os seus bens são para os seus filhos Manuel e Maria Engrácia. Pelo trabalho os herdeiros devem pagar ao testamenteiro 200 reis e um bazio¹⁶⁵. Com frequência o testador pedia ao pároco para em conjunto com algum herdeiro dar cumprimento ao seu testamento, destinando-lhe mesmo uma quantia pelo seu trabalho. Joana de Pera, viúva de Manuel de Pera Macias, em 16-11-1806 deixa ao padre José de Pera 4800 reis e confere-lhe todo o poder para dar cumprimento ao seu testamento.

Encontram-se junto dos registos de óbitos algumas declarações datadas e assinadas por diferentes clérigos e algumas confrarias e seminários a comprovar ter rezado as missas solicitadas. A igreja arrecadava os rendimentos correspondentes à parte importante dos bens dos seus paroquianos.

Contudo, somámos um número elevado de paroquianos que não fizeram testamento por nada «terem de seu», adicionando-se-lhe os que morrem de repente sem tempo para esse procedimento e os filhos de família.

Elaborámos um quadro para o período 1750-1850 distribuindo os testamentos por sexo e estado civil.

164) Testamento individual de Manuel Martins, casado com Maria Fernandes, feito em 13-1-1784, Arquivo da Câmara Municipal no Museu Terra de Miranda.

165) Bazio, palavra mirandesa que significa cordeiro do primeiro ano.

Quadro 73
Os paroquianos e os testamentos
(1750-1850)

Sexo	Fizeram testamento			Não fizeram testamento		
	Solteiros	Casados	Viúvos	Solteiros	Casados	Viúvos
Masculino	95	137	58	178	125	63
Feminino	47	187	119	133	160	89
Total	142	324	177	311	285	152

Da leitura do quadro verificamos que 46,2 % do total de defuntos na paróquia morreram sem deixar testamento, 39,7 % fizeram-no e 14 % dos casos fizeram repartição, respectivamente 6,6 % de homens e 7,4 % de mulheres. De notar que a maioria dos testadores são casados do sexo feminino, enquanto o maior número dos não testadores são solteiros do sexo masculino.

Seriam as mulheres mais previdentes ou mais desejosas de entrar no Reino dos Céus? O acto de testar foi constante, o que prova preocupação com os bens da alma. Muitos destes paroquianos eram irmãos confrades em diversas confrarias a fim de lhes rezarem as missas e ofícios após a sua morte. Citemos, como exemplo, Manuel Pires Vicente, solteiro, irmão das seguintes confrarias: a de St.º António em Palaçoulo, a das Almas em Fonte de Aldeia, a de N.ª Sr.ª do Monte em Duas Igrejas, do Divino Espírito Santo em Vilar Seco, do Santíssimo Cristo em Outeiro, do Senhor de Cabeça Boa, de S. Francisco e da Ordem Terceira em Bragança e, ainda, do Sto. Cristo em Prado Gatão.

Um pedido comum a quase todos os testadores é que lhes alumiem a sepultura com duas tochas de cera branca e os mais abastados economicamente com quatro durante o primeiro ano do seu falecimento. Todos os domingos e dias santos deviam ofertar com pão, vinho e cera conforme o uso.

Após 1840 é muito menor o número de paroquianos a registar em testamento as suas últimas vontades. Não obstante, a maior percentagem de testadores na segunda metade do século XIX são solteiros, casais sem filhos e alguns viúvos.

Os bens materiais até quase meados do século XIX tinham importância na medida em que contribuía para a salvação da alma. Aos herdeiros cabia o que restava depois de cumprir todos os legados pios. Em caso de necessidade eram vendidos os bens indispensáveis para cumprir as últimas vontades. Casos houve em que o testamento não foi cumprido porque à data da morte os testadores não dispunham de bens como aconteceu com Catarina Pires, casada com Afonso Pires, falecida em 01-09-1685.

CAPÍTULO VII

**Aspectos Globais da Demografia
de
Palaçoulo**

1. ASPECTOS GLOBAIS DA DEMOGRAFIA DE PALAÇOULO

Quando fizemos a análise da nupcialidade, fecundidade e mortalidade na paróquia apresentámos o volume de casamentos, nascimentos e óbitos e a partir dele estudámos o seu comportamento.

Pretendemos agora uma visão de conjunto destas variáveis, embora não se apresente fácil uma vez que o sub-registo da mortalidade infantil até meados do século XIX impede-nos de comparar as séries de nascimentos e óbitos, de calcular o saldo fisiológico e de obter o número de efectivos populacionais num dado momento. Todavia, segundo Norberta Amorim, nas sociedades tradicionais o movimento dos baptizados é o que melhor expressa a evolução de uma população.

2. MOVIMENTO DOS BAPTIZADOS

Gráfico 24
Evolução dos baptizados
(1660-1910)¹⁶⁶



166) A evolução dos baptizados 1 mostra o crescimento da população do lugar de Palaçoulo. A evolução dos baptizados 2 mostra o total da população com a integração em 1836 dos lugares de Águas Vivas e Prado Gatão na paróquia de Palaçoulo.

O gráfico mostra a evolução dos baptizados por décadas, médias móveis de nove anos, para uma melhor observação da tendência evolutiva desta variável demográfica ao longo de toda a observação. De acordo com o seu ritmo de evolução destacamos três períodos. Até meados do século XVIII a tendência mostra-se relativamente estável, com excepção de uma ligeira subida entre 1710 - 1730. No período intermédio, de meados do século XVIII a meados de oitocentos, o volume de nascimentos sofre algumas oscilações sendo a tendência da média anual para baixar. Na segunda metade do século XIX registamos uma elevação significativa do número de baptizados. O seu volume aumenta mesmo sem considerar as famílias que foram integradas na paróquia. Para este aumento também contribuiu o número de baptismos de crianças ilegítimas, atingindo um volume nunca antes observado.

A população aumentou graças a um conjunto de factores favoráveis. Como podemos ver através das actas da Câmara Municipal, em Palaçoulo arrotearam-se baldios, as áreas produtivas aumentaram, introduziram-se novas culturas como a batata e o feijão e a alimentação melhorou. A ligeira melhoria das condições de vida originou um aumento significativo do número de nascimentos.

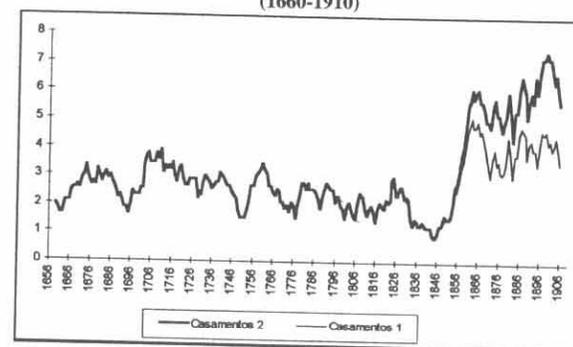
3. MOVIMENTO DOS CASAMENTOS

Como se pode verificar a partir do gráfico «*Movimento de casamentos*», a evolução dos casamentos é, no seu todo, semelhante à dos baptizados, embora em menor número. Mantém-se um ritmo mais ou menos constante, ainda que irregular, até às primeiras décadas do século XIX. Salienta-se uma descida acentuada entre 1830-1850. Pensamos que, em parte, motivada pelo sub-registo

dos assentos conforme a nota que transcrevemos na análise e crítica das fontes. Na segunda metade do século XIX os enlaces duplicaram, situação que se mantém até ao final da observação.

De salientar o volume de casamentos só com as famílias de Palaçoulo (casamentos 1) e um crescimento mais significativo (casamentos 2) integra as famílias dos lugares anexados.

Gráfico 25
Movimento de casamentos
Médias móveis de 9 anos
(1660-1910)

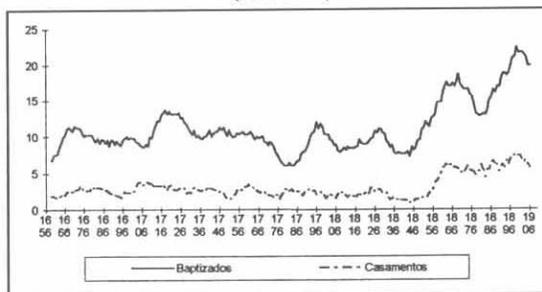


O número de casamentos mostra-se baixo até meados de oitocentos aumentando depois até ao final da observação. Os valores anuais oscilam entre um e treze, valor máximo atingido em 1886. Porém, logo em 1888 houve zero casamentos, situação que se repetiu mais vinte e quatro vezes motivando as irregularidades bem patentes na representação gráfica. Sabemos, no entanto, que nem todos os casais constituídos na paróquia desenvolveram nela a sua vida procriativa. Um olhar atento ao gráfico mostra-nos que as primeiras

décadas em observação no século XVII apresentam em média dois casamentos, terminando este século com uma ligeira descida recuperada na primeira metade do século XVIII, pois a média anual sobe para três casamentos, descendo no resto do século para dois e meio. Entre 1800 e 1850 o ritmo dos casamentos manifesta uma descida fixando-se a média anual em 1,8 com reflexo no volume de baptizados. Nas décadas de 1830/40/50 registou-se o menor número de casamentos de toda a observação acontecendo apenas um enlace anual durante treze anos consecutivos (1836-1848). Podemos atribuir esta redução de casamentos a uma conjuntura pouco favorável iniciada com a crise de mortalidade de maiores de sete anos nos primeiros anos do século, seguida das invasões francesas e continuada com a guerra civil entre absolutistas e liberais e ainda ao sub-registo dos assentos. No resto da observação o movimento dos casamentos acompanha em paralelo o crescimento geral dos baptizados.

3.1. Movimento dos baptizados e casamentos

Gráfico 26
Evolução de baptizados e casamentos
(1656-1910)



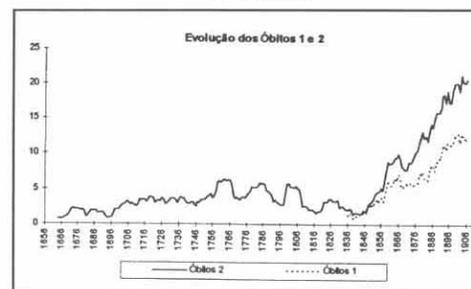
Recorrendo às médias móveis, a fim de esbater os movimentos bruscos de subida e descida, podemos acompanhar a evolução dos casamentos e

compará-la com a dos nascimentos. A linha respeitante à evolução dos casamentos reflecte as oscilações que se fizeram sentir por acção dos efectivos de cada geração, o acesso e a idade média ao primeiro casamento.

Observando as duas linhas verificamos uma certa correspondência, pois uma quebra no volume de casamentos reflecte-se, em seguida, no dos baptizados. Assim, em finais do século XVII e inícios do século XVIII registámos um aumento de casamentos e, logo a seguir, uma elevação dos baptizados. No último meio século de observação notamos um aumento de casamentos e logo de baptizados. A melhoria das subsistências, o aumento das áreas cultivadas e a melhoria em geral das condições de vida podem ter sido responsáveis por uma fecundidade mais precoce, por uma redução dos intervalos intergenésicos e um aumento de baptizados. Segundo vários historiadores economistas a economia, variável independente, acaba por influenciar a evolução da população¹⁶⁷.

4. MOVIMENTO DOS ÓBITOS

Gráfico 27
Movimento de óbitos
(1700-1910)



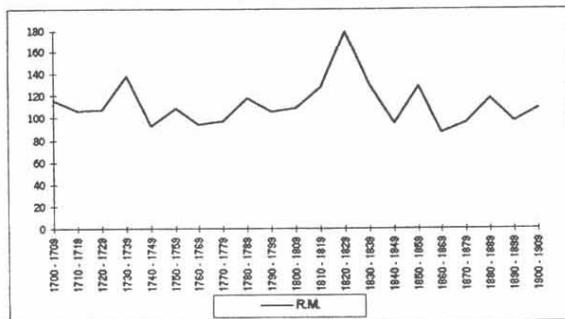
167) Alain Bideau, «Mecanismos Auto-Reguladores de Populações Tradicionais», in Maria Luiza Marcílio, (...) ob. cit., p.66.

Atentos ao gráfico registamos diferentes ritmos de evolução desta variável. Na primeira metade do século XVIII o número de óbitos é mais ou menos constante. Na segunda metade do mesmo século o volume aumenta mas apresenta vincadas oscilações. O século XIX começa com uma elevação de óbitos mas as irregularidades continuam a manifestar-se até que, em meados de oitocentos, se desencadeia um aumento de óbitos sem precedentes acompanhando o aumento geral dos casamentos e baptizados.

4.1. A mortalidade segundo o sexo

Se considerarmos a mortalidade por sexos verificamos que, no geral, morreram 108,2 homens por cada 100 mulheres.

Gráfico 28
Índice de masculinidade ao óbito
(1700-1910)



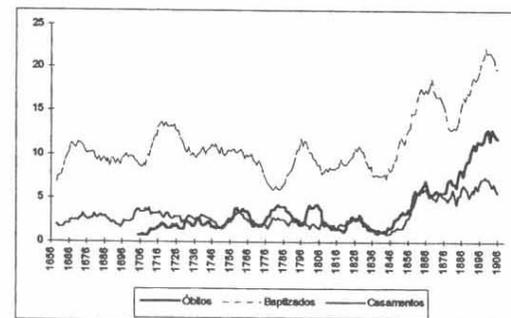
De notar uma sobremortalidade masculina ao longo de todo o século XVIII e maior parte do século XIX, reduzindo na parte final deste e aumentando de novo na primeira década do século XX.

5. MOVIMENTO DOS ÓBITOS DE MAIORES DE SETE ANOS BAPTIZADOS E CASAMENTOS

O gráfico apresenta a evolução geral dos baptizados, casamentos e óbitos, utilizando as médias móveis de nove anos nas três variáveis demográficas.

Com esta representação gráfica pretendemos visualizar a influência dos óbitos de maiores de sete anos nos casamentos e baptizados.

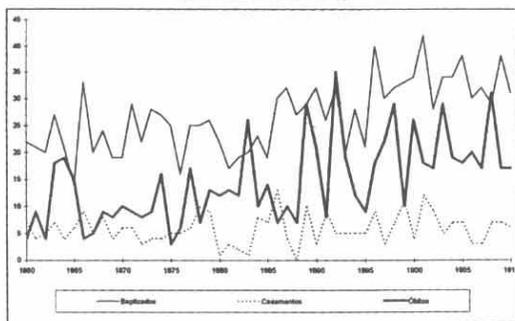
Gráfico 29
Movimento dos óbitos, baptizados e casamentos
Médias móveis
(1656-1910)



Constatamos que o aumento do número de óbitos dos adultos, entre 1756-1766, corresponde, na década seguinte, a uma diminuição dos baptizados apesar da nupcialidade se manter quase constante. A seguir descem os óbitos e aumentam ligeiramente os casamentos e os baptizados. Aumentam de novo os óbitos entre 1796-1806 e reduzem ligeiramente os baptizados, continuando a manter-se alguma estabilidade nos casamentos apesar da tendência para descer até 1850. A partir de meados do século XIX as três variáveis sobem e mantêm-se em crescimento até final da observação. O crescimento mais expressivo fica a dever-se à entrada de casais já constituídos na paróquia (situação já referida).

5.1. Movimento dos baptizados, casamentos e óbitos

Gráfico 30
Baptizados, casamentos e óbitos
(1860-1910)
(Números absolutos)



Dispondo de registo de mortalidade infantil sistemático para os últimos 50 anos do período em observação apresentamos o movimento das três variáveis demográficas em números absolutos a fim de melhor visualizarmos o seu movimento e respectivas interferências.

De notar uma certa irregularidade na evolução geral da curva dos baptizados, casamentos e óbitos, todavia, são os casamentos os que menos irregularidades apresentam mantendo uma certa constância ao longo destes 50 anos. Verificamos também que uma elevação dos óbitos origina, de imediato, uma quebra nos baptizados: 1862-66, 1872, 1878, 1882-86 (...). Apesar das irregularidades e das interferências constatamos um crescimento paralelo dos óbitos e dos baptizados. De registar um saldo fisiológico positivo em todo o período, mostrando, porém, uma ligeira diminuição a partir de finais da década de setenta.

Destacam-se sobretudo pela elevação dos óbitos os anos de 1882-84, 1892-1894 e 1908-1910, ultrapassando o número de nascimentos.

Verificamos ser Palaçoulo uma paróquia aberta às circundantes, registando uma entrada e saída de elementos essencialmente pela via do casamento sem contudo pôr em causa o equilíbrio da população. A avaliar pelo movimento das variáveis, constatamos uma evolução lenta até 1850, própria do antigo regime e um crescimento assinalável a seguir mesmo sem considerar as famílias «entradas» neste período.

Conclusão

CONCLUSÃO

Através dos registos paroquiais podemos seguir as fases fundamentais da vida dos indivíduos, penetrar num tempo que não foi nosso e aproximarmos daqueles que não conhecemos mas construíram o mundo em que vivemos.

Foi nosso objectivo estudar o comportamento demográfico da paróquia de Palaçoulo e a sua evolução desde meados do século XVII até aos inícios do século XX. Para o efeito, estabelecemos períodos que nos permitiram detectar as mudanças que ocorreram em cada uma das variáveis em análise: nupcialidade, fecundidade e mortalidade ao longo dos duzentos e cinquenta e quatro anos observados.

Começámos por analisar os comportamentos da nupcialidade desta população e verificámos que o casamento era tardio sobretudo para os homens, cuja idade média oscilava entre 26,3 e 30,5 anos. A idade média da mulher não sofreu alterações significativas durante o nosso período de estudo, situando-se entre 25 e 26,4 anos.

Constatámos que os homens casavam ligeiramente mais tarde que as mulheres, em geral no grupo de idades seguinte ao daquelas. Inferimos uma tendência para aumentar a idade média ao primeiro casamento tendo em conta os três períodos considerados ao longo da observação. A idade média ao primeiro casamento em Palaçoulo é praticamente coincidente com a das paróquias transmontanas de Poiães e Rebordãos e ligeiramente inferior à da Cardanha e Calvão. A quase totalidade dos casamentos teve lugar entre

nubentes solteiros. Os viúvos preferiram recasar com mulheres solteiras. No entanto, as viúvas não tiveram dificuldades em voltar a casar, fizeram-no com facilidade, quase sempre também com noivos solteiros, sendo o número de enlances entre cônjuges viúvos muito reduzido. Na escolha de noivo (a) a tendência foi para privilegiar os naturais da paróquia. Embora as percentagens variem de período para período não devemos desprezar o número dos que entraram de «fora», sobretudo das paróquias circunvizinhas.

Para avaliarmos a capacidade reprodutiva da paróquia, calculámos a taxa de fecundidade legítima, por períodos e grupos de idades, para todas as idades fecundas ao casamento. Constatámos, no século XIX e princípio do XX, uma redução da taxa de fecundidade antes dos vinte anos e depois dos trinta e quatro anos. Regista-se no entanto um aumento da capacidade reprodutiva nos grupos etários intermédios (20-24 e 25-29 anos).

Considerando a «descendência teórica» como indicador da fecundidade legítima, constatámos que o número médio de filhos para as gerações femininas de Palaçoulo em união conjugal entre os vinte e os quarenta e nove anos foi, no global, de 6,7 filhos. Registámos até meados de oitocentos a descendência teórica de 7,1 filhos, diminuindo nos últimos 60 anos para 6,4 filhos. Se compararmos a descendência teórica do primeiro período em Palaçoulo com a registada na mesma época para Poiares e Calvão, respectivamente 7,93 e 7,95, concluímos por uma inferioridade na nossa paróquia. É ainda importante indicador de fecundidade o número médio de filhos nascidos por união que se traduz em 4,7 por cada família fecunda na paróquia para o antigo regime, número inferior ao de Poiares e Calvão com 5 e Guimarães com 6 em períodos próximos.¹⁶⁸ Contudo, este número pode ser condicionado pela idade ao

¹⁶⁸) José Alfredo Paulo Faustino, *Calvão (...)*, ob. cit., pp. 298-299.

casamento e pela duração das uniões conjugais. Se, em relação à primeira, conta a vontade própria dos humanos, embora influenciada por factores da comunidade em que se inserem, já a duração da união não está nas suas mãos decidir visto poder ser interrompida pela morte na hora menos esperada. A duração média das uniões na paróquia é de 25,6 anos, superior à de Calvão com 23 e inferior à de Poiares onde sobe para 27 anos¹⁶⁹.

O baixo nível de ilegitimidade manifestado em Palaçoulo até meados do século XIX fez com que se atribuisse à nupcialidade o papel regulador da procriação na fase da dita fecundidade natural. Porém, a partir de meados do século XIX deu-se um aumento considerável da população, relativizando o papel regulador do matrimónio. Apesar da ilegitimidade ter registado uma grande subida não nos parece só por si responsável pelo aumento populacional verificado na paróquia. Sabemos que o aumento é ainda mais volumoso se tivermos em conta a integração das famílias provenientes dos lugares anexos, Águas Vivas e Prado Gatão, conforme análise feita na evolução geral da população. Sem querermos reduzir o fenómeno da ilegitimidade ao grupo social das jornaleiras, apurámos ser no seu seio que encontrou maior expressividade ao longo de toda a observação, evoluindo de 2,7 % nos finais do século XVII para 13,5 % na primeira década do século XX.

Tendo em conta as características das fontes e os dados obtidos não foi fácil estudar a mobilidade na freguesia. A análise feita para um período de sessenta anos (1850-1910) aos registos existentes de passaportes demonstrou não ter havido registos destes para os naturais da paróquia. Todavia, através das «notícias ao óbito» encontrámos paroquianos, ainda que em número reduzido, a falecer noutros países. É de admitir que as «saídas» se tenham

¹⁶⁹) Idem, pp. 138-139.

processado em duas etapas, primeiro uma deslocação interna e só depois uma partida para destinos mais longínquos como, por exemplo, o Brasil e a Argentina onde morreram alguns dos naturais.

Fizemos, assim, uma abordagem do fenómeno controlando as «entradas» ao casamento, registo de efectivos ao óbito e, ainda, as «saídas» pelas «notícias ao óbito» que contabilizámos nos registos. Concluímos ser uma paróquia sem tradição na emigração e sem poder atractivo para os não naturais. O maior número de «entradas» registadas vem pela via do casamento e tem como proveniência as freguesias mais próximas. A inexistência de fontes, como róis de confessados, impediram-nos de abordar outros aspectos como, por exemplo, o retorno.

Não dispondo de registo de mortalidade de menores de sete anos até meados de oitocentos, fomos levados a calcular os «níveis de mortalidade» e esperança de vida apenas para os casados ou que vieram a casar maiores de 25 anos de idade. Assim, entre os 25-29 anos a esperança de vida para o sexo masculino é de 41,75 anos e de 33,86 para o sexo feminino.

Se atendermos ao movimento geral dos óbitos, ainda que sem contar com os dos menores de sete anos, temos um nível de mortalidade moderado para a gente da paróquia com aumentos pontuais motivados pela guerra (Palaçoulo localiza-se numa área de fronteira), por doenças/epidemias e escassez das colheitas. Sabemos que em finais de setecentos uma seca excepcional afectou todo o reino. Em Trás-os-Montes o trigo atingiu preços muito altos¹⁷⁰. O pão e os legumes constituíam o alimento mais comum dos pobres nas aldeias. Foi nos primeiros anos do século XIX que se registou a

170) Virgílio Tavares, «As Crises de Mortalidade—O caso de Moncorvo», *População e Sociedade* – N.º. 3, 1997, edição-CEPFAM, pp. 342-344.

maior crise de mortalidade em Palaçoulo. O volume de óbitos registados foi oscilante com anos de crise e anos de recuperação, porém o crescimento da população foi muito lento e moderado até meados de oitocentos, altura em que as três variáveis experimentam um aumento considerável e proporcional. Contudo, o saldo fisiológico foi sempre positivo. De notar que o maior volume de casamentos e nascimentos na paróquia acontece na primeira metade do ano e a maioria dos óbitos na segunda, embora a tendência seja para se esbater esta diferença. Conhecidos os diferentes ritmos e dinâmica das variáveis demográficas no seu relacionamento com o espaço e práticas culturais, observámos uma população em equilíbrio até quase finais de setecentos, a seguir tende para uma ligeira diminuição mas recompõe-se até meados de oitocentos, ocasião em que se dá uma viragem e um crescimento até ao final da observação.

Em termos globais, trata-se de um processo demográfico que se caracteriza por uma idade tardia ao primeiro casamento; baixas taxas de fecundidade legítima e ilegítima, registando a última um acréscimo a partir de 1850; elevados intervalos intergenésicos, com tendência para diminuir; mortalidade moderada e reduzida mobilidade. É, pois, um comportamento demográfico próximo do das paróquias transmontanas de Calvão, Poiães, Cardanha e Rebordãos com especificidades próprias.

Não consideramos este trabalho demográfico um estudo acabado mas um ponto de partida para investigações posteriores. Gostávamos, também, de conhecer melhor as crenças e costumes desta população que continua, na essência, rural, apesar da forte evolução das suas estruturas económicas e sociais para as actividades dos sectores secundário e terciário.

Apêndice Genealógico

APÊNDICE GENEALÓGICO

No apêndice encontramos os naturais da paróquia de Palaçoulo ordenados por número de família. Temos em primeiro lugar o nome do indivíduo seguido do número de família do mesmo, data de nascimento, data de casamento, número de família do primeiro casamento, repetindo-se a operação para o segundo e terceiro casamento (no caso de acontecer) e por último a data de óbito.

Este apêndice permite, a quem assim o desejar, fazer a árvore genealógica da família que pretender.

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Catarina Martins	1	24/07/1658					
Inácio Pires	2	01/02/1661	21/03/1677				
Maria Pires	2	04/02/1663					
Domingos Pires	2	06/08/1665					
Ana Pires	2	06/01/1667					
António Pires	2	02/12/1668					
Domingos Pires	2	12/05/1671					
Ana Pires	2	15/01/1674					
Isabel Pires	2	26/10/1675					
João Pires	2	17/01/1678					10/05/1772
Teresa Pires	2	03/11/1680					
Maria Rodrigues	3	01/04/1663	26/06/1681	46			04/04/1736
Ana Rodrigues	3	25/03/1666	29/11/1706	175			20/01/1746
Isabel Rodrigues	3	21/10/1668					03/10/1692
Ana Rodrigues	3	26/04/1671					
Maria João	4	15/10/1666	23/01/1705				
Agostinho João	4	27/10/1668					
Isabel João	4	28/08/1671	18/04/1686				
Ana João	4	16/07/1673					
Catarina João	4	24/08/1675					
Luzia João	4	22/03/1677					
Isabel João	4	16/06/1681					
Lúcia Pires	5	10/08/1668					
Manuel Afonso Pires	5	09/08/1669	14/01/1685				
Francisco Pires	5	10/05/1670					
Domingos Pires	5	18/12/1672					
Luzia Pires	5	01/10/1675					
António Cordeiro	6	06/09/1669					
Maria Cordeiro	6	01/02/1670	09/05/1688	10			
Domingos Cordeiro	6	09/08/1671					
Domingos Cordeiro	6	30/08/1672					
Catarina Brás	7	30/07/1670					
António Esteves	8	27/04/1671					25/02/1729
Domingos Esteves	8	11/02/1675					
Maria Esteves	8	09/08/1676	16/05/1701	217			19/08/1729

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Águeda Esteves	8	28/01/1680	20/02/1708	176			
João Esteves	8	24/06/1684					
João Esteves	8	24/06/1688					
Maria João	9	08/11/1657					07/09/1721
António Geraldes	9	21/10/1662	11/01/1679				24/11/1726
Manuel Geraldes	9	01/08/1683					
Maria Martins Cordeiro	10	01/02/1670	09/05/1688				
André João	10	01/12/1691					
Micaela João	10	08/05/1694	11/05/1718				
José João	10	06/09/1696					
Domingos João	10	07/09/1698					
Ana João	10	04/06/1703					
Antónia João	10	11/02/1706	29/09/1734				
Amaro João	10	15/01/1709					23/11/1716
Domingos João	11	06/09/1695					
Manuel João	11	03/11/1697					
Maria Fernandes	12	18/03/1690	01/06/1709	119			24/10/1772
Estevão Fernandes	12	02/01/1693					
Domingos Fernandes Aparício	12	08/02/1697	20/03/1715	162			17/01/1765
André Fernandes	12	30/11/1700					
Bartolomeu Fernandes	12	24/08/1703	24/06/1743	148			02/07/1763
Maria Pires	13	23/05/1671					
Amaro Pires	13	08/01/1676					
Miguel Pires Pardal	14	07/11/1663	14/01/1691	103			
Isabel Pires	14	11/04/1667					
Maria Pires	14	09/05/1669					
Manuel Pires	14	23/08/1671					
Maria Cordeiro	15	21/11/1665					
Maria Pais	16	20/01/1677	06/05/1691				
Manuel Geraldes	17	11/01/1688					
Francisco Geraldes	17	16/07/1691	08/10/1725	181			
Maria Geraldes	17	02/08/1694	13/11/1721	238			03/10/1735
Maria Torrão	18	28/02/1699					
Ana Torrão	18	26/08/1701					
Ana Torrão	18	20/08/1702					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Isabel Torrão	18	28/05/1703					
Catarina Torrão	18	25/10/1706		132			07/02/1764
Ana Torrão	18	07/06/1709					
Maria Preto	19	03/04/1657					
Maria Preto	19	30/11/1662					
Ana Preto	19	18/12/1664					
Domingos Preto	19	28/11/1666					
Maria João	20	08/11/1657	11/01/1679	9			07/09/1721
Manuel Martins	21	28/12/1657					
Engrácia Martins	21	15/09/1660					
Maria Pardal	22	29/02/1660	15/12/1681				
Afonso Pardal	22	24/02/1665					
João Pires Ramos	23	02/10/1662					
Ana Martins	24	03/10/1662					
Manuel Pires	25	04/02/1663					
Catarina Pires	25	13/03/1667	03/04/1679				
Domingos Afonso	26	03/09/1673					
Manuel Afonso	26	06/01/1675					
Maria Afonso	26	13/05/1678	20/12/1700				
Domingos Dias	27	16/02/1674					
Maria Dias	27	19/11/1675	02/10/1698	142	123		30/11/1720
Pedro Dias	27	10/09/1677					
Silvestre Dias	27	23/12/1679					
Isabel Dias	27	21/09/1682					
Francisco Martins	28	28/02/1681					
Águeda Martins	28	04/04/1682	02/02/1705	220			24/05/1752
Manuel Martins	28	22/05/1685					
Brás Martins	28	01/03/1688					
Domingos Martins Galego	29	25/01/1668					09/01/1720
Maria Galego	29	24/05/1681					07/09/1691
Isabel Alves Morais	29	25/05/1685	18/03/1709	225			
Domingos Galego	29	18/07/1688					
Miguel Martins Galego	29	01/05/1691					
João Martins Galego	29	09/04/1694					13/06/1766
Luzia Galego	29	05/11/1696					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Maria Martins da Costa	30	30/04/1682					15/10/1741
Domingos da Costa	30	29/08/1688					
Manuel Martins Costa	30	12/12/1689	21/02/1708	229			10/01/1749
António Martins Costa	30	17/11/1693					
Isabel Martins da Costa	30	13/05/1697	20/11/1714				
António Pais	31	03/09/1682					
Luzia Pais	31	13/12/1684					18/04/1709
Manuel Pais	31	09/12/1687	19/03/1708	221			05/06/1762
Maria Pais	31	29/01/1690	10/02/1715	145			14/03/1736
António	31	15/02/1692			232		
António Pais	31	15/02/1692					
Francisco Pais	31	02/02/1695					
Domingos Pais	31	10/03/1698					
Bárbara Pais	31	13/03/1700	29/06/1718	161			05/02/1736
Isabel Pires	31	02/09/1703					19/09/1746
Isabel Martins	32	02/12/1684	18/03/1708				
Maria Martins	33	05/02/1685					
Ana Pires	34	13/10/1687					
Maria Pires	35	27/09/1688	07/05/1710				
Josefa Preto	35	10/10/1692					
Caetano Preto	35	03/08/1695					24/11/1747
Inocência Pires	35	28/12/1698					
Antónia Preto	35	03/01/1702					
Silvestre Afonso	36	29/12/1657					
Domingos Afonso	36	10/01/1659	01/01/1686				
Isabel Preto	37	07/08/1659					
Francisco Preto	37	10/03/1668					
Bartolomeu Galdes	38	09/12/1661	21/01/1686	17			
Francisco Galdes	38	01/02/1664					
Vicente Martins	39	05/04/1662					
Francisco Martins	39	24/10/1666	14/01/1680	48			
Manuel Martins	39	24/05/1671	03/10/1701	215			27/11/1717
Ana Martins	39	09/02/1674					02/11/1701
Francisco Pires	40	18/07/1665	01/01/1694				
Domingos Pires	40	03/11/1669	01/01/1700				

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Pedro Pires	40	20/06/1672					
Maria Pires Sardinha	41	04/10/1672					
Maria Pires Sardinha	41	23/10/1673					
Bárbara Sardinha	41	04/12/1676					
Manuel Sardinha	41	08/06/1680					
Jerónima Sardinha	41	16/10/1683					
Manuel João	42	13/12/1674					
Bárbara Esteves	43	27/07/1676					
Manuel Pardal	44	25/01/1679					
Domingos Pardal	44	05/04/1680					
Lourenço Pardal	44	02/08/1681					
Manuel Pardal	44	24/04/1685					
Maria Pardal	44	30/01/1690					
João Pardal	44	24/06/1694					
Francisco Martins	45	01/04/1656	10/02/1703				12/12/1703
Josefa Martins Pais	45	20/04/1679		216			25/06/1704
Jerónimo Martins	45	26/04/1683	03/02/1711				
Ana Martins	45	03/12/1685					
Rafael Martins	45	16/03/1688	28/06/1716				
Maria Martins	45	16/09/1690		210	237		15/08/1773
Manuel Canguieiro	46	22/01/1684	22/03/1709				
Maria Canguieiro	46	03/04/1688	03/09/1712	150	181		06/10/1750
Isabel Canguieiro	46	16/12/1690		158	246		10/06/1748
João Canguieiro	46	28/01/1695					
André Canguieiro	46	02/12/1702	19/06/1702				
Maria Afonso	47	19/09/1681					
Engrácia Afonso	47	18/11/1683	25/06/1720				
Engrácia Faria Afonso	47	14/01/1693		160			27/07/1765
Francisco Afonso	47	16/05/1698					
Maria Martins	48	29/01/1685					
Isabel Martins	48	10/06/1689					
Maria Martins	49	04/07/1687					
Ana Martins	49	22/07/1690					
António Martins	49	18/07/1695					
Manuel Martins	49	04/05/1698					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Francisco Martins	49	29/08/1705					
Maria Martins	49	19/09/1713	31/05/1730				13/09/1781
Manuel Pires Susano	50	12/07/1687					
Antão Pires	50	17/01/1689	27/07/1714	123			16/08/1738
Francisco Susano	50	23/02/1691					
José Pires Susano	50	06/11/1693					
Pedro Pires Susano	50	01/08/1695					
Maria Pires Susano	50	28/03/1697					
Manuel Pires Susano	50	15/06/1698					
Francisco Susano	50	02/11/1699					
Agostinho Susano	50	04/08/1701					
Ana Susano	50	01/11/1704					
António Susano	50	15/02/1709					
Isabel Pires Susano	50	01/09/1712					
Josefa Esteves	51	10/12/1690					
André Esteves	51	21/11/1693					
Maria Esteves	51	04/03/1699	04/06/1719	127			29/07/1747
Francisco Esteves	51	27/09/1701					
Maria Fernandes	52	16/05/1695	28/08/1727	152			
Miguel Pires Fernandes	52	08/05/1700					
Barbára Fernandes	52	21/09/1702					
Bárbara Fernandes	52	21/09/1707					
Ana Pires	52	20/05/1714					
António Fernandes	52	05/11/1715		141			18/01/1767
Joana Fernandes	52	28/03/1720		187			09/05/1757
José Fernandes	53	10/03/1696					
Maria Josefa Fernandes	53	05/10/1697	06/04/1718	269			
Maria Josefa Fernandes	53	04/09/1698	27/04/1729	204			26/04/1758
Maria Josefa Fernandes	53	12/04/1699	08/06/1718	204			26/04/1758
Manuel Fernandes	53	08/09/1702					
Maria Fernandes	53	20/04/1703					
Luzia de Faria	54	04/11/1656					
Eufémia de Faria	54	05/04/1658	23/01/1672	47			08/06/1721
Isabel Faria	55	20/09/1662					
Manuel Faria	55	15/10/1664					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Engrácia de Faria	55	14/01/1665					12/05/1687
Pedro Faria	55	20/11/1667					
Maria Poço	56	08/08/1690	07/02/1707	223			15/08/1784
Luzia Poço	56	15/04/1693	28/06/1716				
Leonardo Lopes	56	25/09/1695	28/06/1716	210			18/05/1717
Isabel Fernandes Martins	56	27/01/1699	30/09/1725	270			15/10/1763
Manuel Martins Poço	56	31/10/1701	14/09/1727	241			09/10/1779
Clara Martins Poço	56	23/12/1704	01/04/1728	212			30/05/1776
Caetana Poço	56	07/08/1711					
Francisco Martins	57	01/04/1656		45			12/12/1703
Miguel Preto	58	20/10/1656	06/03/1672	89			
Pedro Ruano	59	19/08/1656					
Isabel Ruano	59	20/10/1657					
Inácio Pires	60	01/02/1661	21/03/1677	60			
Maria Pires	60	10/10/1682					
António Geraldês	61	21/10/1662	11/01/1679	9			24/11/1726
Maria Geraldês	61	29/10/1665	06/11/1689	102			24/08/1715
Luzia Geraldês	61	28/10/1668					
Isabel Geraldês	61	06/10/1670	03/10/1701	215			09/02/1721
Francisco Geraldês	61	16/04/1672	29/12/1691	53			
Luzia Geraldês	61	02/02/1675					
Pedro Geraldês	61	26/06/1677					
Ana Geraldês	61	06/11/1678	25/12/1708				
Pedro Geraldês	61	13/06/1682					
Maria Esteves	62	23/10/1662					
Catarina Esteves	62	23/10/1662					
José Esteves	62	19/03/1666	30/05/1689	65			01/10/1723
Maria Esteves	62	17/04/1669	08/01/1685				
Luzia Esteves	63	12/02/1673					
Manuel Peredo	63	05/01/1664	06/11/1689				21/09/1715
Maria Preta	64	23/10/1678	23/09/1694	107			27/10/1728
Amaro Preto	64	12/08/1681	12/12/1712	122			
Marcos Preto	64	18/09/1683					
Isabel Preta	64	18/06/1685	06/05/1706	196			
Manuel Preto	64	19/08/1687					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Josefa Pires	64	15/03/1689					
Luzia Preto	64	21/07/1691	12/11/1714	231			
Manuel Preto	64	11/07/1693					
Ana Preto	64	10/10/1696	20/03/1715				21/11/1743
Isabel Preto	64	02/12/1700					
Manuel Esteves	65	27/03/1691					
Luzia Esteves	65	31/07/1695	14/03/1719	129			17/02/1755
Bárbara Esteves	65	13/01/1699	07/02/1720	263			30/12/1761
Paulo Esteves	65	25/01/1703					
André Esteves	65	24/11/1705					
Isabel Esteves	65	20/01/1710					
Isabel Esteves	65	14/07/1716	31/10/1735				
Tomé Pires	66	09/02/1691					
Manuel João	67	12/12/1682					
Manuel Pires	68	15/12/1685					
Gaspar Fernandes Faria	68	17/04/1687	23/07/1708	189			03/09/1736
Mariana Afonso	69	01/02/1656	14/12/1671	116			14/12/1723
Helena Afonso	69	03/08/1658	02/05/1685				
Isabel Afonso	69	02/01/1660	04/03/1680	28			
Maria Afonso	69	15/08/1662	21/07/1687	100			27/04/1716
Felícia Afonso	69	25/05/1664	29/08/1688	51			10/02/1724
José Afonso	69	08/10/1665					14/02/1670
Gabriel Afonso	69	28/04/1667					
Manuel Pires	70	02/12/1656	01/02/1684				
João Pires	70	15/09/1660	22/01/1678	64			03/12/1725
José Pires	70	29/03/1663					
Domingos Pires	70	21/02/1666	01/02/1688	35			22/11/1724
Maria Pires	70	09/05/1669					
Domingos Pires	71	02/02/1658	14/09/1681				18/05/1728
Maria Pires	71	25/03/1670					
Matias Pires	71	02/05/1673					
Maria Preto Ruano	72	06/04/1658					
Isabel Preto Ruano	72	08/04/1663	24/05/1682				
Domingos Preto Ruano	72	14/11/1665	01/02/1706	155	156		
Miguel Pires Ruano	72	15/05/1668	02/11/1705	219			28/07/1769

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Ana Ruano	72	28/06/1670					
Pedro Ruano	72	06/10/1672					
Lourenço Alves	73	10/08/1658					
Isabel Alves	73	29/02/1660					
João Pires Constantim	74	30/10/1661					
Miguel Pires Constantim	74	11/09/1665					
Maria Rodrigues	75	10/09/1662					
Catarina Rodrigues	75	15/11/1665	05/05/1700				
Isabel Rodrigues	75	01/07/1668					
Manuel Rodrigues	75	04/10/1670	14/01/1694	105			30/10/1729
Isabel Rodrigues	75	04/09/1673	24/06/1715				
Isabel Rodrigues	75	23/02/1675					
Matias Rodrigues	75						14/07/1676
Luís Pires	76	25/08/1664	02/02/1685	68			
Manuel Pires	76	15/08/1667		104			
Francisco Pires	76	26/08/1669	23/11/1716				
Francisco Pires	76	15/09/1672					
Maria Pires Fernandes	76	22/03/1676	22/05/1696	106			25/06/1736
Maria Pêra	77	26/04/1665	07/02/1683	49			27/06/1741
Manuel Pêra	77	18/03/1668					
Miguel Pêra	77	15/03/1671					
Ana de Pêra	77	20/07/1673	27/05/1697	143			
Matias de Pêra	77	11/02/1677	16/05/1701	217			24/02/1743
Isabel de Pêra	77	31/05/1679	23/07/1708	189			30/11/1757
Domingos Pêra	77	06/02/1682					
Catarina de Pêra	77	13/01/1685	20/11/1708	121			30/05/1747
José Pêra	77	09/08/1687					
Maria Martins	78	24/12/1665					
João Pires	79	16/12/1666					
Maria Pires	79	04/05/1670					
Ana Pires	79	13/11/1671	25/02/1685	56			
Isabel Pires	79	23/12/1676	28/12/1694				06/10/1696
Ângela Pires	79	01/02/1679					
Domingos Pires	79	04/05/1680					
João Pires	79	24/06/1690					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Isabel Pires Torrão	80	11/02/1667					
Catarina Torrão	80	15/08/1669	17/09/1703	209			11/11/1731
Miguel Torrão	80	14/05/1672					
Manuel Laureano	81	23/12/1662					22/04/1676
Domingos Laureano	81	22/05/1667					
Maria Laureano	81	20/05/1674	02/06/1696	18			
Maria Martins Peredo	82	20/01/1669					
Isabel Peredo	82	04/09/1670					
Maria Pires	83	15/08/1669					
Maria Pires	83	17/04/1672	03/04/1706				
Manuel Pires	83	22/12/1674	20/03/1722	1046			03/08/1731
João Pires	83	28/12/1676					
Domingos Pires	83	31/01/1679					
Isabel Pires	83	18/08/1681					
Luzia Pires	83	07/08/1684					
Maria Martins	84	07/09/1669	05/01/1705				30/10/1723
Miguel Martins	84	07/05/1672					
Catarina Martins	84	08/08/1673	11/11/1723				
Isabel Martins	84	05/04/1676					
Luzia Martins	84	08/11/1678	20/06/1707				16/09/1737
Catarina Martins	84	12/02/1685					
Maria João	85	20/09/1670					
Maria Pires	86	15/11/1671	23/01/1714	155			
Maria Esteves	87	02/12/1671	30/05/1689	65			16/03/1760
Catarina Martins	88	26/12/1671					
Maria Preto	89	10/03/1672					
Manuel Preto Ruano	89	28/05/1674	22/05/1696	106	1062		16/07/1738
Pedro Preto	89	30/08/1676					
José Preto	89	15/12/1678					
Domingos Preto	89	03/11/1680					
Miguel Preto	89	20/10/1682					
António Preto	89	24/05/1685					
André Preto	89	01/12/1686					
Francisco Preto	89	15/09/1688					
Maria Pires	90	21/11/1672	29/12/1691	53			02/09/1712

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Isabel Pires	90	10/04/1680	24/02/1696				07/12/1710
Engrácia Pires	90	01/04/1682					
Catarina Pires	90	11/01/1688					
Isabel Rodrigues	91	04/09/1673					
Isabel Rodrigues	91	23/02/1675					
Matias Rodrigues	91	18/11/1676					
André Curral	92	30/11/1673					
Domingos Curral	92	04/07/1676					
Maria Curral	92	08/06/1680	27/05/1697				
Manuel Curral	92	05/05/1683					
João Curral	92	16/11/1686		195			09/11/1756
Catarina Curral	92	11/07/1690	23/11/1706				
Manuel Pires Susano	93	23/12/1674					
Lourenço Pires Susano	93	09/08/1677					
Francisco Susano	93	10/04/1682					
Ana Susano	93	27/07/1684					
Catarina Susano	93	21/11/1690					
Maria João	94	30/06/1676					
Francisco João	94	08/07/1678					
Amaro João	94	15/01/1680					
Manuel João	94	11/04/1682					
Domingos João	94	28/11/1684					
Domingos João	94	01/03/1688					
Francisco João	94	20/09/1690			182		27/01/1747
Ana João	94	22/10/1693	25/08/1712	126			05/09/1770
Maria Pires	95	16/10/1677					
Luzia Pires	95	28/05/1681					
Isabel Pires	95	16/02/1687	20/02/1714				
Manuel Pires	96	23/11/1677					
João Pires	96	29/08/1679					
Francisco Pires	96	09/01/1681					
Isabel Pires	96	16/02/1683					
Teresa Pires	96	01/03/1686	19/03/1708	221			15/04/1716
Maria Ruano	97	21/12/1678					
Manuel Preto	98	02/12/1656					08/09/1689

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Maria Preto	98	15/03/1685					
Manuel Preto	98	11/01/1688					
Manuel Monteiro	99	09/09/1685					
Cristovão Monteiro	99	06/11/1686	22/03/1709	150			10/10/1717
Francisco Monteiro	99	08/07/1690					
Violante Monteiro	99	01/10/1691					
Violante Monteiro	99	20/10/1693					
Maria Pires Malrrasco	100	04/08/1688	24/10/1710	157			01/06/1756
Afonso Pires	100	22/02/1691	08/02/1718				
António Pires	100	13/02/1694					
Madalena Pires	100	01/03/1696					
Diogo Pires	100	13/04/1698					
Luzia Pires	100	13/12/1699					
Catarina Pires	100	04/03/1701					
Catarina Ruano	101	20/09/1689					
Domingos Martins Preto	102	17/09/1690					
Maria Martins Peredo	102	01/10/1691	05/06/1718	234			17/02/1770
Luzia Martins Gerales	102	09/04/1694	31/10/1718	159			20/03/1720
Domingos M. Peredo	102	23/12/1696	29/06/1718	161			29/11/1735
Isabel Preto	102	14/10/1699	16/05/1725				
Ana Preto	102	05/09/1704					15/08/1715
Pedro Pardal	103	19/12/1691					
Maria Pardal	103	15/07/1693	10/01/1718	265			05/07/1729
Isabel Pardal	103	17/08/1695					
António Pardal	103	27/07/1698					
Agostinho Pires	104	17/08/1692					
Maria Pires	104	05/04/1695					21/12/1712
Quitéria Pires	104	19/02/1697					
Manuel Pires	104	01/01/1700					
Martinho Pires	104	05/09/1702					
Silvestre Pires	104	31/12/1704					
Maria Rodrigues	105	12/02/1695	23/11/1716				
Ana Rodrigues	105	21/01/1699	10/02/1725				
Domingos Rodrigues	105	02/11/1701		164			30/03/1731
Maria Pires Fernandes	106	22/03/1676	22/05/1696				25/06/1736

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Maria Preto Ruano	106	15/04/1697	30/01/1729				
Manuel Preto Ruano	106	26/03/1700					
Bárbara Ruano	106	03/10/1706	28/12/1730				
José Preto Ruano	106	02/07/1708					
Isabel Preto Ruano	106	01/05/1710	13/06/1736	247			26/09/1763
Pedro Ruano	106	12/03/1715					
Maria De Pêra Moço	107	08/08/1698					19/09/1706
Ana Moço	107	08/10/1700	08/07/1725				
Domingos de Pêra Moço	107	08/12/1702	13/10/1723	163			23/05/1778
Manuel de Pêra Moço	107	27/07/1705					09/08/1719
José de Pêra Moço	107	19/03/1708					
Maria de Pêra Moço	107	07/08/1709					
António de Pêra Moço	107	13/06/1711					
Miguel de Pêra Moço	107	14/01/1713		245			16/01/1752
Isabel de Pêra Moço	107	20/07/1715					
António Moço	107	28/12/1717					
Manuel de Pêra Moço	107	05/04/1720					
Luzia de Pêra Moço	107	18/11/1721		186			24/12/1794
Maria Martins	108	20/01/1657	10/01/1672	113			03/04/1729
Manuel Martins	108	03/08/1658					
Luzia Martins	108	20/12/1662					
Isabel Martins	108	11/05/1664	14/01/1685				
Catarina Martins	108	23/01/1667	16/01/1701				
Luzia Martins	108	07/11/1669					
Bárbara Isabel Martins	108	24/08/1671	16/01/1701				
João Martins	108	29/03/1676					
Manuel de Pêra	109	02/12/1657					
Apolinário Martins	110	28/01/1663					
Maria Delgado	111	06/05/1668					
Luzia Pacheco	111	29/01/1671	14/01/1691	103			11/07/1706
Luzia Delgado	111	15/01/1672					
Maria Delgado	111	04/08/1674					
Catarina Delgado	111	29/10/1678					
Isabel Delgado	111	17/08/1680					
Maria Martins	112	19/09/1673	13/09/1688				

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Filipe Martins	112	17/06/1678					
Pedro Martins	112	27/04/1680	10/01/1709				
Domingos Martins Igreja	112	09/04/1683	24/10/1710	157			23/05/1731
Maria Adão Esteves	113	14/12/1676		147			
Catarina Adão	113	14/10/1679	27/02/1721				01/05/1770
Isabel Adão	113	15/01/1681					
Bárbara Adão	113	01/01/1685	20/03/1722				
António Adão	113	08/12/1688					
Amaro Adão	113	07/01/1691					
Francisco Adão	113	01/10/1693					
Domingos Adão	113	03/02/1696					
Domingos Pires	114	15/11/1672					
Manuel Pires	115	14/07/1765					
Maria Pires	115	30/05/1767					
Ana Pires	115	12/08/1770					
Maria Afonso	116	11/12/1673	02/10/1692				
Maria Afonso	116	07/04/1676					
Lucas Afonso	116	10/10/1677					
António Afonso	116	19/07/1679					
Maria Martins	117	26/07/1699	12/12/1712	122			24/11/1754
António Martins	117	01/02/1702					24/10/1706
Maria Bernarda Preto	118	12/11/1708		257			13/11/1745
Ana Preto	118	01/05/1710					11/02/1768
Amaro Preto	118	15/01/1713					05/01/1776
Francisco S.	118	04/10/1718					21/05/1734
Francisco Luís Preto	118	04/10/1718					21/05/1734
Francisco Preto	118	04/10/1718					21/05/1734
Jorge Ramos	119	10/10/1710					
Inácio de Morais	120	24/12/1710					
Maria Delgado	121	02/12/1711	23/09/1731				
Manuel Delgado	121	10/07/1719					
Isabel Delgado	121	20/08/1721					06/10/1768
Isabel Delgado	121	13/08/1723					
Isabel preto	122	11/04/1714					
Manuel Preto de Amaro	122	06/02/1718	23/04/1755	329			17/10/1798

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
António Preto	122	17/10/1722					
Emerenciana Preto	122	09/03/1726					24/11/1737
Agostinho Preto	122	04/01/1729	20/06/1759	274			17/09/1771
Ventura Pires	123	08/07/1715					
Maria Ruano	124	16/04/1716	20/07/1739				
Manuel Preto Ruano	124	06/06/1718	28/08/1743	261			19/03/1782
Isabel Preto Ruano	124	30/10/1721	30/06/1743	139			17/09/1780
Maria Pires Malrrasco	125	19/03/1718		254			
João Pires Malrrasco	125	29/08/1721					
Mateus Pires	126	21/10/1719					
Manuel Pires	126	16/06/1722					
Maria Pires João	126	15/12/1724	23/03/1746	268			
Francisco Pires	126	26/07/1728					
Joana Pires	126	07/09/1730					26/01/1813
André Pires	126	22/11/1733					
Manuel Pires	126	08/09/1736					
Manuel Martins	127	26/06/1720					
Maria Martins	127	23/03/1722	04/03/1747				
Manuel Martins	127	09/01/1724					
Maria Martins Esteves	127	29/11/1726					
Pascoal Martins	127	10/04/1730					16/10/1738
Felícia Martins	127	02/10/1732					
José Martins	127	20/03/1735					
José Martins	127	20/03/1735					
António Martins	127	15/12/1737					
Maria Benites	128	18/12/1720	02/12/1744				
Manuel Benites	128	21/06/1723					
Manuel Benites	128	24/03/1725					
Domingos Benites	128	20/11/1729					
Isabel Benites	128	01/01/1732					
Maria de Pêra	129	04/08/1724					
Manuel de Pêra	129	04/11/1730					
Agostinho de Pêra	129	15/06/1734					24/01/1805
Lucas Fernandes	130	18/10/1726					
Maria Fernandes	130	25/03/1728					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Pascoal L. Fernandes	130	01/04/1730	25/03/1753	362			
Maria Fernandes	130	10/02/1732					
Manuel Fernandes Agostinho	130	01/09/1736	02/11/1758	331			06/10/1805
Simão Pires	131	28/10/1731					
José Pires Vicente	131	19/10/1736	14/09/1778	313			24/08/1804
Francisco Pires Vicente	131	18/10/1739	12/09/1782	298			23/06/1817
Maria Pires	131	16/02/1743					
António Pires	131	11/04/1745					20/11/1819
Manuel Pires	131	16/04/1748					
Isabel Pires	131	14/04/1751					05/10/1782
João Pires	131	19/09/1753					
Domingos Pires	131	19/10/1756					20/11/1819
Manuel Gonçalves	132	29/11/1732					
Maria das Neves Gonçalves	132	05/08/1735	24/11/1760	115			07/01/1793
Martina Gonçalves	132	22/01/1738					
António Gonçalves	132	08/12/1739					
Domingos Gonçalves	132	01/12/1743					
Vicenta de Paulo Gonçalves	132	12/07/1746	30/06/1765				
Manuel Pires	133	11/11/1733					
António Pires Campos	133	29/07/1736	17/04/1755	272			
Maria Pires	133	06/08/1738					
Agostinho Pires	133	27/10/1740					
Simão Esteves	134	02/09/1734					
Teresa Curral	135	20/09/1734	09/06/1765				
António Curral	135	02/06/1737					07/07/1815
António Curral	135	18/07/1738					
Isabel Curral	135	16/02/1744	19/04/1769				
Manuel Curral	135	17/04/1747					12/09/1768
Maria Pires	136	27/09/1737					
Antónia Esteves	137	26/08/1738	15/02/1764				
Maria Esteves	137	25/03/1745	15/02/1764	369	313		01/09/1781
Ana Maria Esteves	137	24/03/1748					
António Fernandes	138	04/07/1741		281			22/12/1809
João Fernandes	138	07/12/1743					
Mariana Fernandes	138	16/09/1745					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Joaquina Fernandes	138	12/08/1747					
Maria José Fernandes	138	07/01/1749	28/02/1773	342			12/02/1805
Simão de Pêra	139	20/10/1744					
Angelina de Pêra	139	01/05/1746					
Maria das Neves Luís	140	05/08/1750			312		
Manuel Maia	141	19/09/1752					
António Maia	141	05/02/1755					
Maria Feijó	142	05/09/1700	30/12/1714				
José Feijó	142	13/03/1702					
Clara Feijo	142	03/09/1704	01/02/1722	180			03/02/1764
Manuel Feijó	142	04/08/1707					
Manuel Pires	143	05/07/1703					
Maria Dias	144	07/03/1708					
Manuel Pires	145	07/11/1717	27/09/1744	251			15/11/1788
Matias Pires	145	24/02/1724					
Hermenegildo Pires	145	06/05/1727					
Maria Guerra	146	07/03/1727					
Manuel Martins	147	20/02/1727					
Manuel Fernandes	148	02/05/1742	20/09/1783	348			11/10/1791
Maria Fernandes	148	10/10/1744					
António Fernandes	148	17/01/1746					
Joana Fernandes	148	04/05/1748	08/10/1783	316			
Francisco Fernandes	148	07/06/1751					
Paulo Fernandes	148	29/06/1754					
João Manuel Fernandes	148	27/08/1762					
Cristovão Martins	149	19/09/1713					
Maria Martins	149	25/01/1717					
Luzia Martins	149	10/10/1719					
Maria Monteiro	150	29/10/1715					
Manuel Preto	151	22/05/1716	05/02/1742				
António Preto	151	03/10/1719					
Domingos Preto	151	27/10/1722					
Maria Preto	152	26/06/1728	05/05/1754	273			14/06/1791
Isabel Preto	152	31/07/1730	22/06/1773				
Teresa Preto	152	31/08/1732					20/08/1765

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Antônio Preto	152	07/07/1735					24/09/1762
Antônio Preto	152	01/07/1737					
Caetano Preto	152	14/08/1740					
João Preto	152	28/07/1743					
Pedro Preto Curral	153	14/08/1701	07/02/1720	263			21/07/1790
Isabel Pires	154	16/09/1702					
Teresa Preta	155	19/07/1716	22/03/1738	168			
Manuel Preto	155	24/12/1718		250			12/11/1775
Paulo Preto	155	11/08/1723					09/03/1755
Teresa Preto	156	15/10/1706					
Manuel Preto	156	24/11/1709					
Isabel Martins Igreja	157	03/10/1711		148			01/02/1764
Pedro Igreja	157	11/05/1714					
Joana Martins Igreja	157	16/02/1717					
Joana Martins Igreja	157	12/03/1719	05/02/1742	252			17/09/1780
Engrácia Martins	157	12/01/1722	12/04/1745	206			18/11/1791
Manuel Martins da Igreja	157	27/03/1725	15/11/1752	325			
Maria Madalena Igreja	157	22/05/1726	03/09/1762				
Maria Gonçalves	158	01/09/1713	19/10/1732	133			13/11/1763
Manuel Campos	158	30/07/1715					
Isabel Gonçalves Campos	158	15/09/1716	01/11/1736				
Helena Campos	158	28/05/1718					
Tomé Campos	158	14/12/1719					
Manuel Campos	158	09/01/1721					
Domingos Gonçalves	158	03/03/1722					
José Morais	159	22/07/1719					
Manuel de Morais	160	24/05/1721					
Domingos de Morais	160	21/10/1722					
Maria de Morais	160	25/03/1724	20/06/1757	289			26/07/1771
Maria de Morais	160	10/10/1725					
Isabel de Morais	160	27/04/1727					
José de Morais	160	31/07/1728					
Domingos de Morais	160	23/06/1730					
André de Morais	160	09/12/1731	14/05/1760	277			23/07/1796
Antônio de Morais	160	14/08/1734					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Ana de Morais	160	18/08/1736					26/08/1771
Maria Peredo	161	10/03/1721					
Maria Peredo	161	06/10/1722					
Manuel Martins Peredo	161	03/02/1724					
Maria Peredo	161	01/02/1725					
Maria Peredo	161	17/09/1726	25/11/1772				
Maria Peredo	161	02/02/1728					
João Martins Peredo	161	02/09/1731					
Manuel Aparício	162	09/12/1723		188			
Joana Fernandes Aparício	162	18/06/1727					
Brigida Fernandes	162	01/10/1728	01/06/1763				
Pedro Aparício	162	28/06/1732					06/10/1799
Pedro Aparício	162	29/06/1733					
Maria Fernandes Aparício	162	02/02/1736					10/01/1781
Antônio Aparício	162	04/12/1739					
Maria de Pêra	163	09/11/1728	05/12/1753				
Manuel Rodrigues	164	14/02/1730					
Matias Sapico	165	09/02/1737	09/06/1765				05/12/1796
Teresa Pires	166	25/10/1738					
Isabel Pires	166	28/01/1740					
Maria José Pires	166	09/11/1741					
Manuel Pires	166	23/01/1743					
Maria Pires	166	05/03/1745	13/04/1773				
Gregório Pires	166	05/03/1745					
Águeda Pires	166	10/02/1747					
Francisca Pires	166	20/09/1752					
Antônio Cavaco	167	15/11/1738	20/02/1792				
Teresa Martins	168	10/10/1739					
Maria Isabel Sapico	169	02/02/1743					04/01/1778
Catarina Sapico	169	18/11/1745					15/07/1764
Isabel Sapico	169	19/02/1749		344			04/01/1778
Francisco de Pêra	170	02/10/1743					
Mariana de Pêra	170	08/08/1746					27/08/1787
Mariana de Pêra	170	07/04/1751					
Manuel de Pêra	170	05/08/1759					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Manuel Preto	171	20/11/1700					
Maria Preto	171	25/09/1706					16/04/1719
Maria Preto	171	17/11/1709					
Agostinho Susano	172	02/01/1701					
Manuel Fernandes Susano	172	03/04/1703	05/06/1718	234			16/11/1742
Maria Fernandes Susano	172	04/05/1705					
José Fernandes Susano	172	17/07/1707					
João Geraldes	173	15/04/1701					
Manuel Geraldes	173	08/09/1702					
Lucas Geraldes	173	10/10/1705	01/04/1728	212			27/12/1776
António Geraldes	173	10/10/1705					
Maria Geraldes	173	06/05/1708	28/02/1728	182			12/09/1767
Mateus Geraldes	173	11/12/1710					
Domingos Geraldes	173	17/04/1712					
Mariana Galhardo	174	01/01/1705	16/11/1717				17/02/1723
Francisco	174	19/04/1710					
Francisco Carvalho	175	10/02/1707					
Maria Boticário Carvalho	175	20/11/1708					05/03/1788
Manuel Marcos	176	07/09/1710					
Manuel Fernandes Selas	177	23/03/1711	04/09/1752	323			
José Fernandes Selas	177	19/07/1712					
Maria Fernandes Selas	177	19/09/1713					
Maria Fernandes Selas	177	02/03/1715					
Bárbara Fernandes Selas	177	13/04/1717					21/10/1752
Manuel João	178	20/01/1713					
Maria João	178	22/09/1717	17/03/1737				
Domingos João	178	28/03/1723					
Bibiana João	178	05/03/1726					
Manuel Geraldes Luís	179	09/02/1718					26/08/1728
Manuel Geraldes Luís	179	27/07/1719					
Manuel Lopes Carriço	180	09/11/1724					
Romualdo Carriço	180	22/05/1726					
Francisco Lopes Carriço	180	03/12/1727					
Ana Maria Carriço	180	16/04/1731	25/03/1753	362			01/07/1808
Antão José Carriço	180	09/01/1735					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Matias Lopes Carriço	180	19/02/1737					
Clara Lopes Carriço	180	31/12/1738	02/11/1758	331			21/07/1798
Isabel Carriço	180	30/01/1740					02/03/1779
Bibiana Carriço	180	18/01/1744					
Januário Carriço	180	11/09/1747					
Francisco Geraldes	181	04/10/1726					
Isabel Geraldes	181	03/04/1730					26/04/1730
Francisco João	182	05/04/1729					
António João	182	21/08/1730					
Isabel João	182	25/08/1732	18/02/1756	364			03/07/1788
André João	182	29/11/1734					
Catarina João	182	04/05/1737					
Ana João	182	24/11/1740			287		10/05/1786
André João	182	09/04/1744					
António Marcos	183	09/08/1739	24/06/1771	279			16/08/1804
Joana Marcos	183	02/08/1742	13/03/1774				
Isabel Marcos	183	05/09/1745	15/02/1770	341	315		02/03/1805
José Marcos	183	10/08/1753					
Francisco Gonçalves	184	14/03/1746					
Bárbara Marcos	185	02/12/1748	05/12/1780	347			06/11/1835
Maria	185	01/10/1751					
Maria Fernandes Cosme	186	06/04/1750	15/02/1773	310			22/10/1814
Manuel Fernandes Cosme	186	18/08/1752					08/12/1826
António Cosme	186	16/06/1755					
Francisco Fernandes	186	18/01/1758	17/12/1780	297			11/07/1802
Engrácia Fernandes	186	21/06/1760	15/02/1784	284			03/07/1804
Isabel Fernandes Cosme	186	05/09/1765	20/01/1792	305			05/05/1814
Maria Marcos	187	01/10/1751					
Maria Geraldes	188	02/12/1754	16/02/1783				
Ana Geraldes	188	03/09/1755	20/09/1783				29/01/1805
Engrácia Fernandes de Faria	189	25/10/1711	05/06/1737	248			13/12/1796
Manuel Fernandes Faria	189	03/08/1714	08/01/1744	260			22/06/1760
António Faria	189	21/02/1717					22/10/1737
Gaspar Fernandes Faria	189	17/05/1721	08/04/1756	303			20/11/1784
Isabel Bernardo	190	15/01/1741					11/01/1767

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Ana Maria Bernardo	190	19/04/1745	26/06/1768				
Bárbara Bernardo	191	25/10/1746					23/03/1782
Jerónima Bernardo	191	29/12/1751	26/11/1783				
Caetano Bernardo	191	30/07/1754	02/01/1795	291			
Manuel Bernardo	191	02/01/1758					
Luzia Bernardo	191	10/10/1759					
Luzia Bernardo	191	07/07/1763					
Helena Andrés	192	17/07/1702					
Bernardo Fernandes	193	23/08/1702					
Teresa Fernandes	193	23/11/1708					
Maria Preto Parreira	194	01/01/1705					
Maria Preto	194	19/01/1707					
Isabel Preto	194	20/07/1712					
Manuel Preto	194	25/02/1719					
Pedro Curral	195	26/11/1707					
Francisco Curral	195	30/12/1709					
António Curral	195	01/12/1711	02/02/1734				10/11/1792
Manuel Curral	195	01/04/1715					
Manuel Muga	196	23/03/1707					
Maria Muga Preta	196	17/09/1714	30/01/1737	166			10/09/1756
Isabel Muga	196	14/09/1717					20/07/1784
José Muga	196	16/07/1720					
Maria Pires	197	26/03/1715					
Isabel Pires	197	12/10/1720					
Manuel Pires	197	11/05/1724					
Domingos Pires	197	27/07/1726					
Manuel Pires	197	14/02/1729					
Maria Martins	198	27/07/1715					
Manuel Martins	199	08/11/1718					
Isabel Martins	199	04/03/1722	23/04/1755	329			25/01/1760
Âgueda Martins	199	14/01/1725	28/01/1748	185			11/12/1783
Maria Martins	199	03/08/1728	20/06/1759	274			08/11/1790
Maria	200	26/03/1721					
Ana Martins	200	18/07/1722	15/05/1747	213			12/11/1764
Teresa Martins Galego	200	15/05/1735	29/12/1763	334			21/01/1800

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
António José Galego	200	28/05/1738					
Francisco Martins Galego	200	16/03/1741					
Manuel Martins Galego	200	08/03/1744	05/11/1766	339			01/06/1776
Maria	201	05/06/1722					04/08/1742
Maria Martins do Cabo	201	05/06/1722					04/08/1742
Isabel Martins do cabo	201	11/08/1723		306			20/01/1794
Isabel Martins do Cabo	201	11/08/1723					20/01/1794
Manuel Martins do Cabo	201	12/03/1725					
Manuel Martins do Cabo	201	13/02/1726					
Ana Martins	201	26/07/1728	21/09/1760	308	334		11/02/1765
Manuel Martins do Cabo	201	07/02/1730	29/12/1763				18/10/1804
Teresa do Cabo	201	17/04/1738	25/01/1764				
Luzia Martins do Cabo	201	01/02/1740					10/11/1742
Catarina Martins	202	04/05/1730	15/11/1752	325	334		
Teresa Martins Galego	202	15/05/1735	29/12/1763				21/01/1800
António José Galego	202	28/05/1738					
Francisco Galego	202	16/03/1741					
Manuel	202	08/03/1744					
Manuel Pires Guerra	203	15/05/1730					
Pedro Monteiro	204	10/06/1732					
Andrea Monteiro	204	30/12/1734	24/03/1760				
António Monteiro	204	31/10/1736					
Catarina Monteiro	204	23/11/1739					03/08/1784
Maria Curral	205	09/01/1744					30/09/1762
Maria José Valverde	206	23/03/1746					
Manuel J. Assunção Valverde	206	06/08/1749	28/02/1773	342			04/09/1812
António José Valverde	206	05/10/1752					
Paulo João Valverde	206	02/05/1756	06/11/1778				30/04/1805
Francisco Valverde	206	04/04/1759					
Damião de Castro	207	19/09/1746	06/07/1783	292			07/06/1816
Maria da Ascensão Pais	208	15/05/1749					
Manuel Fernandes Torrão	209	06/08/1705	17/04/1730	243			
Domingos Fernandes	209	02/01/1707					
Maria Lopes	210	10/05/1717	29/08/1743				
António Domingues	211	16/06/1732					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Antônio Domingues	211	21/06/1733					
Isabel Domingues	211	21/08/1734	06/02/1760				
Manuel Domingues	211	26/02/1737					
André Domingues	211	16/06/1739					
Manuel Domingues	211	29/09/1743					
Maria Galdes	212	01/12/1730	11/06/1759				
Isabel Galdes	212	01/04/1733	05/10/1761				
Manuel Galdes	212	22/04/1736	07/11/1766				
Joana Galdes	212	27/12/1738	06/02/1765	278			03/06/1804
Francisco Galdes	212	18/08/1742		301			
Luzia Galdes	212	24/08/1745					22/10/1763
Antônio Bernardo Domingues	213	22/03/1748					
Ana Maria Domingues	213	24/07/1750	24/06/1771	279			06/01/1785
Simão Pedro Domingues	213	03/01/1755					
Manuel Monteiro	214	03/01/1701	02/12/1725	240			09/08/1764
Salvador Monteiro	214	03/01/1701					
Jerônimo Monteiro	214	30/09/1705	27/04/1729	204	1086		07/05/1764
Manuel Martins	215	11/08/1702		242			12/05/1804
Maria Martins Poço	216	29/11/1703	02/12/1725	240			
Maria de Pêra	217	21/05/1704	27/07/1732				
Luzia de Pêra	217	11/04/1707	04/08/1735	165			04/10/1737
Isabel de Pêra	217	29/01/1713	12/08/1738				
Antônio de Pêra	217	18/07/1716					
Pedro Esteves Nolasco	217	31/01/1718	23/03/1746	268			07/01/1784
Maria Ruano	218	30/09/1704					
Pedro Ruano	218	12/03/1715					
Miguel Pires	219	15/05/1668					28/07/1769
Maria Luzia Pires	219	01/07/1706	17/04/1730	243			07/10/1781
José Pires	219	02/02/1708					
Manuel Pires	219	02/05/1711					
Antônio Pires	219	13/07/1712	19/10/1732	133			
Mariana Pires	219	08/07/1715					
Isabel Pires	219	30/03/1720	02/12/1744				
Antônio Pires	219	01/02/1721	06/02/1765				
Ana Martins Poço	220	24/07/1707	01/10/1726	130			30/05/1738

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Teresa Martins Poça	220	28/07/1709	08/01/1738	167			
Antônio Martins Poço	220	30/03/1711					
Luzia Martins	220	02/05/1714	01/04/1745	255			26/03/1793
Manuel Martins	220	06/04/1712					
Américo Martins	220	26/04/1717					
Isabel Martins	220	12/02/1719					15/11/1744
Manuel Martins	220	01/06/1725					
Maria Pais	221	12/01/1710					
Mateus Pais	221	13/09/1711					
Antônio Pais	221	20/04/1713					
Isabel Pais	221	05/08/1715					
Maria Pires Malrrasco	222	29/10/1712	12/02/1745	253			30/05/1757
Ana Malrrasco	222	20/07/1716					
Manuel Pires Malrrasco	222	16/03/1720					
Luzia Malrrasco	222	11/01/1724					11/11/1763
Isabel Malrrasco	222	18/04/1725					
Luzia Malrrasco	222	09/03/1731					
Manuel Lopes Carriço	223	23/07/1712	11/02/1745	253			19/04/1788
Maria Lopes	223	20/07/1715	12/08/1735				13/11/1744
Manuel Lopes	223	15/03/1718					
Isabel Lopes	223	25/08/1719					
Manuel Lopes	223	20/07/1721					
Isabel Lopes	223	10/10/1724					
Luzia Lopes	223	30/03/1727					
Paulo Lopes	223	13/05/1729					
Miguel Lopes	223	01/05/1731					
Manuel Gomes	224	20/11/1712					
Maria Rosete	225	27/02/1713	11/02/1795	389			
Luzia Rosete	225	01/04/1717					
Ana Roseta	225	17/11/1721	01/01/1746	191			18/10/1777
Manuel Rosete	225	09/08/1724	15/02/1770	341			20/02/1779
Caetano Rosete	225	01/08/1727	20/06/1757	289			
Luzia Raposo	226	27/08/1713					
Isabel Raposo	226	06/07/1715					
Isabel Rodrigues	227	29/08/1713	26/06/1730	211			22/04/1746

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Ana Miguel	228	13/06/1714					
Maria Miguel	228	15/08/1715					
Maria Miguel	228	15/08/1715					
Manuel Miguel	228	04/04/1718		254			04/12/1763
Maria Martins da Costa	229	23/05/1715		361			08/11/1790
Manuel Martins da Costa	229	03/04/1718					
José Martins da Costa	229	05/12/1723					29/08/1761
Rosa da Costa	229	08/11/1727					
Luzia Martins da Costa	229	02/11/1730					20/12/1742
Engrácia Malrrasco	230	20/10/1716					
Isabel Malrrasco	230	24/08/1718					06/12/1757
Maria Malrrasco	230	05/08/1721					
Manuel Malrrasco	230	23/09/1727					
André Curralo	231	20/11/1717					
Manuel Pais	232	19/01/1718					
Maria Pais	232	17/10/1722					25/09/1742
Jerónimo Pais	232	30/09/1725					27/02/1752
Francisco de Morais	233	23/02/1718					
Maria Fernandes	234	30/05/1719	04/07/1745	267			06/10/1764
Manuel Fernandes	234	15/03/1721					
Antónia Fernandes	234	09/01/1727					
António Fernandes	234	24/07/1729					
Catarina Miguel	235	10/10/1719	11/02/1746				
António Miguel	235	25/01/1722					
José Miguel	235	04/03/1725					
Isabel Miguel	235	05/06/1728					
Isabel Miguel	235	21/12/1729	14/05/1760	277			18/06/1805
António Pires	236	13/07/1712	19/10/1732				
Isabel Pires	236	30/03/1720					
Isabel Esteves	237	02/01/1721					
Manuel Esteves	237	07/10/1722	13/06/1745	256			
Maria Martins	238	13/07/1723	13/06/1745	256			15/08/1779
Isabel Martins	238	29/01/1726					15/11/1744
Ana Martins	238	24/05/1729					
José Esteves	239	30/10/1724		306			17/02/1762

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Rosa Esteves	239	08/09/1727	04/09/1752	323			
António Esteves	239	21/03/1730					26/01/1759
Matias Monteiro	240	24/02/1727		326			
Maria Monteiro	240	18/04/1728					17/07/1764
Manuel Monteiro	240	20/01/1730					
Maria Assunção Monteiro	240	15/08/1732					
Manuel Monteiro	240	29/03/1735					
Joana Monteiro	240	16/10/1738	02/04/1759	366			30/12/1775
Maria Monteiro	240	28/02/1740					03/08/1784
Manuel Martins Poço	241	21/01/1728					
Manuel Martins Poço	241	04/06/1729					
Maria Martins Poço	241	14/10/1731	10/02/1763				
Bartolomeu Martins Poço	241	22/12/1733	31/08/1758	286			31/12/1807
Julião Martins Poço	241	16/02/1737					
José Poço	241	08/11/1739					
António Martins Poço	241	23/03/1743					
Francisco Poço	241	09/04/1745					
Catarina Poço	241	10/04/1750					11/12/1780
Maria Martins	242	06/09/1728					08/12/1755
Apolinário Torrão	243	14/07/1731					
António Torrão	243	06/09/1734					
António Torrão	243	08/07/1736					
Manuel Torrão	243	29/06/1739					03/05/1753
Joana Fernandes Terrona	243	11/11/1743	29/04/1762	335			13/04/1804
Manuel Martins Preto	244	19/02/1732					
Isabel Martins Preto	244	10/12/1735	31/08/1758	286			25/08/1811
Mariana Preto	244	07/08/1741					
Manuel Preto	244	03/03/1744	09/07/1780	346			
Catarina Martins Preto	244	13/04/1746	05/11/1766				10/08/1800
Jerónimo Martins	244	21/09/1749	08/10/1783	316			
Maria de Pêra	245	31/10/1734					27/06/1758
Ana de Pêra	245	26/07/1737					
Manuel de Pêra	245	15/04/1743					
Domingos de Pêra	245	21/07/1748					
Bárbara Marcos	246	26/01/1736					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Manuel Galhardo	247	07/04/1737					
Manuel Galhardo	247	07/08/1740					
Maria Natividade Galhardo	247	09/09/1748					20/05/1830
Manuel Marcos	248	26/07/1738					01/05/1738
Pascoal Marcos	248	25/03/1741					04/02/1826
António Marcos	248	25/11/1743					
Joana do E. Santo Marcos	248	22/05/1746					14/10/1764
Engrácia Marcos	248	17/01/1749	12/09/1782	298			11/11/1809
Maria Marcos	248	22/08/1753					
Isabel Marcos	248	05/10/1757	29/12/1785	283			01/07/1834
Maria João	249	25/04/1740					
Isabel Preto	250	20/11/1741	02/08/1764				
Manuel Preto	250	15/08/1743					
Manuel Preto	250	08/01/1746					
Maria Anunciação	250	16/03/1748	14/02/1774				
Miguel Preto	250	08/05/1753					
Bárbara Preto	250	04/03/1762	11/02/1793	358			28/01/1827
António Pires	251	13/10/1745					
João da Cruz Pires	251	16/11/1748					
Maria Pires	251	01/05/1752					
Manuel Pires	251	13/01/1755					
Domingos Pires	251	21/05/1760					
Isabel Pires	251	20/10/1763					
Joaquim Preto	252	18/08/1745					
António Preto	252	09/02/1753					
José Preto	252	26/11/1755					
Caetano Preto	252	30/07/1761		290			15/03/1803
Maria Lopes	253	22/12/1745					
Felipa Carriço	253	16/08/1747	17/05/1772				
José Lopes Carriço	253	30/05/1750					
Manuel Lopes Carriço	253	21/07/1754					
António Miguel	254	05/06/1746					
Francisco Miguel	254	14/08/1748					
Maria Miguel	254	24/10/1749					22/08/1825
Francisco Miguel	254	09/08/1753					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
José Miguel	254	20/06/1756					21/04/1759
Manuel Domingues	255	08/06/1746					
Maria Domingues	255	06/08/1749					02/02/1780
Mariana D. Monteiro	255	01/02/1755	20/09/1783	318			
Inácio Domingues	255	06/07/1758					
Maria Esteves	256	02/11/1746	24/09/1781	345			02/06/1787
Manuel Esteves	256	12/12/1748	05/12/1780	347			14/08/1787
José Esteves	256	12/02/1751					23/11/1782
Isabel Esteves	256	20/10/1753					
Joana Esteves Preto	256	19/06/1756	17/12/1780	297			29/01/1784
Feliz Esteves	256	09/09/1758					
António Esteves	256	15/02/1761					31/07/1785
Francisco Esteves	256	06/12/1763					
Luís Torrão	257	20/04/1747					
Ana Fernandes Torrão	257	09/07/1749	11/03/1773	343			24/09/1815
António Sardinha	258	13/01/1748					
João Pires Sardinha	258	24/06/1749					
Joana Gonçalves Cosme	259	12/05/1748		290			
Ana Cosme	259	16/07/1750					
Ângela Cosme	259	07/07/1752					
Maria Fernandes de Faria	260	07/01/1745		336			
João Fernandes	260	24/06/1749					
Ana Fernandes	260	02/03/1752					
Isabel Fernandes	260	11/01/1755					
Gaspar Fernandes	260	10/09/1757					
Francisca Ruano	261	19/12/1749	18/09/1780				
António Preto Ruano	261	08/06/1752					
Isabel Ruano	261	31/10/1755	06/07/1783	292			06/11/1803
José Manuel	261	07/10/1757					
Manuel Ruano	261	07/10/1757	16/02/1801				
Joana Preto Ruano	261	18/03/1760					
Pedro Ruano	261	22/06/1762					
Maria Ruano	261	02/10/1765	17/05/1775	311			
Manuel Galdes	262	27/11/1717					
Maria Galdes	262	06/04/1720	27/09/1744	251			23/04/1784

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Domingos Gerales	262	20/07/1722					
Manuel Gerales	262	15/08/1725					
Manuel Gerales	262	16/08/1728					
Catarina Gerales	262	10/12/1730					20/10/1752
Maria Curral	263	04/09/1723		328			06/01/1772
Pedro Curral	263	03/10/1726					
Maria Preto Curralo	263	30/11/1730					
Isabel Currala	263	28/08/1734	08/04/1756	303			
António Benites	264	12/10/1717					
Catarina Martins	265	18/11/1727					
Pedro	266	20/07/1738					
Maria Helena Nunes Barreto	266	26/09/1740		271			
João Nunes Barreto	266	01/02/1742		312			25/07/1784
Maria Assunção de Pino	267	09/08/1746					
Domingos de Pino	267	28/07/1747					
Pascoal Pino	267	02/04/1750					
Manuel de Pino	267	05/11/1752					
José de Pino	267	18/05/1756					
Maria Solene de Pino	267	06/05/1758					
António de Pino	267	16/04/1762					
Manuel de Pêra	268	31/08/1748	05/07/1784	350			13/10/1837
Mariana Esteves Nolasco	268	25/02/1751	15/09/1783				
Maria Esteves Nolasco	268	20/01/1754					
Salvador Luís	269	09/11/1719					
Manuel Gonçalves Luís	269	07/01/1721					
Maria Gonçalves Luís	269	11/03/1724					
Josefa Gonçalves Luís	269	12/03/1728					
Manuel Fernandes	270	22/03/1727	04/02/1753	324			
Tomás Fernandes	270	04/09/1728					
Manuel Fernandes	270	24/09/1730					
António Fernandes	270	12/01/1736					
Manuel António Galego	271	30/07/1757					
José Galego	271	24/12/1758					
Rita Joaquina Galego	271	14/08/1774					
Vitória Maria Campos	272	14/12/1758					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Manuel Pires Campos	272	06/02/1761					
Isabel Campos	272	12/08/1763					
Catarina Campos	272	13/07/1766					
Joana Pires Campos	272	04/11/1768					
Ana Campos	272	10/07/1771					
Luís Manuel Campos	272	15/08/1773					
Maria Vicente	273	03/09/1759					
Manuel Vicente	273	08/08/1765					17/10/1798
Bárbara Vicente	273	14/10/1767					05/09/1790
José Manuel Preto	274	28/05/1760					
José Preto	274	24/02/1762					
Paula Poço	275	17/07/1760					
Catarina de Pêra	276	06/09/1763					
Francisco José de Pêra	276	20/08/1770					10/12/1804
Manuel de Pêra Vicente	276	06/01/1772	17/08/1796	360			13/10/1837
Ana Maria de Pêra	276	09/11/1773	22/12/1788	320			17/10/1823
António de Pêra	276	27/05/1775					
Estevão de Morais	277	18/12/1763					
Maria José de Morais	277	21/04/1766	11/02/1793	355			11/06/1828
José de Morais	277	20/08/1771		420			
Agostinho campos	278	14/10/1765					
Francisco Campos	278	13/09/1767					
Maria da Conceição Pires	278	08/12/1773	22/01/1797	302			18/05/1827
Francisco Marcos	279	17/02/1774	03/05/1822				
Manuel Marcos	279	23/04/1778					30/09/1804
Rita Marcos	279	23/08/1781					
Maria Marcos	279	13/02/1784					
Henrique Fernandes	281	07/05/1777					
António Fernandes	281	31/05/1781					
Francisco Delgado	282	04/03/1787					
Bento Delgado	282	13/03/1788					03/06/1798
Bento Delgado	282	11/03/1789					
Ana Joaquina Delgado	282	03/01/1791					
Maria Luísa Delgado	282	02/04/1793	18/10/1816	378			11/09/1872
Manuel Delgado	282	25/10/1795	16/09/1830	462			23/07/1875

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Luísa Delgado	282	16/12/1797					
Rita Delgado	282	13/08/1799					
José Delgado	282	15/07/1801					
Luísa Delgado	282	20/06/1802					
Maria José Guerra	283	06/03/1787	08/02/1813				
Manuel Guerra	283	12/01/1791	28/11/1812	446			15/08/1868
Joana Guerra	283	20/12/1793	07/06/1820	449			05/04/1850
António Guerra	283	17/01/1796	04/05/1822	380			02/01/1829
Francisco Guerra	283	10/09/1800					13/06/1823
José da Cruz Martins	284	03/05/1787					
Carlos Manuel Martins	284	26/10/1790					
Manuel Martins	284	01/02/1794					
Maria Martins	284	10/05/1801	02/08/1823	406	390		05/11/1862
Maria Antónia Fernandes	285	18/08/1796	03/09/1832	432			
José Fernandes	285	12/01/1798					
António Fernandes	285	04/08/1800					
Maria José Fernandes	285	07/09/1803					
Manuel Fernandes	285	02/03/1806					
Joaquina Martins Fernandes	285	01/02/1811					
Francisco José Poço	286	03/10/1759					
Manuel Martins Poço	286	06/09/1766	22/05/1808				
José Martins Poço	286	23/09/1769					
José dos Santos Pardal	287	01/11/1775					
Maria Benta Pardal	287	01/03/1777		445			22/07/1830
José Pardal	287	03/06/1780					
António Manuel Monteiro	288	04/08/1782	13/08/1808				
Manuel Rosete	289	08/09/1758					
José Rosete	289	13/10/1762					
Maria Rosete	289	14/02/1765					
António Rosete	289	17/07/1770					
Ângela Preto	290	23/01/1789					17/03/1803
Teresa Preto	290	10/09/1791	04/05/1822	453			
Ana Maria Preto	290	16/09/1794					22/03/1803
Manuel Preto	290	28/09/1797					
Manuel Bernardo	291	24/11/1795					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Maria Bernardo	291	04/04/1798					16/09/1870
Margarida Bernardo	291	10/02/1801					14/03/1802
Domingos Bernardo	291	15/05/1803					
António José Bernardo	291	15/05/1803					
Joana de Castro	292	08/05/1784					
João Francisco de Castro	292	01/03/1786					
Francisco José de Castro	292	21/09/1787					
Manuel de Castro	292	06/05/1790					
Maria de Castro	292	05/10/1792					
Manuel de Castro	292	13/09/1795					
Gertrudes Martins	293	06/02/1799					14/10/1809
Rita Martins	293	08/03/1801					01/11/1802
Rita Martins	293	30/01/1804					
Escolástica Martins	293	04/02/1807					
Isidório Martins	293	25/02/1809					
Ludovina Martins	293	28/10/1810					21/12/1896
Clara Vitorina Martins	293	25/05/1811	03/02/1831				
Sebastiana Martins	293	13/09/1813					12/05/1865
Claudino Martins	293	19/10/1815					
Ludovina Martins	293	28/10/1818	23/04/1798				21/12/1896
Manuel Fernandes	294	26/09/1764					07/09/1850
Bárbara Marcos	295	28/01/1748					
José Marcos	295	03/05/1767					26/01/1813
António Marcos Vaz	296	01/02/1754					16/08/1804
Isabel Vaz	296	01/02/1772					28/03/1805
Francisco Fernandes	297	20/04/1782					
Manuel Marcos Vicente	298	04/07/1786					10/10/1838
Domingos Pires Vicente	298	01/01/1788					29/01/1853
Manuel Vicente	298	18/04/1790					
Manuel Fernandes Cosme	299	20/10/1791	30/01/1811				
José Fernandes Cosme	299	22/02/1794					
António Cosme	299	15/01/1797					
Margarida Fernandes Cosme	299	20/08/1799					01/11/1809
José Esteves	300	26/08/1793					30/08/1793
João Esteves	300	26/01/1795					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Manuel Esteves	300	25/05/1798					
Maria Esteves	300	16/08/1801					
Manuel Galdes	301	26/12/1796					
Bebiana Feio	302	25/09/1797					
Bebiana Feio	302	16/12/1799	01/05/1821				17/09/1850
Agostinho Feio	302	28/03/1804					06/07/1827
Paulo Fernandes	302	15/01/1807	14/12/1828	473			14/04/1834
Agostinho Feio	302	18/05/1809					
Francisco de Paula Feio	302	04/04/1812					27/09/1830
Efigénia Feio	302	23/03/1814					22/10/1826
Lourenço Fernandes Feio	302	13/08/1816					
Maria Fernandes	303	15/08/1757	04/02/1782				
Luzia Fernandes	303	12/04/1760	17/10/1795	285			15/02/1827
Manuel Fernandes	303	06/12/1764					
Isabel Fernandes	303	30/03/1767					
Teresa Fernandes	303	22/07/1769					
Manuel Fernandes	303	07/12/1771					
Joana Fernandes	303	26/06/1774					
António José Fernandes	303	30/10/1775					
Teresa Fernandes	303	12/10/1778					
Manuel Fernandes	304	14/12/1797					
Bernardino Fernandes	304	02/06/1801					
Escolástica Santos Fernandes	304	29/10/1803					
Maria Antónia Pires	305	10/12/1795	05/03/1821				01/01/1865
Nicolau Pires	305	26/09/1799					
Manuel Esteves	306	10/07/1754	11/02/1793	358			
António Esteves	306	18/10/1756					03/04/1776
José Esteves	306	30/07/1759					
José Diz	307	30/05/1761					
João Galdes	308	09/08/1761					
Manuel Poço	309	25/11/1764	13/02/1811				
António Poço	309	20/03/1766					
Maria Rodrigues	310	02/02/1774	22/06/1802				
José Manuel Rodrigues	310	14/04/1776		421			09/03/1825
Francisco Manuel	310	27/01/1779					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Luísa Rodrigues	310	31/07/1780	23/04/1798	293			04/10/1821
José Cabreiro	311	07/01/1777					
António Barreto	312	27/09/1777					
Luísa Pires Vicente	313	10/10/1779	17/08/1796	360			03/05/1822
Ana Maria Martins	314	28/01/1782					
Isabel Martins	314	02/02/1784		443			
António José Gonçalves	315	17/03/1784					
Francisco Gonçalves	315	23/02/1786					
Maria Antónia Martins	316	04/06/1784					
Alexandre Martins	316	26/04/1786					
Manuel Martins	316	28/09/1793					
Maria Dias	317	09/01/1785	04/02/1819	428			30/01/1857
Manuel Dias	317	25/11/1786					
Angélica Lopes	318	20/09/1788					
Mariana Lopes	318	02/01/1790					11/02/1790
Ana Maria Lopes	318	28/10/1793	25/06/1829				
António José Lopes	318	23/09/1796					
Maria Lopes Feio	319	30/03/1789	14/01/1818	400			
José António Feio	319	31/12/1790					
Ana Esteves Feio	319	19/05/1793	03/05/1822	404			03/04/1865
Isabel Fernandes Feio	319	13/09/1795					
Isabel Fernandes Feio	319	06/03/1798					
Joaquim Fernandes Feio	319	09/08/1799					
Isabel Fernandes Feio	319	25/01/1801					
Isabel Fernandes Feio	319	07/05/1804					
Maria José Cameirão	320	25/09/1789	17/06/1812				
Ana Joaquina Cameirão	320	12/08/1791	17/06/1812				
Francisco M.R. Cameirão	320	01/02/1794		407			26/01/1865
Isabel Rodrigues Cameirão	320	11/10/1796	17/06/1818				07/07/1862
Rosa Curralo	321	28/08/1794	02/03/1813				
Maria Curralo	321	12/08/1796					
Maria Curralo	321	24/03/1798					
Isabel Curralo	321	23/08/1799	02/03/1813	379			28/01/1863
Joana Inocência Curralo	321	04/01/1806	24/01/1838	436			07/12/1872
Maria Rosete	322	22/08/1798					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Manuel Rosete	322	27/11/1799					20/12/1832
Maria Rosete	322	30/08/1803					
Isabel Avelina Fernandes	322	09/11/1806	15/06/1829				
Ana Rosete	322	11/11/1809					04/04/1842
Paula Joaquina Fernandes	322	25/01/1812	03/04/1848				08/12/1858
Francisco José Rosete	322	21/11/1814					
José Clemente Rosete	322	24/11/1817	05/06/1848	438			17/07/1894
Manuel Fernandes Selas	323	18/09/1753					
António Selas	323	09/09/1756					
Luís José Selas	323	27/02/1759					
Maria Fernandes Selas	323	22/06/1761					
Manuel Fernandes Selas	323	14/05/1765					
Manuel Fernandes	324	01/11/1753	24/09/1781	345			15/07/1804
Maria Fernandes	324	04/10/1755					
António Fernandes	324	27/05/1757	17/10/1795	285			28/08/1827
Genoveba Fernandes	324	17/09/1759					
José Fernandes	324	26/10/1761					
Genoveba Fernandes	324	30/01/1764					
Francisco Fernandes	324	09/06/1766					
Joana Fernandes	324	15/10/1768					04/12/1784
Mariana Fernandes	324	25/03/1771	05/02/1784				
Joana Martins da Igreja	325	04/11/1753	09/07/1780	346			12/10/1802
Lourença Martins	325	02/08/1758	17/01/1781	314			15/02/1787
Maria Martins da Igreja	325	02/05/1762					
Isabel da Igreja	325	13/02/1765					
Isabel Martins da Igreja	325	20/11/1767					
José da Igreja	325	26/04/1775					
Maria Monteiro	326	11/04/1754					
Manuel António Monteiro	326	08/09/1756					
Genoveba Monteiro	326	06/12/1760					
Lourença Maria Monteiro	326	10/08/1763					
José Monteiro	326	09/12/1764					
Rita Monteiro	326	22/09/1766					
José António Monteiro	326	08/01/1771					
Maria Sardinha	327	01/05/1755					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Maria Sardinha	327	09/08/1756					
Manuel Sardinha	327	04/01/1760					
Maria Pires Alves	328	23/08/1756	09/05/1791	321			08/07/1828
Teresa Alves	328	20/05/1759					29/08/1768
Pedro Alves	328	30/03/1762					
Paula Alves	328	21/01/1766					
Teresa Alves	328	23/04/1769					
Bárbara Alves	328	04/02/1771					
Maria Preto de Amaro	329	27/08/1756					
Maria de Pêra Macias	330	23/11/1756					
Joana de Pêra Macias	330	03/12/1757	05/07/1784	350			20/05/1805
Luzia de Pêra Macias	330	03/05/1759	27/04/1785				
Maria de Pêra	330	14/09/1760	20/02/1792	354			18/03/1802
Teresa de Pêra Macias	330	13/01/1762					
Maria de Pêra Macias	330	10/12/1763					
Francisco de Pêra Macias	330	07/12/1764					
José de Pêra Macias	330	18/03/1766					
Francisco de Pêra Macias	330	13/09/1767					
Isabel de Pêra macias	330	08/04/1769	24/04/1815				
Isabel de Pêra Macias	330	21/09/1772					
Maria da Assunção Agostinho	331	22/04/1761					14/08/1781
Manuel Lopes Agostinho	331	13/09/1762					
Maria Agostinho	331	16/01/1765					
João Fernandes Agostinho	331	16/06/1769					
Bárbara Agostinho	331	27/11/1772					07/04/1789
Ana Agostinho	331	02/11/1774					
António José Fernandes	331	05/07/1776	08/02/1800	374			
Antonio Agostinho	331	31/07/1778					
Manuel Cavaleiro	332	17/10/1762	05/09/1790	353			
Isabel Amaro	333	01/08/1764					04/08/1771
Maria Preto Amaro	333	26/05/1766	04/09/1788	319			
Joana Preto de Amaro	333	22/08/1768					23/01/1775
Isabel Amaro	333	09/11/1772					
João Pedro Martins do Cabo	334	23/04/1765					
Manuel António do Cabo	334	08/06/1769		441			29/01/1835

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Francisco Martins do Cabo	334	01/02/1772					
Maria José do Cabo	334	12/03/1775					
Isabel Maria do Cabo	334	30/08/1778					25/03/1826
Maria Bernardo Parreira	335	07/09/1765					
Catarina Parreira	335	03/01/1767	26/05/1799				
Manuel Bernardo Parreira	335	18/10/1769		442			
Francisco Bernardo Parreira	335	12/09/1772	03/05/1802	397			13/04/1827
Ana Bernarda	335	31/05/1776	23/07/1804		398		02/05/1843
Agostinho Bernardo Parreira	335	02/03/1779					05/02/1818
José António Parreira	335	13/12/1781					
António José Parreira	335	12/02/1785					15/04/1785
António Parreira	335	25/09/1786					
Maria Martins Alonso	336	09/09/1766			356		12/10/1848
Manuel Martins Alonso	336	12/12/1773					
Engrácia Alonso	336	21/10/1780					10/01/1789
José Martins Alonso	336	03/02/1786		426			01/10/1860
Manuel Ramos	337	27/08/1767					
Maria Ramos	337	01/09/1769					
Maria Ramos	337	31/07/1771					
Simão Ramos	337	18/08/1773					
Ana Ramos	337	20/10/1776	14/05/1806	422			
Ana Ramos	337	20/12/1777					
Ana Maria Ramos	337	03/01/1779					
Luzia Ramos	337	05/12/1781	27/08/1802	419			21/10/1852
Maria José Ramos	337	04/05/1784					
Maria Rodrigues	338	25/06/1770	11/01/1792	372			
Ana Rodrigues	338	08/10/1773					12/10/1812
Manuel Martins Galego	339	10/07/1770					
Teresa Martins Galego	339	10/10/1771					
Maria Martins Galego	339	19/12/1772	08/02/1800	374			23/11/1827
Maria Martins Galego	339	03/02/1777					
Engrácia Martins	340	22/08/1770					
Gaspar Martins	340	04/02/1772					
João Rosete	341	23/06/1772	14/06/1797	322			17/09/1851
Maria Rosete	341	05/04/1775					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Catarina Rosete	341	26/10/1777					11/08/1798
Maria do Carmo Valverde	342	17/06/1773					20/05/1846
Catarina de Valverde	342	07/03/1775	03/05/1802	397			02/10/1846
Angelina Valverde	342	06/03/1777					
Isabel de Valverde	342	07/01/1779					07/08/1788
Angélica de Valverde	342	26/09/1780	16/02/1801	418			27/10/1857
Rosália Maria de Valverde	342	15/12/1782					
Rosália de Valverde	342	30/01/1785	28/11/1812				14/10/1855
Genoveba de Valverde	342	17/01/1787					05/02/1794
Sebastiana de Valverde	342	20/01/1790	28/11/1812				
Francisco Vicente	343	24/02/1774					
José Vicente	343	20/09/1776					
Manuel Vicente Torrião	343	10/02/1779		450			
Sebastião Vicente	343	06/03/1783					17/01/1847
Maria Vicente	343	01/10/1786					
Bárbara Torrião	344	23/11/1777					
Isabel Fernandes	345	07/10/1781					
José Fernandes	345	01/01/1783		425			13/12/1843
António Fernandes	345	12/01/1786	18/10/1819				08/09/1861
Isabel Martins	346	24/10/1781					
José Maria da Cruz Martins	346	03/03/1784	24/11/1819				
António Martins	346	11/02/1791					24/03/1791
Maria Esteves	347	26/09/1782					
Manuel Esteves	347	01/02/1785	07/06/1820	449			16/05/1857
Maria Fernandes	348	05/02/1786					08/02/1786
António Fernandes	348	13/06/1787					
Manuel Fernandes	348	06/03/1791		451			29/11/1826
Maria Fernandes Maio	349	27/08/1786					29/01/1787
Francisco Xavier Maio	349	25/11/1787	20/03/1813	399	408		22/04/1831
Maria Madalena Maio	349	19/05/1793					16/06/1793
Maria Fernandes Maio	349	31/12/1795					
Manuel de Pêra Macias	350	01/04/1782	17/02/1812				
José de Pêra	350	18/04/1787					14/11/1809
Francisco dos Santos Pêra	350	01/11/1790					21/11/1790
Francisco de Pêra	350	15/11/1795					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Maria José Fernandes	351	19/03/1791					
Miguel Fernandes	351	08/05/1793					
José Fernandes	351	22/11/1796					
Miguel Fernandes	351	24/09/1798					
Perpétua Fernandes	351	09/02/1800					
Genoveba Fernandes	351	17/08/1801					
Miguel Fernandes	351	16/06/1803					
Maria da Trindade Raposo	352	12/05/1792					
Manuel Raposo	352	08/08/1793					
Ana Maria Raposo	352	24/01/1796					
Ana Maria Raposo	352	23/06/1798	01/03/1813	405			11/09/1868
Maria Bárbara Raposo	352	27/12/1800					
António Vicente Raposo	352	16/01/1803					
Jerónimo Marcos Raposo	352	21/09/1805					28/09/1805
Florência Martinha Raposo	352	04/11/1807					
Micaela Romana Raposo	352	02/08/1809	18/01/1829	458			12/12/1835
Manuel Cavaleiro	353	20/03/1793					18/08/1806
José Cavaleiro	353	01/03/1796					
Maria José Cavaleiro	353	09/04/1798					
Camilo José Cavaleiro	353	18/06/1799					
Domingos Cavaleiro	353	16/07/1801					
Maria José Cavaleiro	353	13/10/1802					
Maria José Neto	354	26/08/1793	20/03/1813	399			30/05/1822
Manuel Neto	354	27/07/1796					
Francisco Neto	354	04/10/1797	01/03/1823	405			09/05/1852
Manuel Martins Ventura	355	21/05/1794					
Maria Ventura	355	02/05/1795					
Luísa Maria Ventura	355	02/09/1796					
Manuel Martins Ventura	355	09/01/1798					
Afonso Ventura	355	27/03/1799					
José Martins Ventura	355	15/02/1800					24/10/1858
Maria Dos Santos Ventura	355	14/11/1801					
José Luís Ventura	355	07/12/1803					
Flugêncio Ventura	355	10/07/1805					
António Bonifácio Ventura	355	14/05/1807					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
João Fernandes	356	15/09/1794	20/04/1826	430			08/04/1834
Maria Rosário Feio	356	29/09/1797					
Florência Feio	356	14/06/1801					
Salvador Manuel Feio	356	29/07/1803					26/08/1803
Manuel Fernandes Feio	356	10/06/1805					
Florência Feio	356	19/04/1807	14/12/1828				14/10/1838
Roque Feio	356	16/08/1810					20/08/1810
Miguel Fernandes Feio	356	08/11/1814		464			
Marco Paulo Fernandes	357	25/01/1795					
Maria Esteves	358	22/11/1795	17/02/1830	409			
Isabel Esteves	358	14/09/1797					
Angélica Esteves	358	05/08/1799					
Manuel de Valverde	359	09/08/1797					
Maria Vicente Pires	360	28/10/1798	04/05/1822	380			
Isabel Vicente de Pêra	360	12/12/1800	26/06/1822	452			17/11/1842
José Manuel Vicente	360	16/08/1802					
Ana Vicente	360	18/01/1805					
Luísa de Pêra	360	29/04/1807	02/05/1837	468			27/12/1884
Teresa Guilhermina Vicente	360	17/06/1810					01/09/1818
Luísa Ilodora Vicente	360	31/03/1812					
Maria Preta	361	02/10/1751	19/12/1765	337			
Manuel Preto	361	25/08/1753					
Maria Fernandes	362	24/04/1754					
Manuel Fernandes	362	16/02/1756	10/05/1792	356			22/10/1848
Manuel Fernandes	362	04/10/1757					
José Fernandes	362	16/03/1760	04/09/1788	319			23/12/1816
Maria Fernandes	362	19/02/1762					
Maria Fernandes	362	29/07/1763					
Maria Fernandes	362	07/09/1764					
Manuel Fernandes	362	07/09/1768					
Francisco Fernandes Feio	362	01/10/1770	22/01/1797	302			27/04/1827
António Fernandes	362	01/01/1773		375			18/11/1808
Pascoal Fernandes	362	15/04/1776					
Francisco Manuel Vaqueiro	363	15/08/1855					
André Martins	364	01/12/1756	05/02/1784				03/01/1846

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Maria Martins	364	26/11/1765	28/11/1789	299			27/01/1804
Manuel João Martins	364	10/07/1768					
Aires Martins	364	01/02/1770					
Maria Pires	365	02/08/1658					
Domingos Pires	365	15/01/1661					
Manuel Lopes	366	14/01/1760					
José Lopes	366	19/10/1763					
José Lopes	366	05/05/1771					
António Aparício	367	21/01/1762					15/02/1782
Maria Fernandes de Aparício	367	26/06/1765	05/09/1790	353			13/02/1807
Manuel João de Aparício	367	22/02/1767					
José Fernandes de Aparício	367	30/06/1771					
Isabel Fernandes de Aparício	367	09/11/1773	02/02/1797	304			19/02/1805
Domingos Aparício	367	02/02/1777					
Bárbara Aparício	367	29/09/1778					
André Martins	368	02/01/1765					
André Martins	368	02/01/1765	05/02/1784	284			03/01/1784
Manuel Martins	368	10/07/1768					
Aires Martins	368	01/02/1770					
Maria Teresa Neto	369	10/05/1770		352			29/11/1813
Manuel Neto	369	30/05/1773	20/02/1792	354			24/11/1857
Maria Fernandes	370	28/09/1771					
Ana Paula Fernandes	370	27/04/1774	14/06/1797				
Manuel Fernandes	370	31/03/1775					
Ana Fernandes	370	10/04/1777					
Domingos António Valverde	371	10/02/1779					
João Valverde	371	03/09/1781					
Maria Valverde	371	07/09/1783					
José de Valverde	371	01/02/1785	22/12/1807	423	433		05/04/1857
João Manuel Valverde	371	05/10/1787	01/09/1812	427			
Maria Valverde	371	30/03/1790					
Isabel Joaquim Valverde	371	13/11/1793	22/01/1821				
Manuel Valverde	371	18/08/1796					
Marcelino Valverde	371	03/01/1799					
Maria Martins	372	12/05/1792					05/09/1799

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
António Martins	372	09/06/1793					14/05/1808
Ana Martins	372	20/09/1795					
Isabel Martins	372	09/03/1800	25/01/1822	403			16/01/1862
Francisco Manuel Pires	373	13/07/1798					
Manuel Pires	373	27/08/1800					
André Pires	373	24/11/1801					
Manuel Fernandes Claro	374	14/12/1800	10/11/1829	456			15/04/1885
Maria José Fernandes	374	25/07/1802					
Pedro António Fernandes	374	28/04/1804					
Pedro António Fernandes	374	28/04/1804					
Manuel António Fernandes	374	26/02/1808					
José dos Anjos Fernandes	374	01/11/1810					07/02/1911
Carlos Martinho Fernandes	374	30/10/1812					
Pascoal Fernandes Feio	375	11/02/1802					
Ronaldo Fernandes Feio	375	23/01/1803					
Manuel Natividade Feio	375	25/12/1803					
Inês Fernandes Feio	375	19/01/1807	10/06/1842				30/12/1856
Josefa Fernandes Feio	375	18/09/1808					
Maria Bernarda	376	31/12/1803					
Felizarda Agostinha Bernardo	376	27/08/1806					
Manuel Bernardo	376	04/09/1810					
Florência Bernardo	376	13/03/1813					
Marcos Bernardo	376	25/04/1815					
António Bernardo	376	05/02/1818					
Pedro Martins	377	26/11/1809					
Manuel Fernandes	378	15/08/1816					18/09/1870
Silvério Fernandes	378	10/11/1817					
Ana Joaquina Fernandes	378	22/01/1819					
Paulo Fernandes	378	23/09/1820					
Francisco Fernandes	378	30/01/1822					
Isabel Fernandes	378	14/12/1823	25/01/1854	477			19/11/1883
Paula Fernandes	378	12/12/1825	16/01/1861				12/08/1897
José Francisco Fernandes	378	07/04/1828					
António Fernandes	378	16/04/1830					01/04/1907
José Manuel Fernandes	378	12/10/1831					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
José Fernandes	378	25/03/1833	05/01/1871	613			10/01/1924
Maria Fernandes	378	24/10/1837	12/02/1872	564			03/12/1897
Manuel de Pêra	379	08/04/1822	16/01/1861				04/05/1885
Francisco Pêra Curralo	379	03/10/1828	28/01/1857	557			05/08/1884
Isabel Maria Guerra	380	19/11/1822					
Manuel Tomé Guerra	380	13/12/1823		465			10/04/1870
José Francisco	380	03/11/1825					
Francisco do Patrocínio Guerra	380	04/11/1827					
Francisco Madureira	381	02/01/1826					01/06/1906
Joana da Conceição Morete	382	01/12/1829	27/05/1852	689			08/08/1891
Ana Maria Morete	382	09/02/1832					
Francisco José Morete	382	07/09/1833	06/05/1857	559			19/04/1881
José Manuel Morete	382	11/07/1842					
Antônio Martins	383	27/04/1839					
Maria Martins	384	28/12/1840	10/06/1868				
Isabel Martins	384	19/04/1842	12/08/1889			885	20/08/1925
Paulo de Jesus Martins	384	18/01/1844	29/08/1876				
José Raimundo Martins	384	23/06/1848	28/05/1885	629			22/11/1922
José Raimundo	384	24/12/1850					
Regina Teresa Martins	384	01/09/1855					
José Antônio Martins	384	11/05/1857					
Manuel Maria Martins	384	18/10/1860	12/01/1896				
José Manuel Rodrigues	385	23/10/1842					
Joana Rosa Rodrigues	385	27/01/1847	24/01/1867	601			19/09/1882
Manuel João Rodrigues	385	26/12/1849			726		06/10/1900
Genoveba Bernardo	386	13/12/1845				864	29/05/1900
Antônio Bernardo	386	14/10/1847					15/11/1920
Francisco das Dores Bernardo	386	23/03/1849					
Regina Teresa Bernardo	386	09/05/1853					29/05/1853
Manuel José da C. Lopes	387	08/12/1848					
Celestino Martins	388	28/10/1850					25/03/1883
Casimiro Martins	388	03/10/1853	08/03/1886	533			11/02/1927
Bebiana Martins	388	10/07/1856	26/09/1878				
José Gregório Martins	388	08/05/1859					
Gregório dos Santos Martins	388	31/10/1861					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Joaquim Antônio Rodrigues	389	18/03/1801					
Raimundo Rodrigues	389	08/12/1804					
Águeda Fernandes	390	22/09/1829					
Isabel Maria Fernandes	390	22/04/1832					
Hermínia Fernandes	390	13/10/1837	08/01/1861	482			
Perpétua Raimundo Saco	391	22/12/1836	02/05/1860				
Joana Saco	391	21/12/1839	15/01/1866				
Luísa Saco	391	12/01/1842	10/05/1869				
Domingos Saco	391	14/12/1845					
Casimiro Saco	391	22/03/1849					
Menina Saco	391	06/03/1853					06/03/1853
Teresa Saco	391	05/10/1856					11/09/1864
José Martins	392	27/08/1821					
Francisco Martins	392	26/07/1823					
Agostinho Martins	392	22/02/1825	04/11/1847				23/01/1863
Manuel dos Santos Martins	392	27/10/1828					27/10/1854
Maria Assunção Martins	392	08/05/1830					
Eugénia Martins	392	23/06/1831					
João Martins	392	15/03/1833					
Cândida Rosa Martins	392	12/05/1838					21/10/1855
Joaquim Martins	392	28/05/1840	05/02/1874	619			23/09/1901
Antônio Manuel Martins	392	02/03/1844					
José Claudino Pires	393	20/07/1815					
Bernardino Pires	393	30/10/1817					
Isabel Pires	393	31/12/1820					12/02/1896
Joana Pires	393	28/02/1824					
Manuel Marcos Pires	393	01/05/1826					
Manuel Marcos Pires	393	23/10/1828					
Antônio Pires	393	04/05/1831					02/06/1898
Luís Vaqueiro	394	06/11/1831					
Maria Vaqueiro	394	28/11/1832					
Maria da Piedade Fernandes	395	28/10/1839					
Francisco Fernandes	395	30/03/1842					
Manuel António Fernandes	395	22/04/1844	23/05/1878	715			06/08/1916
José da Trindade F. Dionídio	395	22/08/1847			661		22/01/1913

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Paulo Fernandes	395	17/01/1849					
António Fernandes	395	13/06/1852	03/07/1879				
Ana Fernandes	395	21/01/1856	26/06/1879				07/02/1892
Maria Gerales	396	10/11/1802					
Escolástica Maria Parreira	397	11/12/1802					
Bernardino Francisco Parreira	397	19/11/1804	06/05/1839	435			
Raimundo Inácio Parreira	397	01/02/1809					
Joaquina Parreira	397	17/03/1813					
José Bernardo Parreira	397	13/03/1816					31/12/1882
Manuel José Machado	398	26/05/1807					
Manuel José Machado	398	26/05/1807					
Francisco Carlos Machado	398	03/11/1810	17/02/1830	409			
Maria Assunção Machado	398	15/08/1812					
Manuel Machado	398	25/02/1814					
Mateus Machado	398	14/10/1817		470			26/09/1887
Maria Xavier Maio	399	19/12/1814	06/06/1832				
Dionísio Fernandes	399	09/04/1816	01/05/1839	395			11/02/1873
João Xavier Maio	399	27/05/1818					
José dos reis Maio	399	28/11/1819					
Manuel Nascimento Vicente	400	17/12/1818					
Ana Joaquina Vicente	400	02/09/1821					
Joana Vicente	400	01/02/1824	10/05/1849	774			12/01/1902
Ana Vicente	400	06/08/1827	13/06/1852	363			23/08/1855
Maria de Pêra Macias	401	26/03/1819					
Ana Joaquina de Pêra Macias	401	31/01/1821					29/11/1887
Manuel José de Pêra Macias	401	19/04/1823					
Isabel de Pêra Macias	401	05/06/1825					06/04/1903
Manuel José de Pêra Macias	401	06/01/1828		694			05/01/1885
José de Pêra Macias	401	25/07/1830	18/09/1861	593			28/09/1905
Joana de Pêra Macias	401	30/06/1833					24/09/1880
Catarina de Pêra Macias	401	26/03/1835	20/06/1859				
Teresa de Pêra Macias	401	05/04/1838	10/08/1863	700			02/11/1879
Francisco de Pêra Macias	401	13/08/1840					02/07/1894
Isabel Maria Rodrigues	402	27/08/1821					30/05/1886
Domingos Rodrigues	402	28/07/1824					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Ana Rodrigues	402	18/07/1827	01/03/1862	479			27/09/1906
Maria José Rodrigues	402	03/07/1830					
Manuel José Rodrigues	402	11/09/1833					
Martinho Rodrigues	402	23/06/1836					
José Lourenço	403	14/01/1823					
António Lourenço	403	18/09/1825					
Alexandrina Lourenço	403	08/08/1829					14/11/1840
Manuel José Lourenço	403	12/03/1831		686			16/06/1874
José Marcos	404	14/02/1823					
Francisco Marcos	404	27/08/1825		562			16/08/1891
Maria Marcos	404	20/06/1828	06/05/1857	559			15/11/1864
Isabel Marcos	404	29/09/1831					
Martinho Marcos	404	10/09/1833	16/10/1867	707			24/01/1904
Marcos Neto	405	07/11/1823					
Maria dos Santos Neto	405	25/10/1827	05/06/1848				13/09/1903
Isabel Maria Neto	405	25/02/1830					
Marcos Neto	405	02/09/1832					
Joana Neto	405	04/02/1836	18/01/1860	560			16/12/1900
Ana Neto	405	04/04/1838	16/01/1860				
Joana Neto	405	04/04/1840					
José Neto	405	01/02/1842					
Manuel Tomé	406	21/07/1824					
Manuel José R. Cameirão	407	28/02/1826	03/04/1848		697		21/03/1901
Maria dos Santos Cameirão	407	27/10/1827					
José Francisco R. Cameirão	407	11/10/1829					
Francisco Rodrigues Cameirão	407	17/08/1831					
Casimiro Cameirão	407	04/03/1834					
Isabel Maria Rodrigues	407	30/05/1842	08/02/1864				22/03/1889
Agostinho R. Cameirão	407	03/02/1843		486			
Francisco João F. Maio	408	08/06/1826	22/12/1855	556			27/01/1890
Florência Fernandes	408	10/11/1828	25/06/1851	690			09/02/1904
Bárbara Machado	409	20/03/1831					01/12/1831
Manuel José Machado	409	10/12/1832					26/12/1832
José Raimundo Martins	410	07/06/1840					
Maria Bernarda Martins	410	14/10/1844	27/05/1869				

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Francisco Martins	410	02/11/1847	12/02/1872	564			03/01/1883
António Martins	410	11/07/1851	30/12/1874		504		11/09/1910
António Martins	410	05/11/1853	26/06/1879	497			
Isabel Maria Martins	410	10/04/1855					
António Manuel Guerra	411	24/09/1840	27/09/1870	493			10/12/1912
Francisco Guerra	411	02/03/1842	07/01/1878	568			22/07/1910
Maria Guerra	411	04/05/1845					24/01/1858
Ana Joaquina Guerra	411	01/02/1852	26/06/1871				30/12/1898
Manuel Leonardo Morais	412	01/02/1841					18/01/1908
Luísa Morais	412	02/01/1848					05/03/1876
Polícarpo Morais	412	01/02/1851					08/12/1874
Maria Teresa Martins	413	23/09/1838	05/01/1871				
Maria Martins	413	01/02/1840					27/07/1901
Ana Martins	413	19/07/1841	21/12/1863				29/10/1907
Maria Rosa Gonçalves	414	11/03/1850					
Felicidade Gonçalves	414	02/08/1851					
José Dos Santos Gonçalves	414	17/02/1852					
Manuel Lourenço Gonçalves	414	19/08/1853					10/09/1871
Miguel d'Assunção	414	13/05/1857	21/06/1886				
José Gonçalves	414	05/12/1860					
António Maria Gonçalves	414	15/01/1863					
Manuel Martins	415	23/01/1816					12/04/1879
Inácio Martins	415	23/07/1817					
Joana Martins	415	24/01/1819	15/06/1853				
António Martins	415	19/09/1820					
Isabel Martins	415	18/08/1822					
Gaspar Martins	415	05/02/1824					
Rita Martins	415	27/11/1827					
Maria José Martins	415	14/12/1828		694			04/02/1918
José Manuel Martins	415	04/09/1830		597			29/01/1911
Miguel Martins	415	28/12/1831					
António Martins	415	07/06/1833					
Manuel Joaquim Pais	416	22/06/1849			723		14/12/1904
Teresa Lopes	417	30/03/1800					29/11/1863
Ana Ventura Lopes	417	20/10/1803	28/10/1830				

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Francisco Manuel Ruano	418	09/03/1803					
José Manuel Ruano	418	23/12/1807					14/07/1877
Joaquim Ruano	418	09/11/1810	24/01/1838	436			21/10/1873
Lufs Manuel Ruano	418	18/08/1813					
Domingos Ruano	418	17/01/1815					
Manuel de Jesus Ruano	418	26/12/1817	28/06/1849	469			07/05/1861
Maria Conceição Ruano	418	01/12/1820	25/01/1854				
Manuel José Martins	419	16/01/1804					
Maria Teresa Martins	419	25/02/1806	16/09/1830	462			28/12/1884
José Manuel Martins	419	21/01/1808					
Francisco Inácio Martins	419	01/02/1811	29/01/1836	413			30/08/1871
Joaquina Martins	419	27/10/1814	01/01/1841	466	587		12/01/1864
Isabel Martins	419	16/11/1817					
Manuel Martins	419	01/11/1821	01/01/1850	472			27/12/1894
Ana Martins	419	25/03/1824					
Maria Nascimento Morais	420	18/12/1807					21/11/1868
Maria Luísa de Morais	420	15/05/1811					13/12/1872
José Maria Rodrigues	421	09/03/1808					
Domingos Rodrigues	421	19/09/1813					
Constância Rodrigues	421	14/10/1815					
Agostinho Rodrigues	421	19/10/1817	20/01/1840	385			21/02/1889
António Rodrigues	421	17/01/1823					03/03/1890
Manuel Martins	422	05/04/1808					
António Martins	422	13/02/1810					
Pascoal Piedade Valverde	423	10/04/1808	10/11/1829	456			26/05/1889
Mónica Joaquina Fernandes	424	04/03/1809					
Maria Conceição Esteves	425	01/12/1811	23/01/1844				11/01/1888
Teresa de Jesus Fernandes	425	20/11/1815		387			
Manuel Domingues Esteves	425	26/05/1819					
Domingos Esteves	425	14/07/1823					
José António Esteves	425	14/12/1828					
Francisco Vicente Esteves	425	11/09/1833					
Margarida Martins	426	30/01/1815					30/01/1815
Martinho Martins	426	05/02/1816					05/02/1816
Maria Martins	426	14/05/1817					23/04/1856

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Francisco Manuel Martins	426	07/07/1821					28/10/1863
Florência Martins	426	20/12/1823					
Antónia Isabel Martins	426	30/09/1826					
Joana Martins	426	01/07/1829					
José Martins	426	01/02/1832		594			
Domingos Martins	426	01/02/1834					17/01/1903
Manuel Martins	426	27/05/1836					
Maria Martins	426	27/05/1836					09/11/1865
Teotónio Valverde	427	18/02/1815					
José Raimundo Valverde	427	03/03/1834					
Angélica Raimundo	428	17/12/1819					03/03/1878
António Raimundo	428	26/07/1823	25/01/1854	477			16/04/1889
Maria Martins	429	01/02/1826					09/11/1865
Manuel Martins	429	17/08/1831					
António Fernandes	430	08/01/1827					
Manuel da C. Fernandes	430	01/12/1829					
Teresa de Jesus Fernandes	430	05/08/1831					
Manuel Miguel Fernandes	430	31/03/1834					
Guiomar Maria Martins	431	10/01/1831					
Ana Maria Martins	431	28/11/1832					
Manuel Martins	431	27/08/1835	18/04/1860	695			31/07/1897
Ana Caetano Martins	431	31/07/1838					
Francisco Martins	431	14/05/1840					
Marcelino Martins	431	14/11/1842					10/11/1926
Maria das Dores Esteves	432	08/04/1832					
Ana Maria Valverde	433	23/04/1834					
José Raimundo	433	01/02/1835	23/04/1879				03/08/1904
Ana Ventura	434	01/02/1835					10/11/1859
Isabel Maria Ventura	434	22/10/1840				868	
António Martins Ventura	434	01/11/1841					17/04/1912
Isabel Ventura	434	02/02/1843	10/07/1877				20/01/1916
Luís Martins Ventura	434	28/10/1850			680		07/12/1909
Maria José Ventura	434	01/08/1852					
Francisco Bernardo	435	29/05/1840	08/11/1865				
Maria das Dores Bernardo	435	12/10/1842	23/04/1879	623			16/02/1912

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Ana Justina Bernardo	435	19/11/1847	21/07/1884	569			19/05/1908
Domingos Bernardo	435	22/03/1851	25/06/1873	546			09/09/1877
Cândido Bernardo	435	15/05/1853					19/12/1868
Teresa Bernardo	435	22/02/1856					
Teresa Bernardo	435	18/10/1860					29/10/1863
Ana Maria Ruano	436	09/06/1840	27/09/1866	704			29/05/1889
Maria Ruano	436	13/05/1843					28/12/1875
Rosa Ruano	436	25/05/1845	30/06/1873	565			04/05/1889
António José Geraides	437	25/01/1849					02/02/1874
José Geraides	437	01/02/1852	10/10/1878	620			10/05/1921
Domingos Geraides	437	04/03/1855					14/09/1864
Isabel Maria Geraides	437	14/10/1857					29/12/1880
Manuel João Geraides	437	23/03/1861	17/04/1890	736			09/01/1911
Justina Geraides	437	27/01/1863	28/05/1885	629			20/10/1906
Domingos Geraides	437	01/01/1868					28/03/1883
Francisco de Jesus Rosete	438	02/03/1849					03/01/1871
Maria José Rosete	438	05/03/1850					
Angelina Rosa Rosete	438	23/09/1853					
Manuel José Rosete	438	16/04/1856	26/06/1879	717			23/10/1933
Ana Maria Rosete	438	22/11/1858	27/08/1894				27/01/1920
José Raimundo Rosete	438	31/08/1861					20/12/1864
Teresa Falcão	439	18/11/1815		412			29/05/1888
Maria Falcão	439	01/02/1819					17/01/1889
Maria Trindade Fernandes	440	03/07/1843					
Maria Martins do Cabo	441	04/09/1804	19/05/1831				
António José do Cabo	441	16/12/1806					
Isabel Martins do Cabo	441	31/10/1809	01/05/1839	395			15/09/1871
Clemente Martins do Cabo	441	11/12/1811					
Francisco Martins do Cabo	441	22/05/1815	28/04/1840	410			06/12/1874
Joana Martins do Cabo	441	14/12/1817					
Verónica Bernardo	442	11/01/1806					
Sebastião Bernardo	442	16/11/1807					
Francisca Vicente Bernardo	442	15/02/1809	18/05/1831	432			
Inês Bernardo	442	25/04/1811	20/01/1840	385			19/09/1882
José Bernardo	442	12/02/1814		586			26/01/1890

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Maria Madalena Bernardo	442	17/02/1816	28/04/1840	410			11/01/1857
José Francisco Bernardo	442	20/09/1819					31/01/1882
Miguel Vaqueiro	443	28/04/1808					
Maria Galhardo	444	02/05/1812					
Francisca Neto Galhardo	444	08/07/1815	16/01/1840	411			25/01/1857
Isabel Galhardo	444	13/07/1818					07/05/1895
Domingas Gonçalves	445	21/12/1812				838	06/01/1891
Maria Gonçalves	445	16/03/1816					30/03/1865
Francisco Guerra	446	16/10/1813	16/01/1840	411			
António Guerra	446	28/06/1816					21/08/1859
Maria Guerra	446	21/09/1820	28/09/1859	481			01/02/1906
Manuel Rafael Guerra	446	15/10/1823	25/06/1851	690			08/07/1901
Joaquim Galdes	447	28/03/1818		437			12/04/1881
Francisco Luís Galdes	447	08/10/1820					30/12/1879
João Galdes	447	01/02/1822		600			
Maria Bernardo	448	12/04/1811					19/05/1882
Francisco Bernardo	448	02/01/1819					31/01/1882
Maria Esteves	449	17/04/1820	20/11/1851				
Francisco Esteves	449	14/05/1822					
José Manuel Esteves	449	13/05/1824					
Domingos Esteves	449	20/08/1827	12/02/1858	541			17/07/1910
Manuel António Esteves	449	19/02/1833					
José Manuel Torrão	450	17/11/1821	10/06/1863				
Manuel Luís Torrão	450	08/12/1823					
Marcos João Torrão	450	27/05/1826					25/07/1850
Francisco José	450	23/08/1828					06/11/1894
Inácio Natividade Torrão	450	01/09/1832					23/10/1871
Martinho Torrão	450	07/04/1835					
Isabel Fernandes	451	25/12/1821					18/02/1854
Maria José Fernandes	451	16/11/1823					
Engrácia Fernandes	451	20/04/1826					
António Fernandes	452	06/06/1823					20/10/1852
Inês Maria Fernandes	452	29/01/1826	09/06/1858	558			17/08/1866
Luzia Fernandes	452	01/02/1828					
Manuel José Fernandes	452	17/08/1829					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Domingos Fernandes	452	12/05/1831					
Domingos Fernandes Preto	452	16/12/1832	11/05/1859	542			20/12/1908
João Preto Fernandes	452	09/07/1834	04/02/1886				
José Vicente Fernandes	452	16/07/1838	06/12/1858	591			11/02/1905
Francisco António Preto	453	23/09/1823					
João Galdes	454	05/08/1826	07/01/1852	587	607		05/06/1901
António galdes	454	11/12/1828	25/09/1870	489			10/06/1879
José Miguel Galdes	454	18/09/1830					
Maria das candeias Galdes	454	02/02/1833	18/12/1862				
Manuel Martins Galdes	454	09/06/1836					20/05/1865
Joaquim Galdes	454	01/02/1839					
Pedro Gonçalves	455	29/06/1826					
Maria Fernandes	456	16/10/1830				847	21/12/1863
Guiomar Fernandes Claro	456	01/09/1832					
Carlos Fernandes Claro	456	19/09/1833					
Ana Fernandes	456	17/03/1840	25/09/1870	489			
António Claro	456	05/04/1843					27/04/1896
Francisco Manuel F. Claro	456	16/10/1850	21/07/1884	569			29/12/1896
Menino Fernandes Claro	456	15/03/1853					15/03/1853
José Fernandes Claro	456	08/09/1855	28/11/1887	641			24/11/1930
José Manuel Fernandes	457	30/01/1829					31/01/1829
Manuel Estevão Fernandes	457	17/12/1832					14/07/1881
José Fernandes	457	24/01/1835	16/01/1860				
Isabel Fernandes	457	12/01/1838	06/06/1860	697			
Francisco Joaquim Fernandes	457	15/01/1843	18/01/1860	560			05/09/1906
António Fernandes	457	01/02/1845	20/02/1882	502			20/11/1921
José António Fernandes	457	02/01/1850					
Ana Fernandes	457	01/02/1856	05/11/1887				13/07/1927
José Maria Antão	458	12/09/1829					
Maria Luísa Antão	458	25/02/1831					
Maria José Rosete	459	08/06/1830					15/09/1830
Maria José	460	01/11/1830					
Manuel José Afonso	460	26/11/1833					08/12/1833
Ana Maria Leite	461	25/06/1831					
Martinha Delgado	462	02/03/1836					15/05/1860

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Francisco António Delgado	462	09/04/1838	21/12/1863	561			01/12/1882
Teresa Delgado	462	22/05/1842					
Ana Delgado	462	06/11/1843	21/06/1886	628		899	23/04/1892
Maria José Delgado	462	11/07/1848	18/02/1863	484			01/10/1906
Maria Ramos	463	29/07/1737					
Isabel Fernandes	464	13/01/1840	10/02/1868				
Maria dos Reis Fernandes	464	19/01/1843	29/01/1873	709			24/10/1873
Isabel Maria Guerra	465	02/02/1840	05/02/1874	619			23/05/1910
José Clemente Guerra	465	21/11/1843					
Maria Vicente	465	28/08/1846	03/02/1870				
Ana Guerra	465	30/04/1849	03/02/1870				
Ludovina Guerra	465	22/12/1852					15/04/1861
José Manuel Guerra	465	30/09/1855					
Balbina Rosa Guerra	465	20/06/1857	10/03/1877	714			14/09/1888
Manuel N.Fernandes Carvalho	466	09/09/1841	27/09/1866	704	735		12/05/1914
Francisco Manuel Carvalho	466	12/04/1846					05/06/1865
Felicidade Antão	467	10/07/1844	18/09/1861	593			04/02/1885
Micaela Antão	467	14/07/1846	19/06/1865	1172			
Josefa Maria Antão	467	14/03/1847	19/06/1865	602			15/03/1889
Isabel Antão	467	12/11/1849	24/10/1866				
Ana Maria Antão	467	06/03/1853	28/05/1875				
Isabel Torrão	468	27/04/1845	23/01/1867	603			
Inês Torrão	468	24/08/1848	16/01/1862				
Teresa Torrão	468	03/04/1849	23/01/1867				
António dos Santos Ruano	469	13/10/1849		500			11/03/1890
Maria das Dores Ruano	469	15/02/1850	12/12/1886	729			09/10/1924
José Manuel Ruano	469	11/10/1853					
Felicidade Ruano	469	22/09/1855					
Manuel António Ruano	469	22/08/1858		732			05/07/1933
Joaquim Ruano	469	19/10/1860	09/07/1896	647			10/04/1915
Ana Joaquina Machado	470	08/11/1849					
José Diz	471	01/02/1850	23/11/1892	643			31/12/1927
Maria Assunção Diz	471	02/02/1852	08/02/1884	722			28/09/1900
Francisco Diz	471	02/03/1854					
Albino Diz	471	03/04/1857					04/01/1927

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
José Manuel Martins	472	04/05/1850					
José Manuel Martins	472	25/02/1851					24/02/1853
José Manuel Martins	472	29/03/1853					
José Manuel Martins	472	03/11/1856	26/11/1891				15/10/1897
Ana Luzia Martins	472	31/12/1858					19/03/1897
Emílio Martins	472	12/08/1862					03/12/1864
Emílio Martins	472	01/11/1863					
Manuel José Fernandes	473	12/09/1829					
Manuel Fernandes	473	30/03/1831	27/05/1852	689			19/10/1881
Maria Teresa Sebastião	474	13/02/1834	02/02/1860				22/01/1863
Domingos Sebastião	474	29/06/1836	04/06/1879				
Manuel Sebastião	474	10/11/1837					
Ludovina Martins	475	20/03/1818					21/12/1896
Maria Catarina de Pêra	476	02/01/1852				905	31/07/1913
Ana de Pêra	476	29/04/1860					14/09/1861
Ana Ascensão Pêra	476	21/09/1861					28/11/1863
Ana de Pêra	476	03/07/1868					26/08/1877
Isabel Encarnação de Pêra	476	14/11/1869					
João Raimundo	477	10/06/1854		626			21/11/1927
José Manuel Raimundo	477	18/01/1856	05/08/1889	639			20/11/1924
António Raimundo	477	21/10/1857					13/05/1889
Manuel Paulo Raimundo	477	02/02/1859	26/07/1884				16/05/1927
Francisco Raimundo	477	03/10/1860	14/01/1885				18/07/1940
Albino Raimundo	477	22/06/1862					24/10/1864
Feliz Augusto Raimundo	477	21/09/1864					18/04/1940
Augusta Raimundo	477	29/09/1866				906	19/03/1889
João Pascoais	478	04/08/1857					
Carolina Trindade Fernandes	479	26/04/1862					16/02/1943
Ana Fernandes	479	02/01/1864					
Maria José Fernandes	479	19/08/1866					03/09/1905
Ana Leopoldina Fernandes	479	11/04/1869				924	10/02/1939
José Maria Rodrigues	480	14/09/1859					
Maria Luísa Rodrigues	480	14/11/1860	28/09/1885	504			03/09/1930
Isabel Maria Rodrigues	480	27/11/1863					15/11/1892
Joana Rosa Rodrigues	480	26/07/1866	26/11/1891				31/08/1951

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Manuel José Rodrigues	480	30/05/1868					28/09/1900
Merência Rodrigues	480	26/09/1871	02/07/1906				
José Maria Rodrigues	480	26/05/1873	18/06/1936				08/12/1943
Guilhermina Rodrigues	480	19/12/1875	16/02/1905				23/10/1947
António José Rodrigues	480	29/06/1878					30/09/1878
Manuel Joaquim João	481	27/11/1859	09/02/1881	718			16/05/1883
Ana João	481	01/02/1861					04/03/1872
Feliz Augusto Fernandes	482	05/02/1862					
Fortunata André	483	20/02/1862	16/03/1905	664			12/05/1920
Felishina André	483	08/05/1865					
Paulino dos Anjos André	483	22/04/1868	23/11/1892	772			
Manuel António André	483	20/03/1871					25/12/1904
José Maria Lopes	484	17/06/1863					04/05/1869
Francisco	484	02/05/1866					
Francisco Maria Lopes	484	02/05/1866	23/04/1894				
Ana Emília Lopes	484	04/01/1868					27/05/1869
Sancia Rosa Lopes	484	22/02/1873	19/06/1893				
Francisco Bernardo Galego	485	19/09/1865					10/11/1866
José Galego	485	06/08/1866					
José Luís Galego	485	14/09/1867					
António Bernardo Galego	485	01/02/1869					19/04/1870
Francisco Rodrigues Cameirão	486	04/08/1867	11/11/1893				
Maria das Neves Cameirão	486	24/06/1870	05/05/1890				
Ana Maria Cameirão	486	29/06/1873	17/12/1895	744			13/11/1948
Manuel José Cameirão	486	07/10/1876			727		06/10/1900
António José Cameirão	486	26/02/1880					
Domingos Cameirão	486	12/07/1886					
Manuel António Torrão	487	18/07/1871					05/04/1883
Maria Rosa Torrão	487	01/01/1873					18/08/1874
Maria Bebiania Torrão	487	10/03/1875					
Isabel Maria Torrão	487	11/12/1879					08/07/1880
José dos Anjos M. Ventura	488	14/08/1871					
Maria Marta Ventura	488	02/01/1873					
Manuel José Ventura	488	20/04/1875					
Ricardo Carolino Ventura	488	02/10/1878					28/10/1878

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Augusto Nascimento Ventura	488	25/12/1879					13/03/1882
Jacinta Maria Ventura	488	18/06/1882					14/04/1883
Francisco Maria Ventura	488	18/06/1884					04/04/1889
Abílio José Ventura	488	08/10/1887					
Maria Amélia Ventura	488	28/10/1890	18/12/1935				01/10/1974
Delfina Maria Galdes	489	29/07/1872					
Guiomar Conceição Galdes	489	10/07/1874					
Guiomar Conceição Galdes	489	22/02/1877					06/10/1877
Maria Marta Martins	490	10/01/1873					
Manuel José Martins	490	20/04/1875					
José Maria Galdes	491	07/05/1876					
Umbelina dos Anjos Esteves	492	16/07/1877				936	10/02/1958
Ricardina de Jesus Esteves	492	28/08/1879	09/05/1908				
Agostinho Esteves	492	17/01/1882					26/02/1965
José Maqueline Esteves	492	18/05/1884					10/09/1921
Anastácio Esteves	492	01/12/1887					
Ana Joaquina Esteves	492	26/11/1889					26/08/1970
Luísa Augusta guerra	493	29/06/1871					
António Joaquim Guerra	493	14/12/1873					04/10/1880
Albertina dos Anjos Guerra	493	23/08/1877				952	06/01/1957
Germana do Céu Guerra	493	03/06/1879					01/12/1880
Ana Joaquina Guerra	493	16/09/1881	18/02/1905	665			24/03/1962
José António Ramos	494	02/09/1877					26/11/1935
Manuel Joaquim Ramos	494	12/11/1878					
Emília Galdes	495	08/08/1879	27/02/1908				20/02/1967
Maria José Galdes	495	01/08/1881	01/08/1881	536			26/04/1963
Henrique Galdes	495	06/05/1883					22/02/1887
Frutuoso Galdes	495	05/04/1885	01/01/1908				17/08/1960
Maria das Dores Fernandes	496	17/03/1880					10/02/1895
Ana Maria Fernandes	496	21/03/1882					25/04/1883
Teresa da Paixão F. Dionísio	496	23/03/1884	25/01/1905	581			05/11/1969
Manuel José Fernandes Ana	496	27/09/1885					04/04/1963
Maria Fernandes	496	02/02/1887	20/11/1924				13/06/1980
Paulino N. Fernandes	496	24/02/1889					25/01/1897
José António Fernandes	496	09/03/1891	23/11/1920				16/10/1960

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Francisco Rosário Fernandes	496	01/10/1895	25/02/1922				
Carolino Augusto Fernandes	496	12/12/1898					05/01/1899
Ana Maria Martins	497	07/12/1880	16/12/1901	669			11/06/1945
Delfina Rosa da Igreja	498	14/01/1888	02/06/1910				16/10/1916
Maria dos Anjos Igreja	498	15/10/1890					18/08/1895
Cristina Rosa da Igreja	498	28/01/1893					09/09/1898
Ana Rita Igreja	498	03/02/1896					25/09/1918
José Maria Pires	499	22/01/1884					04/06/1968
Ana Maria Pires	499	30/03/1885	27/05/1914				10/08/1964
Manuel dos Santos Pires	499	31/10/1886					22/11/1954
Lázaro Augusto Pires	499	25/06/1891	08/02/1923				02/06/1972
Gracinda da Conceição Ruano	500	07/05/1885	19/06/1905	667			25/06/1975
Maria dos Santos Ruano	500	01/11/1886					
Francisco Ruano	500	05/03/1888					02/10/1889
António Maria Ruano	500	28/07/1889					10/12/1890
Isabel Maria Ramos	501	10/06/1885					14/12/1938
Ana Joaquina Ramos	501	13/01/1887					25/08/1892
Manuel Paulo Ramos	501	13/08/1888					04/09/1892
José Francisco Ramos	501	03/10/1890					02/09/1892
Ana Joaquim Ramos	501	27/12/1892					06/05/1909
Manuel Paulo Ramos	501	25/05/1894					
Maria das Neves	501	16/09/1897					05/07/1908
José António Ramos	501	05/02/1900					20/10/1900
José Francisco Ramos	501	17/09/1901	16/09/1923				03/03/1983
José dos Santos Fernandes	502	01/08/1885					30/09/1954
Purificação Fernandes	502	04/07/1887	07/02/1942				07/03/1968
Ana Maria Fernandes	502	01/01/1889					03/10/1890
Manuel Fernandes	502	03/07/1891					
Feliz dos Santos Fernandes	502	24/01/1895					18/01/1929
Isabel Maria Fernandes	502	27/09/1896					13/09/1898
Maria Augusta Fernandes	502	06/12/1898					11/01/1936
Francisco Manuel Fernandes	502	04/02/1901					08/10/1902
Manuel António de Oliveira	503	21/07/1886					
Arminda Martins	504	20/08/1886	21/01/1911				01/02/1966
Manuel Maria Martins	504	28/10/1887					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
António José Martins	504	24/10/1889					26/02/1892
Francisco Martins	504	10/02/1892					13/10/1893
António José Martins	504	17/03/1895					
José Maria Martins	504	21/09/1897					
Francisco João Martins	504	01/02/1900					
Teresa de Jesus Martins	504	09/06/1901					02/09/1901
Domingos Martins	504	24/07/1904					19/03/1929
Manuel Justino Raposo	505	07/04/1889	07/06/1912				20/05/1964
Isabel Nascimento Esteves	506	20/12/1894					25/11/1933
Maria da Trindade Esteves	506	13/06/1897					26/12/1955
Ana Alexandrina Moreira	507	28/09/1890					
Maria Augusta Moreira	507	09/07/1891	20/09/1925				15/11/1964
José Avelino Moreira	507	14/12/1892					
Fábia do Rosário Moreira	507	18/11/1894					
Francisca Rosa Moreira	507	06/07/1896					
António do E. Santo Moreira	507	14/10/1897					09/01/1899
Isabel Maria Neto	508	31/01/1893	25/11/1920				17/03/1973
Felicidade da Ascensão Galego	509	17/04/1896	29/10/1919				08/01/1974
José Galego	509	19/12/1897					28/10/1899
José Joaquim Galego	509	11/03/1900	15/11/1941				22/06/1953
Celestino Natividade Galego	509	01/09/1902	31/05/1928				05/08/1963
Florentina Conceição Galego	509	08/12/1910					29/05/1926
Manuel Luís Gonçalves	510	01/09/1896					02/09/1896
José Luís Gonçalves	510	11/07/1898	30/01/1934				
Ana Maria Oliveira	511	04/11/1896	03/08/1931				11/12/1980
Domingos Manuel Oliveira	511	16/08/1898	17/11/1928				13/11/1978
Isabel Maria Oliveira	511	05/10/1900	13/02/1935				20/02/1980
Maria Trindade Oliveira	511	20/04/1902					
João Francisco Oliveira	511	28/11/1903	05/09/1925				12/02/1963
Teresa de Jesus Oliveira	511	23/01/1909	29/10/1931				08/04/1985
Teresa de Jesus Rodrigues	512	02/02/1897					
Isabel Maria Rodrigues	512	06/04/1900					24/12/1903
Manuel José Geraldes	513	27/03/1897					11/10/1898
Abel Fernandes Neto	514	11/04/1899					14/02/1901
Ana Maria Neto	514	06/11/1901					04/05/1913

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Abílio da Trindade Neto	514	14/10/1904					10/08/1909
Abel João Neto	514	21/04/1908					06/11/1917
José de Castro Cordeiro	515	06/08/1899	03/05/1922				07/01/1981
Prudência P. Cordeiro	515	08/02/1901					13/05/1968
Libânia Rosa Cordeiro	515	04/01/1903					10/07/1904
Abel Ressureição Cordeiro	515	16/05/1905	22/01/1934				20/10/1984
Libânia do Rosário Cordeiro	515	06/10/1907					
Arminda Cordeiro	515	27/12/1909					12/12/1992
Lazáro de Jesus Peres	516	11/02/1900					06/10/1900
Lazáro de Jesus Peres	516	03/02/1902					08/10/1903
José António Pino	517	27/03/1900					09/10/1963
Maria Rosa Pino	517	08/02/1903					
Manuel António Pino	517	08/11/1905					25/01/1906
Manuel António Pino	517	13/05/1907					24/06/1908
Artur Augusto Pino	517	03/06/1909	28/08/1948				05/02/1967
Ana Maria Gonçalves	518	16/08/1900					06/03/1985
Faustino Augusto Gonçalves	518	14/01/1902					25/09/1903
Otilia Nascimento Gonçalves	518	25/12/1903	22/06/1926				29/02/1988
Faustino E. Gonçalves	518	02/03/1905					13/07/1943
Isabel Maria Gonçalves	518	03/08/1906					02/05/1991
Francisco Maria Gonçalves	518	05/03/1909					10/10/1911
Manuel José Gonçalves	518	08/11/1910					
Francisca Gonçalves	518	12/04/1912					16/11/1914
José Manuel Pino	519	08/09/1900					11/12/1961
Porfírio dos Anjos Pino	519	16/03/1903	28/10/1932				11/02/1970
Francisco Nascimento Pino	519	25/12/1907	10/02/1945				29/09/1975
Elisa Rosa Pino	519	17/09/1909	04/10/1930				
Manuel António Domingues	520	02/08/1901					23/09/1902
Manuel Reis Domingues	520	01/01/1903					02/11/1903
Isabel Maria Domingues	520	27/03/1904					29/10/1905
Catarina Domingues	520	18/11/1905					
Francisco Manuel Domingues	520	11/05/1908					
Ana Maria Afonso	521	17/10/1901					27/05/1904
Isabel Maria Pino	522	19/10/1901					
Lázaro de Jesus Marcelino	523	21/10/1901					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Glória dos Ramos Marcelino	523	25/07/1903	02/01/1934				
Elisa Augusta Marcelino	523	11/05/1905					16/10/1906
José Augusto Marcelino	523	22/04/1907					14/09/1908
Clementina Rosa Augusto	524	14/10/1902					03/11/1903
Ricardina da Cruz Augusto	524	28/04/1906					
Angelina Rosa Augusto	524	15/02/1909					
Lucinda dos Santos Geraldes	525	29/10/1902	17/11/1923				
Ana Florência Guerra	526	20/10/1904	06/02/1932				02/01/1966
José do Patrocínio Martins	527	06/05/1905					
António José Martins	527	08/08/1907					23/08/1908
Luís Martins	527	16/08/1909					
José Luís Cangueiro	528	01/03/1907					12/04/1911
Manuel António Cangueiro	528	30/08/1909					12/10/1912
José Maria de Pêra Macias	529	25/09/1907	23/11/1933				24/10/1940
Francisco da Cruz Martins	530	28/08/1909					18/09/1909
José Fernandes	531	11/11/1863					
Manuel António Fernandes	531	30/07/1867					
Manuel António Fernandes	531	09/10/1874	17/06/1893				10/04/1896
Domingos Purificação Pires	532	21/01/1880					16/02/1882
Isabel d'Assunção Pires	532	08/08/1882	09/01/1908				
Albertina Pires	532	25/08/1885					08/10/1887
Maria da Conceição Pires	532	28/11/1888					12/10/1892
Manuel Paulo Pires	532	20/03/1892	30/09/1925				20/05/1967
António Joaquim Pires	532	21/09/1899					14/11/1957
José Maria Martins	533	02/09/1886					02/10/1887
Ana Maria Martins	533	02/02/1889					11/10/1891
Ana Maria Martins	533	05/12/1894					26/05/1895
Ana Maria Pêra	534	13/04/1892					05/07/1894
Manuel João de Pêra	534	22/12/1893					21/07/1894
José António de Pêra	534	26/07/1895	28/07/1921				24/07/1939
João Nascimento Pêra	534	16/12/1897					26/02/1922
Ana Maria Pêra	534	07/05/1900	09/01/1923				09/10/1988
Cândida de Jesus Fernandes	535	10/11/1903	04/02/1931				02/11/1981
Emília Rosa Fernandes	535	02/01/1906					10/09/1908
Piedade d'Assunção Fernandes	535	15/05/1908	31/03/1932				25/05/1973

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Emília das Neves Fernandes	536	02/11/1904					05/12/1956
Maria Natividade Fernandes	536	13/12/1906	30/10/1941				03/06/1968
Isabel Purificação Fernandes	536	04/12/1909	23/04/1937				25/01/1991
Manuel Maria Fernandes	537	09/09/1910	30/09/1941				26/03/1984
Ana Martins	538	01/02/1845					17/12/1865
Manuel António Martins	538	02/01/1850	08/02/1884	722			15/08/1921
Tomé Martins	538	02/01/1855					
Noémia Martins	538	01/02/1857					01/10/1862
José Martins	538	02/01/1859					06/12/1865
Miguel Martins	538	02/01/1861					23/09/1890
Prudência Martins	538	20/09/1862					
Isabel Martins	538	20/12/1864					17/12/1865
José Martins	538	11/12/1865					11/12/1865
Maria José Neto	539	01/02/1852	18/05/1875				23/08/1932
Manuel Feliciano Neto	539	02/01/1856	19/11/1884				16/10/1941
Martinho dos Santos Neto	539	09/10/1861	27/05/1893	737			12/11/1912
Lourenço Neto	539	02/01/1863	02/09/1903	683			07/02/1930
Ana Joaquina Neto	539	11/11/1865	11/01/1892	738			28/04/1925
Ângelo Nobre	540	01/02/1855					10/08/1927
Luís Nobre	540	15/08/1860					13/12/1924
Lourenço Nobre	540	02/08/1864					12/05/1865
Ana Maria Nobre	540	17/01/1867					28/01/1869
António José Nobre	540	14/02/1869					
Ana Maria Nobre	540	29/07/1870	08/08/1898				
Manuel António Esteves	541	06/08/1858					
Maria dos Santos Esteves	541	01/11/1859					
Manuel Maria Esteves	541	18/05/1862					04/06/1918
Joana Rosa Esteves	541	13/11/1867	28/01/1891	574			26/03/1951
Mariana Esteves	541	18/03/1871	09/05/1901	658			25/07/1908
Maria José Esteves	541	20/10/1874	10/01/1907				10/02/1908
José Vicente Preto	542	14/02/1860					09/09/1864
Manuel Maria Preto	542	06/03/1862					14/07/1928
Isabel Maria Preto	542	17/07/1864	28/11/1889	573			14/03/1918
José António Fernandes Preto	542	16/06/1866		668			13/05/1917
António Marcos	543	29/09/1866					07/10/1911

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Justina Marcos	543	15/04/1869					
Constância Rosa Marcos	543	17/10/1871	02/02/1896	680			
Maria Rosa Marcos	543	07/08/1874					23/06/1944
Efigénia Patrocínio Marcos	543	15/10/1879					20/05/1979
José Marcos	543	03/01/1885					30/09/1887
Guilherme Augusto Marcos	543	02/06/1887					
Joana Rosa dos Santos	544	06/08/1869					
Maria Saco	545	08/05/1874					01/12/1876
António Casimiro Saco	545	16/03/1877					26/09/1878
José Maria Saco	545	19/01/1879	26/01/1910	674			
Isabel Saco	545	23/06/1881	01/06/1912				22/08/1958
Gracinda Rosa Saco	545	24/06/1884					20/06/1885
Maria Joaquina Saco	545	08/07/1886					13/09/1907
Ana Maria Saco	545	05/01/1892	22/05/1942				16/01/1962
Maria José Bernardo	546	18/03/1876	21/02/1898				21/04/1937
José Ramos João	547	05/04/1886					11/11/1892
Manuel António João	547	01/01/1888	28/10/1909	763			
António dos Reis João	547	07/01/1890					29/10/1892
Alfredo João	547	29/02/1892					
Luís António João	547	18/08/1894					03/10/1923
Emília Augusta João	547	14/11/1896					10/10/1952
Felisbina Rosa João	547	15/11/1899					
Domingos João	547	19/06/1904	25/11/1931				12/02/1966
Isabel Maria Afonso	548	31/07/1886					15/10/1918
Manuel Afonso	548	10/07/1890					02/10/1944
Maria José Afonso	548	11/03/1892					
Ana Maria Afonso	548	11/01/1895	07/08/1918				24/11/1965
Regina Ascensão Afonso	548	28/05/1897					29/07/1898
Francisco Marcos Afonso	548	25/04/1899	26/02/1925				21/05/1975
António dos Reis Afonso	548	09/01/1903					16/06/1904
Teresa de Jesus Falcão	549	21/02/1894					03/03/1921
Maria Cândida Falcão	549	16/01/1896					04/12/1946
Angelina Rosa Falcão	549	22/02/1898					16/07/1941
Francisca Rosa Martins	550	27/08/1898	18/03/1923				01/09/1977
José Francisco Martins	550	20/04/1904					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Delfina Rosa Martins	550	17/01/1908					10/07/1948
Manuel Maria Martins	550	10/09/1910					
Antônio Augusto Fernandes	551	13/10/1899	19/05/1926				09/12/1988
Filomena Nasc. Fernandes	551	29/12/1901					
Maria Luísa Fernandes	551	12/12/1904					
Manuel Joaquim Fernandes	551	08/04/1907	15/11/1935				
Manuel da Cruz Magalhães	552	08/10/1903					12/07/1904
Manuel José Magalhães	552	09/08/1905	23/11/1933				28/01/1996
José Maria Pires	553	02/04/1910					
Francisco Pires	553	22/01/1912					12/02/1912
Isabel Maria Fernandes	554	08/03/1908	09/05/1932				14/11/1996
Maria das Dores Fernandes	554	04/05/1910					01/11/1918
Francisco Saco	555	01/02/1850					22/11/1902
Vitorino Neto	555	01/02/1854	09/01/1897	788			18/07/1922
Isabel Neto	555	11/12/1857	09/05/1882	499			15/08/1925
Feliz Neto	555	11/05/1858					21/09/1864
José Clemente Neto	555	03/03/1861	24/03/1897	649			22/10/1920
Catarina Neto	555	26/11/1863	10/06/1896	651			26/09/1903
Joaquim Neto	555	02/01/1867	19/06/1899	655			15/08/1917
Isabel Aparício Maio	556	01/02/1856		500	735		14/07/1927
Joana Rosa Maio	556	02/09/1858					
Graciosa de Jesus Maio	556	07/08/1860					
Maria Teresa Fernandes Maio	556	05/11/1862					07/11/1864
Gracinda Fernandes Maio	556	02/12/1864	17/04/1890	736			03/04/1920
Angelina de Pêra Curralo	557	30/11/1857	26/06/1879	497			18/04/1884
Catarina Pêra Curralo	557	30/01/1860	28/11/1887				09/12/1910
Feliciano dos reis Curralo	557	13/01/1863	01/05/1890				13/07/1897
Manuel Agostinho Pires	557	04/12/1869	19/07/1894	740			11/05/1901
Manuel José Fernandes	558	21/08/1859					
Gracinda Fernandes	558	25/04/1861	02/07/1884	725		894	01/01/1946
Menina Fernandes	558	04/09/1863					04/09/1863
Genoveba Rosa Fernandes	558	02/04/1865					
Bárbara Morete	559	18/09/1859					
Menino Morete	559	25/05/1861					25/05/1861
Menina Morete	559	25/05/1861					25/05/1861

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Menino Morete	559	07/05/1863					10/05/1863
Micaela Fernandes	560	03/04/1862					27/07/1869
Manuel José Fernandes	560	24/07/1864	04/08/1904	758			25/09/1954
Teresa Maria Fernandes	560	17/01/1866					15/08/1869
Ana Joaquina Fernandes	560	29/08/1868					
Teresa Fernandes	560	15/10/1871					
José Clemente Fernandes	560	04/07/1879					06/02/1921
Manuel José Fernandes	560	12/11/1883					15/09/1954
Manuel Tomé Delgado	561	11/12/1864	12/12/1896	729			02/11/1930
Simão dos Santos Delgado	561	30/10/1871		782			12/06/1942
Matilde de Jesus Delgado	561	20/04/1877	04/08/1904	758			13/09/1958
Carolino Marcos	562	30/07/1865					
Manuel Apresentação Marcos	562	29/12/1866	11/01/1892	738			30/10/1946
Maria José Marcos	562	19/03/1872					
Ana Garcia	563	05/01/1871					
Maria José Garcia	563	08/09/1872					22/11/1873
Maria José Garcia	563	17/02/1874					
Infância Teresa Martins	564	21/11/1872	12/01/1891	787			07/07/1928
Abílio José Martins	564	20/09/1874					17/12/1874
Abílio Martins	564	03/10/1877					06/05/1883
Manuel José Pires	565	12/05/1874		746			
José Francisco Pires	565	13/07/1877					
Umbelina Rosa Pires	565	13/11/1879	29/02/1908	580		940	24/07/1932
Joaquim Pires	565	05/12/1882					
Adelino Augusto Pires	565	21/08/1885					
Maria da Cruz Esteves	566	28/03/1877	14/05/1902				13/05/1962
Emília Esteves	566	04/08/1880	15/06/1905	681			13/12/1962
Lúciano Esteves	566	11/01/1883					11/02/1958
Virgínia Augusta Esteves	566	01/04/1885					
Venâncio Augusto Esteves	566	30/05/1887					17/08/1890
Albino Esteves	566	13/11/1889					
Manuel Joaquim João	567	27/05/1877					20/12/1939
Sância Rosa João	567	24/08/1880		682			08/03/1949
Virgínia Amália Guerra	568	26/05/1878	11/06/1896	745			13/07/1948
Florinda Rosa Guerra	568	23/01/1881	28/10/1909	763		941	27/10/1965

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
José Joaquim Fernandes	569	15/11/1885					15/04/1892
Manuel Maria Geraldes	570	23/09/1887					22/02/1965
Albino Fernandes	571	15/02/1890					
Manuel Agostinho de Pêra	572	12/08/1890					30/08/1893
Angelina Rosa Pêra	572	23/09/1892					22/08/1893
Manuel dos Reis de Pêra	572	05/01/1895	07/08/1918				01/07/1949
Ana Maria de Pêra	572	09/01/1897	24/11/1920				01/07/1970
Manuel dos Reis Pires	573	06/01/1892					
Delfina Rosa Pires	573	13/07/1894	21/02/1925				16/08/1945
José António Pires	573	26/04/1897					16/02/1938
Ana Maria Pires	573	24/05/1900	07/08/1933				03/08/1955
Ana Maria Fernandes	574	12/03/1892	07/12/1914				05/02/1993
Maria José Fernandes	574	21/01/1895	11/07/1951				02/04/1969
Arminda Fernandes	574	10/04/1897					
Manuel António Fernandes	574	02/03/1900	04/06/1927				05/05/1966
José Maria Fernandes	574	05/09/1902	14/03/1928				20/02/1966
Isabel dos Santos Fernandes	574	21/10/1905	03/06/1939				08/03/1990
Domingos Manuel Fernandes	574	01/01/1908					25/08/1942
Sância Rosa Raimundo	575	01/09/1892					09/10/1893
Maria Jesus Raimundo	575	25/08/1894					06/01/1896
José Vitorino Raimundo	575	17/10/1895					
Manuel de Jesus Raimundo	575	22/08/1897					
Maria Augusta Raimundo	575	31/08/1899					14/01/1900
João Raimundo	575	16/08/1903	02/08/1933				01/07/1980
Paulo dos Santos Raimundo	575	07/07/1905					15/10/1906
Domingos R. Raimundo	575	03/04/1907					
Francisco dos Reis Raimundo	575	23/12/1908	25/05/1941				
Luís Pedro Raimundo	575	22/06/1909	01/09/1949				11/12/1993
Francisco Maria Martins	576	02/07/1894					
José Maria Martins	576	12/01/1896					09/05/1899
Manuel Maria Martins	576	01/12/1898					
Justo José Martins	576	01/12/1898					
Graciano da Cruz Martins	576	29/05/1902					
José Maria Martins	576	30/03/1905					12/07/1909
Maria Rosa Martins	576	27/03/1907					13/07/1909

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
José Francisco Martins	576	06/07/1909					
Ana de Pêra Macias	577	11/02/1899	09/01/1929				23/06/1979
José Maria de Pêra Macias	577	11/01/1902					06/06/1907
Maria Neves Pêra Macias	577	05/07/1906	15/01/1934				12/02/1939
Emília da T. Pêra Macias	577	19/05/1909					08/10/1913
Manuel José de Pêra Macias	578	21/10/1899	09/05/1923				21/03/1990
Maria C. Pêra Macias	578	02/10/1901	30/05/1925				
António J. Domingues	579	08/04/1901	28/01/1931				10/09/1959
José Manuel Domingues	579	08/10/1903					13/01/1918
Delfina Rosa Domingues	579	08/08/1906	21/11/1934				27/07/1979
André Santos Domingues	579	10/09/1908	17/04/1947				04/11/1987
Laurinda da Conceição Pires	580	01/09/1908					
Manuel Maria Pires	580	03/03/1910					07/06/1910
Isabel Maria Valverde	581	03/02/1906	23/01/1938				
Manuel Joaquim Valverde	581	15/12/1909	28/09/1939				04/07/1988
Rosalina Amélia de S. Pedro	582	07/11/1910	30/09/1941				01/06/1965
Porfírio Martins	583	13/08/1889					
Aniceto Martins	583	24/03/1892					29/09/1893
Maria José Martins	583	11/08/1894	11/07/1920				23/04/1951
José Francisco Martins	583	05/11/1896					03/10/1954
Casimiro dos Santos Martins	583	04/09/1899	18/02/1922				27/11/1963
Mário Augusto Martins	583	22/06/1901					23/08/1944
Silvério Augusto Martins	583	05/09/1903	14/06/1927				25/04/1961
Manuel Agostinho Martins	583	21/02/1906					02/10/1907
José Francisco Ramos	584	02/01/1847					13/12/1923
Jacinto Ramos	584	12/01/1852	26/06/1884	632			10/03/1932
António Ramos	584	02/11/1857	26/06/1884				03/03/1929
Ana Maria Ramos	584	12/05/1862					
Clemente dos Reis Ramos	584	15/12/1864	25/06/1895				23/09/1936
António Joaquim Esteves	585	02/01/1852					29/01/1903
Ana Esteves	585	02/02/1855					
Isabel Maria Esteves	585	01/02/1859	10/12/1885	726			04/07/1923
Beatriz Amândia Esteves	585	05/11/1861	02/08/1886			901	08/07/1957
Francisco Esteves	585	02/01/1862	26/08/1876	566			
Ernestina Esteves	585	19/03/1864					03/09/1864

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Feliz Esteves	585	18/02/1866					
José Manuel Parreira	586	14/07/1853	02/06/1887				
Manuel António Parreira	586	12/05/1855	02/06/1887				17/12/1935
Cândida Bernardo Parreira	586	30/12/1857					10/06/1869
António Bernardo Parreira	586	04/08/1860					
Ana J. Bernardo Parreira	586	16/11/1862	28/10/1885				26/02/1939
Maria Bernardo Parreira	586	20/04/1865	17/06/1898	578			19/09/1946
Maria Joaquina Galdes	587	20/10/1853	07/01/1889	640			23/04/1924
Manuel José Fernandes	588	02/01/1853	05/08/1886	730			
Rosa Fernandes	588	03/09/1860					
Maria Fernandes	588	01/02/1861					08/09/1863
Francisco Pires	589	02/01/1859	28/11/1889	573			11/04/1925
Claudina Pires	589	19/07/1863					04/09/1878
António da Cruz Pires	589	17/04/1866					31/10/1892
Mateus Pires	589	29/02/1868	09/06/1898				20/08/1948
Brigida Pires	589	14/09/1871					
Domingos Reis Fernandes	590	05/01/1862					04/09/1936
Maria José Fernandes	590	06/10/1866					
Francisco Fernandes	590	28/07/1868					09/09/1868
Maria Dores Fernandes	590	12/07/1870	29/04/1901	526			12/12/1946
Manuel José Fernandes	590	09/01/1873					
Cristina Rosa Fernandes	590	20/06/1875				928	06/07/1950
Emília Madalena Fernandes	590	05/04/1879	03/03/1909	553			21/06/1947
José Maria Fernandes	590	09/02/1882					31/01/1911
Conceição Fernandes	591	08/05/1861	02/06/1887	728			24/11/1924
Felisbina Fernandes	591	13/01/1863					24/10/1864
Teresa dos Reis Fernandes	591	29/12/1864					
Manuel Maria Fernandes	591	19/08/1866					20/03/1946
Francisco Lásaro Fernandes	591	15/11/1867	28/01/1891	574			21/11/1947
Isabel Encarnação Fernandes	591	14/11/1869					12/01/1883
Teresa de Jesus Fernandes	591	19/08/1871	22/01/1891				
António Augusto Fernandes	591	20/05/1873					
Alípio Fernandes	591	06/10/1877					20/11/1877
Pedro Celestino	592	19/05/1861					
Manuel Marcos	592	26/07/1863					24/10/1882

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
António Ramos Marcos	592	01/06/1866					
Ana Maria Marcos	592	01/08/1868					
António Augusto Marcos	592	29/08/1871					10/12/1873
Justina Rosa Marcos	592	20/07/1874	26/07/1895	509			25/04/1955
Lúsa Benedita Marcos	592	08/09/1877	29/05/1899	519			02/03/1966
Maria de Pêra Macias	593	15/01/1863	24/04/1899	789			16/08/1938
Olinda Augusta Pêra Macias	593	24/09/1866	24/04/1899				
Francisco de Pêra Macias	593	24/05/1869	16/06/1898	577			15/12/1926
Manuel Paulo	593	22/02/1871					28/02/1890
António de Pêra Macias	593	14/01/1873	10/01/1907				24/11/1955
Isabel de Pêra Macias	593	02/10/1874					09/03/1883
Ernestina de Jesus Macias	593	20/08/1877					31/08/1972
José Maria de Pêra Macias	593	25/08/1879					28/05/1924
Ana Joaquina Pêra Macias	593	30/10/1881	26/01/1910				25/10/1930
Lásaro Alberto Martins	594	03/02/1860					28/03/1931
Justina Martins Raposo	594	01/02/1863	03/07/1889	507			
Ana Joaquina Martins	594	01/02/1866					16/12/1885
Eduardo Alípio Martins	594	15/11/1868					
Angelina Martins	595	08/07/1863					03/03/1867
Leonor dos Reis Martins	595	02/01/1866					18/04/1867
Augusto Martins	595	04/09/1868					28/09/1869
Lásaro Martins	595	27/07/1870					08/09/1897
Josefina Nasc. Martins	595	11/12/1872	20/05/1899	516			24/03/1950
João Batista Martins	595	10/10/1875					26/03/1885
Ermelinda Encarnação Neto	596	11/09/1864			626		12/04/1946
Manuel Gaspar Martins	597	09/01/1865					08/11/1939
Ana Martins	597	06/05/1866					
Ana Maria Martins	597	09/01/1870	19/07/1894	740			26/12/1939
Maria Infância Martins	597	03/01/1871					
Abílio Martins	597	20/03/1872					24/11/1873
Maria José Martins	597	11/02/1874					14/03/1944
Teresa de Jesus Martins	597	09/07/1878					08/04/1883
Inês Fernandes	598	01/02/1850	07/06/1876	492			15/06/1922
Maria Lúsa Fernandes	598	06/02/1860					12/06/1902
Francisco Fernandes	598	06/02/1860					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Domingos Gabriel Fernandes	598	19/04/1865	20/05/1899	551			12/09/1921
Leopoldina do Rosário Neto	599	19/11/1866					
Teresa Maria Galdes	600	16/05/1867	15/12/1898	514			
Domingos Galdes	600	01/03/1870					
Maria Inácia Esteves	601	10/10/1867	11/07/1901	525			15/07/1929
Maria Inácia Esteves	601	01/02/1869	11/07/1901	525			15/07/1929
Manuel João Esteves	601	01/04/1872	11/06/1896	745			26/12/1930
Angelina Rosa Esteves	601	09/04/1875					11/10/1876
Manuel Encarnação Rodrigues	602	12/02/1868					18/08/1868
Manuel Encarnação Rodrigues	602	27/06/1870					01/09/1870
Manuel Maria Rodrigues	602	06/08/1871					29/09/1893
Adriano Rodrigues	602	09/11/1873	11/05/1896	512			
Maria da Glória Rodrigues	602	23/09/1876	29/04/1897	750			20/06/1904
Vitorino Rodrigues	602	27/01/1878					
Prudência Maria Rodrigues	602	11/05/1879	02/05/1900	521			14/06/1938
João Rodrigues	602	25/10/1880					13/12/1903
José Maria Rodrigues	602	17/02/1883	18/01/1905	665			31/05/1953
Ana Piedade Rodrigues	602	08/10/1887					01/03/1888
Domingos Falcão	603	11/06/1868					03/02/1941
Antônio Manuel Falcão	603	20/06/1870					01/09/1870
Ana Maria Falcão	603	11/12/1871		508			16/08/1894
Antônio Manuel Falcão	603	02/09/1873					02/09/1908
Teresa Jesus Falcão	603	10/01/1875	23/09/1896				
José Claudino Falcão	603	31/08/1878					
Isabel Maria Cangueiro	604	17/09/1868					31/01/1926
Antônio Joaquim Cangueiro	604	01/05/1873					
José de Jesus Cangueiro	604	20/06/1879	17/08/1907	670			27/05/1953
André Pino	605	20/11/1868	29/05/1899	517			20/11/1936
Paulo Galdes	606	03/12/1868					15/03/1880
Luís Galdes	606	18/12/1871	26/07/1894	679		920	21/04/1920
João da Cruz Galdes	606	01/11/1872	29/01/1896	645			11/03/1941
Ana Joaquina Galdes	606	26/10/1874	30/01/1899	515			28/10/1951
Isabel Luísa Galdes	606	09/03/1877	20/05/1899	551			14/01/1921
Genoveba Rosa Galdes	607	11/01/1869					
Antônio Manuel Galdes	607	01/03/1870	01/07/1895				14/09/1939

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
José Antônio Galdes	607	12/12/1871					05/12/1890
Ludovina Conceição Galdes	607	08/08/1875					
Inês Maria Ramos	608	01/02/1869	27/05/1893	742			
Manuel Antônio Ramos	608	11/02/1873	26/08/1903				
Fábia Antunes	609	27/11/1870					
Adriano Júlio Gonçalves	610	07/08/1871					21/02/1942
Raimundo Marcos	611	18/12/1867					18/12/1871
José Nascimento Gonçalves	612	19/12/1872					02/12/1875
Abílio de Jesus Gonçalves	612	16/05/1874	21/08/1895	510	518		
Angelina Rosa Fernandes	613	30/05/1873	18/02/1901	656			05/02/1950
Maria Conceição Fernandes	613	16/06/1875					17/12/1905
Augusta de Jesus Fernandes	613	26/05/1878	30/01/1901	751			16/04/1964
Paula da Cruz Fernandes	613	10/03/1880					
José Francisco Pires	614	02/08/1874					02/12/1951
Infância Rosa Pires	614	17/08/1876	26/11/1900	752			30/05/1945
Eugénia de Jesus Pires	614	07/12/1878	12/11/1902	756			06/09/1930
Manuel Martinho Pires	614	12/05/1881					23/10/1881
Mariana Rosário Pires	614	27/01/1884					14/05/1954
Isabel Maria Cangueiro	615	14/09/1874	26/07/1894	679		920	24/07/1939
Filomena de Jesus Cangueiro	615	28/12/1875	21/08/1895	510			26/05/1899
Emília de Jesus Cangueiro	615	17/06/1878					12/03/1879
Antônio Joaquim Cangueiro	615	30/12/1883	26/09/1904	528			28/11/1942
Manuel Luís Cangueiro	615	07/07/1888					
José Nascimento Martins	616	09/12/1874					
Manuel Antônio Afonso	617	02/01/1875	29/04/1897	750			
Antônio Maria Afonso	617	15/02/1877	02/05/1900	521			
Ana Maria Afonso	617	28/05/1879					
Maria José Afonso	617	25/09/1881					15/07/1950
Isabel Maria Afonso	617	16/08/1884					11/09/1890
José Afonso	617	24/09/1886					13/07/1917
Francisco João Afonso	617	11/10/1888					
Maria da Graça Afonso	617	18/08/1892					22/05/1909
João Baptista Afonso	617	01/08/1895					
Antônio de Jesus Bernardo	618	16/01/1876					23/08/1947
Josefa Bernardo	618	13/04/1878	06/04/1904				

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Maria Emília Bernardo	618	02/10/1880	16/01/1906				26/09/1967
Carlos Maria Bernardo	618	15/01/1882	20/10/1903	535	537		12/01/1956
Isabel Maria Bernardo	618	16/03/1884	20/02/1909				15/05/1910
João Bernardo	618	25/03/1886					23/05/1887
Manuel Maria Bernardo	618	17/03/1887	02/07/1910				
José Francisco Bernardo	618	14/03/1888					14/09/1953
Manuel Tomé Martins	619	16/10/1877	30/01/1901				07/07/1949
António Avelino Martins	619	06/06/1880	12/11/1908	530			24/06/1940
Maria dos Santos Gerales	620	15/11/1879					04/10/1881
Manuel José Gerales	620	27/03/1882					26/03/1883
Maria da Conceição Gerales	620	02/05/1884					
Lásaro Gerales	620	06/11/1887					19/03/1910
Ana Joaquina Gerales	620	14/08/1890					
Isabel Maria Fernandes	621	02/12/1879	15/01/1901				30/09/1957
António Manuel Fernandes	621	20/01/1883					12/04/1947
Maria dos Santos Fernandes	621	10/10/1884					09/04/1892
Conceição de Jesus Fernandes	621	17/07/1886					11/04/1892
Ana Guilhermina Fernandes	621	24/11/1888					11/04/1890
Ana Guilherme Fernandes	621	26/08/1890					13/04/1892
Delfina Anunciação Fernandes	621	12/03/1893	18/07/1916				22/08/1963
Manuel António Fernandes	621	15/05/1895					04/04/1970
Martinho dos Reis Fernandes	621	27/12/1899					25/01/1951
Adelina Augusta Rodrigues	622	24/06/1880					09/03/1889
Angelina Rodrigues	622	05/03/1882					09/03/1889
Maria Rodrigues	622	22/08/1886					18/09/1888
José Luís Rodrigues	622	11/08/1889					04/10/1891
Francisco Patrocínio Valverde	623	28/10/1880	25/01/1905	581			18/01/1966
Manuel Martinho Magalhães	624	17/02/1882					01/10/1883
José Joaquim Magalhães	624	30/11/1883	09/05/1908				09/05/1908
Maria das Dores Magalhães	624	26/03/1887					18/10/1888
Manuel Maria Magalhães	624	15/01/1898					05/05/1933
António do E. Santo Monteiro	625	13/05/1883					24/01/1922
Maria Inácia Monteiro	625	26/01/1886					15/03/1943
Manuel Inácio Monteiro	625	24/11/1887					
Justina Rosa Monteiro	625	14/04/1890					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Ana Joaquina Monteiro	625	29/01/1892					18/10/1952
Francisco dos Santos Monteiro	625	15/10/1894	26/01/1924				28/03/1974
Domingos José Monteiro	625	01/09/1896					17/03/1932
Joaquim Nascimento Monteiro	625	29/12/1898					27/04/1903
Justina Rosa Monteiro	625	22/05/1901					13/01/1969
Joaquim Nascimento Monteiro	625	29/11/1904					08/01/1905
Maria da Assunção Raimundo	626	24/08/1883					05/03/1892
José Henrique Raimundo	626	26/10/1886					
Francisco dos Reis Raimundo	626	05/01/1889					17/09/1892
Paulo Nascimento Raimundo	626	10/12/1892					01/01/1893
António Maria Raimundo	626	15/12/1893					15/02/1907
Angelina Maria Raimundo	626	19/07/1896					
Maria Natividade Raimundo	626	07/09/1899					06/10/1899
Isabel Conceição Raimundo	626	04/12/1900	26/02/1925				25/07/1991
Manuel Paulo Raimundo	626	15/01/1905					16/12/1908
António Avelino Raimundo	626	09/08/1907	07/12/1933				27/08/1993
Porfírio Raimundo	626	11/02/1910					17/01/1911
Francisco António Raposo	627	03/10/1888					17/04/1892
José António Raposo	627	20/02/1891					11/04/1892
Francisco António Raposo	627	14/03/1893					29/08/1940
Lásaro Augusto Raposo	627	04/09/1895	16/06/1937				04/12/1976
Abel dos Santos Bragança	628	15/05/1888					27/08/1936
Manuel José Martins	629	02/03/1886					
Alípio Martins	629	26/12/1887	17/03/1951				19/03/1960
Luís Maria Martins	629	26/02/1891					
Francisca Maria Martins	629	28/12/1892					
António Augusto Martins	629	03/02/1896					03/04/1896
José António Martins	629	29/03/1899					21/07/1900
Manuel António Martins	630	02/12/1886	07/04/1910				19/12/1938
Maria Cecília Martins	630	06/04/1887					
José António Martins	630	04/03/1889					
José Feliciano Martins	630	15/09/1891	26/04/1920				23/01/1963
Francisco Martins	630	02/07/1893					03/12/1894
Francisco I.	630	01/02/1896					04/11/1934
Francisco Inácio Martins	630	01/02/1896					04/11/1934

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Isabel Maria Martins	630	01/01/1899					20/08/1950
Maria Augusta Gonçalves	631	05/09/1887					10/02/1896
Francisco Maria Gonçalves	631	23/07/1889					29/01/1952
Rosa de Jesus Gonçalves	631	24/09/1892					27/03/1975
Ana Gonçalves	631	08/09/1894	22/04/1917				31/03/1939
Manuel A. Gonçalves	631	27/06/1896					
Teresa Santos Ramos	632	31/10/1887	01/03/1916				15/11/1918
Maria da Paixão Ramos	632	19/02/1890	23/01/1921				19/06/1973
Sância Rosa Ramos	632	19/06/1892					21/12/1956
Manuel José Ramos	632	19/07/1896					30/06/1965
José Francisco Ramos	632	18/01/1900					05/05/1901
Ana Maria Ramos	632	12/08/1903	25/09/1933				16/09/1992
José Clemente Ramos	632	26/01/1905	16/01/1941				05/11/1978
Luísa Rita Raposo	633	28/01/1888	17/04/1910				09/01/1974
Maria Inácia Raposo	633	07/10/1890					06/07/1956
Abel dos Anjos Raposo	633	07/09/1893					02/09/1914
Felisbina Rosa Raposo	633	11/02/1897	08/02/1923				13/01/1964
José Joaquim Raposo	633	09/06/1900					23/01/1949
Francisco Manuel Raposo	633	25/08/1903	10/03/1937				01/11/1976
Maria Ascensão Gonçalves	634	28/04/1888					
Augusta Sousa	635	02/07/1887					13/10/1905
Júlio Ernesto Raposo	636	06/10/1888					
Manuel S. Pêra Macias	637	17/10/1889					18/12/1903
Francisco M. Pêra Macias	637	12/05/1891	12/02/1920				03/05/1955
Isabel Maria Pêra Macias	637	22/11/1892	18/10/1919				24/06/1972
Ana Maria Macias	637	29/02/1896	16/08/1949				17/05/1974
Maria Barbára Pêra Macias	637	24/09/1898	12/05/1941				19/05/1972
José Nascimento P. Macias	637	18/12/1901	10/06/1932				30/10/1978
Manuel da T. Pêra Macias	637	29/05/1904	30/05/1935				24/12/1984
Teresa de J. Pêra Macias	637	21/01/1909	13/11/1933				11/06/1984
Maria Ressurreição Gomes	638	15/03/1890					19/06/1918
Leopoldina Raimundo	639	16/06/1890					24/11/1955
Isabel Maria Raimundo	639	29/12/1891					16/01/1892
Francisco Maria Raimundo	639	20/12/1892					11/01/1893
Manuel António Raimundo	639	08/05/1894					27/01/1937

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Francisco Maria Raimundo	639	27/06/1896					02/08/1896
Alípio João Raimundo	639	20/09/1897					09/10/1898
António J. Raimundo	639	14/02/1899					18/05/1942
Isabel Maria Raimundo	639	03/08/1901					03/12/1902
Isabel Maria Raimundo	639	12/08/1904					27/08/1905
José Augusto Raimundo	639	05/08/1906					01/09/1907
Manuel António Fernandes	640	04/09/1890					22/09/1890
Arminda Fernandes	640	27/10/1891	29/11/1926				31/12/1962
Isabel Maria Fernandes	640	28/04/1893					
José Maria Fernandes	640	17/07/1898					28/09/1898
Francisco M.F. Claro	641	09/08/1890	20/10/1911				18/10/1966
Maria S. Fernandes Claro	641	22/10/1892					10/09/1893
Maria Amélia Claro	641	11/07/1897	12/11/1958				09/10/1898
Maria Nascimento Claro	641	12/12/1899					07/03/1902
Ana Maria Martins	642	28/08/1892					21/06/1895
José António Martins	642	28/05/1894	20/05/1939				21/10/1971
Ana Maria Martins	642	27/05/1896					30/09/1898
Manuel José Diz	643	05/12/1893	18/12/1922				23/10/1927
Isabel Maria Diz	643	24/06/1898	16/02/1933				03/12/1977
José Agostinho Diz	643	04/08/1905	26/04/1934				15/02/1961
António Augusto Martins	644	01/03/1896					06/09/1898
Lucinda de Jesus Martins	644	13/09/1901	23/08/1954				01/04/1980
Ana Joaquina Martins	644	10/02/1905					21/06/1907
José Joaquim Geraldês	645	02/08/1896					01/08/1897
Albertina Rosa Geraldês	645	15/11/1897					05/10/1900
Maria da Glória Geraldês	645	28/08/1899	13/07/1921				13/06/1980
Albertina Rosa Geraldês	645	26/08/1902					
Justina Augusta Geraldês	645	12/09/1906	30/09/1929				08/08/1992
José Maria Geraldês	645	13/11/1908	05/09/1934				08/08/1992
Maria Inácia Martins	646	08/08/1896	25/05/1922				31/07/1959
Isabel dos Santos Martins	646	23/08/1898					
José Maria Martins	646	24/03/1902	20/11/1924				24/12/1979
Manuel Maria Martins	646	23/08/1904					22/01/1957
Isabel Maria Ruano	647	11/05/1897					
José António Esteves	648	28/06/1897					15/02/1956

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Virgílio Augusto Esteves	648	31/08/1903					26/04/1904
Maria José Neto	649	20/12/1897					03/09/1970
Infância de Jesus Neto	649	23/07/1899					13/11/1900
Infância de Jesus Neto	649	14/02/1901					31/10/1925
Manuel António Neto	649	12/08/1902	03/06/1932				11/12/1980
João Pedro Neto	649	01/08/1905	19/01/1966				13/01/1977
Francisco dos Ramos Neto	649	01/08/1905	04/10/1930				12/01/1981
Domingos dos Ramos Neto	649	20/03/1909	16/02/1933				22/03/1934
Lucrecia Couto	650	02/01/1898					08/12/1917
Ana Maria Couto	650	01/09/1905					02/03/1908
Maria Cândida Couto	650	09/05/1908					
Adília de Jesus Domingues	651	10/07/1898	08/10/1925				13/05/1965
Francisco Manuel Domingues	651	28/01/1900					01/03/1962
Manuel António Domingues	651	30/07/1902					20/04/1958
Isabel Maria Martins	652	01/01/1899	02/01/1932				22/08/1950
António Maria Martins	652	23/03/1901	02/06/1934				30/11/1977
Maria da Assunção Martins	652	12/08/1904	04/06/1927				26/02/1985
Manuel Maria Martins	653	02/01/1904					
José António Martins	653	28/01/1906	22/06/1930				13/07/1977
Maria Teresa Martins	653	10/08/1908					04/10/1919
Abílio Ressureição Pêra	654	01/04/1903					20/06/1951
Abílio dos Anjos Pêra	654	21/09/1909					20/06/1923
António Maria Neto	655	11/04/1901	23/08/1931				23/06/1978
Ana Maria Neto	655	17/10/1903	31/03/1937				12/09/1976
Maria Angélica Martins	655	01/06/1906					16/07/1907
Manuel João Neto	655	23/02/1910					11/04/1912
Maria das Dores Pires	656	09/08/1901	10/02/1945				
Domingos dos Santos Pires	656	03/02/1905					05/02/1906
Manuel João Pires	656	31/10/1906	22/11/1945				09/11/1977
Isabel Maria Pires	656	06/08/1910					
Maria Rosa Falcão	657	07/10/1901	02/06/1924				04/01/1986
Manuel José Guerra	658	14/04/1902	09/02/1927				18/12/1976
Ana Maria Guerra	658	29/10/1906					19/06/1908
Norberto dos Anjos Pires	659	06/02/1903					03/07/1909
Ana Maria Pires	659	15/08/1905					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Idalina Beatriz Moura	660	31/08/1903	02/12/1928				27/07/1982
Isabel Maria Moura	660	14/08/1905					
Manuel António Dionísio	661	09/12/1903					
Isabel Maria Dionísio	661	01/02/1907	16/11/1929				20/08/1948
Maria Augusta Dionísio	661	15/02/1909					26/10/1918
João Dionísio	661	22/09/1912					25/10/1913
Maria dos Santos Rosete	662	17/10/1904	15/12/1925				
Ana Joaquina Rosete	662	12/11/1907					15/11/1908
Manuel José Rosete	662	24/12/1910	03/07/1935				12/12/1984
Isabel dos Ramos Morais	663	11/04/1905	17/02/1927				06/07/1975
Manuel José Morais	663	11/06/1910					
José Maria Falcão	664	02/09/1905					15/08/1962
Ana Maria Martins	665	28/11/1905					26/08/1906
Manuel José Martins	665	10/02/1907	28/11/1940				09/08/1981
Francisco Inácio Martins	665	10/04/1909					
Arminda Augusta Ginjo	666	02/12/1905					06/03/1906
Maria Natividade Ginjo	666	20/12/1906					
Virgílio Augusto Ginjo	666	08/03/1908					
Francisco Maria Ginjo	666	15/04/1909					
Manuel Joaquim Ginjo	666	16/09/1910					
Manuel José Carvalho	667	25/10/1906					01/02/1911
José S. Fernandes Carvalho	667	25/10/1909					25/04/1920
Rosa Purificação Fernandes	668	16/02/1906					03/08/1909
José Manuel Fernandes	668	04/09/1908					29/01/1909
José Maria Martins	669	30/07/1907					09/02/1932
Frutuoso Ramos Canguieiro	670	10/04/1908	06/02/1936				28/05/1956
Maria Conceição Canguieiro	670	17/11/1909					
José Canguieiro	670	13/04/1913					13/04/1913
Amália Nascimento Torrão	671	08/12/1909					
Maria das Neves Rodrigues	672	16/09/1905	28/05/1936				07/03/1985
Manuel Maria Rodrigues	672	16/02/1908	08/09/1955				13/04/1978
Germana Rodrigues	672	02/02/1910					08/08/1918
Delfina Nasc. Fernandes	673	13/04/1909					28/04/1914
Lásaro Augusto Fernandes	673	04/08/1910	08/01/1945				26/04/1982
Felicidade Bernardo	674	30/09/1910	02/06/1932				17/12/1987

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
José Francisco Bernardo	674	27/01/1912					28/10/1914
Maria Pureza Bernardo	674	18/03/1914					18/07/1914
Ana Maria Rodrigues	675	14/11/1910					
Josefa Marcos	676	30/03/1869					
Luísa Marcos	676	25/09/1871					26/09/1874
Carolina Rosa Marcos	676	15/11/1874	19/11/1894	743			04/12/1957
Manuel José Marco	676	12/02/1878					
Balbina Rosa Marcos	676	20/05/1879	21/01/1904				05/06/1950
Ana Joaquina Rodrigues	677	15/12/1878					01/03/1879
José Maria Rodrigues	677	13/11/1879					23/11/1897
Abílio Xavier Rodrigues	677	25/11/1881					27/03/1884
Constância Rosa Rodrigues	677	06/04/1884	21/12/1904	527			01/11/1918
Delfina Rosa Rodrigues	677	20/10/1885					19/08/1892
Maria Casimira Afonso	678	22/12/1889					04/04/1890
Justina Augusta Galdes	679	03/04/1897					27/09/1984
Manuel José Galdes	679	20/06/1901					25/03/1948
Maria Ramos	679	02/04/1905	07/01/1925				14/01/1980
Manuel Paulo Galdes	679	23/10/1908	19/04/1933				
José Santos Ventura	680	29/10/1896	02/12/1920				16/11/1969
Josefina Augusta Ventura	680	26/11/1897					30/09/1898
Josefina Augusta Ventura	680	09/04/1899					
Manuel Maria Ventura	680	20/02/1902					27/03/1904
Isabel dos Santos Ventura	680	25/10/1907	13/12/1940				
José Joaquim Pino	681	15/10/1905					11/01/1987
Maria Rosário Pino	681	05/10/1907					
Ambulina de Jesus Pino	681	11/04/1910					30/09/1910
Alice Esteves	682	18/03/1906					
Maria do Rosário Esteves	682	21/07/1907					
Ana d' Assunção	682	05/09/1909					06/02/1911
Maria Conceição Neto	683	25/09/1908	26/04/1934				23/04/1952
José Joaquim Neto	683	03/08/1909					30/11/1941
Ana Maria Branco	684	10/12/1868					
Manuel José Gonçalves	685	08/10/1872	30/06/1902	754			09/10/1938
Ana Maria Gonçalves	685	15/03/1875	09/06/1908				12/01/1950
Alexandrina Gonçalves	685	21/08/1878					10/02/1885

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Carlos dos Santos Gonçalves	685	17/10/1880					05/11/1912
Domingos Gonçalves	685	02/09/1883					08/03/1884
Marcos Lourenço	686	01/02/1854					21/06/1874
Maria José Lourenço	686	11/07/1855					
Vitorino Lourenço	686	02/02/1867					16/05/1869
Vitorino Lourenço	686	04/05/1870	12/01/1891	787			06/06/1928
Ana Joaquina Martins	687	30/04/1854					
José Luís Cangueiro	688	14/02/1855	30/01/1874	615			16/05/1898
Manuel José Cangueiro	688	30/07/1856	19/05/1881	720			01/11/1940
Carmina Cangueiro	688	11/08/1861					
Casimiro Cangueiro	688	22/02/1863					22/05/1863
Isabel Maria Fernandes	689	03/11/1855					27/01/1879
Manuel António Fernandes	689	01/09/1858					
Bernardino Fernandes	689	26/08/1861					
Ana Maria Fernandes	689	26/12/1863					04/06/1867
Maria Rosa Fernandes	689	25/02/1866	24/10/1881	548			09/02/1936
Angelina Fernandes	689	05/06/1868					
Bernardino de Jesus Fernandes	689	17/06/1873					
José Guerra	690	21/02/1856					
Aurélio dos Santos Guerra	690	24/10/1857	29/04/1901	256			20/06/1928
Florentina Teresa Guerra	690	20/10/1860	20/02/1882	502			02/11/1932
Gracinda Guerra	690	02/07/1862					16/11/1864
Maria Guerra	690	08/09/1863					
José Maria Guerra	690	30/08/1866	09/05/1901	658			05/09/1947
Augusto Guerra	690	24/08/1872					24/02/1873
Adelina Pires	691	02/01/1858	23/01/1877	621			24/07/1932
Guilhermina Purificação Pires	691	26/02/1862					
Maria dos Anjos	691	19/09/1864					
Delfina Bárbara Pires	691	22/12/1868					
Regina Teresa J. Fernandes	692	27/02/1858					
Felicidade Domingues	693	02/03/1859					
José Maria de Pêra Macias	694	13/01/1860	23/01/1889	637			23/10/1940
Ana Joaquina de Pêra Macias	694	28/07/1861	04/10/1893	646			18/02/1948
Paulo Pêra Macias	694	18/11/1862	21/01/1889	771			13/03/1913
Francisco de Pêra Macias	694	08/11/1864	17/06/1898	578			16/08/1938

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Albino de Pêra Macias	694	09/09/1866					07/03/1880
Manuel Martins	695	10/10/1860					
Cecília Martins	695	15/01/1862					29/07/1885
José António Martins	695	12/10/1863	28/10/1885	652			
Joana Martins	695	01/12/1866					
Ana Raimundo Cordeiro	696	28/07/1861	13/12/1886	570			13/12/1887
Gregório Cordeiro	696	01/05/1863					02/01/1864
Gregório da Cruz Cordeiro	696	03/08/1864					
Maria Inês Cordeiro	696	21/09/1866					01/09/1942
Francisca de Jesus Cordeiro	696	11/08/1870					
Genoveba Rosa Cordeiro	696	19/03/1873					
Balbina Rosa Galdes	696	19/03/1873	17/06/1893	739			20/09/1938
Dorotheia de Jesus Cordeiro	696	28/01/1875					
Marcelina da Paixão Cordeiro	696	08/04/1876					01/12/1876
Ricardina Paula Rodrigues	697	09/09/1861	01/07/1895	513			11/05/1898
Bárbara Luís Cameirão	697	14/05/1864					26/08/1864
Francisco M. Rod. Cameirão	697	27/07/1869					27/07/1946
José Clemente Cameirão	697	06/02/1871					06/04/1871
Maria José Cameirão	697	20/08/1872					
Teresa Maria Cameirão	697	20/08/1875					11/03/1883
Venâncio de Jesus R. Cameirão	697	16/08/1876	24/04/1899	789			30/05/1912
Albino João	698	28/05/1863					01/06/1905
Constância João	698	21/08/1865					15/10/1935
Ana Maria Esteves	699	12/07/1864					04/01/1874
António Augusto Esteves	699	11/07/1866	27/08/1894	506			17/10/1933
Francisco Esteves	699	29/08/1868					09/01/1874
Manuel António Esteves	699	21/01/1872					
Menino	700	02/11/1863					03/11/1863
Menino	700	02/11/1863					03/11/1863
Guilhermina Rosa Cangueiro	700	18/10/1864	26/06/1884	501			28/12/1933
Isabel da Cruz Cangueiro	700	17/05/1866	26/06/1884	632			25/02/1931
Ana Joaquina Cangueiro	700	31/08/1867					
Maria Nascimento Cangueiro	700	15/12/1869					
Ana Assunção Cangueiro	700	17/07/1872					29/05/1905
Maria Cangueiro	700	11/07/1874					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Maria das Neves Cangueiro	700	19/07/1875	25/06/1895				07/10/1964
Francisco Felisberto Cangueiro	700	22/04/1877					15/08/1877
Francisco Felisberto Cangueiro	700	25/07/1878					29/09/1879
Alexandre Galdes	701	27/05/1866					
Bebiana Galdes	701	01/02/1869	08/07/1885	547			29/08/1941
Angelina Rita Galdes	701	19/04/1871					
Maria Rosa Galdes	701	27/08/1874	29/01/1896	645			24/10/1928
Alfredo Galdes	701	10/08/1878					08/10/1879
Maria Rosa Vicente	702	20/07/1866					03/07/1867
Carmelina Rosa Magalhães	703	04/01/1867	05/08/1889	639			19/04/1940
Isabel Maria Morais	703	23/05/1868					14/08/1935
Domingos Pedro Magalhães	703	29/06/1871	06/09/1902	552			
José dos Anjos Morais	703	13/05/1874	21/01/1901	663			27/10/1926
José dos Anjos Morais	703	07/02/1876					27/10/1926
Umbelina Rosa Carvalho	704	20/09/1867					
Maria Luísa Carvalho	704	06/06/1869	30/07/1890	534			07/10/1947
António José Carvalho	704	18/10/1871					
Alfredo de Jesus Carvalho	704	13/06/1877					
João Pedro F. Carvalho	704	13/06/1877	19/06/1905	667			10/06/1945
Delfina Rosa Fernandes	705	06/12/1867					02/03/1870
José Joaquim Vicente	706	26/05/1870	30/05/1904				30/07/1953
Manuel Maria Vicente	706	30/01/1873					04/12/1947
Luisa Vicente	706	11/05/1876	11/01/1900				22/02/1945
Manuel Joaquim Marcos	707	11/08/1872	12/11/1902	756			
José Clemente Marcos	707	05/04/1875					26/09/1936
Gregório Marcos	707	29/11/1878					22/08/1879
João Pedro	707	23/06/1888					
António Augusto Falcão	708	21/08/1872					
Isabel Maria Cordeiro	709	24/10/1873					07/06/1950
José Martins	710	12/06/1875					07/11/1876
Regina Martins	710	02/06/1877					17/11/1877
José dos Anjos Morais	711	07/02/1876					
Celestino Pais	712	07/03/1877					15/03/1922
Isabel Maria Pais	712	26/02/1881					
José dos Anjos Torrão	713	16/07/1877	19/01/1909				29/05/1949

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Clemência Augusta Torrão	713	12/06/1879					27/11/1885
Alípio Ernesto Torrão	713	08/07/1882	21/10/1911				07/03/1964
Francisco Maria Torrão	713	15/11/1884					10/05/1885
Antônio Emílio Torrão	713	14/07/1886					
Clemência Augusta Torrão	713	20/08/1888					29/11/1890
Maria Fábila Torrão	713	21/05/1891					01/03/1911
Francisco Maria Torrão	713	31/05/1893	21/02/1925				
Clemência Augusta Torrão	713	11/06/1895					
Manuel João Fernandes	714	11/07/1878					15/02/1879
Maria Conceição Fernandes	714	17/03/1880					22/11/1918
Ana Joaquina Fernandes	714	16/09/1882	22/07/1904				
Maria Cecília Fernandes	714	29/06/1886					
José Maria Fernandes	714	01/01/1890					14/09/1898
Maria José Fernandes	714	01/02/1895					26/08/1898
José Encarnação Dionísio	715	25/03/1879					13/02/1916
Dionísio Alberto	715	21/01/1883					03/02/1883
Ana Joaquina Dionísio	715	12/08/1884					06/05/1885
Dionísio Fernandes	715	28/09/1886		554			24/10/1940
Francisco Vitorino Pires	716	01/07/1879	21/11/1951				
Adília Augusta Pires	716	17/06/1882					29/04/1883
Domingos Manuel Pires	716	16/02/1884	03/03/1909	553			03/05/1961
Manuel António Pires	716	05/11/1886	25/04/1931				08/05/1963
Lasáro Sebastião Pires	716	08/01/1890					06/06/1938
José Francisco Rosete	717	28/08/1881	21/01/1904	662			12/06/1919
Catarina Rosa Rosete	717	02/09/1887	19/01/1910				10/10/1962
Maria Nascimento Rosete	717	27/12/1890					
Manuel José João	718	30/08/1881					
Eugénio Esteves	719	26/09/1881					18/08/1934
Abel Augusto Esteves	719	18/09/1883					26/10/1886
Manuel José Esteves	719	07/12/1885					31/08/1892
Clementina Esteves	719	05/09/1887					24/08/1892
Eduardo Esteves	719	09/01/1890					30/08/1892
Clementina Augusta Esteves	719	18/10/1892					03/05/1956
Manuel José Esteves	719	24/05/1895					03/04/1958
José Tomé Esteves	719	21/12/1897					04/08/1904

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Maria das Dores Esteves	719	29/05/1901					07/11/1903
José António Canguieiro	720	21/01/1882					
Manuel Casimiro Canguieiro	720	06/12/1883	19/11/1908	762			16/01/1946
Clemência Canguieiro	720	14/04/1889					
José António Canguieiro	720	08/11/1891					05/08/1892
José Luís Canguieiro	720	02/12/1893					24/09/1953
Clemência Rosa Canguieiro	720	21/06/1896					27/09/1939
Martinho de Jesus Canguieiro	720	25/05/1899	08/01/1923				05/10/1949
José Francisco Ginjo	721	23/03/1882	04/02/1905	666			
Tomé Martins	722	05/03/1886					02/09/1886
Cecília Ascensão Martins	722	10/05/1887					21/11/1898
Florentina Rosa Martins	722	16/06/1889	02/07/1910	582			06/01/1922
José dos Anjos Martins	722	11/01/1891					06/01/1902
Abílio Martins	722	02/05/1892					29/07/1893
Tomé Martins	722	25/08/1893					21/03/1938
Maria José Pais	723	02/01/1885					15/08/1984
José Maria Pais	723	16/12/1887					22/05/1944
Inês Nascimento Pais	723	18/11/1889					
Ricardina d'Ascensão Pais	723	22/04/1891					
Germana Augusta Magalhães	724	12/08/1885	26/09/1904	528			28/01/1962
Alexandrina Paixão Magalhães	724	02/03/1888	19/11/1908	762			
Lucinda da C. Raimundo	725	08/05/1886					20/04/1898
Manuel José Raimundo	725	07/08/1888					13/09/1889
Manuel Maria Raimundo	725	05/09/1890					08/12/1905
Manuel Paulo Raimundo	725	21/09/1893					
Henrique de Jesus Raimundo	725	15/09/1895					27/08/1897
Eduardo Augusto Raimundo	725	02/06/1901	19/10/1931				20/03/1993
José Maria Martins	726	08/09/1886					
José António Martins	726	10/04/1889					31/10/1935
Maria Purificação Martins	726	01/08/1891					13/10/1892
Eduardo Alípio Martins	726	20/08/1894					09/11/1895
Eduardo Alípio Martins	726	20/10/1896					05/10/1898
Joaquim da Trindade Martins	726	19/05/1899					
José Agostinho Ginjo	727	05/06/1887	22/01/1910				11/06/1955
Maria José Ginjo	727	26/07/1889					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Bernardino Augusto Ginjo	727	03/09/1894					26/05/1900
Maria José Ginjo	727	07/10/1896					15/03/1897
Manuel Ressureição Ginjo	727	06/04/1898					15/08/1898
Conceição Ginjo	727	16/05/1900					14/06/1902
Lasáro Augusto Bernardo	728	08/07/1887					
Isabel Maria Bernardo	728	14/06/1888					31/03/1892
Maria Cecília Bernardo	728	16/09/1891					
Teresa de Jesus Bernardo	728	04/01/1894					
Manuel Maria Bernardo	728	24/01/1896					04/08/1898
Teresa da Paixão Bernardo	728	04/03/1899					
José Joaquim Bernardo	728	12/09/1901	06/02/1932				01/08/1987
Manuel Maria Delgado	729	07/08/1887					06/04/1892
Francisco Maria Delgado	729	09/05/1891					11/10/1952
Manuel Maria Delgado	729	07/12/1892					07/09/1902
Maria Fábria Fernandes	730	03/02/1888					21/02/1893
Guiomar Fernandes	730	18/07/1889					
Manuel Maria Fernandes	730	14/07/1893					
Maria Cecília Fernandes	730	17/01/1896					26/12/1950
Marcelina Augusta Fernandes	730	28/01/1898					15/05/1981
José Maria Fernandes	730	23/01/1900					07/08/1902
António Manuel Fernandes	730	15/12/1901					
Domicília Rosa Fernandes	730	25/03/1904	03/02/1954				
José Maria Bernardo	731	13/11/1888	06/09/1913				08/11/1964
Joaquina da Ascensão Ruano	732	09/02/1889	22/01/1910	675			11/07/1955
Miguel d'Ascensão Ruano	732	02/10/1890					15/12/1894
Albertina dos Santos Vicente	733	08/11/1890					05/09/1892
Maria Luísa Vicente	733	18/05/1893					11/10/1923
José Francisco Vicente	733	09/12/1898	07/02/1947				05/08/1962
Francisco Firmino Mora	734	21/12/1891					02/01/1892
Justina Rosa Mora	734	12/01/1893					21/09/1894
Manuel António Mora	734	10/04/1896	30/01/1921				24/01/1961
Maria José Mora	734	20/10/1903					19/10/1940
José M. Fernandes de Carvalho	735	04/01/1892					08/02/1948
Francisco Maria de Carvalho	735	16/10/1895					23/12/1948
Ana Maria Carvalho	735	17/07/1898					05/11/1899

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Manuel José de Carvalho	735	10/05/1901					27/10/1902
Maria José Galdes	736	13/01/1892					10/07/1892
Maria José Galdes	736	23/06/1896					04/03/1908
Isabel dos Santos Galdes	736	21/11/1907					25/09/1908
José Dionísio Neto	737	20/09/1893	09/05/1935				27/02/1942
Manuel dos Santos Neto	737	13/02/1895					11/10/1946
Serafim dos Reis Neto	737	22/09/1896	26/12/1925				26/05/1985
António Augusto Neto	737	29/11/1898	02/12/1923				29/11/1980
Maria Joana Neto	737	18/04/1900					05/06/1951
Inácio de Jesus Neto	737	09/01/1902					
Abílio Neto	737	20/07/1903					17/11/1908
Inácio de Jesus Neto	737	06/05/1905					14/05/1909
Elisa Rosa Neto	737	04/07/1908					11/09/1909
Francisco de Jesus Neto	737	01/07/1910					14/11/1933
Manuel Maria Marcos	738	26/10/1893					14/12/1894
Maria dos Santos Marcos	738	29/10/1895					25/09/1898
Balbina da Conceição Marcos	738	28/06/1898	18/05/1921				05/01/1977
Maria Conceição Marcos	738	30/01/1901					06/05/1910
Infância de Jesus Marcos	738	11/12/1903					04/12/1906
Ricardina Rosa Marcos	738	05/03/1907	05/10/1925				02/09/1993
José Maria Fernandes	739	23/07/1894					
Maria José Fernandes	739	23/01/1896					
Maria Infância Pires	740	02/09/1894					24/09/1896
Maria José Pires	740	15/11/1896	18/06/1936				15/06/1948
Glória da Conceição Pires	740	11/08/1898	27/12/1940				11/02/1976
Teresa de Jesus Pires	740	19/02/1900	08/02/1923				02/06/1976
Isabel Maria Pires	740	12/07/1901					06/08/1902
Maria Nascimento Rosete	741	27/12/1894					09/07/1965
António Manuel Rosete	741	19/01/1897	08/03/1934				09/07/1965
Angelina Rosa Rosete	741	02/05/1899					
Isabel Maria Rosete	741	08/09/1901					
Ana Maria Rosete	741	06/12/1903					
José Maria Rosete	741	10/11/1905	05/10/1925				29/06/1980
José Dionísio Neto	742	01/01/1895					27/02/1942
Joana Maria Neto	742	20/04/1900					05/06/1951

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Inácio Neto	742	02/01/1902					11/10/1903
Cecília dos Anjos Neto	743	27/08/1895					05/05/1949
Francisco dos Anjos Neto	743	21/11/1897					10/11/1900
Francisco dos Santos Neto	743	20/10/1901	08/10/1925				08/03/1945
José António Neto	743	03/08/1905	04/10/1930				19/10/1986
Manuel Neto	743	02/07/1910					01/12/1942
José Manuel Martins	744	30/09/1896					
Maria José Martins	744	11/06/1899	28/07/1921				24/10/1969
Elisa Conceição Martins	744	25/05/1902					03/07/1918
António Augusto Martins	744	30/07/1907					25/06/1910
Isabel Maria Martins	744	19/07/1910					
José Augusto Esteves	745	18/03/1897					
Maria Resurreição Esteves	745	01/04/1899					05/10/1900
Lucinda de Jesus Esteves	745	22/08/1900					12/09/1901
Manuel José Esteves	745	22/08/1900					
Maria Purificação Esteves	745	01/02/1902					
Domingos Trindade Esteves	745	10/05/1904					04/12/1905
Gracinda Rosa Esteves	745	25/05/1906	06/02/1935				29/12/1985
Francisco Maria Esteves	745	19/01/1908					
Isabel Maria Esteves	745	25/10/1912					30/08/1913
Maria Olimpia Pires	746	01/04/1898					
Maria Rosa Mora	747	24/08/1898					22/03/1902
Maria José Mora	747	01/01/1902					19/10/1940
Eduardo Ramos Torrão	748	09/02/1899	07/01/1925				29/02/1984
José Joaquim Ramos	749	15/04/1899	22/11/1923				10/02/1980
Maria Patrocínio Ramos	749	10/11/1901					31/07/1904
Domingos Ramos	749	09/04/1904	25/09/1933				09/06/1965
Domingos Natividade Afonso	750	31/08/1900					21/09/1900
Manuel Maria Martins	751	09/05/1901	10/12/1932				03/09/1981
Maria Joaquina Martins	751	22/09/1903					24/12/1903
Maria Joaquina Martins	751	27/12/1904					
Ana Maria	751	04/12/1907					10/02/1949
Albertina dos Santos Branco	752	24/09/1901					
Josefina Rafael Branco	752	18/11/1903	22/11/1935				04/06/1948
José Baptista Branco	752	29/08/1905	18/11/1938				06/08/1980

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Maria Augusta Branco	752	02/01/1909	04/06/1945				11/01/1988
Maria Rosa Pires	753	11/12/1902	02/06/1922				
Isabel Maria Pires	753	27/06/1906					12/03/1924
Isabel Maria Gonçalves	754	08/06/1903	21/01/1937				22/01/1983
Manuel Maria Gonçalves	754	02/11/1904					18/08/1905
Alexandrina de J. Gonçalves	754	07/10/1907					17/10/1909
Maria da Conceição Gonçalves	754	14/09/1909	09/05/1934				12/06/1994
Arminda Rosa Marcos	755	29/01/1904	02/12/1933				16/07/1988
Olívia da Paixão Marcos	756	15/02/1904					03/10/1905
José Evaristo Marcos	756	13/11/1905	06/02/1935				15/01/1981
Ana Maria Marcos	756	27/05/1908					13/07/1908
Martinho Marcos	756	21/07/1909	22/12/1934				02/01/1938
José Joaquim André	757	16/03/1906					29/09/1908
Isabel Maria Fernandes	758	13/05/1906					03/05/1908
José Maria Fernandes	758	17/03/1908					
Domingos dos S. Fernandes	758	26/01/1910					
Francisco Gerales	759	21/10/1906	20/05/1944				
Emília Gerales	759	30/07/1909	28/01/1939				01/05/1989
António Gerales	759	06/11/1910	20/06/1941				02/10/1992
Ana Purificação Ramos	760	04/06/1908					
Adília Alonso	761	11/06/1909					
Manuel José Cangueiro	762	26/08/1909					04/09/1910
Avelino da Trindade João	763	30/05/1910	22/08/1934				
Isabel Maria Rodrigues	764	08/10/1910					
Maria Marcos	765	01/02/1850					02/11/1865
Maria Marcos	765	02/01/1852					03/11/1865
Ana Marcos	765	03/01/1859					20/03/1871
Barnabé Marcos	765	11/06/1861					
Constância Ramos	766	29/01/1862					12/02/1863
Fortunata Lourenço Gonçalves	767	06/08/1870					14/03/1947
Joana Rosa Gonçalves	767	11/02/1873					27/07/1939
Francisco Gonçalves	767	11/05/1875	09/01/1908				14/02/1947
Manuel Joaquim Gonçalves	767	01/02/1878					
José Joaquim Gonçalves	767	27/12/1879					26/02/1969
Maria das Dores Martins	768	08/03/1878	25/11/1901				

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
José Maria Martins	768	21/05/1879					
Ana Emília Martins	768	23/08/1881					
José Francisco Martins	768	21/04/1884					
Teresa Nascimento Martins	768	16/12/1886					
Maria Rosa Martins	769	22/03/1876	20/05/1899	783			07/08/1937
Justina Augusta Martins	769	26/11/1877	16/09/1899	518			03/07/1955
José António Martins	769	14/03/1879					05/11/1948
Francisco Maria Martins	769	25/04/1881					26/07/1948
Faustino Augusto Martins	769	02/03/1883					08/12/1947
Manuel José Martins	769	20/12/1884					07/12/1885
Manuel dos Santos Martins	769	16/10/1886					14/10/1905
Ana Amélia Martins	769	22/02/1888	15/11/1906				09/11/1981
Avelino Martins	769	02/01/1891					08/12/1909
Manuel dos Santos Gonçalves	770	18/10/1883					20/03/1947
Ana Maria Gonçalves	770	03/05/1886					20/09/1886
Ana Maria Gonçalves	770	07/12/1887					
Florinda Rosa Gonçalves	770	09/03/1893	09/04/1929				16/12/1975
Vicente Gonçalves	770	16/01/1896					20/09/1897
Cristina Purificação Gonçalves	770	29/11/1898	19/04/1922				24/01/1979
Ana Maria Macias	771	12/10/1889					24/08/1950
José Francisco Pêra Macias	771	19/10/1891					18/12/1891
Manuel António Pêra Macias	771	25/01/1894	25/07/1935				01/04/1977
Maria Conceição Pêra Macias	771	25/11/1897					08/12/1897
Isabel dos Santos Pêra Macias	771	14/10/1899					18/01/1901
José Dos Anjos Pêra Macias	771	12/09/1905					11/08/1908
Catarina Nascimento André	772	09/12/1892					27/10/1910
Anastácia André	772	13/05/1894					30/11/1945
Regina Maria André	772	10/04/1896					08/02/1901
Isabel Maria André	772	24/03/1899					15/07/1902
Ana Maria André	772	24/09/1901					01/01/1976
Regina Maria	772	26/03/1904					
Manuel Joaquim André	772	16/04/1907					
Isabel Maria André	772	18/09/1910	14/07/1933				18/01/1990
José António André	772	18/09/1910					
Manuel Geraides	773	15/10/1871	16/01/1906	759			01/07/1913

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Inês Maria Geraides	773	26/12/1872					07/11/1874
Emília Rosa Geraides	773	02/02/1874					30/12/1897
Rita Geraides	773	13/02/1876	15/06/1921				07/09/1965
Maria Luzia Geraides	773	13/12/1878					25/05/1880
José dos Anjos Geraides	773	01/12/1880					07/02/1892
Prudência de Jesus Geraides	773	31/05/1883					
Infância Nascimento Geraides	773	26/12/1885					15/09/1892
Francisco Dionísio Geraides	773	28/11/1888					
Alfredo geraides	773	26/06/1891	09/04/1929				21/06/1963
Maria José Mora	774	10/07/1850					
Francisco Manuel Mora	774	13/09/1852					
José Maria Mora	774	11/12/1857					
Inês Mora	774	02/01/1859	25/08/1886	634			
Manuel Miguel Mora	774	01/05/1864		747			12/12/1924
Regina do Rosário Lourenço	775	28/09/1860					
Isabel Maria Torrão	776	28/04/1867					
Isabel Maria Torrão	776	18/08/1872					22/03/1874
Venâncio Assunção Torrão	776	29/04/1874					
Sebastião Ascensão Torrão	776	08/05/1876	20/05/1899	783			26/09/1940
Manuel António Pires	777	15/08/1867					28/03/1870
Vicência Paula Pino	777	10/05/1869	23/11/1892	772			01/11/1920
Manuel José Pires	777	05/06/1871	05/03/1899				01/05/1957
António Maria Pino	777	25/04/1875		522			24/08/1950
Joaquim Sebastião	777	21/08/1878					30/09/1937
Lásaro Pires	777	11/02/1880	11/02/1880	681			27/07/1966
Florentina Rosa Martins	778	11/06/1871	19/06/1899	655			11/03/1935
José Francisco Martins	778	06/08/1873	16/02/1905	665			23/02/1944
Justina Rosa Martins	778	25/09/1875	02/09/1903	683			02/12/1955
Manuel João dos Reis Pires	779	07/01/1873	16/01/1902	753			06/02/1925
Ernelinda Conceição Vilarinho	780	11/01/1878					
Marcelina Vilarinho	780	12/07/1879					
José Augusto Vilarinho	780	07/05/1884					
Adília de Jesus Pires	781	27/07/1894					13/06/1981
Josefa Purificação Delgado	782	24/01/1899					05/11/1924
Adília da Encarnação Torrão	783	19/03/1900	30/09/1925				24/02/1960

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Manuel Paulo Torrão	783	02/03/1902	22/12/1932				26/03/1977
Francisco Nascimento Torrão	783	16/01/1905	30/10/1941				
José Anunciação Torrão	783	20/03/1909					12/08/1974
Francisco d' Aquino Cordeiro	784	22/05/1867					
Maria dos Santos Cordeiro	784	17/07/1868					
Manuel dos Santos Cordeiro	784	10/10/1871					
Augusto Cordeiro	784	20/07/1872	30/01/1899				10/12/1947
Bebiana Cordeiro	784	15/06/1875					26/09/1877
Balbina Maria Cordeiro	784	18/08/1878					27/05/1879
Bebiana Maria Cordeiro	784	09/07/1880					
Ana Maria Cordeiro	784	11/08/1883	30/12/1901				
Bernardino Cordeiro	784	20/08/1886					
José António Cordeiro	784	09/02/1889					03/10/1889
José Manuel Martins	785	13/11/1887	18/07/1916				17/08/1962
Maria Joaquina Martins	785	23/09/1889					22/03/1951
Agostinho Martins	785	02/02/1892					03/12/1894
Isabel Maria de S. Pedro	786	13/03/1880					
Ana Joaquina de S. Pedro	786	28/07/1882	05/03/1902	520			22/10/1948
Manuel Joaquim de S. Pedro	786	10/09/1884	20/02/1909				02/02/1961
Agostinho de S. Pedro	786	25/08/1886					04/01/1900
Francisco Manuel	786	13/02/1888	02/07/1910	582		961	11/07/1910
Ana Maria Lourenço	787	18/08/1892					16/01/1913
Manuel Maria Lourenço	787	18/11/1894					
Isabel Maria Lourenço	787	27/09/1896					
Manuel João Lourenço	787	01/07/1899					
Francisco António Lourenço	787	02/07/1902					21/11/1925
José Maria Lourenço	787	02/03/1904					
Abílio dos Anjos Lourenço	787	15/09/1906	16/11/1929				
José Maria Neto	788	23/11/1898	08/11/1918				15/08/1963
Manuel José Cameirão	789	22/08/1900					28/10/1900
Francisco M.Rod. Cameirão	789	26/07/1903					10/10/1903
Ana Felicidade Cameirão	789	07/09/1904	09/05/1923				15/02/1973
António Cangueiro	790	09/01/1661					
Pedro Cangueiro	790	12/10/1664					
Paulo Cangueiro	790	01/02/1671					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Domingos	790	07/09/1690					
Catarina Preta	791	05/05/1662					
Manuel Preto	791	09/02/1664					
António Rodrigues	792	24/05/1666					
André Lucas	793	20/02/1678					
Domingos Afonso	794	08/03/1682					
Maria Rodrigues	795	20/02/1692					
João Pacheco	796	09/01/1696					
Ana Barreto	797	10/05/1699					
Mariana Cural	798	26/07/1699					
Manuel Torrão	799	02/12/1701		257			14/01/1764
Maria Pires	800	15/11/1671					
Luzia Preto	800	06/08/1704					
Josefa Martins	801	23/03/1711					
Maria Pires	802	26/03/1715					
João Pires	803	21/04/1717					
Catarina Dias	804	15/06/1717					
Manuel Pires Ramires	805	04/04/1719					
Manuel Fernandes	806	31/08/1723					
Francisco Fernandes	806	11/11/1725					
Teresa de Moraes	807	08/06/1738	27/02/1762	309			29/12/1791
Pedro Barreto	808	20/07/1738					
Marcelino Valverde	809	07/01/1740					
Maria Gonçalves	810	29/11/1742					09/09/1762
Jerónimo Gonçalves	810	18/09/1745					
Maria Miguel	811	01/02/1750					
Stanislão Malrrasco	812	12/05/1752					
Maria Delgado	813	03/09/1760					
Bartolomeu Monteiro	814	07/09/1760					
Bernarda Domingues	815	28/01/1767					
Maria João Pires	816	18/02/1770					
Quitéria Fernandes	817	01/04/1770					
Francisco Martins	818	22/08/1776					
Maria Cavaleiro	819	08/05/1790					12/09/1790
Manuel António Martins	820	28/11/1791					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Feliz Fernandes	821	12/11/1793					
Manuel Fernandes	822	09/04/1794					
Maria Fernandes	823	12/03/1796					
Jacinto Fernandes	823	15/08/1799					
Simão Fernandes	823	27/10/1806					
Justiniano Fernandes Cosma	824	09/06/1798					
Maria Assunção Bernardo	825	14/05/1801	18/02/1830	431			26/08/1845
Âgueda Raimundo	826	28/01/1806					
António Machado	827	28/02/1804					
Perpétua de Castro	828	07/03/1815					
Domingos Pais	829	28/09/1817					
Francisco António de Pêra	830	25/09/1821					
Maria Lopes	831	01/12/1824					
Ambrósio	832	01/12/1825					
Leandro Castanheira	833	27/03/1826					
Maria Martins	833	03/12/1832	08/01/1868	607			08/10/1901
Ana Joaquina Martins	833	03/05/1840				887	11/11/1898
Carlos Fernandes Claro	834	19/10/1826			531		25/05/1893
João Martins	835	28/08/1839					
Maria Conceição Martins	835	12/11/1847					22/10/1922
José Francisco Martins	835	13/03/1850	26/09/1878	1194			09/03/1923
António Manuel Martins	835	13/03/1850					09/02/1853
Isabel Maria Martins	835	25/09/1851					27/01/1853
Francisco Martins	835	08/11/1857					28/05/1869
Manuel Martins	835	24/06/1863					
Maria Martins	836	28/10/1840					
Teresa Martins	837	02/01/1847					04/11/1934
José Claudino Gonçalves	838	14/11/1848					
Francisco João Fernandes	839	09/01/1850					
Perpétua Claudina Delgado	840	08/04/1852					
Isabel Maria Delgado	840	05/06/1854					
Maria José Delgado	840	03/06/1858	10/10/1878	620			09/01/1893
José Luís Fernandes	841	19/04/1853	06/04/1880	622			
António Manuel Fernandes	841	22/01/1859					05/11/1883
José Joaquim	842	15/04/1854					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Justina Rosa Martins	843	09/03/1855					
Juliano Fernandes	844	20/07/1855					
Isabel Maria Parreira	845	30/07/1855					
Ana Maria Guerra	846	27/09/1855					
Constância Rosa Fernandes	847	27/04/1860					
Manuel Fernandes	847	19/01/1862					02/11/1863
Maria José Afonso	848	29/04/1860					29/04/1861
Constância Afonso	848	03/05/1863					14/10/1864
Maria de Jesus Igreja	849	26/03/1863					
Júlio Manuel Fernandes	850	11/02/1864					
Carolino Valverde	851	03/08/1864					
Francisco Bernardo Galego	852	19/01/1865					25/12/1946
Regina Augusta Morais	853	07/02/1865					
Conceição Paula Rodrigues	854	31/03/1865					
Francisco António Rodrigues	854	01/07/1866					
Ana Rodrigues	854	01/07/1866					
Felisbina Martins	855	08/04/1865					
Carolina Augusta Ramos	856	09/09/1866					
Isabel Bernarda Saco	857	09/11/1866					
José Bernardino João	858	08/12/1866					
José dos Anjos Matias	859	30/12/1866					
Purificação Afonso	860	01/02/1867					19/05/1887
Isabel Afonso	860	22/05/1875					
Lucrecia Afonso	860	12/09/1876					
Faustino Sebastião	861	21/02/1867					
Maria Joaquina Guerra	862	12/08/1868	11/05/1896	512			
Joaquim Martins	863	01/04/1869					
Ana Bernardes	864	12/05/1868					
Virgínia Amélia Bernardes	864	01/05/1870					
Micaela Martins	865	31/05/1870					02/09/1902
Aníbal Martins	865	24/05/1874	10/02/1902				
Silvestre Delgado	866	19/07/1870					16/06/1872
Silvestre Delgado	866	10/06/1873					28/10/1934
José Estevão Delgado	866	04/12/1880					19/04/1883
António Augusto Pires Galego	867	23/12/1870	26/07/1895	509			14/12/1956

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Cândido Augusto Vicente	868	27/12/1870					
Maria Galdes	869	19/04/1872					
Constância Valente	870	21/04/1872					
António Augusto	871	09/10/1872					
José Porfírio Delgado	871	15/11/1874					
Maria Angélica Delgado	871	30/05/1877					30/10/1877
Brígida Martins	872	17/01/1873	19/12/1898	659			22/05/1921
Telma dos Anjos Gonçalves	873	20/02/1873					
Domingos Manuel Martins	874	09/08/1873					
António Joaquim João	875	20/08/1873					03/10/1945
Alexandre Delgado	876	03/01/1874					
Isabel Maria Delgado	876	30/05/1884					12/04/1892
Aníbal Ramiro Martins	877	24/05/1874					
Manuel de Pêra	878	10/10/1874					
Maria dos Anjos Fernandes	879	11/10/1874					
José Joaquim Fernandes	880	11/06/1875	27/01/1909	673			19/02/1926
Justina Rosa Fernandes	881	17/06/1875	18/11/1909	537			15/08/1946
Alfredo de Jesus Espanhol	882	20/05/1876					
Alexandre Ruano	883	03/01/1874					
José António Ruano	883	18/10/1876					
Isabel Maria Ruano	883	30/05/1884					12/04/1892
Angelina Rosa Gonçalves	884	09/04/1877	23/11/1892	643			09/01/1928
Alípio Martins	885	28/11/1879					15/02/1880
Maria Rosa Ruano	886	15/01/1880					29/11/1880
José Joaquim Casqueiro	887	23/11/1880	22/08/1910				31/01/1954
Martinho dos Reis Raposo	888	27/12/1880					
Pedro Nolasco Fernandes	889	15/01/1881					24/11/1886
Joaquim Fernandes	889	30/10/1882					16/07/1883
José Nascimento Fernandes	889	25/12/1884					29/05/1893
Leonor dos Santos Fernandes	889	06/10/1887					
António Maria Fernandes	889	13/02/1889					
Maria da Piedade Fernandes	889	07/10/1890					12/08/1947
José Augusto Martins	890	01/03/1881					17/11/1883
Isabel Maria Martins	891	05/12/1881					
Manuel Martins Pais	892	18/05/1882					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Maria José Pais	892	13/03/1884					
José Maria Pais	892	13/03/1887	03/02/1902				02/03/1928
Maria Augusta João	893	10/10/1882	09/06/1908				27/05/1971
José Francisco Raimundo	894	08/05/1883	14/10/1909	1230			31/10/1951
Ana Maria Martins	895	25/10/1883	02/07/1910				09/12/1961
Ana Rita Fernandes	896	25/11/1883					
Maria dos Anjos Fernandes	896	10/11/1885					
Menino Fernandes	896	19/02/1890					25/02/1890
Francisco Maria Fernandes	897	01/04/1884					
Adelina Rosa Fernandes	897	06/07/1888					
António Joaquim Fernandes	897	22/09/1894					26/04/1955
Maria da Ascensão Fernandes	897	12/07/1898					30/03/1899
Isabel Delgado	898	30/05/1884					
José Baptista Bragança	899	05/04/1885					11/11/1889
André Gonçalves	900	16/11/1885					
Maria Purificação Delgado	901	05/03/1886					07/04/1957
Teresa de Jesus Fernandes	902	01/07/1887	25/04/1931				13/01/1970
Alfredo Augusto Fernandes	902	10/02/1891					29/01/1903
Isabel Fernandes	902	08/07/1895					03/09/1896
António do Nasc. Fernandes	902	29/12/1898					
Maria José Fernandes	902	08/08/1901	13/08/1922				
José Maria Pais	903	16/12/1887					22/05/1944
Isabel Maria Galdes	904	01/02/1888					20/07/1894
Teresa Maria Caineirão	904	29/06/1891	14/10/1909	1230			25/06/1965
Isabel Maria Galdes	904	22/08/1894					10/01/1896
Ana de Pêra	905	14/10/1888					14/10/1889
Ana de Pêra	905	12/10/1891					01/04/1976
Augusta Raimundo	906	16/03/1889					31/05/1889
Menino Gonçalves	907	15/06/1889					12/07/1889
José Manuel Gonçalves	907	20/06/1896					
Menino Galdes	908	14/07/1889					14/07/1889
Maria Do Rosário André	909	26/01/1890					27/12/1972
Isabel Maria André	909	04/11/1900					
Francisco Marcelino	910	01/02/1890					
Francisco M. Fernandes	910	24/01/1900					08/04/1921

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
José António Fernandes	910	06/05/1900					
António Maria Esteves	911	03/04/1890					
Daniel da Cruz Pires	912	03/05/1890					23/01/1960
Menina Martins	913	02/02/1890					10/02/1890
António Manuel Martins	913	24/11/1891					31/10/1949
Maria José Martins	913	12/08/1895					05/09/1896
Clemência Martins	913	01/03/1897					31/03/1900
Maria do Espírito santo João	914	25/05/1890					19/12/1953
António Augusto João	914	06/06/1901					
Isabel Maria Esteves	915	11/08/1890					23/10/1893
Adília Rodrigues	916	25/07/1891					29/09/1893
Manuel José Rodrigues	916	25/08/1896					16/02/1904
Ana Maria Martins	917	17/07/1892	10/02/1919				29/05/1971
Filomena Purificação Esteves	918	04/01/1900					
Justina da Paixão Esteves	918	27/04/1902					
José Esteves	918	16/12/1903	10/05/1933				28/12/1980
António Joaquim Martins	918	11/12/1907					
Francisco Martins Esteves	918	11/12/1907					
Manuel Joaquim Esteves	918	28/09/1909					
Gregório Nasc. Rodrigues	919	05/12/1892	10/02/1919				19/07/1959
Clemência Geraldes	920	27/01/1894					12/04/1895
Manuel José da Cruz	921	13/09/1894					
José Bernardino da Cruz	921	21/02/1896					05/10/1898
Maria da Conceição Cruz	921	22/07/1898					
Ana Maria Guerra	922	18/01/1896					
Angelina Rosa Fernandes	923	28/04/1897	18/02/1922				07/04/1983
Juliana de Jesus Fernandes	924	12/06/1897	11/07/1922				07/01/1972
Maria José Torrão	925	01/02/1898					18/09/1989
Mariana dos Santos Torrão	925	07/10/1902					22/07/1905
Maria Teresa Fernandes	926	17/04/1878					
Rosa de Jesus Marcos	927	07/02/1899					21/11/1900
Domingos Ressureição Marcos	927	30/04/1905					06/05/1906
António Nascimento Fernandes	928	25/01/1898					27/09/1898
Francisco Marc. Fernandes	928	24/01/1900					08/04/1921
Maria Marta Fernandes	928	27/10/1904	09/07/1936				20/02/1979

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
José António Fernandes	929	06/05/1900					01/09/1900
Delmina Rosa Fernandes	929	24/06/1907					
Emília Rosa Cordeiro	930	18/05/1900					26/06/1900
Bernardino João Martins	931	12/09/1900					24/10/1923
Manuel José Pêra	932	29/10/1900					
Manuel António de S. Pedro	933	06/05/1901					
José António de S. Pedro	934	25/07/1901					
Cândida de Jesus	934	10/09/1903	04/02/1931				02/11/1981
José Manuel Geraldes	935	11/09/1901					
Prudência Maria Geraldes	935	26/07/1906	07/12/1933				23/01/1994
Clemência Esteves	936	07/10/1901	21/05/1921				24/04/1979
Manuel João Fernandes	937	19/06/1902					
Francisco Ramos Fernandes	937	18/03/1904					
Inocência Fernandes	939	24/08/1902					
Adorinda Fernandes	939	29/06/1905					
Francisco dos Reis Pires	940	09/11/1902					
Manuel João Pires	940	06/08/1904					07/11/1912
Manuel da Cruz João	941	20/04/1903					
Maria Olímpia João	941	09/10/1904					12/11/1913
Delmina Rosa Ramos	942	05/08/1903					10/12/1921
Teresa dos Reis Ramos	942	18/01/1912					19/06/1913
Rosa Conceição Gonçalves	943	03/12/1903	18/12/1928				04/08/1964
Ana Maria Pais	944	24/07/1904					13/05/1907
José Maria Guerra	945	22/11/1904					27/02/1905
Manuel Maria Guerra	945	08/09/1906					25/04/1907
Fábia da Paixão Guerra	945	13/04/1908	09/10/1931				13/12/1990
Olímpia Maia Rodrigues	946	06/12/1904					
Fábia Rosa Rodrigues	946	11/09/1906	20/09/1939				15/01/1984
Maria Teresa Fernandes	947	25/12/1904					25/12/1905
Isabel Maria Martins	948	29/12/1904	25/05/1941				
Manuel José Santos Martins	948	19/11/1908					
José Martins	948	02/12/1911					16/01/1912
Maria da Piedade Gonçalves	949	06/06/1905					
Manuel José Pires	950	29/06/1905					02/06/1969
Domicília Conceição Esteves	951	08/12/1905					

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º cas	Cód. 2.º cas	Cód. 3.º cas	Data do Óbito
Isabel Maria Esteves	951	08/11/1909					05/12/1910
José António Guerra	952	29/04/1906	18/12/1935				09/12/1982
José António Fernandes	953	28/01/1906	22/06/1930				13/07/1977
Maria Teresa Fernandes	953	10/08/1908					
Delmina Rosa Fernandes	954	09/05/1906					19/04/1907
Francisco Manuel Martins	955	13/03/1907					01/10/1926
José dos Anjos Martins	955	02/10/1909					07/02/1911
José Maria	956	10/09/1907					27/02/1908
Fábia de Jesus Afonso	957	04/12/1907	04/10/1930				07/05/1981
António Joaquim Esteves	958	11/12/1907					
Francisco Maria Esteves	958	11/12/1907					
Firmino Nasc. Magalhães	959	13/12/1907					03/02/1908
José Maria Macias	960	18/10/1908					20/06/1916
Maria Rosa S. Pedro	961	28/11/1908					
José Maria Fernandes	962	21/12/1908					26/06/1909
José Francisco Geraldes	963	17/01/1909	07/12/1928				20/03/1975
Ana Maria Fernandes	964	24/05/1910	25/04/1931				21/03/1995
Oflia d' Assunção Fernandes	965	15/08/1909					
José Francisco Esteves	966	11/06/1910					
António Augusto Fernandes	967	18/06/1910	20/05/1952				26/09/1959
António Bernardino	968	14/05/1749					
Petra	968	18/02/1868					
Isabel Pires	1015	10/04/1680	24/02/1696				07/12/1710
Maria Currala	1017	08/06/1680	27/05/1697				
catarina Rodrigues	1018	15/11/1665	05/05/1700				
Bárbara Martins	1019	24/08/1671	16/01/1701				
Maria Afonso	1022	19/09/1681	19/06/1702				
Vicente Martins	1024	05/04/1662		117			
Maria Martins	1024	07/09/1669					30/10/1723
Maria João	1026	15/10/1666	05/05/1705				
Maria Pires	1027	15/08/1669	03/04/1706				
Catarina Currala	1028	11/07/1690	23/11/1706				
Manuel Preto Ruano	1062	28/05/1674					
Maria do Rosário Morais	1210	11/02/1839	16/09/1889				



Fontes e Bibliografia

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo do Paço Episcopal de Bragança

Livro 02: 1656 a 1692 (Misto)

Livro 03: 1693 a 1728 (Misto)

Conservatória do Registo Civil - Miranda do Douro

Livros de registo de baptismo de Palaçoulo:

1728 a 1770

1770 a 1825

1826 a 1859 (Contém uma relação de crismados).

1860 a 1870

1870 a 1900 (São folhas de 35 linhas cosidas ano a ano e encapadas num volume com papel colorido).

1900 a 1911 (São folhas de 25 linhas azuis encadernadas num volume em carneira).

Livros de registo de casamento de Palaçoulo:

1729 a 1833

1836 a 1859

1860 a 1870 (São folhas de 35 linhas cosidas ano a ano e depois encadernadas num volume com capas de cartão).

1871 a 1900 (Folhas de 35 linhas cosidas ano a ano e encapadas num volume com papel colorido).

1900 a 1911 (São folhas azuis de 25 linhas, encadernadas num volume com capa azul de cantos e lombada em carneira).

Livros de registo de óbitos de Palaçoulo:

1728 a 1852

1827 a 1859 (Neste livro foram registados casamentos e óbitos que o visitador verificou estarem em falta entre 1827 a 1852 e os óbitos entre 1853 a 1859. Estão em branco as páginas 19 - 146).

1860 a 1870 (São folhas de 35 linhas cosidas ano a ano, com termo de abertura e encerramento, encadernadas num livro).

1871 a 1900 (São livros anuais de folhas de 35 linhas encapados com papel colorido). Estes livros eram vistos anualmente e aprovados pelo arcipreste – João António da Rocha.

1900 a 1911 (São folhas azuis de 25 linhas com registos ano a ano e depois encadernadas num só volume).

1911 a 1945 (Livro de registos de óbitos do concelho de Miranda do Douro).

ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL NO MUSEU DA TERRA DE MIRANDA

Livro de décimas do concelho de Miranda do Douro – freguesia de Palaçoulo anos de: 1813, 1816; 1825, 1826 e 1828.

Livro das árvores de Palaçoulo – ano de 1807.

Livros das actas da Câmara Municipal de 1856 a 1889.

Testamentos individuais de paroquianos de meados do século XVIII e do século XIX.

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGANÇA

Registos de passaportes deferidos:

Livro n.º 1 : 1844 a 1858

Livro 1145 A : 1858 /68 /78 /88 e 1890.

Livro n.º 2: de 1858 a 1868

Livro n.º 3: de 1868 a 1878

Livro n.º 4: de 1879 a 1887

Livro n.º 5: de 1888 a 1890

Livro n.º 8: 1891 a 1893

Livro/1145B n.º 9: 1893 a 1895

Livro/1146A n.º 11 :1896 a 1897

Livro/1146B n.º 12 :1897 a 1907

Livro n.º 20 : 4-3-1907 a 25-11-1907

Livro n.º 21 : 25-11-1907 a 23-4-1908

Livro n.º 22 : 23-4-1908 a 28 -1-1909

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, M.^a Norberta (1973), *Rebordãos e a sua População nos séculos XVII e XVIII*. Estudo Demográfico, Lisboa, Imprensa Nacional.
- AMORIM, M.^a Norberta (1982), *Método de exploração dos livros de registos paroquiais e Cardanha e sua População de 1573 a 1800*, Lisboa, Centro de Estudos Demográficos do I.N.E.
- AMORIM, M.^a Norberta (1983 e 1984), *S. Pedro de Poiares e a sua População de 1561 a 1830*, in Revista Brigantia.
- AMORIM, M.^a Norberta (1987), *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, I.N.I.C.
- AMORIM, M.^a Norberta (1990), *A Família e a sua relação com o meio. Uma experiência com genealogias numa paróquia reconstituída (1675-1980)*, in cadernos do Noroeste, Vol. 3 números 1 e 2, Universidade do Minho, Braga
- AMORIM, M.^a Norberta (1991), *Uma Metodologia de reconstituição de paróquias*, Braga, Universidade do Minho.
- AMORIM, M.^a Norberta (1991), *Emigração – Uma variável demográfica influente. O comportamento de gerações nascidas no Sul do Pico entre 1740 e 1890*, Ler História, 22.
- AMORIM, M.^a Norberta (1992), *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico, de 1680 a 1980*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- AMORIM, M.^a Norberta (1993), *Reconstituição de paróquias e análise demográfica. Estudo comparado de gerações nascidas em duas paróquias periféricas de Portugal entre 1680 e 1850*, Comunicação apresentada ao III Congresso da A.D.E.H., Braga.

- AMORIM, M.^a Norberta, (1993) *Reconstituição de paróquias e estudo das migrações internas. O caso de uma paróquia no Antigo Regime*, Comunicação apresentada na I Conferência Europeia da Comissão Internacional de Demografia Histórica, Santiago de Compostela.
- AMORIM, M.^a Norberta (1995), *História da Família em Portugal: Uma história em marcha*, in Ler História, nº29.
- AMORIM, M.^a Norberta (1995), *Demografia Histórica. Um programa de docência*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- AFONSO, Belarmino (1988), *O Casamento Um rito de passagem, Seus vestígios na região transmontana*, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto.
- ALARCÃO, Alberto de (1982), *Divisão «Regionalizada» e evolução demográfica em Portugal*, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária, Oeiras.
- ALVES, Francisco Manuel (1983), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Tomo IV, Terceira Edição, Bragança.
- ALVES, Artur Carlos (1974), *Cadernos Históricos Mirandeses, Vol.III, A Terra de Miranda nas Inquirições de D. Afonso III*, Cisial-Anadia.
- BIDEAU, A., *Os mecanismos auto-reguladores das populações tradicionais in Maria Luiza Marcílio (org.)*, População e Sociedade, Petrópolis, Vozes.
- BIRABEM, Jean Noel (1984), *Epidemias na história da população*, Instituto Nacional d' Etudes Demographiques – textos de apoio.
- BRANDÃO, M.^a de Fátima (1994), *Terra, herança e família no Noroeste de Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.

- BRIGANTIA, *Revista de Cultura* – Publicação trimestral, Arquivo Distrital, Bragança.
- CARDOSO, S. F. Ciro e Brignoli P. Héctor, *Los métodos de la historia / Introducción a los problemas, métodos y técnicas de la historia demográfica, económica y social*, ed. Crítica, Barcelona.
- CASCÃO, Rui (1993), *História de Portugal*, V volume, Direção de José Mattoso, Círculo de Leitores.
- COSTA, Américo (1943), *Diccionario Chorográfico de Portugal Continental e Insular*, Vol. III, Vila do Conde.
- CHAUNU, Pierre (1974), *Histoire : Science Sociale*, Paris, S.E.D.E.S.
- DUPÂQUIER, Jacques (1974), *Introduction à la Demographie Historique*, Paris Tournai-Montréal, Gamma.
- DUPÂQUIER, Jacques (1978), *Réflexion sur la mortalité du passé: mesure de la mortalité des adultes d' après les fiches de famille*, A.D.H.
- DUPÂQUIER, Jacques (1979), *La population rural du Bassin Parisien à l' époque de Louis XIV*, Paris, E.H.E.S.S.
- DUPÂQUIER, Jacques, *Los orígenes de la demografía histórica: su situación en Francia*, in Vicente Pérez Moreda e David-Sven Reher (eds). *Demografía Histórica en España*, Madrid, Ediciones el Arquero.
- EIRAS ROEL, António, *Mecanismos autorreguladores, evolução demográfica y diversificación intrarregional. El ejemplo de la población de Galicia a finales del siglo XVIII*, Boletín de la ADEH, Año VIII, 2.
- EIRAS ROEL, António, *Modèle ou modèles de démographie ancienne? Un résumé comparatif, in la France d' ancien régime. Etudes réunies en l' honneur de Pierre Goubert*, Société de Démographie historique, separata, s. d.

- FARIA, Inês Martins (1998), *Santo André de Barcelinhos – O difícil equilíbrio de uma população (1606-1910)*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais – Guimarães.
- FAUSTINO, J. A. Paulo (1998), *Calvão, Uma Paróquia Rural do Alto Tâmega (1670-1870)*, Chaves.
- FERRÃO, João, *A Demografia Portuguesa*, cadernos do público, n.º 6, B. P. I.
- FLEURY, M. Henry (1965), *Nouveau manuel de dépouillement et d' exploitation de l' état civil ancien*, INED, Paris.
- FONTE, Teodoro Afonso da (1996), *O abandono de Crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*, Câmara Municipal de Ponte de Lima, Centro de Estudos Regionais.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1975), *Estrutura da Antiga sociedade Portuguesa*, 2.ª Edição, Arcádia, Lisboa.
- GOUBERT, Pierre (1975), «*Histoire démographique*», in *Metodologia de la Historia Moderna. Economía y Demografía*, Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Históricas, Universidade de Santiago de Compostela.
- HAJNAL, John (1965), «*European marriage patterns in perspective*», in D. V. Glass e Eversley D. E. C. (eds), *Population in History*, Londres.
- HENRY, Louis (1988), *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Gradiva, Lisboa.
- HENRY, Louis (1970), *Manuel de Démographie Historique*, 2.ª Edição, Genève-Paris, Liv. Droz, Genève - Paris.
- LASLLET, Peter (1975), *O mundo que nós perdemos*, Cosmos, Lisboa.
- LASLLET, Peter (1984), *Família e Domicílio como grupo de trabalho e grupo de parentesco: comparações entre áreas da Europa Ocidental*, in

- Maria L. Marcílio (org.9), População e Sociedade- Evolução das Sociedades Pré-industriais, Petrópolis, Vozes.
- LEBRUN, François (1983), *A vida conjugal no Antigo Regime*, Lisboa, Ed. Rolim.
- LEMOS, Maximiano de (1991), *História da Medicina em Portugal*, Publicações Dom Quixote, Lda, 2ª. Edição, Lisboa.
- LIVI-BACCI, Massimo (1988), *La Península Ibérica e Itália en vísperas de la transición demográfica*, in Vicente Pérez Moreda e David-Sven Reher (eds), *Demografía histórica en España*, ediciones el Arquero, Madrid.
- LIVI-BACCI, Massimo (1987), *Ensayo sobre la historia demográfica europea. Población y alimentación en Europe*, Ariel, Barcelona.
- LIVI-BACCI, Massimo (1984), *Crises de Mortalidade: definição, métodos de cálculo, análise de consequências*, in M.ª L. Marcílio (org.), *População e Sociedade. Evolução das Sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Vozes.
- MACHADO, J. T. Montalvão, *Como nascem e morrem os portugueses*, Gomes Rodrigues, Eds., s. d., Lisboa.
- MARCILIO, Maria Luiza (1984), (org.), *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Vozes.
- MARCILIO, Maria Luiza, *Demografia Histórica*, Livraria Pioneira Editora, s.d., S. Paulo.
- MATTOSO, José e DAVEAU Suzanne e BELO Duarte (1997), *Portugal – o Sabor da Terra-Trás-os-Montes – Círculo de Leitores*.
- MENDES, J. Amado (1981), *Trás-os-Montes nos finais do século XVIII*, Coimbra, I.N.I.C.

- MOURINHO, A. Maria (1991), *Terra de Miranda, Coisas e Factos da Nossa Vida e da Nossa Alma Popular*, ed. Câmara Municipal de Miranda do Douro.
- MOURINHO, A. Maria (1983), *Grupo Folclórico Mirandês de Duas Igrejas (Pauliteiros de Miranda)*, Ed. Subvencionada pela Câmara Municipal de Miranda do Douro.
- MOURINHO, A. Maria (1984), *Cancioneiro Tradicional e Danças Populares Mirandesas*, 1.º Volume, Ed. Escola Tipográfica de Bragança.
- MOURINHO, A. Rodrigues (1995), *Arquitetura Religiosa da Diocese de Miranda do Douro-Bragança*, Edição da Câmara Municipal de Miranda do Douro.
- NADAL, Jordi (1984), *La población española (siglos XVI a XX)*, Ariel, Barcelona.
- NAZARETH, J. Manuel (1988), *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa.
- NUNES, João Arriscado (1987), *«Do Cultural» no processo de produção das Fontes para a Demografia Histórica e História da Família*, Faculdade de Letras do Porto.
- O'NEILL, Brian Juan (1981), *Proprietários, jornaleiros e criados numa aldeia transmontana desde 1886*, in *Estudos Contemporâneos*, nº2/3, Porto.
- PÉREZ GARCIA, J. M. (1979), *Un modelo de sociedad rural de Antigo Régimen en la galicia costera*, Universidad de Santiago.
- PÉREZ GARCIA, J.M. (1986), *Mecanismos autorreguladores das demografias antigas: o exemplo galego*, Actas - III Jornadas de história de Galicia, Orense.

- PÉREZ MOREDA, Vicente (1980), *Las Crisis de mortalidad en la Espana interior. Siglos XVI-XIX*, Siglo Veintiuno ed., Madrid.
- PÉREZ MOREDA, Vicente (1986), *Matrimónio e família. Algumas considerações sobre el modelo matrimonial espanhol en la Edad Moderna*, Boletín de la Asociacion de Demografia Histórica, Madrid.
- PRÉSSAT, Roland (1985), *Introducción a la Demografia*, Ariel, Barcelona.
- RODRIGUES, Teresa (1990), *Crises de Mortalidade em Lisboa, séculos XVI e XVII*, Livros Horizonte, Lisboa.
- RODRIGUES, Precília Pinto, *As crises de mortalidade na freguesia de Campanhã (1790-1900)*, in Revista nº2 População e Sociedade, edição CEPFAM, Porto.
- ROWLAND, Robert (1988), *Mortalidade, movimientos migratórios y edad de acceso al matrimónio en la Peninsula Ibérica*, in boletín de la ADEH, vol.V.
- ROWLAND, Robert (1988), *Sistemas matrimoniais en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX). Una perspectiva regional*, in Vicente Pérez Moreda e David Sven Reher (eds), *Demografía histórica en España*, Ediciones el Arquero, Madrid.
- SCOTT, Ana Sílvia (1995), *Reconstituição de famílias e reconstituição de paróquias: uma comparação metodológica*, in David Reher (coord.) *Actas do III Congresso da ADEH, Reconstituição de famílias e outros métodos microanalíticos para a história das populações. Estado actual e perspectiva para o futuro*, Edições Afrontamentos, Vol.I.
- SERRÃO, Joel (1973), *Fontes de demografia portuguesa, 1800-1862*, Livros Horizonte, Lisboa.

- SOUSA, Fernando de (1995), «*A População portuguesa em finais do século XVIII*», in *Revista de População e Sociedade*, nº1, CEPFAM., Porto.
- TEIXEIRA, António José (1930), *Em volta de uma espada - Glórias Mirandesas*, Edição da Câmara Municipal de Miranda do Douro.
- TABORDA, Vergílio (1932), *Alto Trás-os-Montes, estudo geográfico*, Imprensa da Universidade, Coimbra .
- VASCONCELOS, José Leite (1901), *Estudos de Filologia Mirandesa*, Vol II, Lisboa, Imprensa Nacional.
- WRIGLEY, E. A. (1985), *História y población. Introducción a la demografia histórica*, Crítica, Barcelona.

Índices

ÍNDICE GERAL

Apresentação	7
Agradecimentos	9
Introdução	11

CAPÍTULO I

A Paróquia e o Espaço	15
1. Enquadramento histórico e geográfico	17
2. Alguns dados sobre a economia da paróquia	22
3. Alguns dados sobre a sociedade da paróquia	29
4. Alguns dados sobre a cultura da paróquia	36
5. Alguns dados sobre a evolução geral da população em Palaçoulo	39

CAPÍTULO II

Fontes Demográficas e Metodologia	43
1. Fontes demográficas	45
2. Análise e crítica das fontes	46
2.1. Registos Paroquiais	46
2.2. Outras fontes	51
3. Metodologia	51

CAPÍTULO III

A Nupcialidade	53
1. A nupcialidade	55
2. Sazonalidade dos casamentos	56
2.1 Distribuição semanal dos casamentos	62
3. Idade média ao primeiro casamento	64
3.1. Grupos sociais e idade média ao primeiro casamento	70
4. Idade combinada dos nubentes	72
5. Estado civil anterior dos cônjuges	74
6. Estado civil combinado dos contraentes	77
7. Idade média dos viúvos a um novo casamento	80
7.1. Intervalo entre a viuvez e o ulterior casamento	81
8. Celibato definitivo	83
9. A naturalidade dos nubentes	85

CAPÍTULO IV

A Fecundidade	91
1. A fecundidade	93
2. Sazonalidade dos nascimentos	94
3. Distribuição dos nascimentos pelas horas do dia	98
3.1. Repartição dos nascimentos segundo os sexos	102

4. Taxas de fecundidade	103
5. Influência da idade ao casamento nas taxas de fecundidade legítima	108
6. Espaçamento dos nascimentos	112
6.1. Intervalos intergenésicos médios	117
6.2. Número de filhos por união	121
6.3. Número de filhos por família completa	124
6.4. A profissão do pai e o número médio de filhos	126
6.5. Duração das uniões	128
7. Concepções pré-nupciais	130
8. Filiação natural	132
8.1. Os enjeitados	135
9. Naturalidade das mães dos filhos ilegítimos	136
10. Idade das mães solteiras ao nascimento do primeiro filho ilegítimo ..	139
10.1. Mães com dois e mais filhos ilegítimos	141
10.2. Ulterior casamento das mães solteiras	142
10.3. Maternidade ilegítima e reprodução do comportamento	143

CAPÍTULO V

A Mobilidade	147
1. Uma aproximação ao problema	149
2. Naturalidade dos cônjuges residentes	150
3. Famílias estáveis e famílias móveis na paróquia	152

4. Mobilidade dos indivíduos através dos registos de óbitos	154
4.1. Distribuição das entradas por sexo e estado civil	156
5. A saída de efectivos naturais de Palaçoulo e seu destino	158
5.1. A saída de efectivos naturais de Palaçoulo segundo o sexo e o estado civil	160

CAPÍTULO VI

A Mortalidade	165
1. A mortalidade	167
2. Sazonalidade dos óbitos	168
2.1. Sazonalidade ao óbito dos menores de sete anos	168
2.2. Sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos	171
3. Mortalidade excepcional	173
3.1. Mortalidade de crise dos menores de sete anos	175
3.2. Mortalidade de crise dos maiores de sete anos	176
4. Mortalidade infantil	181
5. Mortalidade geral	184
6. As doenças e a morte	191
6.1. A morte e a sua hora	192
6.2. A mortalidade segundo o sexo	195

7. Os paroquianos e as suas crenças religiosas perante a morte	196
----------------------------------------------------------------------	-----

CAPÍTULO VII

Aspectos Globais da Demografia de Palaçoulo	203
1. Aspectos globais da demografia de Palaçoulo	205
2. Movimento dos baptizados	205
3. Movimento dos casamentos	206
3.1. Movimento dos baptizados e casamentos	208
4. Movimento dos óbitos	209
4.1. A mortalidade segundo o sexo	210
5. Movimento dos óbitos de maiores de 7 anos–baptizados e casamentos ..	211
5.1. Movimento dos baptizados, casamentos e óbitos	212
Conclusão	215
Apêndice Genealógico	223
Fontes e Bibliografia	325
Fontes Manuscritas	327
Bibliografia	330

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Alfabetização dos nubentes (1890-1900)-(1901-1910)	38
Quadro 2: Evolução intercensos da população residente em Palaçoulo ...	40
Quadro 3: Sazonalidade dos casamentos	57
Quadro 4: Sazonalidade dos casamentos em 4 paróquias transmontanas .	60
Quadro 5: Distribuição semanal dos casamentos	62
Quadro 6: Idade média ao primeiro casamento (observação transversal) .	65
Quadro 7: Idade média - Comparação entre paróquias	69
Quadro 8: Grupos sociais e a idade média ao primeiro casamento	70
Quadro 9: Idade combinada dos nubentes	72
Quadro 10: Estado civil anterior dos contraentes	75
Quadro 11: Distribuição dos contraentes segundo o estado civil anterior Comparação entre paróquias (em percentagem)	77
Quadro 12: Estado civil combinado dos nubentes	78
Quadro 13: Idade média dos viúvos a um novo casamento (em anos)	80
Quadro 14: Intervalo entre a viuvez e o ulterior casamento	81
Quadro 15: Celibato definitivo por sexos (observação transversal)	83
Quadro 16: Origem dos nubentes (em percentagens)	85
Quadro 17: Naturalidade dos noivos de «fora»	88
Quadro 18: Naturalidade das noivas de «fora»	89
Quadro 19: Sazonalidade dos nascimentos	95
Quadro 20: Sazonalidade das concepções	97
Quadro 21: Repartição dos nascimentos segundo os meses-Comparação entre Palaçoulo, Poiães, Rebordãos e Cardanha (Antigo Regime)	97
Quadro 22: Distribuição dos nascimentos pelas horas do dia	100
Quadro 23: Repartição dos nascimentos segundo os sexos	102
Quadro 24: Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade e descendência teórica	104
Quadro 25: Idade média da mãe ao nascimento do último filho	105
Quadro 26: Comparação da idade média da mãe ao nascimento do último filho	106

Quadro 27: Comparação da taxa de fecundidade legítima em diferentes paróquias	106
Quadro 28: Taxas de fecundidade legítima e idade ao casamento (1656-1799)	109
Quadro 29: Idade média da mãe ao nascimento do último filho segundo a idade ao casamento	111
Quadro 30: Intervalos protogenésicos por períodos (1656-1849 e 1850-1910)	113
Quadro 31: Intervalo protogenésico médio, igual ou superior a 8 meses (famílias tipo 1 a 4)	116
Quadro 32: Intervalo protogenésico (todas as mulheres com data de casamento conhecida)	116
Quadro 33: Primeiro intervalo intergenésico médio (em meses)	118
Quadro 34: Primeiro intervalo intergenésico médio (Comparação entre paróquias - A. Regime) (em meses)	119
Quadro 35: Intervalos intergenésicos médios	120
Quadro 36: Distribuição das famílias completas segundo o número de filhos	122
Quadro 37: Distribuição das famílias segundo o número de filhos	123
Quadro 38: Comparação entre o número médio de filhos por famílias completas segundo a idade ao casamento da mulher (Antigo Regime)	123
Quadro 39: Distribuição das famílias completas segundo o número de filhos por grupos de idades (1656-1849)-(1850-1910)	125
Quadro 40: As profissões dos pais e o número médio de filhos	127
Quadro 41: Duração das uniões	128
Quadro 42: Intervalos protogenésicos inferiores a oito meses (segundo a idade da mulher ao casamento)	130
Quadro 43: Intervalos protogenésicos inferiores ou iguais a três meses	132
Quadro 44: Evolução da ilegitimidade	133
Quadro 45: Naturalidade das mães dos filhos ilegítimos	137
Quadro 46: Naturalidade das mães solteiras de «fora»	138

Quadro 47: A mãe solteira e a idade ao nascimento do primeiro filho- Repartição por grupos de idades	139
Quadro 48: Idade média das mães ao nascimento do primeiro filho ilegítimo	140
Quadro 49: Mães solteiras e número de filhos	141
Quadro 50: Mães solteiras e posterior casamento	142
Quadro 51: Intervalo entre o nascimento do primeiro filho e ulterior casamento	143
Quadro 52: Naturalidade dos cônjuges residentes (1656-1849)	150
Quadro 53: Naturalidade dos cônjuges residentes (1850-1910)	151
Quadro 54: Famílias estáveis e famílias móveis na paróquia	152
Quadro 55: Registo de efectivos ao óbito em Palaçoulo (1656-1849)	154
Quadro 56: Registo de efectivos ao óbito em Palaçoulo (1850-1910)	155
Quadro 57: Entradas de efectivos ao óbito em Palaçoulo segundo o sexo e estado civil (1656 – 1849)	156
Quadro 58: Entradas de efectivos ao óbito em Palaçoulo segundo o sexo e estado civil (1850 – 1910)	157
Quadro 59: Localidades onde falecem os naturais de Palaçoulo (por períodos)	159
Quadro 60: Naturais de Palaçoulo e local de óbito (1656-1849)	161
Quadro 61: Naturais de Palaçoulo e local de óbito (1850-1910)	161
Quadro 62: Repartição dos óbitos segundo o sexo	162
Quadro 63: Naturais saídos da paróquia segundo o sexo e o estado civil ao óbito (1656-1910)	163
Quadro 64: Sazonalidade ao óbito dos menores de sete anos (1860-1910)	169
Quadro 65: Sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos	171
Quadro 66: Mortalidade de menores de um ano (por mil crianças)	182
Quadro 67: Quociente de mortalidade dos menores de um ano (comparação entre paróquias)	182
Quadro 68: Mortalidade infantil em alguns países da Europa (1780-1820)	184
Quadro 69: Mortalidade geral de indivíduos casados (gerações nascidas de 1720-1820) - Tábua de mortalidade por grupos de idades	186

Quadro 70: Esperança de vida comparada-Indivíduos casados de três paróquias - Sexos reunidos	189
Quadro 71: A morte e as horas do dia	193
Quadro 72: Óbitos segundo o sexo	195
Quadro 73: Os paroquianos e os testamentos (1750-1850)	200

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução da população na paróquia	41
Gráfico 2: Movimento sazonal dos casamentos	57
Gráfico 3: Movimento sazonal dos casamentos - Comparação entre paróquias	60
Gráfico 4: Distribuição semanal dos casamentos	62
Gráfico 5: Idade média ao primeiro casamento-Análise transversal de 1700-1909 (médias móveis de 3 décadas)	66
Gráfico 6: Idade média ao primeiro casamento-Análise longitudinal de 1670-1859 (médias móveis de 3 décadas)	68
Gráfico 7: Movimento sazonal dos nascimentos	96
Gráfico 8: Repartição dos nascimentos segundo os meses-Comparação entre paróquias	98
Gráfico 9: Distribuição dos nascimentos pelas horas do dia (1860-1889)	101
Gráfico 10: Distribuição dos nascimentos pelas horas do dia (1890-1924)	101
Gráfico 11: Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades	104
Gráfico 12: Taxas de fecundidade legítima em diferentes paróquias	107
Gráfico 13: Taxa de fecundidade legítima e idade ao casamento (1656-1799)	110
Gráfico 14: Taxa de fecundidade legítima e idade ao casamento (1800-1910)	110
Gráfico 15: Intervalos protogenésicos (em números absolutos)	115
Gráfico 16: Movimento dos óbitos dos menores de sete anos	169
Gráfico 17: Movimento dos óbitos dos maiores de sete anos	171
Gráfico 18: Mortalidade de crise dos menores de sete anos	175
Gráfico 19: Mortalidade de crise dos maiores de sete anos	176

Gráfico 20: Esperança de vida-Indivíduos casados maiores de 25 anos por grupos de idade e sexo	188
Gráfico 21: Esperança de vida comparada-Indivíduos casados de três paróquias - Sexos reunidos	190
Gráfico 22: Morte e horas do dia (1860-1899)	194
Gráfico 23: Morte e horas do dia (1900-1924)	194
Gráfico 24: Evolução dos baptizados (1660-1910)	205
Gráfico 25: Movimento de casamentos-Médias móveis de 9 anos (1660-1910)	207
Gráfico 26: Evolução de baptizados e casamentos (1656-1910)	208
Gráfico 27: Movimento de óbitos (1700-1910)	209
Gráfico 28: Índice de masculinidade ao óbito (1700-1910)	210
Gráfico 29: Movimento dos óbitos, baptizados e casamentos-Médias móveis (1656-1910).....	211
Gráfico 30: Baptizados, casamentos e óbitos (1860-1910) (números absolutos)	212

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1: Localização da Freguesia de Palaçoulo	20
------------------------------------------------------------	----

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Capela da Sr. ^a do Carrasco	18
Figura 2: Fraga da Moura - Terreno acidentado.....	21
Figura 3: Aspecto do Planalto nas proximidades da Paróquia	24
Figura 4: Na eira / limpa do trigo	26
Figura 5: Capa de Honras	30
Figura 6: Casa Rural / Porta de Curral	31
Figura 7: Centro de Artesanato / Construção recente.....	32
Figura 8: «Casa Grande » / Prado Gatão	33
Figura 9: Igreja Matriz de S. Miguel	35